

Monografia Histórica do Concelho de Belmonte – Novos Contributos





...somos uma terra de torres enigmáticas, de castelos, de solares, ruas de casarios medievais, igrejas e capelas com frescos admiráveis, conventos e sinagogas...

São as memórias de um povo que se orgulha do seu passado e que não quer que se confunda com as brumas do tempo, antes pelo contrário, quer que ele constitua a força que é precisa para fazer dessas memórias a razão da construção do presente e uma bandeira de esperança no futuro.

Foi assim que, com estas preocupações e fortes razões, não quisemos deixar de acrescentar mais uma pedra ao futuro que estamos a edificar sobre os alicerces da nossa história, por forma que possamos, também nós, contribuir para a afirmação desta terra, de gentes humildes mas muito trabalhadoras e esforçadas na defesa do seu património que, sendo de todos, é também de cada um.

Foi este querer que nos levou a solicitar a colaboração de Cristina Nogueira para que, também ela, com o seu empenhamento, a forte dedicação às causas que abraça, o seu fino recorte literário e rigor científico, nos desse o seu contributo na recolha, pesquisa e estudo das memórias, da nossa história, buscadas nos pergaminhos de ouro, escritos pelas nossas gentes, através dos tempos e que ficaram guardados, alguns esquecidos, algures pelos fundos das arcas do passado e que, necessariamente, têm que ser trazidos à luz do nosso tempo para que assim possamos conhecer-nos e entendermos melhor a nossa identidade.

Fizemo-lo em boa hora pois, a autora desta obra, disponibilizou-se, de imediato, para tomar sobre os seus ombros esta árdua mas, certamente, também gratificante tarefa de trazer à luz dos nossos dias esses novos conhecimentos sobre o nosso passado, que muito enriquecem a história do nosso Município, pelo que hoje sentimo-nos ainda mais orgulhosos das nossas origens pois as buscas no tempo revelaram-se, como sempre, uma fonte de saber e de força na construção desta terra, de gentes fortes e determinadas, tal qual o granito que todos os dias pisam e abraçam.

Temos muito orgulho no nosso passado e não resistimos, mais uma vez, à tentação de lhe fazermos mais uma evocação, desta vez pela mão e saber de Cristina Nogueira, que nos soa como um poema, para que amanhã possa ser cantado.

O Presidente da Câmara Municipal

Amândio Manuel Fereira Melo

FICHA TÉCNICA

Título: *Monografia Histórica do Concelho de Belmonte – Novos Contributos*

Autora: Cristina Nogueira

Edição: Câmara Municipal de Belmonte

Execução Gráfica: Paleta Gráfica - Tondela

Depósito Legal: 242158/06

DEDICATÓRIA

A ti, Nuno.

“Foi o tempo que dediquei à minha rosa que a fez tão importante para mim.”

[Saint-Exupéry]

AGRADECIMENTOS

A concepção deste estudo contou com o apoio de diversas pessoas e instituições às quais não poderia deixar de dirigir algumas palavras de gratidão e apreço.

Agradeço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, na pessoa de Amândio Melo, o convite feito para a realização desta obra.

Ao Sr. Vereador Mário Tomás e ao Sr. Padre João Saraiva André pela disponibilização de testemunhos fotográficos e documentais.

À Biblioteca Municipal de Coimbra na pessoa da Dr^a Maria José Miranda, ao Arquivo Municipal da Covilhã e ao Arquivo Histórico Militar de Lisboa pela prontidão e disponibilidade demonstrada.

Aos meus pais e irmãos pelo apoio incondicional.

Ao Nuno, que me acompanhou dedicadamente em todos os momentos importantes para a realização desta obra.

ABREVIATURAS

A.H.M.	Arquivo Histórico Militar
A.M.B.	Arquivo Municipal de Belmonte
A.M.C.	Arquivo Municipal da Covilhã
A.N.T.T.	Instituto de Arquivos Nacionais - Torre do Tombo
B.N.L.	Biblioteca Nacional Lisboa
C.M.B.	Câmara Municipal de Belmonte
F.L.U.C.	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
I.P.A.	Instituto Português de Arqueologia

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS.....	14
1. INTRODUÇÃO.....	18
2. DA PRÉ-HISTÓRIA AOS ROMANOS.....	23
2.1. OS CASTROS DE S. GERALDO E DA CHANDEIRINHA.....	23
2.2. <i>CENTUM CELLAS</i>	26
2.3. A <i>VILLA</i> ROMANA DA QUINTA DA FÓRNEA.....	36
2.4. OUTROS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS EXISTENTES NO CONCELHO.....	38
3. DAS INVASÕES À RECONQUISTA CRISTÃ.....	41
4. A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E O NASCIMENTO DO CONCELHO DE BELMONTE.....	45
5. EFEITOS DE UMA REORGANIZAÇÃO ECLESIAÍSTICA.....	52
6. NOVOS SENHORES DE BELMONTE – OS CABRAIS.....	63
7. PEDRO ÁLVARES CABRAL, BELMONTE E A DESCOBERTA DO BRASIL.....	66
8. A SOCIEDADE LIBERAL E A NOBREZA CONSTITUCIONAL.....	75
8.1. OS CONDES DE BELMONTE: A PERMANÊNCIA DO PODER DOS CABRAIS.....	75
8.2. OS CONDES DE CARIA.....	79
8.3. VISCONDES DE TINALHAS.....	81
8.4. FAMÍLIA QUEVEDO PESSANHA E VISCONDES DA QUINTA DO FERRO.....	83
9. DAS INVASÕES FRANCESAS AO ESTADO NOVO.....	87
9.1. AS INVASÕES FRANCESAS.....	87
9.2. DO FINAL DA MONARQUIA À I REPÚBLICA.....	90
9.3. A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA.....	90
9.4. ACCÇÃO DOS GOVERNOS REPUBLICANOS E AS SUAS PRIMEIRAS REALIZAÇÕES – REPERCUSSÃO NO CONCELHO.....	92
9.5. SIDONISMO.....	94
9.6. SOLDADOS DO CONCELHO DE BELMONTE NA I GUERRA MUNDIAL.....	95
9.7. TRADIÇÃO MINEIRA E ÁGUAS MINERAIS NO CONCELHO DE BELMONTE.....	98
9.7.1. <i>As Águas Radium e o Hotel da Serra da Pena</i>	98
9.7.2. <i>Exploração Mineira</i>	100
9.8. DO ESTADO NOVO À REVOLUÇÃO DE ABRIL DE 1974.....	106
9.8.1. <i>Legião em Caria</i>	106
9.8.2. <i>O império colonial no Estado Novo – reflexos no Concelho de Belmonte</i>	108
9.8.3. <i>Casa do Povo de Belmonte</i>	113
9.8.4. <i>A Revolução de 25 de Abril de 1974</i>	113
10. A IMPRENSA DO CONCELHO DE BELMONTE.....	115

11. JUDEUS EM BELMONTE	122
12. PATRIMÓNIO	130
12.1. PATRIMÓNIO IMÓVEL	130
12.1.1. Castelo de Belmonte.....	130
12.1.2. Igreja de S. Tiago	133
12.1.3. Panteão dos Cabrais	135
12.1.4. Capela de Santo António	136
12.1.5. Capela do Calvário.....	137
12.1.6. Sinagoga Bet Eliahu.....	137
12.1.7. Pelourinho de Belmonte	139
12.1.8. Antigos Paços do Concelho	139
12.1.9. Igreja Matriz de Belmonte	140
12.1.10. Tulha dos Cabrais – Ecomuseu do Zêzere	143
12.1.11. Solar dos Condes de Belmonte	143
12.1.12. Paços do Concelho/Edifício da Câmara	144
12.1.13. Estátua de Pedro Álvares Cabral.....	145
12.1.14. Casa Arte Nova	145
12.1.15. Fonte Grande.....	146
12.1.16. Fontinha	146
12.1.17. Capela de Santo Antão em Belmonte	147
12.1.18. Convento de Nossa Senhora da Esperança	148
12.1.19. Fonte do Soldado	150
12.1.20. Capela de Nossa Senhora dos Remédios de Malpique.....	151
12.1.21. Igreja Matriz de Caria	151
12.1.22. Capela de Santo António em Caria.....	153
12.1.23. Casa da Torre.....	155
12.1.24. Casa das Caras	158
12.1.25. Casa da Câmara.....	157
12.1.26. Palacete dos Viscondes de Tinalhas	158
12.1.27. Solar dos Condes de Caria	158
12.1.28. Capela de Santa Constança e o Casão	159
12.1.29. Palacete Quevedo Pessanha.....	161
12.1.30. Casa da Roda	162
12.1.31. Capela de Santana	163
12.1.32. Capela de S. Domingos	163
12.1.33. Capela de Santo Antão em Caria.....	164
12.1.34. Fonte de São Sebastião.....	165
12.1.35. Fonte do Ruivo	165
12.1.36. Fonte do Prior	165
12.1.37. Fonte do Carvalho	166

12.1.38. Fonte de Santana.....	167
12.1.39. Pontão da Laje do Freixo.....	167
12.1.40. Capela de Santa Luzia no Monte do Bispo.....	168
12.1.41. Capela de S. José no Carvalho Formoso.....	168
12.1.42. Igreja Matriz das Inguias.....	169
12.1.43. Fonte da Mina.....	171
12.1.44. Capela de Nossa Senhora da Estrela.....	171
12.1.45. Igreja Matriz de Maçainhas.....	172
12.1.46. Campanário de Maçainhas.....	173
12.1.47. Capela do Espírito Santo.....	174
12.1.48. Igreja Matriz de Colmeal da Torre.....	174
12.1.49. Capela de S. Bartolomeu no Colmeal da Torre.....	175
12.1.50. Capela de Santo Antão do Colmeal da Torre.....	176
12.1.51. Capela de Nossa Senhora da Graça.....	176
12.2. PATRIMÓNIO DOCUMENTAL.....	177
13. PERSONALIDADES DO CONCELHO.....	189
13.1. FREI NICOLAU DE MELO.....	189
13.2. FREI MANUEL DOS ANJOS.....	189
13.3. FREI SEBASTIÃO DA ENCARNAÇÃO.....	189
13.4. CONSELHEIRO FRANCISCO PIRES SOARES.....	190
13.5. DR. JUIZ JOAQUIM BORREGO CAMEIRA.....	191
13.6. CORONEL JOSÉ MARTINS CAMEIRA.....	191
13.7. DR. MÁRIO GALVÃO VIDEIRA.....	192
13.8. D. GIL CABRAL.....	193
13.9. D. LUÍS ÁLVARES CABRAL – 1º ALCAIDE DE BELMONTE.....	193
13.10. D. FERNANDO ÁLVARES CABRAL – 2º ALCAIDE DE BELMONTE.....	194
13.11. D. FERNÃO CABRAL I – 1º ALCAIDE-MOR DE BELMONTE.....	194
13.12. D. JOÃO FERNANDES CABRAL – 2º ALCAIDE-MOR DE BELMONTE.....	195
13.13. D. FERNÃO CABRAL II – 3º ALCAIDE-MOR DE BELMONTE.....	195
13.14. D. JOÃO RODRIGUES CABRAL I – 4º ALCAIDE-MOR DE BELMONTE.....	196
13.15. D. NUNO FERNANDES CABRAL I – 5º ALCAIDE-MOR DE BELMONTE.....	196
13.16. D. FERNÃO CABRAL III – 6º ALCAIDE-MOR DE BELMONTE.....	196
13.17. D. NUNO FERNANDES CABRAL II – 7º ALCAIDE-MOR DE BELMONTE.....	196
13.18. D. FERNÃO CABRAL IV – 8º ALCAIDE-MOR DE BELMONTE.....	197
13.19. D. FRANCISCO CABRAL – 9º ALCAIDE-MOR DE BELMONTE.....	197
13.20. D. PEDRO ÁLVARES CABRAL I – 10º ALCAIDE-MOR DE BELMONTE.....	197
13.21. D. JOÃO RODRIGUES CABRAL II – 11º ALCAIDE-MOR DE BELMONTE.....	198
13.22. D. FERNÃO CABRAL V – 12º ALCAIDE-MOR DE BELMONTE.....	198
13.23. D. PEDRO ÁLVARES CABRAL II – 13º ALCAIDE-MOR DE BELMONTE.....	198
13.24. D. CAETANO FRANCISCO CABRAL – 14º ALCAIDE-MOR DE BELMONTE.....	199

13.25. D. JORGE CABRAL.....	199
13.26. ENGENHEIRO SAMUEL SCHWARZ.....	199
13.27. IRMÃO CRISTÓVÃO ABREU.....	201
13.28. D. BELCHIOR REBELO.....	201
13.29. ZECA AFONSO.....	201
13.30. DR. JOÃO FILOMENO AFONSO DOS SANTOS.....	203
13.31. MÁRIO CAMPOS DOS SANTOS.....	204
13.32. D. MARTIM VASQUEZ CUNHA.....	204
13.33. CAPITÃO JOSÉ MANUEL COSTA MARTINS.....	205
13.34. D. EGAS FAFES.....	205
13.35. D. RODRIGO FERNANDES.....	205
13.36. D. TIBÚRCIO.....	206
13.37. D. VASCO MANUEL FIGUEIREDO DE CABRAL DA CAMARA – 1º CONDE DE BELMONTE.....	206
13.38. D. JOSÉ MARIA DE FIGUEIREDO CABRAL DA CAMARA – 2º CONDE DE BELMONTE.....	207
13.39. D. VASCO ANTÓNIO DE FIGUEIREDO CABRAL DA CAMARA – 3º CONDE DE BELMONTE.....	207
13.40. D. VASCO MARIA DE FIGUEIREDO CABRAL DA CAMARA – 4º CONDE DE BELMONTE.....	210
13.41. D. VASCO ANTÓNIO MARIA DE FIGUEIREDO CABRAL DA CÂMARA - 5º CONDE DE BELMONTE.....	211
13.42. JOSÉ COUTINHO BARRIGA DA SILVEIRA CASTRO E CAMARA - 1º VISCONDE DE TINALHAS.....	211
13.43. TOMÁS AQUINO COUTINHO BARRIGA SILVEIRA CASTRO E CAMARA – 2º VISCONDE DE TINALHAS.....	212
13.44. JOSÉ DE MEIRELES COUTINHO BARRIGA SILVEIRA CASTRO E CAMARA – 3º VISCONDE DE TINALHAS.....	212
13.45. JOSÉ HOMEM MACHADO DE FIGUEIREDO LEITÃO – 1º CONDE, VISCONDE E BARÃO DE CARIA.....	212
13.46. BERNARDO ABREU CASTELO BRANCO HOMEM MACHADO FIGUEIREDO LEITÃO – 2º CONDE CARIA.....	213
13.47. BERNARDO VIENA MACHADO MENDES DE ALMEIDA – 3º CONDE DE CARIA.....	214
14. LENDAS E CONTOS.....	216
14.1. A CABRA E O CABRITO DE OURO.....	216
14.2. A PRENSA.....	217
14.3. NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA – TRADIÇÕES, LENDAS E MILAGRES.....	218
14.4. SANTA BEBIANA E SÃO MARTINHO.....	220
14.5. A NOSSA SENHORA DA ESTRELA – LENDAS E HISTÓRIAS.....	222
14.6. O CATIVO DE BELMONTE.....	222
14.7. A CABRA ESQUARTEJADA EM SACRIFÍCIO.....	224
14.8. O GIGANTE DAS BEIRAS.....	225
BIBLIOGRAFIA.....	227

ANEXOS

ANEXO 1 - FORAL DE BELMONTE (1199)	232
ANEXO 2 - FORAL DE BELMONTE (1510)	242
ANEXO 3 - AUTO DE ENTREGA E PUBLICAÇÃO DO FORAL DE BELMONTE (1515)	258
ANEXO 4 – GENEALOGIAS	260
ANEXO 5 - RELAÇÃO DE MORADORES DA FREGUESIA DE CARIA (1838)	265
ANEXO 6 - OBITUÁRIO – ARQUIVO DA FÁBRICA PAROQUIAL DE CARIA (1836)	274
ANEXO 7 - MAPAS ESTATÍSTICOS DA DIVISÃO MILITAR SOBRE FOGOS, POPULAÇÃO E RECURSOS DO CONCELHO DE BELMONTE (1861)	277

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DE BELMONTE (1496-1866)	19
FIGURA 2: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DE CARIA (1821-1970)	20
FIGURA 3: POPULAÇÃO DO CONCELHO DE BELMONTE (1750)	20
FIGURA 4: OFÍCIOS NO CONCELHO DE BELMONTE (1861)	21
FIGURA 5: <i>CENTUM CELLAS</i>	26
FIGURA 6: ASPECTO DA ESCAVAÇÃO	31
FIGURA 7: ELEMENTO DE BRONZE COM A CABEÇA DE JÚPITER AMON	31
FIGURA 8: ASA DE BRASEIRA EM BRONZE (CAMADA 52B - SALA XXXIV)	31
FIGURA 9: ANTONINIANO DE 263 D.C. (CAMADA 1B - SALA XI)	32
FIGURA 10: <i>FOLLIS</i> DE CONSTANTINO (S E – SALA XXXVIII)	32
FIGURA 11: <i>FOLLIS</i> DE CONSTANTINO (CAMADA 1 - SALA XXXI)	32
FIGURA 12: <i>SESTÈRCIO</i> DE ADRIANO (CAMADA 1B - PÁTIO LI)	33
FIGURA 13: <i>SOLIDUS</i> DE VALENTINIANO II (CAMADA 48B – SALA XXII)	33
FIGURA 14: TENAZ DE FORJA	33
FIGURA 15: TAMPAS DE LUCERNA EM BRONZE (CAMADA 33 - SALA XXIII)	33
FIGURA 16: ARA EPIGRAFADA	34
FIGURA 17: POTE ALTI-MEDIEVAL	34
FIGURA 18: PLANTA DO <i>CENTUM CELLAS</i>	35
FIGURA 19: ASPECTO DAS ESCAVAÇÕES NA <i>VILLA</i> ROMANA DA QUINTA DA FÓRNEA (I)	38
FIGURA 20: ASPECTO DAS ESCAVAÇÕES NA <i>VILLA</i> ROMANA DA QUINTA DA FÓRNEA (II)	38
FIGURA 21: ASPECTO DAS ESCAVAÇÕES NA <i>VILLA</i> ROMANA DA QUINTA DA FÓRNEA (III)	38
FIGURA 22: ASPECTO DAS ESCAVAÇÕES NA <i>VILLA</i> ROMANA DA QUINTA DA FÓRNEA (IV)	38
FIGURA 23: ARA ROMANA DEDICADA A JÚPITER	40
FIGURA 24: SEPULTURAS ANTROPOMÓRFICAS	40
FIGURA 25: MAPA COM LIMITES MEDIEVAIS E ACTUAIS DO CONCELHO DE BELMONTE	48
FIGURA 26: DOCUMENTO Nº 34 DO ARQUIVO MUNICIPAL DA COVILHÃ	60
FIGURA 27: BRASÃO DOS CABRAIS	63
FIGURA 28: ARMADA DE PEDRO ÁLVARES CABRAL	68
FIGURA 29: CARTA DE ACHAMENTO DO BRASIL (PÊRO VAZ DE CAMINHA)	69
FIGURA 30: ADORAÇÃO DOS REIS MAGOS – OFICINA DE GRÃO VASCO	74
FIGURA 31: MEDALHÃO DO CLAUSTRO DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS	74
FIGURA 32: BRASÃO DOS CONDES DE BELMONTE	76
FIGURA 33: BRASÃO DOS CONDES DE CARIA	79
FIGURA 34: BRASÃO DO PALACETE QUEVEDO PESSANHA	84
FIGURA 35: TÚMULO DE ALEXANDRE CAETANO GUSMÃO MESQUITA CABRAL NA IGREJA MATRIZ DE CARIA	84
FIGURA 36: HOTEL DA SERRA DA PENHA - ÁGUAS <i>RADIUM</i>	97
FIGURA 37: GARRAFA DE ÁGUAS <i>RADIUM</i>	99
FIGURA 38: GARRAFA DE LARANJADA GRANADA	99

FIGURA 39: LOCALIZAÇÃO DAS ÁGUAS <i>RADIUM</i> (INDICAÇÃO DA DIRECÇÃO).....	99
FIGURA 40: INTERIOR DO HOTEL SERRA DA PENA (SALA DE INALAÇÕES).....	99
FIGURA 41: EXPLORAÇÃO MINEIRA POR FREGUESIA (1934).....	102
FIGURA 42: EXPLORAÇÃO DE MINAS (FREGUESIA DE CARIA) – 1934.....	103
FIGURA 43: EXPLORAÇÃO DE MINAS (FREGUESIA DE INGUIAS) – 1934.....	103
FIGURA 44: EXPLORAÇÃO DE MINAS (FREGUESIA DE MAÇAÍNHAS) - 1934.....	103
FIGURA 45: EXPLORAÇÃO DE MINAS (FREGUESIA DE S. TIAGO DE BELMONTE) - 1934.....	104
FIGURA 46: CASAS DOS TRABALHADORES (<i>THE PORTUGUESE TIN COMPANY</i>) - GAIA.....	105
FIGURA 47: ALMOFADA DA LEGIÃO PORTUGUESA (EM CARIA).....	107
FIGURA 48: BANDEIRA DA LEGIÃO PORTUGUESA (EM CARIA).....	107
FIGURA 49: SEDE DA LEGIÃO PORTUGUESA (EM CARIA).....	107
FIGURA 50: JORNAL <i>CONCELHO BELMONTE</i> - ABRIL 1974 - ÚLTIMA HORA.....	114
FIGURA 51: JORNAL <i>A DEFESA</i>	116
FIGURA 52: JORNAL <i>O AGRICULTOR</i>	118
FIGURA 53: JORNAL <i>CRUZEIRO DE CARIA</i>	120
FIGURA 54: JORNAL <i>CONCELHO DE BELMONTE</i>	121
FIGURA 55: LÁPIDE HEBRAICA ENCONTRADA EM BELMONTE.....	123
FIGURA 56: PIA BAPTISMAL MANUELINA.....	124
FIGURA 57: CRUZES ÍNCISAS NA VILA DE BELMONTE.....	124
FIGURA 58: MUSEU JUDAICO DE BELMONTE.....	130
FIGURA 59: CASTELO DE BELMONTE.....	130
FIGURA 60: IGREJA DE S. TIAGO.....	133
FIGURA 61: PANTEÃO DOS CABRAIS.....	135
FIGURA 62: CAPELA DE SANTO ANTÓNIO.....	136
FIGURA 63: CAPELA DO CALVÁRIO.....	137
FIGURA 64: SINAGOGA <i>BET ELIAHU</i>	138
FIGURA 65: PELOURINHO DE BELMONTE.....	139
FIGURA 66: ANTIGOS PAÇOS DO CONCELHO.....	140
FIGURA 67: IGREJA MATRIZ DE BELMONTE.....	140
FIGURA 68: TULHA DOS CABRAIS – ECOMUSEU DO ZÉZERE.....	143
FIGURA 69: SOLAR DOS CONDES DE BELMONTE.....	144
FIGURA 70: PAÇOS DO CONCELHO/EDIFÍCIO DA CÂMARA.....	144
FIGURA 71: ESTÁTUA DE PEDRO ÁLVARES CABRAL.....	146
FIGURA 72: CASA N° 79 DO LARGO ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA.....	146
FIGURA 73: FONTE GRANDE.....	146
FIGURA 74: FONTINHA.....	147
FIGURA 75: CAPELA DE SANTO ANTÃO.....	147
FIGURA 76: CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA.....	148
FIGURA 77: FONTE DO SOLDADO.....	150
FIGURA 78: CAPELA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS.....	151

FIGURA 79: IGREJA MATRIZ DE CARIA	152
FIGURA 80: CAPELA DE SANTO ANTÓNIO.....	153
FIGURA 81: CASA DA TORRE	155
FIGURA 82: CASA DAS CARAS	157
FIGURA 83: CASA DA CÂMARA	158
FIGURA 84: PALACETE DOS VISCONDES DE TINALHAS	158
FIGURA 85: SOLAR DOS CONDES DE CARIA.....	159
FIGURA 86: CAPELA DE SANTA CONSTANÇA E O CASÃO.....	161
FIGURA 87: PALACETE QUEVEDO PESSANHA	162
FIGURA 88: CASA DA RODA.....	163
FIGURA 89: CAPELA DE SANTANA	163
FIGURA 90: CAPELA DE S. DOMINGOS.....	164
FIGURA 91: CAPELA DE SANTO ANTÃO	164
FIGURA 92: FONTE DE SÃO SEBASTIÃO	165
FIGURA 93: FONTE DO RUIVO.....	165
FIGURA 94: FONTE DO PRIOR.....	166
FIGURA 95: FONTE DO CARVALHO.....	166
FIGURA 96: FONTE DE SANTANA	167
FIGURA 97: PONTÃO DA LAJE DO FREIXO.....	167
FIGURA 98: CAPELA DE SANTA LUZIA	168
FIGURA 99: CAPELA DE S. JOSÉ.....	169
FIGURA 100: IGREJA MATRIZ DAS INGUIAS	170
FIGURA 101: FONTE DA MINA	171
FIGURA 102: CAPELA DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA	172
FIGURA 103: IGREJA MATRIZ DE MAÇAÍNHAS	173
FIGURA 104: CAMPANÁRIO DE MAÇAÍNHAS	173
FIGURA 105: CAPELA DO ESPÍRITO SANTO.....	174
FIGURA 106: IGREJA MATRIZ DO COLMEAL DA TORRE	175
FIGURA 107: CAPELA DE S. BARTOLOMEU.....	175
FIGURA 108: CAPELA DE SANTO ANTÃO	176
FIGURA 109: CAPELA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA	177
FIGURA 110: CONSELHEIRO FRANCISCO PIRES SOARES	190
FIGURA 111: JUÍZ JOAQUIM BORREGO CAMEIRA	191
FIGURA 112: CORONEL JOSÉ MARTINS CAMEIRA	191
FIGURA 113: DR. MÁRIO GALVÃO VEIDEIRA.....	193
FIGURA 114: ENGENHEIRO SAMUEL SCHWARZ (RETRATO).....	200
FIGURA 115: JOSÉ AFONSO.....	201
FIGURA 116: TÚMULO COM ESTÁTUA JACENTE DE D. EGAS FAFES (SÉ VELHA DE COIMBRA)	205
FIGURA 117: PORMENOR DA ESTÁTUA JACENTE DO TÚMULO DE D. TIBÚRCIO (SÉ VELHA DE COIMBRA)	206
FIGURA 118: D. JOSÉ MARIA DE FIGUEIREDO CABRAL DA CAMARA (2º CONDE DE BELMONTE).....	208

FIGURA 119: D. VASCO ANTÓNIO DE FIGUEIREDO CABRAL DA CAMARA (3º CONDE DE BELMONTE).....	209
FIGURA 120: D. VASCO ANTÓNIO MARIA DE FIGUEIREDO CABRAL DA CAMARA (4º CONDE DE BELMONTE)	210
FIGURA 121: JOSÉ HOMEM MACHADO DE FIGUEIREDO LEITÃO (1º CONDE, VISCONDE E BARÃO DE CARIA)	213
FIGURA 122: BERNARDO DE ABREU CASTELO BRANCO HOMEM MACHADO DE FIGUEIREDO LEITÃO (2º CONDE DE CARIA)	214
FIGURA 123: BERNARDO VIENA MACHADO MENDES DE ALMEIDA (3º CONDE DE CARIA)	214
FIGURA 124: ESCULTURA DA NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA (EM DIA DE PROCISSÃO)	218
FIGURA 125: ANDOR DE SANTA BEBIANA	220
FIGURA 126: FESTEJOS DE SANTA BEBIANA.....	220
FIGURA 127: ESCULTURA DE SANTA BEBIANA	221
FIGURA 128: FORAL DE <i>CENTUM CELLAS</i> (1194).....	233
FIGURA 129: FORAL DE BELMONTE (1199)	234
FIGURA 130: FORAL DE BELMONTE (1510)	243
FIGURA 131: CONDES DE BELMONTE (GENEALOGIA)	261
FIGURA 132: CONDES DE CARIA (GENEALOGIA).....	262
FIGURA 133: VISCONDES DE TINALHAS (GENEALOGIA)	263
FIGURA 134: SOLAR QUEVEDO DE PESSANHA (GENEALOGIA).....	264
FIGURA 135: RELAÇÃO DE MORADORES DA FREGUESIA DE CARIA - 1838 (FOLHA 7)	266
FIGURA 136: RELAÇÃO DE MORADORES DA FREGUESIA DE CARIA - 1838 (FOLHA 8)	267
FIGURA 137: RELAÇÃO DE MORADORES DA FREGUESIA DE CARIA - 1838 (FOLHA 15)	270
FIGURA 138: RELAÇÃO DE MORADORES DA FREGUESIA DE CARIA - 1838 (FOLHA 16)	271
FIGURA 139: OBITUÁRIO DE CARIA (1836) – 1/2	275
FIGURA 140: OBITUÁRIO DE CARIA (1836) – 2/2	276
FIGURA 141: AHM_DIV_3_1_43_52 (ANO 1861).....	279
TABELA 1: AQUISIÇÕES DOS BISPOS DE COIMBRA NO CONCELHO DE BELMONTE (1234-1267)	57
TABELA 2: CONDES, VISCONDES E BARÕES DE PORTUGAL (1835-1836)	75
TABELA 3: MINAS EXISTENTES NO CONCELHO DE BELMONTE.....	102
TABELA 4: RESIDENTES NO ULTRAMAR (FONTE: JORNAL <i>CONCELHO DE BELMONTE</i>)	110
TABELA 5: GUERRA NO ULTRAMAR (FONTE: JORNAL <i>CONCELHO DE BELMONTE</i>).....	113
TABELA 6: JORNAIS PUBLICADOS NO CONCELHO DE BELMONTE	115
TABELA 7: NÔMES DE NATURAIS E RESIDENTES NO CONCELHO DE BELMONTE QUE CONSTAM DA <i>COLEÇÃO DE LISTAS IMPRESSAS E MANUSCRITAS DOS AUTOS DA FÊ PÚBLICOS E PARTICULARES DA INQUISIÇÃO DE LISBOA</i> ..	127
TABELA 8: PATRIMÓNIO DOCUMENTAL DO CONCELHO DE BELMONTE	188

1. INTRODUÇÃO

Esta obra apresenta o resultado do estudo científico executado com base nas fontes documentais disponíveis e tem como objectivo contribuir para o conhecimento da história e património do Concelho de Belmonte desde a pré-história até à época contemporânea. Apesar de serem apresentados novos factos ficarão, certamente, por desvendar outros episódios e, inevitavelmente, outros caminhos de investigação. Esta obra é, por isso, um contributo que fornece pistas fundamentais para o contínuo conhecimento do passado desta região, pois o *detective do passado* confronta-se com uma realidade imutável que se desvenda gradualmente nas mais diversas vertentes.

O Concelho de Belmonte pertencente ao distrito de Castelo Branco, Comarca da Covilhã e Bispado da Guarda, é constituído actualmente pelas freguesias de Caria, Inguias, Belmonte, Maçaínhas, Colmeal da Torre e pelos lugares de Malpique, Gaia, Carvalhal Formoso, Monte do Bispo, Quinta Cimeira, Belmonte-Gare e Olas. A ocupação humana é bastante antiga e os vestígios arqueológicos da época romana são abundantes.

A origem do Concelho de Belmonte remonta ao século XII e está relacionado com dois acontecimentos principais: (i) Foral de Belmonte concedido em 1199 por D. Sancho I; (ii) e o movimento da Reconquista Cristã e do Repovoamento. O Concelho de Belmonte foi formado a partir dos territórios que se destacaram do vasto Concelho da Covilhã ao qual ficou subjugado juridicamente até 1385. O Concelho de Belmonte abrangia inicialmente uma área mais vasta mas a constituição de outros concelhos acabou por obrigar à cedência de determinados territórios. Um desses territórios era Valverde, local que se chamaria Vale Florido na época medieval, e que foi até, ao século passado, um exemplo da sobrevivência do sistema senhorial embora em moldes mais modernos.

No foral de D. Sancho I¹ constata-se que Caria ficou a pertencer ao termo da Covilhã e que, no foral de D. Manuel de 1510², Caria ainda não integrava o Concelho de Belmonte. A 7 de Setembro de 1895, o Concelho de Belmonte foi extinto e anexado ao Concelho da Covilhã. Aquando da restauração do Concelho de Belmonte, em 1899, Caria já o integrava.

Nesta obra são abordados assuntos relevantes tais como a questão das jurisdições em relação a Belmonte e Caria ao longo da Idade Média. No caso de Belmonte estão presentes questões motivadas pela influência de bispos de Coimbra e da Guarda; no caso de Caria, pelo

¹ Vide Anexo 1.

² Vide Anexo 2.

herdamento que esteve na posse dos Bispos da Guarda com características bastante peculiares no que respeita à sua governação.

Belmonte, Caria, Inguias e Olas são localidades do Concelho de Belmonte que se salientam pela importância que tiveram na época medieval correspondendo a locais referenciados em diversos documentos relacionados com contendas, aprazamentos ou aforamentos nos quais são intervenientes bispos, papas, reis e posteriormente os Cabrais.

Até ao século XIV observou-se a predominância do poder dos Bispos de Coimbra em Belmonte tendo este sido afectado a partir do século XIII pela acção dos Bispos da Guarda cuja diocese havia sido restaurada. A partir do século XIV impõem-se os alcaides³ que em Belmonte estiveram sempre ligados à família Cabral.

Enquanto território de fronteira, observa-se que o Concelho de Belmonte e as localidades que o integram apresentam matizes históricas bastante características, reveladoras da participação activa na defesa da independência e nas guerras travadas por Portugal. Por essa razão, é possível comprovar e depreender o envolvimento da região e dos seus habitantes nas Guerras Fernandinas, na Crise de 1383-1385, na Restauração da Independência, nas campanhas militares no norte de África integradas na Expansão Quatrocentista, nas Invasões Francesas, na I Grande Guerra Mundial ou na Guerra Colonial.

Relativamente à caracterização demográfica do Concelho de Belmonte, apresentam-se dados gerais que só poderão ser complementados pelo estudo sistemático das fontes documentais existentes e pelo cruzamento de dados recolhidos.

A Figura 1 apresenta a evolução do número de habitantes na vila de Belmonte entre 1496 e 1866.

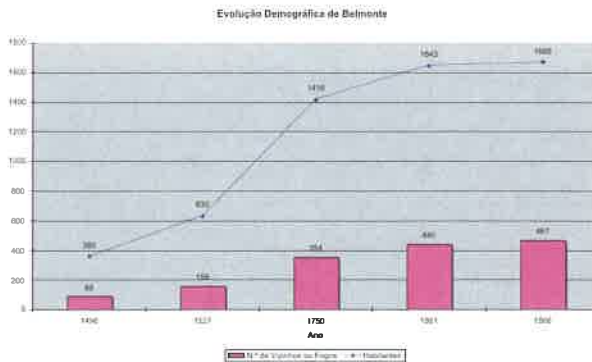


Figura 1: Evolução Demográfica de Belmonte (1496-1866)

³ Representantes do Rei.

A Figura 2 apresenta a evolução do número de habitantes na localidade de Caria entre 1821 e 1970.

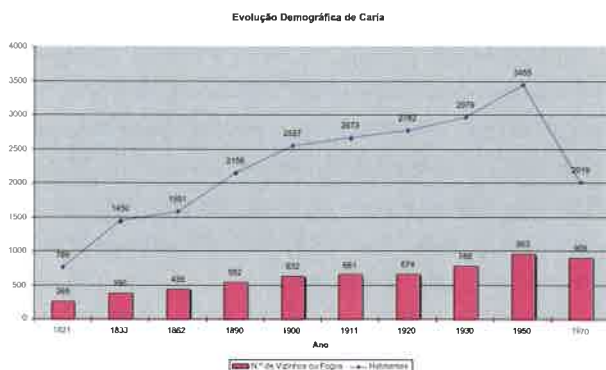


Figura 2: Evolução Demográfica de Caria (1821-1970)

De salientar que o envolvimento em guerras, homiziados, o surgimento de pestes, a vinda de Judeus e a emigração foram factores que influenciaram a evolução demográfica do Concelho de Belmonte.

A Figura 3 apresenta a distribuição da população pelas várias localidades do Concelho de Belmonte em 1750. Como é possível constatar, Belmonte e Caria tinham o maior número de habitantes do concelho.

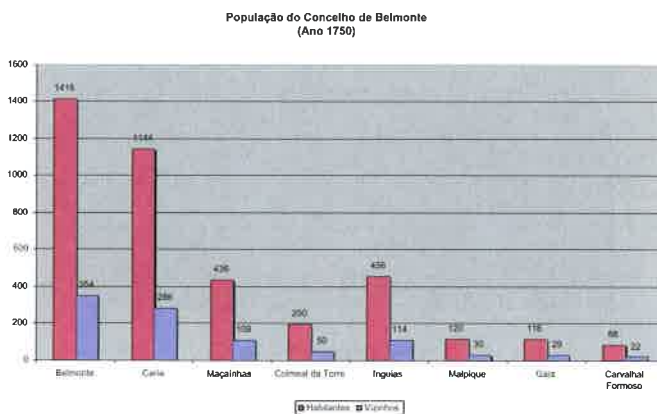


Figura 3: População do Concelho de Belmonte (1750)

Relativamente à caracterização económica do Concelho de Belmonte é possível constatar que sempre predominaram as actividades agrícolas, comerciais, mineiras e que a indústria de lanifícios surgiu na época contemporânea. Na época romana, os vestígios arqueológicos encontrados confirmam que no Concelho de Belmonte predominava a agricultura e a metalúrgica. Da época medieval à moderna as actividades desenvolvidas na região continuavam a relacionar-se com a agricultura e com a pastorícia cuja exploração assenta num modelo senhorial, embora fosse já predominante como noutros locais do país, a existência de oficinas artesanais e de um comércio regular estimulado pela expansão e descobrimentos portugueses e pela existência de uma comunidade criptojudáica no concelho.

Na época contemporânea, o Concelho de Belmonte apresentava ainda um tipo de exploração de terras com características semelhantes às de um senhorio. Os grandes proprietários seriam ainda os Cabrais, mas surgem novas personalidades - exemplos de uma sociedade liberal.

A Figura 4 apresenta a distribuição de ofícios para as localidades de Belmonte, Caria, Inguia e Maçainhas no ano de 1861 (vide anexo 7).

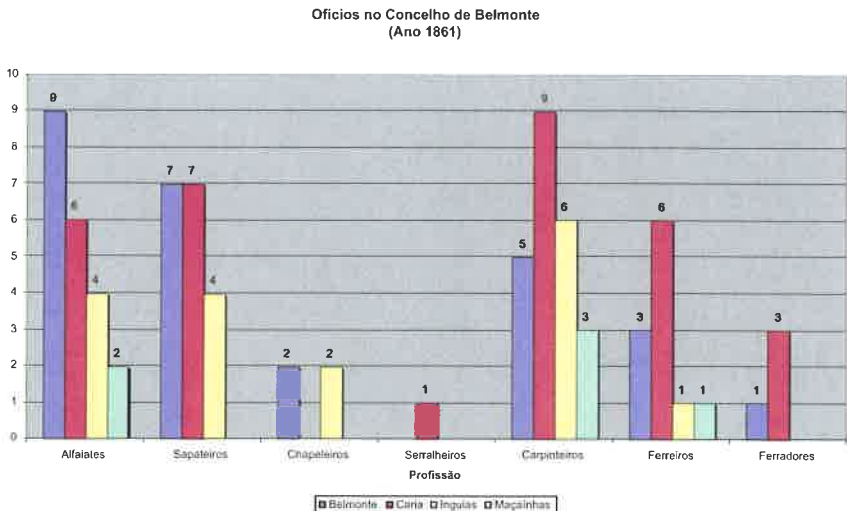


Figura 4: Ofícios no Concelho de Belmonte (1861)

O estudo de David Augusto Canelo, “*Senhores, Cabrais e Camponeses*” mostra que no início do século XIX ainda predominam as actividades anteriormente referidas. Nos *Mapas estatísticos do Concelho de Belmonte*⁴ é possível observar informação relativa à produção agrícola e ofícios existentes em cada localidade do concelho. No século XX surgem as indústrias de lanifícios, as confecções, verificando-se ainda um ressurgimento da exploração mineira onde intervieram diversas empresas estrangeiras.

Devido à sua transição e História, o Concelho de Belmonte mantém um património imóvel e documental rico e vasto que possibilita e dá suporte à investigação da história do concelho. Nesta obra é apresentado grande parte desse património.

Várias são as personalidades com relevância histórica, naturais do Concelho de Belmonte, entre as quais se destaca Pedro Álvares Cabral, filho e neto de alcaides de Belmonte que marcou a História de Portugal pelo Descobrimento do Brasil. Delas se apresenta, nesta obra, uma breve biografia.

A comunidade judaica teve, desde muito cedo, uma intervenção no concelho tendo sido feita, por isso, uma análise global da história dos judeus, dos cristãos-novos e criptojudeus ao longo dos tempos.

Por último, as lendas e contos, enquanto marca de uma sociedade ou região constituindo, por vezes, o ponto de partida para estudos em diversas áreas nomeadamente Histórica e Etnográfica. Algumas dessas lendas e contos são apresentados nesta obra possibilitando um melhor entendimento e cruzamento com os acontecimentos históricos.

⁴ A.H.M., DIV./3/1/43/52; DIV./3/1/43/53; DIV./3/1/43/54.

2. DA PRÉ-HISTÓRIA AOS ROMANOS

Os estudos realizados sobre a ocupação humana desta região na Pré-História não permitiram aferir quaisquer vestígios de ocupação Paleolítica. Desconhecem-se povoados Neolíticos ou Calcolíticos mas registam-se a existência de alguns monumentos megalíticos, de castros e de abundantes vestígios da época romana. Neste capítulo serão abordados os vestígios arqueológicos encontrados e estudados no espaço do Concelho de Belmonte.

No início do século XX, Tavares Proença Júnior registou uma Necrópole constituída por sete antas na zona das Inguias e recolheu seis machados de pedra polida⁵, que se encontram actualmente no Museu Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco⁶. As antas terão sido entretanto destruídas mas os machados mantêm-se no respectivo museu. As Antas consideradas monumentos funerários, quase sempre colectivos e característicos da civilização Neolítica, são expressão artística e religiosa da Cultura Megalítica que testemunha a crença na vida para além da morte.

Na freguesia de Caria, mais propriamente na Quinta da Anta, existiu uma Anta que recentemente apresentava ainda a câmara, o corredor e parte da mamoa. No espólio da Câmara Municipal de Belmonte encontra-se um fragmento de uma faca de sílex recolhida nesse local.⁷

2.1. Os Castros de S. Geraldo e da Chandeirinha

No que respeita à Idade do Bronze e do Ferro (1600 a.C. a 100 a.C.) registam-se o Castro/Povoado de S. Geraldo, na freguesia de Caria, e o Castro da Chandeirinha, na Serra da Boa Esperança pertencente à freguesia de Belmonte. Inclui-se também como vestígio desta época, ainda que sob a forma de suspeita, uma estela funerária ou pedra tumular que se encontra integrada na Capela do Espírito Santo, em Maçainhas e que encima a porta, já que as suas inscrições lembram as tampas das necrópoles da Idade do Bronze.

O Castro/Povoado de S. Geraldo, datável da Idade do Bronze Final ou da Idade do Ferro, apresenta dois núcleos ocupacionais distintos (um localizado no extremo Sul e outro

⁵ Números de inventário no Museu Francisco Tavares Proença Júnior: 10.888, 10.1637, 10.1701, 10. 1692, 10.1829.

⁶ Manuel Marques, "*Concelho de Belmonte - Memória e História*", CMB, Belmonte, 2001, p.39; António Augusto da Cunha Marques, "*Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Belmonte*" in *Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 2000.

⁷ *Ibidem*.

no lado Sudeste) onde foram recolhidos alguns vestígios de cerâmica e um movente de uma mó manual⁸ que se encontravam à superfície.

Este local arqueológico, próximo da vila de Caria, foi referenciado no *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses* pelo o autor João de Almeida que o descreve da seguinte forma: “um Castro Lusitano, situando a 576 metros de altura no Monte de Caria que se levanta a cavaleiro da planície onde corre a ribeira de S. Sebastião situada a cerca de 1,5 km a nordeste da povoação de Caria e a 6,5 km a sul de Belmonte.” No que se refere à altura em que terá sido abandonado, o autor salienta que após a ocupação dos romanos, os lusitanos teriam sido forçados a habitar no castelo por estes edificado na povoação e que serviria de guarda à estrada militar que, vinda de Idanha-a-Velha seguia por Belmonte para a Guarda. Suspeita-se que o castelo ou fortaleza da povoação se situaria no mesmo local onde actualmente se encontra a Casa da Torre, da qual falaremos mais adiante. Por agora salientamos o facto de junto à Casa da Torre terem sido detectados alguns vestígios cerâmicos romanos à superfície.⁹

O Castro da Chandeirinha, situado na extremidade da Serra da Boa Esperança, do lado oposto ao Castelo de Belmonte, sobranceiro à aldeia de Malpique, data da Idade do Bronze Final ou da Idade do Ferro e conserva ainda parte da muralha em talude. À superfície, é possível recolher alguns fragmentos cerâmicos.

A tradição oral chamava-lhe Castelo da Serra, facto que acaba por estar ligado ao topónimo com que a mesma designava a serra de onde o Castro da Chandeirinha e o Castelo de Belmonte dominam a paisagem – Montes Crestados.

Manuel Marques na sua obra *Concelho de Belmonte – Memória e História* descreve toda a envolvência deste Castro salientando a existência de diversas covas e moinhos de pilão assim como todo o processo de descoberta, datação e proposta de classificação.¹⁰

Estes vestígios ainda por explorar do ponto de vista arqueológico testemunham um período histórico que muitas vezes identificamos como cultura castreja ou povos pré-romanos.

Do conhecimento existente, através de estudos realizados em outros locais, de um modo geral os povos pré-romanos do nosso território habitavam em recintos fortificados, localizados num outeiro ou num monte, como é o caso do povoado de S. Geraldo de Caria ou do Castro da Chandeirinha. As habitações eram feitas de pedra, geralmente com formato redondo cobertas de colmo, sendo cercadas por vários anéis de muralhas. A população de

⁸ Depositada na Câmara Municipal de Belmonte.

⁹ António Augusto da Cunha Marques, “Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Belmonte” in *Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 2000

¹⁰ Manuel Marques, “Concelho de Belmonte – Memória e História”, CMB, Belmonte, 2001, p.32 a 34

cada Castro (*gentilias*) seria um agrupamento de várias famílias patriarcais do mesmo sangue que para além de serem guerreiros, viviam da agricultura, da pastorícia e da metalurgia.

Quando os romanos iniciaram a conquista da Península Ibérica, em 218 a. C., altura em que Cneu Cipião desembarcou com as suas tropas em Ampúrias, encontravam-se no actual território português vários povos: (i) os *Conii* e os *Celtici* que ocupavam a região a sul do Tejo e boa parte do actual Alentejo e Algarve; (ii) os *Lusitani* na zona centro do país, e os; (iii) *Gallaeci* a norte do rio Douro. Nessa altura os romanos eram um povo organizado com um vasto império que dominava todo o mar Mediterrâneo. A sua vinda para a Península Ibérica relacionou-se, inicialmente, com as lutas que estes tinham com os Cartagineses¹¹ pelo domínio do Mediterrâneo. Contudo após a derrota dos Cartagineses destes, os romanos decidiram permanecer na Península Ibérica e conquistar estas terras.

Os Lusitanos¹² eram povos de origem indo-europeia, pré-célticos que se terão estabelecido na região montanhosa da Beira Interior no período do Bronze Final. Foram os principais adversários dos romanos e ficaram conhecidos pelo seu carácter temerário. O seu chefe mais conhecido foi Viriato. Viviam da pastorícia e do saque. Desciam frequentemente às terras a sul do Tejo e ao vale de Guadalquivir, em expedições para praticar o saque.

O primeiro encontro entre os Lusitanos e os Romanos ocorreu em 194 a.C.¹³. Segundo relato de historiadores antigos, as lutas entre ambos os povos assim como a resistência oferecida pelos mesmos duraram até 19 a.C., altura em que os romanos conseguiram dominar completamente a Península Ibérica.

O período que antecedeu a vinda dos romanos para a Península Ibérica e que corresponde à época em que os Lusitanos dominavam a região onde hoje se integra o Concelho de Belmonte não está ainda estudado em profundidade.

Em Pousafoles, no actual Concelho do Sabugal, encontrou-se um dos poucos vestígios lusitanos relacionado com os rituais e crenças religiosas. Foi no conhecido Cabeço das Fráguas, pertencente a Belmonte na época Medieval, que ficou documentado sob a forma de inscrição em língua lusitana um múltiplo sacrifício no qual se ofereceram três tipos distintos de animais: porco, ovelha e touro¹⁴. Mas os vestígios arqueológicos mais significativos do Concelho de Belmonte e da Região da Cova da Beira, onde se insere, são precisamente do

¹¹ Povo de comerciantes do norte de África que tinha fundado algumas cidades na Península Ibérica onde faziam trocas comerciais com as tribos locais.

¹² Segundo Jorge Alarcão este seria o nome colectivo atribuído a povos que habitavam a Beira Interior in "O Domínio Romano em Portugal", Publicações Europa-América, Mem Martins, 2ª edição, 1988, p. 16.

¹³ Jorge Alarcão, "O Domínio Romano em Portugal", Publicações Europa-América, Mem Martins, 2ª edição, 1988, p. 17

¹⁴ João Medina, (dir.), "História de Portugal, O Mundo Luso - Romano", Vol. II, Clube Internacional do Livro, Lisboa, 1997, p. 138

período romano. Salientam-se *Centum Cellas* e a Quinta da Fórnea, duas *villas* romanas recentemente estudadas por arqueólogos.

2.2. *Centum Cellas*

Este local conhecido por Torre *Centum Celas* ou Torre de São Cornélio¹⁵ tornou-se um dos mais enigmáticos monumentos¹⁶ desta região facto que acabou por originar um sem número de lendas e estudos. Lendas como a de que a torre foi construída por uma mulher que carregava o filho às costas, ou que enterrado na porta de entrada se encontraria um bezerro de ouro, ou ainda que a sua sombra galgava montes, animavam a imaginação colectiva e motivaram vários estudiosos a debruçarem-se sobre o assunto.



Figura 5: Centum Cellas

Ao longo dos tempos diversas foram as hipóteses levantadas acerca da sua funcionalidade. De seguida, são apresentadas algumas dessas hipóteses:

- **Pinho Leal** (1874) atribuiu à torre as funções de atalaia, acreditando que a mesma teria sido reedificada por D. Dinis mas que originalmente seria de fundação romana, acreditando que existiria uma pequena povoação em seu redor.
- **Virgílio Correia** (1928) supôs tratar-se de um santuário de fundação romana isolado.¹⁷

¹⁵ A tradição refere a torre como o local onde S. Cornélio esteve enclausurado.

¹⁶ Monumento Nacional, N.º IPA: 0501030002.

¹⁷ Virgílio Correia, "O Domínio Romano", in Peres, Damião (dir.) *História de Portugal I*, Barcelos, 1928, p. 215-290.

- **General João Almeida** (1945) adoptando a tradição popular, assumiu tratar-se da Torre onde esteve encarcerado o Papa S. Cornélio.¹⁸
- **Adriano Vasco Rodrigues** (1962) disse tratar-se de um *Praetorium*, i.e. núcleo de um acampamento romano, em virtude deste se situar nas proximidades de uma via romana.¹⁹
- **Manuel J. Calais** (1984) estudou a arquitectura do edifício e depois de encontrar paralelos com as construções egípcias e gregas, defendeu tratar-se de um templo que os romanos utilizavam para fins não religiosos.
- **Aurélio Ricardo Belo** (1964 e 1966) disse tratar-se de um *mansio* (i.e. estação de muda) fortificado.
- **Jaime Lopes Dias** (1972) levantou a hipótese de ser o que resta de uma cidade.
- **Jorge Alarcão** (1988) acreditou tratar-se de parte de uma *villa* romana.
- **Vasco Mantas** (1990) considerou trata-se de um *mansio* ou um *mutatio* (i.e. albergaria para descanso dos viajantes) de via romana Mérida-Braga.

As primeiras escavações realizadas em *Centum Cellas* por Aurélio Ricardo Belo, na década de 50, permitiram datar a utilização do edifício (século I ao IV-V), demonstrando que esta torre não estava isolada, contudo só com as campanhas arqueológicas levadas a cabo sob a coordenação de Helena Frade em 1993 e 1994 se pode comprovar a real funcionalidade bem como a estrutura completa deste edifício. Foi possível concluir que se tratava de uma *villa* romana e que a parte posta a descoberto corresponderia à *pars urbana* da mesma. Terá sido construída nos inícios do século I d.C. e sofrido um incêndio nos finais do século III, altura em que foi remodelado. O seu proprietário, *Lucius Caecilius*, viveria da exploração agrícola e da exploração e comercialização do estanho. A torre seria o núcleo central de um conjunto de estruturas arquitectónicas, sendo também a parte mais alta, em função da qual se desenvolvia toda a residência.

No que respeita à construção propriamente dita de *Centum Cellas*, sobretudo a torre, apresenta aparelho cuidado, em que as técnicas de entalhe e encaixe da pedra são pouco habituais em edifícios desta natureza revelando que o proprietário seria fortemente imbuído do gosto romano assim como o arquitecto conhecedor das técnicas e preceitos clássicos.

¹⁸ João Almeida, “*Rotreiro dos Monumentos Militares Portugueses*”, Edição do Autor, Lisboa, 1945.

¹⁹ Adriano Vasco Rodrigues, “*A Torre Centum Celas*”, in *Primeiro de Janeiro*, 18-10-1960

Assim, pode afirmar-se que a construção do edifício observou preceitos ditados por Vitruvius, no que se refere às paredes e pés direitos bem apurados e só a sua rigorosa aplicação explica a sobrevivência, na torre, de paredes com cerca de 12 metros de altura.

Segundo Helena Frade²⁰, de acordo com as escavações realizadas, existiu um núcleo primitivo, construído em redor da Torre, na parte sul da *villa*, onde existem os vestígios com maior imponência. As sucessivas reformas e acrescentos estenderam-se para norte o que acabou por transformar a planta quadrangular inicial, resultando num edifício rectangular, simétrico, estruturado em torno de um pátio. A arqueóloga Helena Frade, acrescenta que existem vários aspectos relacionados com a localização e construção do edifício que demonstram a romanidade do mesmo, nomeadamente o aspecto harmonioso e funcional do edifício, a sua localização no cimo de uma colina, exposto ao sol e aos bons ventos, mas ao mesmo tempo protegido dos ventos frios do norte por uma sucessão de montes com maior altitude, a sua proximidade de uma nascente e de um curso de água, bem como de uma estrada que ligava Mérida e Braga, que assegurava as comunicações mas que ao mesmo tempo, devido à existência de um certo distanciamento desta permitia assegurar uma boa defesa dos ladrões. A própria planta do edifício permitia que se fechassem as portas de maneira a que fosse possível o isolamento do exterior salvaguardando pessoas e bens. A grande sala que existiria no primeiro andar da torre e a pérgula abrir-se-iam para sul, de acordo com o recomendável para climas temperados; a cozinha situava-se na zona mais quente da casa e as caves foram aproveitadas para armazenar os produtos que necessitassem de maior frescura para serem conservados.

A torre propriamente dita teria dois andares. O rés-do-chão tinha várias salas e era uma área de serviços. No primeiro andar existiria uma sala ampla com várias janelas e portas que davam acesso para uma varanda protegida por um telhado que era suportado por colunas toscanas. Nas paredes ainda são visíveis os agulheiros onde encaixavam as asnas de madeira que suportavam o referido telhado que cobria a varanda, a toda a volta da torre. Ao nível do primeiro andar é visível ainda uma cornija, no interior e exterior, onde assentava a madeira dos pavimentos. Teria telhado a duas águas, sendo o remate superior das paredes norte e sul em forma de frontão triangular.

As restantes divisões, como foi referido, dispunham-se em U, de ambos os lados da torre delimitando o pátio central. Destaca-se uma sala com absíde ou larário, construída certamente após o incêndio, onde se faria o culto aos deuses. Nessa sala foram encontradas sete aras.

²⁰ Helena Frade, "*Centum Celas, uma villa romana na Cova da Beira*", Dissertação de Mestrado em Arqueologia - FLUC, Coimbra, 2002

Lucius Caecilius, o proprietário da *villa Centum Cellas*, e os seus descendentes terão vivido neste local durante quatro séculos, prosperando com a exploração agrícola do seu *fundus* e da exploração do estanho que abundava na região²¹. O espólio recolhido durante as diversas campanhas arqueológicas testemunha essas mesmas actividades económicas.

As escavações dirigidas por Aurélio Ricardo Belo entre 1958 e 1960 em redor da torre permitiram recolher o espólio que seguidamente se menciona e que actualmente se encontra no Museu Francisco Tavares Proença Júnior em Castelo Branco:

- Moedas²², Fíbula²³, Lucerna²⁴, Vaso²⁵, Fragmento de Vaso²⁶, Alfinete de toucado em bronze²⁷, Alfinete em Cobre²⁸, Conta de colar em ouro²⁹, Fivela³⁰, Cerâmica Vária: Bordos³¹, Cacos³², Bojo³³, Asa³⁴, Fundo³⁵, Testo³⁶, Tessela³⁷, Escórias³⁸, Espécie de Mineral (Volfrâmio Tungsténio)³⁹, Pregos de Ferro⁴⁰, Enxó de ferro⁴¹, Escopro de ferro⁴², Machado de pedra polida⁴³, Movente - Percutor⁴⁴, Esquirola⁴⁵,

²¹ Helena Frade, “*Centum Cellas, uma villa romana na Cova da Beira*”, Dissertação de Mestrado em Arqueologia - FLUC, Coimbra, 2002, p. 152

²² N° de inventário: 61.1, 61.3, 61.2, 61.4, 61.6, 61.5.

²³ Espécie de broche que os Romanos e Gregos utilizavam para prender os vestidos e túnicas. N° de inventário: 61.17, 61.15.

²⁴ N° de inventário: 61.94,61.95,61.96,61.97.

²⁵ N° de inventário: 61.150.

²⁶ N° de inventário: 84.94, 84.98.

²⁷ N° de inventário: 61.16.

²⁸ N° de inventário: 61.12.

²⁹ N° de inventário: 61.18.

³⁰ N° de inventário: 61.10, 61.183.

³¹ N° de inventário: 61.40, 61.51, 61.71, 61.72, 61.73, 61.74, 61.111, 61.116, 61.118, 61.126, 61.133, 61.137, 61.138, 61.139, 61.145, 61.147, 61.148, 61.149,61.161, 61.163, 61.166, 61.172,61.177,84.93, 84.97.

³² N° de inventário: 61.43, 61.44, 61.45, 61.46, 61.47, 61.48, 61.49, 61.50, 61.52, 61.53, 61.54, 61.56, 61.57, 61.65, 61.67, 61.75, 61.79, 61.78, 61.80, 61.81, 61.82, 61.83, 61.85, 61.86, 61.87, 61.105, 61.106, 61.107, 61.109, 61.112, 61.113, 61.117, 61.119, 61.121, 61.122, 61.123, 61.125, 61.127, 61.128, 61.129, 61.131, 61.132, 61.134, 61.140, 61.141, 61.146, 61.151, 61.153, 61.154, 61.156, 61.158, 61.159, 61.162, 61.164, 61.165, 61.167, 61.169, 61.170, 61.171, 61.173, 61.178, 61.179, 61.181.

³³ N° de inventário: 61.42.

³⁴ N° de inventário: 61.55, 61.70, 61.76, 61.136, 61.180.

³⁵ N° de inventário: 61.58, 61.59, 61.60, 61.61, 61.63, 61.69, 61.77, 61.84, 61.108, 61.110, 61.114, 61.115, 61.120, 61.124, 61.130, 61.135, 61.142, 61.152, 61.155, 61.157, 61.160, 61.168.

³⁶ N° de inventário: 61.143.

³⁷ Pedra quadrangular para revestir pavimentos. N° de inventário: 61.88, 61.89, 61.90, 61.91, 61.92, 61.93.

³⁸ N° de inventário: 61.28, 61.30, 61.31,61.32, 61.33, 61. 34, 61.35,61.36, 61.37, 61.98, 61.99, 61.102.

³⁹ N° de inventário: 61.29.

⁴⁰ N° de inventário: 61.19, 61.20, 61.21, 61.22, 61.23,61.24.

⁴¹ N° de inventário: 61.25.

⁴² N° de inventário: 61.9.

⁴³ N° de inventário: 61.27.

⁴⁴ N° de inventário: 61.175, 61.176.

⁴⁵ Lasca de sílex. N° de inventário: 61.182.

- Carimbo para Cerâmica de Ferro⁴⁶, Peso de Tear⁴⁷, Peso de rede⁴⁸, Mascarão de Bronze⁴⁹, Placa decorada de Bronze⁵⁰, Terminal de asa de situla em bronze⁵¹.

Durante as campanhas arqueológicas coordenadas por Helena Frade foram recolhidos os seguintes objectos: Moedas – 3 *Follis* de Constantino⁵², 2 *Follis* de Constantino II⁵³, 1 Antoniniano de 263 d. C.⁵⁴, 1 Antoniniano de finais de 273 d.C.⁵⁵, 2 *Sestércio* de Adriano⁵⁶, 1 *Fóllis* de Galério Maximo⁵⁷, 1 Antoniniano de Cláudio II⁵⁸, 1 *Sestercio* de Filipe I⁵⁹, 1 Asse de Cláudio I⁶⁰, 1 Asse de Tibério⁶¹, 1 *Sestércio* de 251-253 d. C.⁶², 1 Antoniano de Galieno⁶³, 2 AE2 de Graciano⁶⁴, 1 *Solidus* de Valentiniano II⁶⁵ e 1 *Follis* de 322-323 d. C.⁶⁶, Fuste e capitel toscano⁶⁷, Botão de Bronze com engaste⁶⁸, Lucerna de volutas⁶⁹, Tampa de esgoto em cerâmica⁷⁰, Lígula em Cobre⁷¹, Peso de Chumbo⁷², Pote alti-medieval⁷³, Faca completa com lâmina de ferro e cabo de bronze decorado⁷⁴, Pinça em bronze⁷⁵, Tampa de Lucerna⁷⁶, Dobradiça em bronze⁷⁷, Parte de grade de uma janela⁷⁸, *Situla*⁷⁹, Tenaz de forja⁸⁰, Aro de

⁴⁶ N^o de inventário: 61.26.

⁴⁷ N^o de inventário: 61.39, 61.41.

⁴⁸ N^o de inventário: 61.174.

⁴⁹ N^o de inventário: 61.104.

⁵⁰ N^o de inventário: 61.11.

⁵¹ N^o de inventário: 61.13.

⁵² Camada 1 – Sala XXXI; Camada 1 f – Pátio LI; Camada 2h – Sala XII; Camada 34 – Sala XXIII.

⁵³ Camada 51g – Sala XL; Camada 28a – Pátio LI.

⁵⁴ Camada 1b – Sala XI.

⁵⁵ Camada 2h – Sala XII.

⁵⁶ Camada 1b – Pátio LI; Camada 33 – Sala XXIII.

⁵⁷ Camada 26 – Pátio LI.

⁵⁸ Camada 2a – Sala XIII.

⁵⁹ Camada 2h – Sala XII.

⁶⁰ Camada 2i – Sala XVIII.

⁶¹ Camada 13 – Sala III.

⁶² Camada 29a – Pátio LI.

⁶³ Camada 29c – Pátio LI.

⁶⁴ Camada 44a – Sala XXVIII; Camada 51f – Sala XXXVIII.

⁶⁵ Camada 48b – Sala XXII.

⁶⁶ Camada 51g – Sala XL.

⁶⁷ Camada 2h – Sala XII.

⁶⁸ Camada 2 – Sala XIV.

⁶⁹ Camada 2b – Sala XIII.

⁷⁰ Camada 3^a – Pátio LI.

⁷¹ Camada 14, junto às escadas para o primeiro andar.

⁷² Camada 15 – Sala XV.

⁷³ Camada 29^a – Pátio LI.

⁷⁴ Camada 33 – Sala XXIII.

⁷⁵ Camada 33 – Sala XXIII.

⁷⁶ Camada 33 – Sala XXIII.

⁷⁷ Camada 42 – Sala LIV.

⁷⁸ Camada 48 – Sala XXXVIII.

⁷⁹ Camada 48 – Sala XXXVIII.

⁸⁰ Camada 48b – Sala XXXII.

Bronze, com cerca de 2 cm de diâmetro⁸¹, Aras do Larário⁸², Brinco e Objecto de Bronze⁸³, Asa de Braseira em Bronze⁸⁴, Fragmento de Lucerna⁸⁵, Lucerna⁸⁶, Fundo de taça de bronze⁸⁷, Objecto de Bronze⁸⁸, Fragmento de *tegula* com marcas de um sapato⁸⁹, Chave⁹⁰, Aro em Bronze⁹¹.

ALGUMAS IMAGENS DE ESCAVAÇÕES E OBJECTOS ENCONTRADOS



Figura 6: Aspecto da escavação orientada por Helena Frade



Figura 7: Elemento de Bronze com a cabeça de Júpiter Amon



Figura 8: Asa de Braseira em Bronze (Camada 52b - sala XXXIV)

⁸¹ Camada 51f - Sala XXXVIII.

⁸² Camada 51g - Sala XL.

⁸³ Camada 51g - Sala XL.

⁸⁴ Camada 52b - Sala XXXIV.

⁸⁵ Camada 52c - Sala XXXVII.

⁸⁶ Camada 521 - Pórtico.

⁸⁷ Camada 52e - Sala XXXIX.

⁸⁸ Camada 53b - Sala XLV.

⁸⁹ Camada 53b - Sala XLV.

⁹⁰ Camada 56^a - Sala XLV.

⁹¹ Camada 73 - Tanque 2 - Sala XXVIII.



Figura 9: Antoniniano de 263 d.C. (Camada 1b - sala XI)



Figura 10: Follis de Constantino (S E - sala XXXVIII)



Figura 11: Follis de Constantino (Camada 1 - sala XXXI)



Figura 12: Sestércio de Adriano (Camada 1b - pátio LI)



Figura 13: Solidus de Valentiniano II (Camada 48b - sala XXII)



Figura 14: Tenaz de forja



Figura 15: Tampa de lucerna em bronze (Camada 33 - sala XXIII)



Figura 16: Ara epigrafada



Figura 17: Pote Alti-Medieval

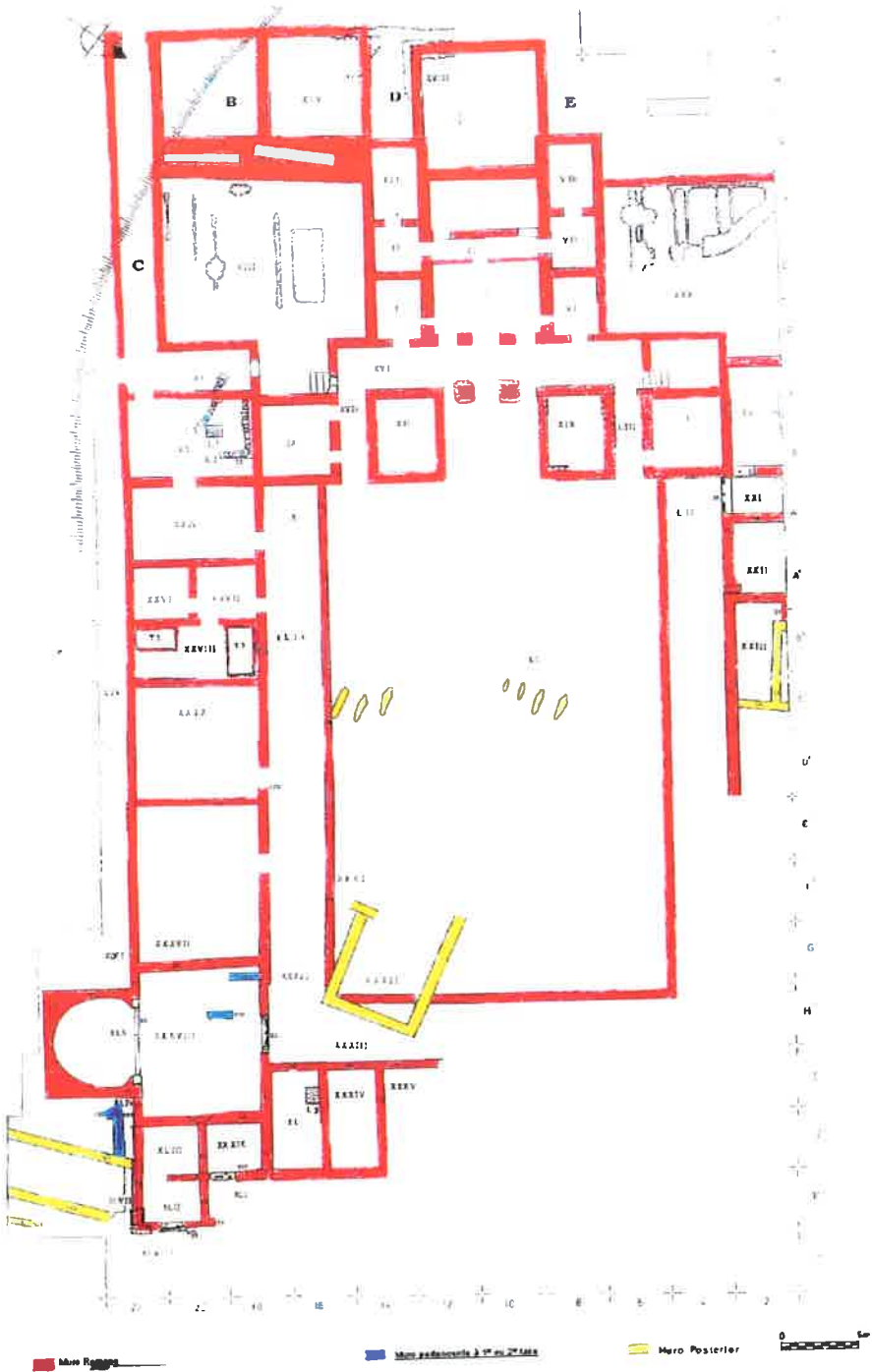


Figura 18: Planta do Centum Cellas, in “Centrum Cellas, uma villa romana na Cova da Beira” de Helena Frade

A reutilização do local ou continuidade da sua ocupação na época medieval encontra-se documentada pela existência de um conjunto de sepulturas medievais próximas das fundações da Capela de S. Cornélio (outrora aí existentes) que foram identificadas nas campanhas arqueológicas coordenadas por Helena Frade. Esta Capela que teria desaparecido no século XVIII era referida da seguinte forma nas *Inquirições Paroquiais* de 1758 – “*junto a Capella de S. Cornélio, está huma torre antiquíssima*”⁹². Supõe-se que na época medieval a torre terá sido utilizada como atalaia sobretudo se se atender ao facto de *Centrum Cellas* ter recebido foral em 1194 e de constar em referências documentais relacionadas com doações de povoações cedidas por D. Sancho I à Sé de Coimbra.

2.3. A *villa* romana da Quinta da Fórnea

Na Quinta da Fórnea foram descobertas em 1998, por ocasião da construção da Auto-Estrada (A23) da Beira Interior, uma *villa* romana dos séculos II a IV d.C. e uma necrópole que constituem dois núcleos aparentemente distintos mas que podem estar relacionados. Devido ao seu distanciamento acabaram por ser separados pela auto-estrada.

A nordeste da estrada entre Belmonte e Caria foi posta a descoberto a *villa* romana onde dominam as estruturas residenciais. As escavações arqueológicas permitiram identificar um núcleo central correspondente à residência do proprietário ou senhor desta *villa* e um núcleo secundário composto por sequências de conjuntos residenciais de qualidades construtivas diferentes.

No núcleo central, observou-se uma entrada espaçosa bem demarcada, apresentando um lajedo de granito e portas definidas por soleiras e restos de ombreiras bem visíveis. A residência do proprietário era composta por compartimentos interiores definidos e ligados por um corredor, dando acesso a um pátio interior delimitado por colunas.⁹³ Salienta-se a descoberta de um lugar para banhos revestido de *opus signinum*⁹⁴ ligado a uma estrutura de canalização de água. Na zona da entrada foi possível observar marcas dos rodados dos carros que entravam nas instalações deste núcleo central, contudo ainda não foi descoberta a *pars frumentária*⁹⁵, celeiros, adegas, lagares, locais onde seriam depositados os produtos que carregavam.

⁹² David Augusto Canelo, “*Senhores, Cabrais e Camponeses*”, CMB, Belmonte, 200, p. 75

⁹³ Pensa-se ser uma *villa* romana que do ponto de vista arquitectónico se enquadra na *villa* de peristilo já que a residência principal incorpora um pátio e colunas. Foram encontradas cinco colunas e vários pedaços de fuste.

⁹⁴ Material de construção feito através da trituração do tijolo e que servia para pavimentos e revestimentos. Seria um material que aproveitava as telhas e os tijolos partidos ou defeituosos.

⁹⁵ Zona mais rural da *Villa*.

O núcleo secundário, por sua vez, era composto por diferentes sequências residenciais, obedecendo a uma planificação urbana. As sequências residenciais observadas durante a escavação diferem quanto à qualidade construtiva o que poderá indiciar a existência evidente de diferentes classes sociais dentro da *villa*. Dentro de cada sequência as habitações seriam idênticas quer na arquitectura exterior quer na utilização do espaço interior. As cozinhas foram facilmente identificadas, ultrapassando a dezena.

No lado Sul das escavações foram encontradas duas forjas, uma fundição, um poço, um moinho talvez movido por um engenho e um forno de pão.

A Nordeste foi descoberta uma rocha aperfeiçoada em duas faces e na parte superior, com lóbulos de encaixe de caibros cujos sinais de utilização sugerem um lagar.

Entre os artefactos encontrados contam-se vários *dólios*⁹⁶ espalhados por diversos compartimentos e outros elementos e fragmentos de cerâmica, mós, restos de metal fundido e escória. Os arqueólogos depreenderam que a *villa* romana da Quinta da Fórnea seria uma propriedade agrícola com relativa auto-suficiência, onde apenas foi encontrada uma moeda que servia de adorno.

A sudeste da estrada entre Belmonte e Caria e a cerca de 600 metros para nordeste da *villa* anteriormente referida foi encontrada pequena necrópole, presumivelmente do Baixo-império, bastante completa que os arqueólogos pensam poder pertencer a uma outra *villa* que existiria.

Manuel Marques referiu que os vestígios romanos na Quinta da Fórnea e área envolvente sempre foram abundantes - "*Aqui, há muito tempo que se conhecem coluna, mós, pedras trabalhadas, e daqui foi retirada para o Museu Eduardo Malta da Cava Juliana da Covilhã uma inscrição romana também*"⁹⁷. Salienta-se que nas proximidades da Quinta da Fórnea se encontra a Quinta das Marradas - onde foram identificados alicerces, pedras aparelhadas, colunas de granito, cerâmica de construção e mós romanas - e o designado Lugar da Laje do Tostão que os arqueólogos identificam como uma possível *villa* romana com cerca de 4 hectares onde é visível à superfície abundante cerâmica de construção e cerâmica comum, fragmentos de mós e elementos arquitectónicos de granito.⁹⁸

A intervenção arqueológica motivada pela descoberta desta *villa* aquando dos trabalhos de construção da Auto-Estrada (A23) da Beira Interior acabou por conduzir a uma alteração no traçado da mesma, motivando um desvio de cerca de 80 metros em relação ao inicialmente planeado.

⁹⁶ Vaso ou recipiente de barro para armazenar azeite, vinho, cereais, etc.

⁹⁷ Manuel Marques, "*Concelho de Belmonte - Memória e História*", CMB, Belmonte, 2001, p. 53

⁹⁸ Fichas de Inventário *on-line* do Instituto Português de Arqueologia.



Figura 19: Aspecto das escavações na *villa* romana da Quinta da Fórnea (I)



Figura 20: Aspecto das escavações na *villa* romana da Quinta da Fórnea (II)



Figura 21: Aspecto das escavações na *villa* romana da Quinta da Fórnea (III)



Figura 22: Aspecto das escavações na *villa* romana da Quinta da Fórnea (IV)

2.4. Outros vestígios arqueológicos existentes no concelho

Os vestígios da presença romana no Concelho de Belmonte verificaram-se também noutros locais mesmo não tendo sido sujeitos a estudos sistemáticos e campanhas

arqueológicas. É o caso da Quinta do Cameira⁹⁹, em Vilela¹⁰⁰ na freguesia de Caria, na Fonte Velha¹⁰¹, no Chão Novo¹⁰², no sítio de Nossa Senhora da Estrela¹⁰³, no Cabecinho do Santo¹⁰⁴, no Chão do Lameiro¹⁰⁵ na freguesia de Inguias, no lugar da Laje do Tostão¹⁰⁶ e na Fonte do Soldado¹⁰⁷ em Belmonte, na Quinta do Pessegueiro¹⁰⁸, Quinta do Rei Fernando¹⁰⁹ e Casal da Poeja¹¹⁰ da freguesia de Maçainhas e na Tapada da Vinha¹¹¹ do Colmeal da Torre, onde já foram encontradas moedas, vidros, estruturas e elementos arquitectónicos.

O sítio de Nossa Senhora da Estrela é identificado pelos populares como o local onde existiria uma cidade romana que acreditam ter sido designada por Valongo. Fontes orais referem mesmo que quando foi feito um poço no local encontraram vários potes e vasos de cerâmica à medida que iam escavando e que uma vez um lavrador pôs a descoberto com o seu arado um chão de mosaico.¹¹² Reforçando a tese popular de que este local terá tido ocupação romana, foi encontrada, aquando das remodelações sofridas pela Capela após o Concílio de Vaticano II, uma ara romana dedicada a Júpiter.

⁹⁹ Quinta onde outrora eram visíveis vestígios de *tegulae* e *imbrice* mas que acabaram por desaparecer devido à construção de uma barragem agrícola.

¹⁰⁰ Pequena área com vestígios de cerâmica de construção, *tegulae* e *imbrice*.

¹⁰¹ Terreno próximo do cemitério do Carvalhal Formoso com vestígios de cerâmica de construção e escórias de estanho.

¹⁰² Pequena área agrícola na freguesia das Inguias, próximo dos Trigais, com vestígios de cerâmica comum e de construção, vidros e escórias de estanho à superfície.

¹⁰³ Incluídas na actual Capela de Nossa Senhora da Estrela, situada próximo do cruzamento para as Olas, na estrada que liga as Inguias aos Trigais, encontram-se duas pedras almofadadas e uma grande ara dedicada a Júpiter. Esta ara, encontrada na altura em que a capela sofreu remodelações serve hoje de peanha à escultura de Nossa Senhora da Estrela. No exterior, junto à ribeira dos Trigais, numa extensão de 2 hectares, observaram-se à superfície vestígios de cerâmica romana, de escória de fundição.

¹⁰⁴ Pequena área agrícola à estrada dos Trigais, com alguns vestígios cerâmicos (*tegulae* e *imbrice*) à superfície onde se diz ter existido um poço que terá sido entretanto entulhado.

¹⁰⁵ Duas áreas agrícolas com vestígios cerâmicos (*tegulae* e *imbrice*), escórias de estanho e ferro à superfície, de dispersão razoável. Um dos proprietários guarda um cadinho em granito com gito de fundição.

¹⁰⁶ Possível *villa* romana com cerca de 4 hectares, com abundante cerâmica de construção e cerâmica comum visível à superfície, alguns elementos de mós e elementos arquitectónicos em granito.

¹⁰⁷ Trata-se de uma fonte escavada no afloramento rochoso que se situa junto à estrada que liga Belmonte a Caria, num terreno agrícola com vestígios de cerâmica de construção e escória.

¹⁰⁸ Local parcialmente destruído pela construção de uma repesa. Contudo ainda são visíveis fragmentos de cerâmica doméstica e de construção, algumas pedras parcialmente aparelhadas, um peso de lagar e o dormente de uma mó.

¹⁰⁹ Estação arqueológica que se encontra num terreno inclinado, com alguns afloramentos graníticos onde se observam alguns fragmentos de cerâmica de construção (*tegulae* e *imbrices*) e cerâmica comum doméstica. Neste local foi identificado um peso de lagar. Sabe-se, por fonte popular, que foi encontrada uma inscrição neste local e levada para a Câmara Municipal de Belmonte.

¹¹⁰ Numa encosta de um vale correspondente a uma pequena linha de água observam-se alguns fragmentos de cerâmica de construção (*tegulae* e *imbrices*), cerâmica comum e mós circulares, distribuídos por uma área de 2000 m² de terreno.

¹¹¹ Terrenos agrícolas com diversos vestígios romanos à superfície (cerâmica de construção e doméstica, elementos arquitectónicos, vidros, moedas e escórias de estanho, etc.) dispersos por uma área considerável atravessada pelo caminho de acesso e em cujos cortes dos taludes se podem observar algumas estruturas com grandes silhares aparelhados.

¹¹² Manuel Marques, “*Concelho de Belmonte – Memória e História*”, CMB, Belmonte, 2001, p. 43



Figura 23: Ara romana dedicada a Júpiter



Figura 24: Sepulturas antropomórficas - próximo da capela de Nossa Senhora da Estrela

Perante estes factos podem fazer-se algumas conjecturas que apenas poderão ser confirmadas, através de um trabalho de escavação arqueológica. Uma dessas hipóteses é que se terá verificado neste local uma adaptação de locais de cultos romanos para cultos cristãos. Não se sabe ao certo quando isso aconteceu mas é certo que houve ocupação medieval neste local e existem até algumas suspeitas¹¹³ de que a capela foi construída no mesmo local onde existiria um templo romano¹¹⁴. O que indirectamente é reforçado pelo facto de existirem no local várias sepulturas antropomórficas medievais escavadas na rocha e de existirem indicações de que esta capela teria sido a sede da paróquia medieval das Olas.

Ainda em relação aos vestígios romanos devemos mencionar a existência de alguns troços de vias romanas ou medievais, nomeadamente nas vilas de Caria e Belmonte. Em Caria são visíveis vestígios dessas vias perto da Fonte do Ruivo e da designada cerca do Conde de Caria, perto do Pontão da Lage do Freixo. Alguns relatos referem que outrora junto a Casa da Torre passaria a designada estrada de Heródoto.

Em Belmonte é possível observar nas proximidades do Chafariz do Areal parte de um troço de uma via romana ou medieval. No castelo encontram-se depositados vários marcos miliários encontrados nas imediações de *Centum Cellas* e estudados por Aurélio Belo.

No Concelho de Belmonte pode referir-se que, até à data, todos os vestígios arqueológicos mais significativos são do período romano correspondendo a *villas* e que todos

¹¹³ Que carecem inevitavelmente de ser comprovadas cientificamente.

¹¹⁴ Manuel Marques, "Concelho de Belmonte - Memória e História", CMB, Belmonte, 2001, p. 90-91

os locais romanos identificados apresentam vestígios cerâmicos. De salientar que os vestígios romanos referentes às áreas do Colmeal da Torre e Inguias apresentam à superfície, escórias, na sua maioria de estanho. Os locais identificados até hoje agrupam-se formando áreas de ocupação específicas, ao contrário de se dispersarem pelo concelho, concentrando-se ora junto aos ribeiros ou ao rio Zêzere, ora junto às actuais estradas. Este facto pode ser desde logo relacionado com a questão da fertilidade das terras e com a presença de água e de aluviões ricos em minério. A proximidade das estradas poderá ter a ver com a inclinação natural para a construção destas em zonas onde tradicionalmente existiriam vias romanas de terra batida ou empedradas.

Em vários locais de ocupação romana foram recolhidos objectos líticos que apresentam características idênticas aos utensílios pré-históricos. Poderá este facto revelar que os locais apenas foram reocupados pelos povos pré-romanos e romanos? Segundo alguns autores os romanos mais frequentemente se apoderavam das minas do que as descobriam¹¹⁵, por isso, esses locais ricos em cassiterite, próximo dos aluviões do Zêzere, poderão ter sido anteriormente explorados pelos povos que viveram no território português, antes dos romanos.

¹¹⁵ John C. Allan, "A Mineração em Portugal na Antiguidade" in *Boletim de Minas*, Lisboa, 2 (3) 1965, p. 20

3. DAS INVASÕES À RECONQUISTA CRISTÃ

A queda do Império Romano, no ano 476, em parte motivada pelas invasões bárbaras e germânicas acabou por provocar alterações diversas no mapa político, na economia e na sociedade da altura.

As invasões tiveram dois momentos relevantes:

- Na primeira vaga, a Península Ibérica foi invadida pelos Suevos, Alanos e Vândalos que dividiram o território da seguinte forma: os Vândalos estabeleceram-se na Galiza e a norte do futuro território português; os Alanos na Província romana da Lusitânia.
- Na segunda vaga, a Península Ibérica foi invadida pelos Visigodos que inicialmente teriam vindo como mercenários nas legiões romanas para combaterem outros povos.

No ano de 711 foi a vez dos Muçulmanos do Norte de África, que comandados por Tarik, invadiram a Península Ibérica, através do estreito de Gibraltar. Rodrigo, o então rei dos Visigodos, tentou unir forças para impedir o seu avanço mas na batalha decisiva de Guadalete, os Muçulmanos saíram vitoriosos e rapidamente ocuparam quase toda a Hispânia¹¹⁶, excepto uma pequena região montanhosa situada no norte da península que ficou assim dividida entre dois reinos e duas religiões: (a) o reino Cristão das Astúrias com capital em Oviedo, e o; (b) reino Muçulmano de Al-Andaluz com capital em Córdova.

Iniciou-se, a partir desta altura uma nova fase da História da Península Ibérica marcada por avanços e recuos de fronteiras onde se formaram vários reinos e onde se defrontaram ideais e credos religiosos que justificaram uma Guerra Santa entre Cristãos e Mouros.

A história da época medieval na Península Ibérica é, por isso, um período marcado por lutas constantes relacionadas com o movimento da Reconquista Cristã, iniciada por Pelágio a partir das Astúrias. Foi a partir dessa região montanhosa que se foram formando os novos reinos cristãos, crescendo e ganhando terreno, à medida que iam fazendo recuar as fronteiras dos territórios ocupados pelos Mouros.

A história da geografia política revela-nos que no ano de 939, no norte da Península Ibérica, já existiam vários reinos cristãos (Leão, Castela, Navarra e o condado de Barcelona) e que o sul era dominado pelo Califado de Córdova. Mas, no século XI esse Califado estava já dividido em vários reinos denominados por Taifas. No final do século XI o sul tinha sido

¹¹⁶ Nome que designava a Península Ibérica.

invadido por uma nova vaga de mouros - os Almorávidas, que puseram fim às Taifas e submetendo todos os Emires, com excepção do Emir de Saragoça. No norte os reinos cristãos de Leão e Castela encontravam-se já unidos num só reino governado por D. Afonso VI.

A ideia de uma Guerra Santa contra os Muçulmanos na Península Ibérica chamou a atenção da Cristandade europeia e começou a ganhar características de Cruzada que foi reforçado pelo facto de os Papas dispensarem os cavaleiros hispânicos de tomarem parte das expedições que se deslocavam em Cruzada até à Palestina¹¹⁷.

Este facto acabou por atrair cavaleiros cristãos de outras regiões da Europa, nomeadamente da Borgonha, de onde vieram Raimundo e Henrique, dois cavaleiros que acabaram por se destacar na luta contra os mouros e que foram recompensados pelo rei de Leão e Castela.

A figura de D. Henrique veio a revestiu-se de uma importância particular para a História de Portugal pois D. Afonso VI, rei de Leão e Castela, concedeu-lhe a mão de Teresa, sua filha mais nova, e o Condado Portucalense, composto por um território que se estendia desde o rio Minho ao rio Mondego - uma espécie de embrião do futuro reino de Portugal. Desta união nasceu o primeiro rei de Portugal - D. Afonso Henriques com o cognome de *O Conquistador*.

Em 1128 a Batalha de S. Mamede afastou D. Teresa do poder, que em viúva se tinha aliado à família galega dos Travas, o que revoltou a nobreza nortenha portucalense, apoiante desde os tempos de D. Henrique de uma Independência de Castela e Leão. D. Afonso Henriques tomou, nessa ocasião, o governo do Condado Portucalense, e, conseqüentemente, assumiu duas frentes de combate: (i) contra o rei de Leão e Castela, D. Afonso VII, para obter a independência do Condado e; (ii) contra os Mouros para aumentar o território e dar continuidade à Reconquista Cristã. Iniciava assim a Formação do Reino de Portugal.

Embora a fronteira sul dos territórios cristãos, no que diz respeito ao actual território português, fosse já delimitada pelo rio Mondego em 1064, altura em que se verificou a conquista definitiva de Coimbra aos Mouros por Fernando Magno - rei de Leão e Castela - só em meados do século XII os limites do território cristão desceram à Beira Baixa por acção de D. Afonso Henriques, auxiliado pelas Ordens Militares.

¹¹⁷ As Cruzadas eram movimentos militares e religiosos que visavam libertar os lugares considerados santos. A primeira no fim do século XI (1096-1099), a segunda e a terceira no século XII e as restantes no século XIII. Foi neste contexto que se fundaram as Ordens Militares: em Jerusalém, a Ordem do Hospital e a do Templo para defender a Terra Santa e em Espanha, a Ordem de Calatrava, a de Alcântara e a de Santiago para auxílio na luta contra os muçulmanos na Península Ibérica. A Cavalaria transformava-se numa instituição eclesiástica que servia para defender a religião e os oprimidos.

Se em 1147, Santarém e Lisboa já tinham sido conquistadas aos mouros, depreende-se que o actual território do concelho de Belmonte integrava já os territórios cristãos razão pela qual era necessário proceder ao seu repovoamento.

4. A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E O NASCIMENTO DO CONCELHO DE BELMONTE

A época medieval é caracterizada por uma sociedade trinitária constituída por três grupos sociais: o Clero, a Nobreza e o Povo; e por uma sociedade feudo-senhorial cuja mais forte expressão se verificou na actual França. As bases desta sociedade assentavam no Senhorio¹¹⁸ e no Feudo, autênticos organismos que regulamentaram as relações sociais entre senhores e camponeses, no primeiro caso, e suserano e vassalo no segundo caso.

O Senhorio estava vocacionado para a exploração organizada da terra e para o enquadramento dos homens que inseridos nele estavam sujeitos ao poder judiciário, fiscal e militar do senhor que, por sua vez lhes oferecia protecção. O papel do Senhorio era fundamental na medida que dos seus rendimentos vivia toda a sociedade senhorial e feudal.

O Feudo foi o símbolo de um conjunto de laços pessoais e hierárquicos estabelecidos entre as classes dominantes, ou seja, entre os membros da Nobreza e do Clero e entre estes e o Rei.

Este cenário, e a necessidade de protecção e de reorganização causadas pelas invasões e pelas dificuldades económicas que daí resultaram, acabaram por justificar o aparecimento da chamada Ordem Feudo-Senhorial cuja consolidação se verificou, de um modo geral, nos séculos XI a XIII.

Na Península Ibérica, devido à presença dos Muçulmanos e ao movimento de Reconquista a sociedade medieval e os modelos senhoriais e feudais adquiriram particularismos próprios, nomeadamente no que se refere às relações feudo-vassálicas, onde o rei acabou por dominar de forma distinta a pirâmide de laços de dependência vassálicas.

Em Portugal a reorganização administrativa e o repovoamento do território apoiaram-se em duas estruturas - o Senhorio e o Concelho - que apesar de aparentemente distintas, como veremos adiante, serviram os propósitos que as motivaram.

Submeter-se a um senhor ou viver num senhorio ou num concelho significava também, sobretudo para os *laboratores*¹¹⁹, uma protecção. *“A única forma de valorizar o território adquirido era fecundar a gleba pelo trabalho e, ao mesmo tempo, defendê-lo pela força das armas. «A espada que lutava precisava de se apoiar no pão dos campos e na fé em Deus.»”*¹²⁰.

¹¹⁸ Propriedade fundiária de extensão variável pertencente a um senhor nobre ou eclesiástico e que constituía a principal fonte do seu poder e dos seus rendimentos. Era constituído por reserva e manso sendo este último ocupado e cultivado por camponeses que pagavam rendas ao Senhor. Muitas vezes era concedido como forma de retribuição por algum serviço prestado a um suserano ou rei.

¹¹⁹ Aqueles que trabalhavam, os camponeses medievais. O terceiro estado da sociedade medieval.

¹²⁰ Virgínia Rau, *“Estudos da História Medieval”*, Editorial Presença, Lisboa, 1986, p. 91

Inserida nesta política, na região da Beira Interior e do actual Concelho de Belmonte, verificou-se a doação por parte dos reis ou bispos de forais ou cartas de povoamento ou aforamento.

A Diocese de Coimbra, restaurada em 1080, abrangia uma vasta área¹²¹ por isso assumiu um papel bastante importante na tarefa de reorganização, sobretudo porque tinha como missão fundar igrejas em terras conquistadas e a conquistar aos infiéis. A análise de documentos permitiu reconstituir a evolução desse processo de repovoamento e reorganização na região que está a ser tratada neste estudo.

Pela concessão de forais é possível ter a percepção do avanço da Reconquista Cristã e da reorganização política dos territórios conquistados. Na região abrangida pela Serra da Estrela verifica-se, por exemplo, que Seia recebeu foral de D. Afonso Henriques em 1136 e que a Covilhã recebeu foral de D. Sancho I em 1186, mas teria sido conquistada bastantes anos antes pois o seu território teria sido entregue em 1165 à Ordem do Templo¹²².

No que diz respeito à reorganização eclesiástica, fundamental para o desejado repovoamento e fixação de população, salientam-se algumas medidas relacionadas com a fundação de igrejas, protagonizadas, na região em análise, pelos Bispos de Coimbra e incentivadas pelos reis portugueses. Essa acção é testemunhada por exemplos como a sacração da igreja de Valhelhas¹²³ em 1162, ou a doação que D. Sancho I fez, em 1186, à Sé de Coimbra na qual concede todas as igrejas construídas e a construir na Covilhã e seus termos¹²⁴. Seria uma doação bastante importante que, na realidade, conferia à Mitra de Coimbra um espaço geográfico de acção bastante considerável pois, como se depreende do foral da Covilhã, a área do referido concelho, era bastante extensa:

*"Assignamos-lhe pos limite a estrella e d'ahi barellas, vertice das teixeiras e fraguas aguas vertentes para o Zezere e d'ahi por Boi no seu curso para o Coa: d'ahi por soveira por cima de alfereses pelo curso da Aceifa até Alpreada no ponto em que desagoa no ponsul e o ponsul no tejo até ás portas do Rodão e á cortiçada: d'aqui a Valongo e ao porto de nudeir por fora de pera até á serra herminia aguas vertentes para o Zezere"*¹²⁵.

¹²¹ Correspondente às dioceses de Idanha, Viseu, Lamego, etc.

¹²² Artur de Moura Quintela, "*Subsídios para a Monografia da Covilhã*", Tipografia "O Rebate", Covilhã, 1899. A Ordem do Templo fundou-se em Jerusalém, após a primeira Cruzada (1118), com o designio de defender os Lugares Santos. A primeira notícia de Templários em Portugal é a doação que lhes fez D. Teresa, em 19 de Março de 1128, do castelo e terra de Soure.

¹²³ Segundo inscrição existente no arco da porta norte desta igreja: "*MENSE MARTIO MILESIMO CC HAES ECLESIA FUIT SACRATA*".

¹²⁴ T.T., Sé de Coimbra. Doc. Reg. Mç. 1, n.º 21.

¹²⁵ Artur de Moura Quintela, "*Subsídios para a Monografia da Covilhã*", Foral de D. Sancho I - 1186, Tipografia "O Rebate", Covilhã, 1899, p. 56 e 57. O Concelho da Covilhã abrangia a totalidade das áreas dos actuais Concelhos de Belmonte, Castelo Branco, Fundão, Vila Velha de Ródão e parte dos actuais Concelhos da Guarda, Sabugal, Penamacor, Oleiros, Prouença-a-Nova, Pedrógão, Pampilhosa da Serra e Seia.

Uma tão vasta área era na prática difícil de administrar, por isso, rapidamente se assistiram a diversas desanexações resultantes da doação de forais e criação de novos concelhos.¹²⁶ Belmonte foi um desses casos.

D. Sancho I, com o cognome de *O Povoador*, deu foral a *Centum Cellas* em 1194 mas, provavelmente em virtude da melhor posição estratégica de Belmonte, e de um certo abandono da área de *Centum Cellas*, acabou por conceder foral a Belmonte em 1199. Com os mesmos limites, tratou-se claramente de uma transferência de sede de concelho. O próprio topónimo *Belo Monte*, à semelhança do que se verificou em outros locais¹²⁷, teria o objectivo de atrair novos povoadores.

A reconstituição dos limites definidos no Foral de 1199 para o Concelho de Belmonte não está isenta de algumas dificuldades caracterizadas pela mudança de nome de alguns dos locais referidos nesse documento e que, por essa razão, se tornam difíceis de identificar com exactidão. José Vargas, na sua obra *Forais de Belmonte* apresentou a seguinte proposta para as delimitações do Concelho de Belmonte:

¹²⁶ As desanexações começaram.

¹²⁷ Por exemplo: Castelo Branco que antes era Cardoso, Castelo Novo que antes era Alpreade, Vila Alva que antes era herdade de Malcabrão, etc.

“Começando no cume das Teixeira (acima da Benespera), seguiam por um caminho velho em direcção a Lavacolhos (ribeira da Quarta-Feira) e Monte Santo (monte de S. Cornélio), e daí ao cabeço de Castradinos (serra do Casteleiro) e ribeiro de Nocer (ribeira do Casteleiro). Depois talvez em direcção à Serra da Presa, e daí ao Cabeço de S. Geraldo (ficando Caria no termo da Covilhã), e daí a Malpique (no termo de Belmonte) contornando o monte de Crestados (Serra da Esperança), e em direcção ao Zêzere, subindo pela ribeira da Gaia e ribeira da Teixeira até ao ponto de partida.”¹²⁹

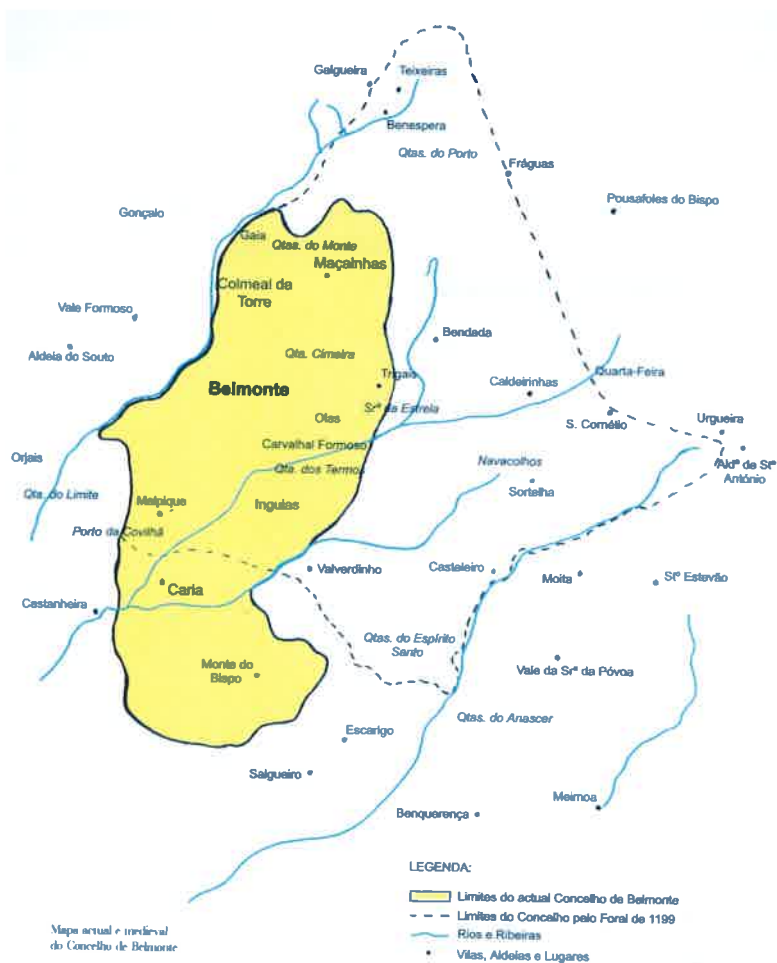


Figura 25: Mapa com limites medievais e actuais do Concelho de Belmonte¹²⁹

¹²⁹ Fonte: José Manuel Vargas, “Forais de Belmonte, 1199-1510, Estudo, Transcrição Paleográfica e notas”, CMB, 2001

(no termo de Belmonte) contornando o monte de Crestados (Serra da Esperança), e em direcção ao Zêzere, subindo pela ribeira da Gaia e ribeira da Teixeira até ao ponto de partida.”¹²⁹

Contudo, com a criação do Concelho da Guarda em 1199, e de Sortelha em 1228, o Concelho de Belmonte perdeu território a Norte e a Nascente, ficando nessas zonas com os limites que, sensivelmente, manteve até à actualidade. A demarcação feita para o Concelho de Sortelha suscitou alguns conflitos que motivaram vários mandatos régios de demarcação de terras, dos quais são conhecidos os de D. Afonso III, datados de Agosto de 1260¹³⁰, de 3 de Outubro¹³¹ e de 30 de Novembro de 1265. Neste último é descrita minuciosamente, por um lado, a demarcação de terras que estavam na origem da demanda entre o Concelho de Belmonte e os Bispos de Coimbra, e por outro lado, os limites do Concelho de Sortelha. Trata-se de um documento selado com o selo do bispo D. Egas Fafes, onde testemunharam o reitor da Igreja de Santa Maria de Belmonte¹³², Pedro Mendes, Pedro Filho que era o reitor da Igreja de Olas de Godinho e outros clérigos e leigos de Sortelha e Belmonte, que refere da seguinte forma os termos de Belmonte: “às terras onde trabalham os homens de Olas de Godinho ao lugar que se chama água de lavacolhos e da parte alta ao termo onde trabalham os homens de Inguías, ao vale que se chama Vale Espinhal e à água que vai à vila que se chama Vale Verde pela qual divide é de Belmonte que é do Bispo e da Sé de Coimbra...em direcção às águas de Lavacolhos e de Lavacolzeos, pelos lugares onde... (se segue o estabelecimento de marcos e divisões em Penedo Cato, Picoto Agudo, Lagem, Lavacolhos, ribeiro de Ferrarias, Vale de Espinhal, Ribeiro de Lavacolzeos, etc.)”¹³³.

O Foral de 1199, concedido a Belmonte apresenta indicações muito genéricas sobre a organização administrativa do concelho e de certa forma idênticas às que surgem em outros forais que seguem o modelo Geral de Évora (1166) e particular da Covilhã (1186).

Neste foral o cargo mais importante era o de Juiz, embora não sejam dadas indicações sobre como era feita a sua nomeação. Os representantes dos interesses do Bispo de Coimbra e do Rei no concelho eram o vozeiro¹³⁴, o mordomo e o saião¹³⁵.

A leitura do foral permite depreender uma certa benevolência fiscal traduzida, por exemplo, em afirmações como “os moradores de Belmonte não paguem nenhuma coima em todo o

¹²⁹ José Manuel Vargas, “*Forais de Belmonte, 1199-1510, Estudo, Transcrição paleográfica e notas*”, CMB, 2001, p. 28

¹³⁰ T.T. Cabido da Sé de Coimbra, Documentos Régios, Mç 2, n.º 60

¹³¹ T.T., Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Mç 17, n.º 33

¹³² Uma igreja que se situava próxima do Castelo de Belmonte, sensivelmente no local onde hoje existe um cemitério.

¹³³ Manuel Marques, “*Concelho de Belmonte, Estudo Monográfico do Concelho de Belmonte*”, CMB, Belmonte, 2001, p.78; T.T. Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Mç. 17, n.º 33.

¹³⁴ O mesmo que procurador.

¹³⁵ Era um oficial que executava a justiça.

reino, a não ser por foro de Belmonte”, “as tendas e moinhos e os fornos dos homens de Belmonte sejam livres de foro” e “os moradores de Belmonte não paguem portagem”.

O propósito da concessão de forais era, como foi dito anteriormente, a de repovoar os territórios reconquistados e isso encontra-se expresso logo no início deste documento: “*Em nome da Santa e indivisa Trindade, do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Eu, o Rei Dom Sancho, filho de Dom Afonso, mui nobre rei de Portugal, e da Rainha Dona Mafalda, juntamente com os meus filhos e filhas, os infantes Dom Afonso e Dom Pedro e Dom Fernando, e as infantas Dona Teresa e Dona Sancha, juntamente com Dom Pedro, Bispo de Coimbra, e com o consenso dos seus cônegos, queremos restaurar e povoar Belmonte*”¹³⁶.

Para se proceder com sucesso a esta tarefa de repovoamento em terras fronteiriças, como é o caso de Belmonte, era necessário conceder alguns privilégios que servissem de atractivos a quem viesse habitar esses concelhos. Entre esses privilégios podem, apontar-se os que são referidos neste foral, nomeadamente a possibilidade de adquirirem o estatuto de vizinhos¹³⁷ todos os que morassem na vila e termo durante pelo menos um ano; o facto de os cavaleiros de Belmonte serem em juízo considerados como potestades¹³⁸ e infanções¹³⁹ de Portugal; dos clérigos terem foro de cavaleiros e os peões¹⁴⁰ em juízo serem considerados cavaleiros vilãos de outra terra.

A concessão de forais criava um sistema organizativo no qual, aparentemente, os habitantes dos concelhos gozavam de mais liberdades do que os que habitavam num Senhorio mas, na realidade, os concelhos eram eles próprios exemplos do feudalismo e do regime senhorial que “o rei pretendia, através da outorga desses diplomas [forais], integrar as cidades e vilas mais importantes dentro do seu senhorio”¹⁴¹.

Neste foral de Belmonte assiste-se a um fenómeno de préstamo régio no qual o rei concede ao Bispo de Coimbra a posse dominial da terra e respectivos rendimentos (rendas e coimas) reservando para si o fossado, uma obrigação típica do sistema feudal e senhorial e que no fundo era o dever de auxiliar militarmente o senhor ou suserano - “*Mandamos que duas partes dos cavaleiros vão ao fossado do Rei*”¹⁴². Encontra-se, igualmente, consignada uma das

¹³⁶ José Manuel Vargas, “*Forais de Belmonte, 1199 e 1510, Estudo e Transcrição Paleográfica*”, CMB, Belmonte, p. 19

¹³⁷ Vizinho era a designação dada aos homens livres, chefes de família ou cabeças de casal que habitavam um concelho.

¹³⁸ Potestades eram pessoas com poder. Também designados por ricos-homens.

¹³⁹ Grau da nobreza, abaixo dos ricos-homens e acima dos cavaleiros.

¹⁴⁰ Homem do povo, de fracos rendimentos, que ao contrário do vilão prestava serviço militar a pé.

¹⁴¹ Hermenegildo Fernandes, “*Sociedade e economia nos campos – séculos XII a XIV*”, in *História de Portugal* (dir. João Medina), Vol. III, Amadora, CIL, 1996, p. 293

¹⁴² José Manuel Vargas, “*Forais de Belmonte, 1199-1510, Estudo e Transcrição Paleográfica*”, CMB, Belmonte, 2001, p. 19

garantias foraleiras que mais benefício representava para os moradores do concelho - a de que *“Os homens de Belmonte não sejam dados em préstamo”*¹⁴³. Esta garantia, que no fundo limitava o poder do Bispo, impedia o agravamento das condições de existência dos moradores.

¹⁴³ José Manuel Vargas, *“Forais de Belmonte, 1199-1510, Estudo e Transcrição Paleográfica”*, CMB, Belmonte, 2001, p. 20

5. EFEITOS DE UMA REORGANIZAÇÃO ECLESIAÍSTICA

Mas se a formação de novos concelhos nem sempre foi pacífica o mesmo sucedeu com a (re)criação de novas dioceses como foi o caso da Diocese da Egitânia (Idanha-a-Velha). A Diocese da Egitânia, (re)criada em 1201 – 1202 por D. Sancho I, com sede provisória na Guarda, veio colidir com a indefinição dos limites das Dioceses de Coimbra e de Viseu facto que acabou por originar conflitos com aqueles e outros bispados acerca de questões de limites e jurisdições¹⁴⁴. O litígio de maiores proporções foi com a diocese de Coimbra que exercia o seu poder temporal e espiritual nos territórios que na época visigótica pertenciam à diocese da Egitânia e detinham deste 1194 o senhorio de Belmonte.

D. Martinho Pais foi o bispo nomeado por D. Sancho I¹⁴⁵ para a recriada diocese da Egitânia, sediada na Guarda. Assim que tomou posse da cátedra, reclamou a posse das igrejas da Covilhã, Belmonte e outras paróquias que, segundo os antigos cânones estavam na jurisdição egitaniense por se situarem para cá de Seia.

D. Pedro, bispo de Coimbra contestou contra D. Martinho Pais baseando-se em argumentos como a antiguidade da posse de algumas dessas igrejas, que nalguns casos possuía havia quase trinta anos, na confirmação dos direitos, segundo a autoridade apostólica, fazendo uso das determinações canónicas de Mérida. Segundo testemunho deste mesmo bispo, D. Martinho Pais ocupou e começou a administrar essas igrejas exercendo represálias sobre o clero de Coimbra¹⁴⁶.

Estes factos acabaram por originar uma contenda que motivou a intervenção de vários papas e a produção de vários documentos cuja análise será feita de seguida.

No dia 5 de Março de 1203 o Papa Inocêncio III pela *Bula Exposuit Nobis* interviu na referida contenda, encarregando o Mestre João Fafile, cônego de Lisboa, M. Alvites e F. Batalha, prelados de Santa Maria de Alenquer e de S. João de Santarém de se informarem sobre os procedimentos que D. Martinho Pais havia tomado contra o clero de Coimbra. A provável confirmação de tais procedimentos fez com que o Papa obrigasse D. Martinho Pais

¹⁴⁴ A Diocese da Guarda teve também litígios com as Dioceses de Viseu e Évora.

¹⁴⁵ No primeiro século da história portuguesa não havia uniformidade de disciplina quanto à eleição dos Bispos pelo que a intervenção dos reis nesta questão era frequente. Segundo Manuel Marques, D. Martinho Pais era um homem sem quaisquer ordens sacras, um jovem cavaleiro que teve formação breve no Convento de Santa Cruz de Coimbra, com quem aliás a Sé de Coimbra tivera acesos litígios. (*Concelho de Belmonte, Memória e História*, p. 66). J. Pinharanda Gomes sublinha-lhe o temperamento bélico (*História da Diocese da Guarda*, p. 45). Este bispo de fronteira reunia assim algumas características que seriam necessárias, talvez na opinião de D. Sancho I, para fundar igrejas em terras conquistadas e a conquistar em terras de infieis e de Castela. Mas a estratégia episcopal seria um pouco diferente e embateu com os interesses de outras dioceses já fundadas.

¹⁴⁶ J. Pinharanda Gomes, *"História da Diocese da Guarda"*, Ed. Pax, Braga, 1981, p. 32

a restituir as igrejas ocupadas e a pagar os direitos recebidos, assim como também ordenou que este fosse excomungado publicamente até dar uma satisfação aos lesados¹⁴⁷.

D. Martinho Pais não se terá intimidado, pelo que em 1204, o Papa teve de instituir os bispos de Zamora e do Porto, para que mandassem observar a sentença sobre os limites diocesanos conimbricenses e egitanenses. Em 1207 o mesmo Papa incumbiu o Abade de Alcobça, o Prior da Colegiada de Guimarães e o Tesoureiro do Cabido de Salamanca de procederem à divisão dos territórios das referidas dioceses, de acordo com a sentença prévia.

As persistentes contestações de D. Martinho Pais originaram novo documento do Papa Inocêncio III, datado de 9 de Junho de 1211, onde este mandou o bispo e arceediago de Orense e ao abade de Osseira colocarem em prática as determinações pontifícias estabelecidas para este caso.¹⁴⁸ No seguimento destas questões, e em nome dos respectivos bispos, envolveram-se em graves querelas os cónegos João Anes de Coimbra e Bartolomeu da Guarda. Em face destas querelas intermináveis, Honório III, a 7 de Fevereiro de 1224, anulou o processo entre os dois cónegos, comunicando-o ao Bispo de Coimbra, o qual se viu condenado, por determinação pontifícia, às despesas do processo. Em 28 de Março de 1224, ordenou a suspensão do processo da divisão territorial. Mas em 25 de Junho do mesmo ano ordenou que essa mesma divisão das dioceses de Coimbra e da Guarda fosse feita segundo os livros antigos¹⁴⁹.

Devido ao falecimento de D. Martinho Pais, em 1228, o processo foi suspenso por algum tempo, tendo sido reaberto em 5 de Outubro de 1234 pelo Papa Gregório IX, quando este incumbiu o Abade e Prior de Salzedas e o Chantre de Lamego, de ouvirem o Deão e o Cabido da Guarda - o que veio a acontecer no dia 1 de Novembro de 1235.

Em 5 de Julho de 1237 o Papa Gregório IX concedeu ao bispo da Guarda, D. Vicente Hispano, várias igrejas exigidas por Coimbra. Fê-lo justificando que a diocese egitanense poderia anexar os lugares pagãos e as praças-fortes conquistadas aos mouros. Recebeu assim, esta diocese, as igrejas reais de S. Pedro da Covilhã e de Santa Maria de Celorico, cujos rendimentos se destinavam a suportar as despesas resultantes da defesa da Guarda e do municiação dos castelos¹⁵⁰.

Um documento datado de 19 de Fevereiro de 1253, onde foi árbitro D. Pascoal Godinho, Prior de São Pedro de Coimbra, dá nova sentença quanto aos limites das Dioceses

¹⁴⁷ J. Pinharanda Gomes, "*História da Diocese da Guarda*", Edição do Autor, Braga, 1981, p. 32 e 33; T.T. Cabido da Sé de Coimbra, Cx. 30, Doc. 39.

¹⁴⁸ T.T. Cabido da Sé de Coimbra, Cx. 30, Doc. 63

¹⁴⁹ T.T. Cabido da Sé de Coimbra, Cx. 30, Doc. 62

¹⁵⁰ J. Pinharanda Gomes, "*História da Diocese da Guarda*", Edição do Autor, Braga, 1981, p. 34.

da Guarda e de Coimbra, referindo que os limites desta eram para além do Ribeiro de Lavacolinhos¹⁵¹.

Porém, depressa esta sentença terá sido desrespeitada, já que em Novembro de 1254, o legado do Papa, D. João, cardeal-diácono de São Nicolau no Cárcere Tuliano, foi recebido “como compositor e amigo” pelos bispos D. Egas Fafes de Coimbra e D. Rodrigo da Guarda. Em Novembro do ano seguinte, as respectivas dioceses apresentaram os seus libelos, nos quais exageraram nas exigências feitas sobre direitos e rendimentos respectivos¹⁵². O resultado acabou por ser o sequestro por parte do Cardeal, dos bens em disputa até à aceitação da sentença definitiva ou do acordo entre os bispos. Esta medida foi confirmada pelo Papa Alexandre IV em 9 de Dezembro de 1255, ficando os bens na posse de Roma, que passou a receber as rendas dos territórios e igrejas em questão.

A sentença definitiva só foi possível em 28 de Fevereiro de 1256, tendo sido confirmada pelo Papa Alexandre IV em 27 de Abril de 1256. Esta sentença atribuía ao Bispo da Guarda as Igrejas de Belmonte, Inguias, Olas (mantendo o bispo de Coimbra o senhorio secular sobre as mesmas) Celorico, Misarela, Prados e Videmonte e ao Bispo de Coimbra Linhares e seu termo e a parte do termo de Seia em litígio¹⁵³.

O arcediogo do Sabugal e o chantre de Ciudad Rodrigo foram encarregues da execução desta sentença definitiva em 27 de Abril de 1256. Mas, a permanência do poder temporal dos bispos de Coimbra nestes territórios terá continuado a gerar alguma confusão, já que, em 1260, de acordo com a Divisão das Igrejas e Rendas da Guarda, a *prerrença* ao Bispado de Coimbra mantinha-se para Maçaínhas, Inguias e Olas de Godinho uma vez que estas não constam da referida listagem¹⁵⁴.

No reinado de D. Dinis, já o bispado egitaniense se encontrava definido e segundo o Catálogo das Igrejas de 1321¹⁵⁵, integrava Belmonte, com quatro igrejas, taxadas em 440 libras, sendo de notar que Santa Maria de Maçaínhas era mais rica do que a paróquia de Santa Maria de Belmonte.

¹⁵¹ Segundo o Dr. José Vargas, corresponde ao ribeiro de Valverdinho; Marques, Manuel “*Concelho de Belmonte, Estudo Monográfico do Concelho de Belmonte*”, CMB, Belmonte, 2001, p.72

¹⁵² Manuel Marques “*Concelho de Belmonte, Estudo Monográfico do Concelho de Belmonte*”, CMB, Belmonte, 2001, p. 74

¹⁵³ J. Pinharanda Gomes, “*História da Diocese da Guarda*”, Editora Pax, Braga, 1981, p. 34 a 44; T.T. Col. Especial, Cabido da Sé de Coimbra, Cx. 30, docs. 102-103.

¹⁵⁴ B.N.L., Códice 152-A: Divisão das igrejas e rendas da Guarda, publicado por J. Pinharanda Gomes na *História da Diocese da Guarda*, Editora Pax, Braga, 1981, p. 34 e 192-199. Segundo Manuel Marques, na sua obra *Concelho de Belmonte, Memória e História*, aquela divisão de igrejas e rendimentos da Guarda refere Espinhal, Vale Verde, Vila Colo, Colmeal e outras, e não refere Belmonte, Olas de Godinho, Enguias, Maçaínhas que segundo a decisão do Papa Alexandre IV tinham passado para o domínio espiritual da Guarda.

¹⁵⁵ B.N.L. Códice 179.

De salientar ainda que nesta contenda entre os bispos da Guarda e de Coimbra se pode verificar uma mudança no que respeita às sentenças dadas pelos Papas. D. Inocêncio III favorece sempre a diocese de Coimbra enquanto que D. Honório III favorece a diocese da Guarda.

Nestas contendas entre os Bispos da Guarda e Coimbra é importante frisar toda uma estratégia paralela àquela que envolvia os acordos e sentenças burocráticas, diplomáticas na qual o Papa, desempenhando as funções de árbitro, se fez representar por diversos legados. Estratégia essa que visava, concretamente, o reforço do poder temporal empreendido essencialmente por dois bispos de Coimbra – D. Tibúrcio e D. Egas Fafes – e que teve como principal expressão compras de propriedades e cartas de aforamento que estes levaram a cabo na região em estudo. Na Tabela 1 são enumeradas essas aquisições de propriedades e cartas de aforamento, organizadas cronologicamente com uma breve descrição.

D. Tibúrcio (1234 -1246)	
Agosto de 1240	Passa carta de aforamento à aldeia de Fonte de <i>Anguias</i> em Belmonte. São referidas as seguintes confrontações: <i>“pelo cume que está entre Lavacolhos e a Fonte de Anguias, e da outra parte divide com Sortelha”</i> ¹⁵⁶ .
Novembro de 1242 a Outubro de 1246	Compra de cinco propriedades em Lavacolhos, no termo de Belmonte cujos limites são os seguintes: <i>“Parte de Pelágio Remangado como vai às Ferrarias, e como é dividida pelas águas de Lavacolhos até às Olas de Godim, e como vai pelo cume de Valongo ad infestum”</i> ¹⁵⁷ .
Janeiro de 1246	Passa carta de aforamento aos moradores do lugar de Ferrarias, no termo de Belmonte. A carta refere como limites: <i>“Montes de Spinal...ad Ferrarias ad fluvio de lavacolhos indirecto quo modo vadit Lavacolhos ad infestum usque cumen de Valongo de inde directo per cumen usque locum illum quo partitur cum palagio Remangado inde quo modo tornat in directo ad dictos Ferrarias et ad cumen et Spinalli”</i> ¹⁵⁸ .
De 1233 a 1246	Carta de emprazamento do <i>herdamento</i> de Maçaínhas, no termo de Belmonte, a Fernando Alvares Frade ¹⁵⁹ .
D. Egas Fafes (1246-1267)	
Junho de 1248	Compra de uma grande propriedade no Carvalhal Formoso, a Pedro

¹⁵⁶ T.T. Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Mç 13, N.º 10.

¹⁵⁷ T.T. Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Mç 13, N.º 27, Mç. 14, N.º 10, 13,14, 15.

¹⁵⁸ T.T. Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Mç.14, N.º 9.

¹⁵⁹ T.T. Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Mç. 20, N.º 13.

	<p>André, pelo preço de 100 morabitanos, com os seguintes limites: <i>“no termo de Belmonte, onde chamam Carvalhal Formoso, assim como parte com D. Egas, eleito comprador, e de outra parte com Silvestre Miguéis e de outra com Domingos Tomé, e de outra pela via pública, e de outra com o rio de Anguias”</i>¹⁶⁰.</p> <p>No mesmo ano comprou a Pedro André uma outra propriedade no Carvalhal Formoso por 20 morabitanos¹⁶¹.</p>
<p>Julho de 1249 a Julho de 1250</p>	<p>Compra de sete propriedades em Olas de Godim e de três em Vila Nova de Olas de Godim, tudo no valor de 219 morabitanos.</p>
<p>6 de Julho de 1250</p>	<p>Carta de aforamento aos moradores de Olas de Godim na qual são referidos os seguintes limites: <i>“Estes são os termos da póvoa de Olas de Godinho pelo fundo, como divide com enteados de D. Silvestre, e como vai para a carreira de Belmonte e para a portela de Vale Pereiro assim como divide com Pedro Pais e pelo cabeço da Franzeleira, e daí ao curso de Lavacolhos, e daí para as Ferrarias, e daí para a portela do Vale Espinhal, águas vertentes para Lavacolhinhos e pelo fundo como divide com aldeia de Anguias”</i> refere ainda de <i>“foro a décima do pão, vinho e legumes conforme o costume de Belmonte”</i>¹⁶².</p>
<p>Agosto de 1250</p>	<p>D. Egas Fafes e Soeiro Martins fazem apazamento de uma das propriedades em rebolais [rebelhos], termo de Belmonte com foro que exige metade do pão e dos frutos¹⁶³.</p>
<p>Fevereiro de 1253</p>	<p>O bispo compra duas propriedades em <i>Pedra-de-Águia</i> [Penha de Águia], no termo de Belmonte¹⁶⁴.</p>
<p>Fevereiro a Maio de 1253</p>	<p>Nesta altura o bispo já teria comprado um total de dez propriedades em Olas e Vila Nova de Olas, às quais juntou mais seis.</p>
<p>Agosto 1253</p>	<p>Compra a Mendo Martins, três casais de <i>herdamento</i> na aldeia de Anguias pelo preço de 30 morabitanos.</p>
<p>Julho de 1254</p>	<p>Compra a D. Vicente e sua mulher D. Domingas dois casais e meio por 22 morabitanos na aldeia de <i>Anguias</i>.</p>
<p>Julho de 1257</p>	<p>D. Egas Fafes juntamente com Rodrigo Martins dão carta de aforamento aos moradores de Espinhal, no termo de Belmonte. O foro consiste na</p>

¹⁶⁰ T.T. Cabido da Sé de Coimbra, Mç. 20, N.º 20.

¹⁶¹ T.T. Cabido da Sé de Coimbra, Mç. 20, N.º 21.

¹⁶² T.T. Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Mç. 14, N.º 4.

¹⁶³ T.T. Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Mç. 14, N.º 46.

¹⁶⁴ T.T. Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Mç. 11, N.º 11B e 11C

	décima do pão, vinho, linho e legumes, mais uma galinha e quinze ovos ¹⁶⁵ .
17 de Julho de 1259	Transferência do foro e domínio da Aldeia do Colmeal de Pedro Mendes, reitor da Igreja de Santa Maria de Belmonte para o Bispo D. Egas Fafes ¹⁶⁶ .
18 de Julho de 1259	Carta de aforamento do <i>herdamento</i> comprado na Ribeira de Lavacolhos a D. Egídio de Belmonte, o qual é dado a Martinho Abes e sua mulher Maria Pires ficando a pagar de foro a quarta parte de todo o fruto, uma galinha e 10 ovos ¹⁶⁷ .

Tabela 1: Aquisições dos Bispos de Coimbra no Concelho de Belmonte (1234-1267)

Mas se esta política de aquisições foi a estratégia seguida pela diocese conimbricense, a política dos bispos egitanenses não terá sido muito diferente. Infelizmente, devido à inacessibilidade da documentação eclesiástica egitanense não podemos comprovar esta suposição.

Mesmo assim, foi possível verificar que estes bispos estabeleceram um “baluarte defensivo” junto ao senhorio temporal dos bispos de Coimbra. Referimo-nos neste caso concreto a Caria cuja Igreja pertencia já, em 1321, ao Catálogo das Igrejas do Bispado da Guarda e onde construíram uma residência episcopal - a conhecida Casa da Torre¹⁶⁸.

A afirmação e consolidação da nova diocese da Guarda enfrentou diversas frentes de batalha. Uma delas foi com o Concelho da Covilhã, contenda que se relacionou com questões de limites e jurisdição.

Um conjunto de documentos inéditos existente no Arquivo Municipal da Covilhã ilustra os contornos desta controvérsia, que teve o seu início quando o Deão da Diocese da Guarda, Martim¹⁶⁹, em 1245, recebeu de seu pai um *herdamento* ou *cavalaria*¹⁷⁰ na localidade que actualmente se designa por Caria. Segundo Manuel Marques o Deão ter-se-á estabelecido

¹⁶⁵ T.T. Cabido da Sé de Coimbra, Mç.15, N.º 38.

¹⁶⁶ T.T. Cabido da Sé Coimbra, Mç.16, N.º 24.

¹⁶⁷ T.T. Cabido da Sé de Coimbra, Mç. 16, N.º 22.

¹⁶⁸ Vide capítulo “12.1. Património Imóvel”.

¹⁶⁹ Um Deão era o chefe do cabido e era sobre o seu poder que o cabido se reunia e legislava sobre os assuntos que lhe eram apresentados. O Deão era geralmente escolhido de entre os elementos do cabido. Este era um cargo que muitas vezes funcionava como ante câmara para a catedra episcopal. Martim Caria aparece referenciado pela primeira vez como cónego da Sé da Guarda num documento de 31 de Janeiro de 1226.

¹⁷⁰ Seria uma propriedade alodial, um tipo de propriedades pertencentes a pequenos proprietários livres (os herdadores) encravadas em terras do rei. Os seus proprietários, os chamados cavaleiros-vilãos, possuíam essas terras recebidas por sucessão. Segundo Alexandre Herculano, este tipo de propriedades tinha a sua origem desde o tempo das presúrias leonesas, ou seja, das terras devolutas que passaram a ser ocupadas pelos homens de armas que assim se tornaram proprietários rurais livres, inicialmente apenas obrigados ao fossado ou serviço militar, detentores de terras isentas de foro ou renda.

nesta localidade mas acabou por entrar em conflito com o Concelho da Covilhã. O motivo para esta contenda vem referido nas *Inquirições* de D. Dinis em 1314 que referem que o cónego foi “*filhando do herdamento do Concelho*”¹⁷¹. As mesmas inquirições mencionam que o Bispo da Guarda D. Rodrigo Fernandes, após a morte do Deão Martim, por volta de 1250, se apossou dos bens que este tinha em Caria, continuando a *filhar o herdamento* do Concelho da Covilhã. Quase todos os documentos existentes relativos a este assunto referem um compromisso celebrado entre a diocese da Guarda e o Concelho da Covilhã apesar de o documento original ainda não ter sido encontrado. De todas as referências existentes, a mais completa encontra-se no documento n.º 27 do Arquivo Municipal da Covilhã onde esse compromisso é transcrito. Essa transcrição permite-nos constatar que se trata de um compromisso datado de 3 de Outubro de 1280 no qual ficaram estabelecidos os limites para o *herdamento* de Caria, tendo sido: (i) estabelecida a quantia de trinta libras que o bispo da Guarda passaria a ter de pagar anualmente ao Concelho da Covilhã no dia da festa de S. João Batista¹⁷²; (ii) a obrigação que os moradores de Caria teriam de dar jantar¹⁷³ duas vezes por ano aos seis cavaleiros do Concelho da Covilhã, quando estes se deslocassem a Caria em negócios do Concelho; (iii) a obrigação de os juizes de Caria irem jurar nas mãos dos juizes e dos homens bons da Covilhã¹⁷⁴.

Em termos cronológicos, o primeiro documento existente no Arquivo Municipal da Covilhã que se refere a esta contenda, data de 23 de Julho de 1294 e é uma apelação do Mamposteiro¹⁷⁵ do Concelho da Covilhã, Lourenço Eanes, sobre os abusos do bispo e cabido da Guarda¹⁷⁶.

O segundo documento data de 25 de Junho de 1315 e refere-se a uma confrontação dos juizes e Mamposteiro do Concelho da Covilhã ao bispo da Guarda sobre o compromisso¹⁷⁷ que havia sido estabelecido entre eles. O bispo da Guarda justificava-se dizendo que prescrevera na dita jura e nos jantares contra o Concelho da Covilhã e que estes não podiam prescrever contra a Igreja. Alegava também que El Rei¹⁷⁸ não julgava mas

¹⁷¹ T.T. Leitura Nova, *Inquirições da Beira e Além Douro*, fl. 6 *Inquirições* de D. Dinis, Liv.9, fl. 35.

¹⁷² “*Convem a saber que o [...] bispo de ou faça dar trinta libras da [...] da moeda de Portugal que ora corre que fazem vinte [...] alba pola festa de San Othane Bautista do Mês de Junho em cada huu ano no de susu dicto conçelho de Covilhã*” in A.M.C. Doc. N.º 27.

¹⁷³ Segundo os documentos do Arquivo Municipal da Covilhã esses jantares eram constituídos por “*dous carneiros e oito galinhas e cem pnaes e doze alqueires de cevada e sete almudes de vinho*” in Docs. 27 e 14 do A.M.C.

¹⁷⁴ “*E noutra perta os juyzes de caria devem hir cada huu ano em dia de San Othane Baptista a jurar em nas mãos dos juyzes de Covilhã pera comprir todas estas cousas que de suso som ditas.*” in Doc. 27 do A.M.C.

¹⁷⁵ Procurador, encarregado de substituir alguém num cargo, negócio ou momento solene. Era também o recebedor de esmolos para cativos.

¹⁷⁶ A.M.C. Doc. N.º 10.

¹⁷⁷ Este compromisso referido será aquele que é transcrito no documento N.º 27 (25 de Julho de 1315) do Arquivo Municipal da Covilhã e que foi celebrado em 3 de Outubro de 1280.

¹⁷⁸ Aqui, provavelmente, refere-se à carta régia de 23 de Abril de 1315 que se encontra transcrita no documento N.º 27 do Arquivo Municipal da Covilhã.

mandava no dito compromisso e que a contenda era apenas em relação à justiça da Covilhã e ao direito que Caria tinha de “*espreitar*” os seus homens, dizendo ainda que não dera poder ao seu procurador para qualquer cláusula que não esta.

O bispo, que seria nesta altura D. Estevão, refere ainda que o concelho contendera demanda sobre os jantares com os de Caria e que El Rei absolvera os de Caria e condenara o dito concelho numa soma de custas e que se quisessem demandar que lhes pagassem as custas e então que demandassem. O bispo desafiava ainda os juízes do Concelho da Covilhã e estes diziam que tinham vencido a questão pela carta da sentença que El Rei tinha assinado.

O terceiro documento data de 25 de Julho de 1315¹⁷⁹ e transcreve uma carta régia de D. Dinis, datada de 23 de Abril de 1315 que, por sua vez, transcreve o compromisso, já descrito anteriormente, estabelecido entre o Concelho da Covilhã e o bispado da Guarda, datado de 3 de Outubro de 1280. *Martinz Fernandez*, tabelião de El Rei na Covilhã observou e leu essa carta régia, escrita em pergaminho de couro e selada de selo vermelho pendente que transcreveu de seguida, a qual se referia, concretamente, à contenda entre D. Estevão, bispo da Guarda, representado pelo seu procurador Lourenço Vasquez e o Concelho da Covilhã representado pelo juiz e procurador *Vicente Mendez*. Nessa carta, o bispo da Guarda, acusado pelos juízes da Covilhã de não atender ao compromisso anteriormente estabelecido, queixava-se de que o Concelho da Covilhã lhe vinha fazendo alguns “*agravamentos*” na aldeia de Caria e a “*fazer hi justiça e filhar os omees que eles prendiam*”.

Se inicialmente a contenda fora motivada por uma questão de limites ela perdurou, entre outras, devido a questões de aplicação da justiça e dos papéis reservados aos juízes de cada parte.

Através da análise da documentação é possível constatar que uma das preocupações do bispo da Guarda era reservar o direito dos homens de Caria serem “*espeitados*” pelos seus próprios juízes e de apenas recorrerem aos juízes do Concelho da Covilhã quando fosse motivo, para que fossem julgados. No documento datado de 25 de Julho de 1315, o procurador do bispo da Guarda solicita que se declare quem devia despeitar e julgar os homens de Caria, ficando declarado o seguinte:

*“E eu declaro esto assi mando que se os omes de Caria acharem alguu ome que alguma cousa fez per que aia de seer speitado que os omes de Caria o despeitem assi como dis o compromisso. E mando que aqueles que forem presos per razom de crime que os tragam aos juyzes e ao Conçelho de Covilhãa e que esses Juyzes os ouçam e se acharem que mereçem justiça que a façam em elles e se acharem que nom mereçem justiça mando que os dem aos de Caria assi como ata aqui costumou.”*¹⁸⁰

¹⁷⁹ A.M.C. Doc. N.º 27

¹⁸⁰ A.M.C. Doc. N.º 27.

O documento n.º 33 do Arquivo Municipal da Covilhã, datado de 25 de Junho de 1315 refere também explicitamente esta cláusula do compromisso.

Por outro lado, uma das preocupações do Concelho da Covilhã era a observância das obrigações que o bispo, os juizes e os moradores de Caria lhe deviam, segundo o referido compromisso. Era de tal forma uma questão de honra que o quarto documento datado de 22 de Julho de 1324¹⁸¹, existente no Arquivo Municipal da Covilhã e relativo à contenda entre o Bispo de Guarda e o Concelho da Covilhã, refere que os juizes de Caria haviam sido presos pelos juizes da Covilhã que se fizeram acompanhar por homens e armas alegando o facto de aqueles não terem cumprido o juramento anual. Nesse documento o bispo da Guarda, confrontado novamente pelos juizes da Covilhã, terá prometido cumprir o compromisso, mas apenas depois de os juizes de Caria serem soltos, o que terá acontecido pouco depois, já que os juizes da Covilhã voltam a confrontar o bispo a 19 de Agosto de 1324¹⁸² e aquele promete cumprir o compromisso.



Figura 26: Documento n.º 34 do Arquivo Municipal da Covilhã

Mas esse compromisso estabelecido sobre o *herdamento* de Caria continuou a ser uma preocupação para o Concelho da Covilhã, uma vez que, o documento datado de 2 de Junho de 1334¹⁸³ se refere ao pagamento de trinta libras devido pelo bispo da Guarda ao Concelho.

¹⁸¹ A.M.C. Doc. N.º 34.

¹⁸² A.M.C. Doc. N.º 14.

¹⁸³ A.M.C. Doc. N.º 23.

É de salientar que toda esta questão entre a Diocese da Guarda e o Concelho da Covilhã abrange aspectos que poderão não ressaltar à primeira vista. Sabemos que esta questão tinha para os Bispos da Guarda um significado particular que se relacionava, indirectamente, com a contenda que estes tiveram com os Bispos de Coimbra. Contudo, não é apenas esse aspecto que está subjacente, referimo-nos concretamente ao facto de o *herdamento* de Caria ter que se sujeitar a obrigações de tipo senhorial e, até certo ponto, feudo-vassálicas para com o Concelho da Covilhã o que demonstra uma alteração política fundamental para a centralização do poder régio.

Um *herdamento* era considerado inicialmente uma propriedade alodial, ou seja, estava desonerada de qualquer tributo, direito fundiário e dominial podendo ser alienada e dividida livremente. Essa condição sofreu alterações significativas sobretudo a partir do século XIII, quando a lei de D. Afonso II, em 1211, afirmava que todo o homem livre devia depender de um senhor, a menos que já vivesse num senhorio. É certo que os detentores do *herdamento* de Caria eram membros do clero, primeiro um deão e mais tarde bispos, mas essa particularidade não era obstáculo pois na realidade os concelhos não eram mais que senhorios reais e as Leis da Desamortização (ano de 1211) procuravam travar o aumento desmesurado da propriedade eclesiástica, nomeadamente dos bens de raiz isentos. O crescente poder senhorial que os reis exerciam sobre os concelhos e os alódios, sobretudo na sua dimensão fiscal, judicial e militar está subjacente na obrigação que os juizes de Caria tinham em ir, anualmente, jurar nas mãos dos juizes da Covilhã; no pagamento anual de 30 libras ao Concelho da Covilhã; nas constantes intromissões dos seus juizes nas questões que, supostamente, eram da competência dos juizes de Caria, e nos jantares que deveria dar aos seus cavaleiros¹⁸⁴. Na realidade o que se pode observar é que, pertencendo Caria ao Concelho da Covilhã, estava sujeita ao mesmo e, conseqüentemente, ao domínio senhorial do rei que havia concedido carta de foral à Covilhã.

¹⁸⁴ Que seriam os representantes do rei exercendo cargos na administração do Concelho. Na sua essência, este dever de dar jantar correspondia a uma exigência resultante da degradação do estatuto dos *herdamentos* e do aumento do poder senhorial do rei que se concretizava no dever de alimentar o senhor, ou seus representantes e o seu séquito.

6. NOVOS SENHORES DE BELMONTE – OS CABRAIS

As primeiras referências da ligação de elementos da família Cabral a Belmonte remontam ao século XIV e relacionam-se com D. Gil Cabral¹⁸⁵, físico, Deão e Bispo da Guarda entre 1360 e 1362. No seu testamento datado de 30 de Maio de 1362, D. Gil Cabral doou a Maria Gil, moradora em Belmonte, o usufruto de todos os bens que possuía antes de ser bispo com a obrigação de construir uma Capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade na Igreja de S. Tiago em Belmonte e constituir um morgadio¹⁸⁶ vinculado à mesma. D. Maria Gil Cabral ficaria ainda obrigada a nomear um administrador para o morgadio que deveria ser transmitido, à sua morte, a alguém da linhagem de ambos.

A 9 de Maio de 1397, D. Maria Gil Cabral que se encontrava já viúva e sem filhos, manda ler o seu testamento na presença de Martim Vasques da Cunha, que nessa altura era o novo detentor do Senhorio de Belmonte. Nele se afirma filha de D. Gil Cabral, e juntando os seus bens e os que lhe foram doados por seu pai, nomeia morgado e administrador do vínculo da referida Capela o seu sobrinho Luís Álvares Cabral¹⁸⁷, filho de seu irmão Álvaro Gil Cabral¹⁸⁸, que foi alcaide do Castelo da Guarda, escudeiro do rei e detentor de inúmeras mercês concedidas por D. João I, nomeadamente a doação de Azurara, as tenças dos concelhos de Valhelhas e Manteigas, a doação de juro e herdade da aldeia de Folhada, da terra de Tavares e Moimenta da Serra¹⁸⁹.

Todas as disposições que compunham o documento mencionado de 1397 foram confirmadas pelo testamento final de D. Maria Gil Cabral datado de 1 de Setembro de 1401 no qual confirma a nomeação feita, ao mesmo tempo que impõe a obrigação de se rezar uma missa todos os dias pela sua alma, pela de seu marido e de seu pai. Determina ainda que à

¹⁸⁵ Vide capítulo “13. Personalidades do Concelho”.

¹⁸⁶ Vínculo indivisível e inalienável ligado a bens ou rendimentos que se transmitiam numa família de primogénito em primogénito, em linha varonil.

¹⁸⁷ Vide capítulo “13. Personalidades do Concelho”.

¹⁸⁸ Segundo informações recolhidas no “*Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*” de Américo Costa, Álvaro Gil Cabral casou com uma filha de Diogo Afonso Figueiredo e de sua mulher Constança Rodrigues Pereira e através desse matrimónio passaram os Cabrais a ter o senhorio das vilas de Moimenta da Serra, Azurara, Torre e quinta de Santo André que eram dos Figueiredos. Álvaro Gil Cabral tomou parte, com grande valor, na Batalha de Aljubarrota mas os castelhanos terão roubado “*algumas azémolas suas, em as quaes lhe levaram muitos papéis, e doações da sua casa*”. Em face disto, D. João I terá reformado a doação referindo nela todos os bens acima descritos.

¹⁸⁹ Constata-se que o poder dos Cabrais em Belmonte surgiu ligado a um Bispo da Guarda, D. Gil Cabral e a um filho de um alcaide da Guarda. Em capítulo anterior é notória a contenda que existiu entre os Bispos de Coimbra e da Guarda assim como a estratégia de ambos para afirmar o seu poder nesta região. Pode ver-se nesta doação uma estratégia de afirmação por parte do Bispo da Guarda em território que à data do testamento de D. Gil Cabral (1362) ainda pertencia ao senhorio dos bispos conimbricenses?

sua morte seja sepultada na Capela que mandou edificar na Igreja de S. Tiago (cuja arca tumular armoriada ainda hoje se pode observar)¹⁹⁰.

Luís Álvares Cabral foi portanto o 1º Morgado e como veremos de seguida, foi também o 1º Senhor da Casa dos Cabrais e o 1º Alcaide de Belmonte. Será a partir desse momento que o poder dos Cabrais se começa a afirmar em Belmonte.

A 5 de Agosto de 1392 a Mitra de Coimbra obteve autorização de D. João I para trocar, o Senhorio de Belmonte pelo Senhorio de Arganil e pelo Couto de São Romão das quais era detentor o fidalgo Martim Vasques da Cunha.



Figura 27: Brasão dos Cabrais

Belmonte ficou, desta forma, fora da órbita dos prelados conimbricenses, mas este novo senhor, Martim Vasques da Cunha, possuiu por pouco tempo o Senhorio uma vez que o facto de ter tomado partido de Espanha na questão da sucessão ao trono em 1383-1385¹⁹¹ acabou por motivar a confiscação dos seus bens pelo rei D. João I. O Senhorio de Belmonte passou a estar directamente ligado à Coroa daí a necessidade de escolher um alcaide que fosse seu representante local. A escolha recaiu, em 1397 - 1398, sobre Luís Álvares Cabral que, como vimos tinha sido já nomeado por sua tia morgado do vínculo associado à Capela de Nossa Senhora da Piedade na Igreja de S. Tiago.

Foram ainda alcaides de Belmonte: Fernando Álvares Cabral, Fernão Cabral I, João Fernandes Cabral, Fernão Cabral II, João Rodrigues Cabral I, Nuno Fernandes Cabral I, Fernão Cabral III, Nuno Fernandes Cabral II, Fernão Cabral IV, Francisco Cabral, Pedro Álvares Cabral I, João Rodrigues Cabral II, Fernão Cabral V, Pedro Álvares Cabral II e Caetano Francisco Cabral. O capítulo 13 intitulado *Personalidades do Concelho* contém dados biográficos mais pormenorizados sobre estas individualidades. Apesar disso, alguns desses alcaides e membros da família Cabral distinguiram-se na grande empresa da Expansão Portuguesa, na defesa da independência de Portugal aquando da crise dinástica de 1383-

¹⁹⁰ Vide capítulo "12.1.2. Igreja de S. Tiago".

¹⁹¹ Devido ao casamento entre D. Fernando e D. Beatriz, filha do rei de Castela, e o posterior falecimento daquele levantou-se um problema de sucessão do trono português.

1385, na Guerra da Restauração e no desempenho de funções e cargos para os quais foram nomeados.

1. Ligados à Expansão Portuguesa salientam-se:

- O 1º alcaide de Belmonte, Luís Álvares Cabral, que foi vedor da Casa do Infante D. Henrique¹⁹² e que nessa qualidade acompanhou o seu amo na Conquista de Ceuta em 1415, altura em que foi capitão de uma galé. O seu desempenho nesta que foi a jornada inaugural da Expansão Portuguesa terá motivado a alteração da doação da alcaidaria, que em 1428 passou a ser hereditária.
- O 2º alcaide de Belmonte, Fernando Álvares Cabral que foi guarda-mor do Infante D. Henrique. Morreu em Outubro de 1437 durante o Cerco de Tânger, em circunstâncias heróicas que se encontram representadas nos capitéis historiados da Capela de Nossa Senhora da Piedade sita na Igreja de S. Tiago em Belmonte. Nestas representações e segundo o que foi relatado pelo cronista Gomes Eanes de Zurara, Fernando Álvares Cabral interpôs-se ante um ataque que um mouro se preparava para desferir ao Infante D. Henrique, morrendo em vez do seu amo.
- O 6º alcaide-mor, Fernão Cabral III distinguiu-se na defesa de Mazagão, em 1562, onde foi auxiliado pela valentia dos cem homens que o acompanharam. Em 1578, participou na Batalha de Alcácer-Quibir, onde ficou prisioneiro, tendo gasto avultados bens nessa jornada e no seu resgate.

2. Ligados às lutas de Restauração salientam-se:

- Fernão Cabral V, 12º alcaide-mor de Belmonte, que serviu durante cerca de vinte e seis anos (1655-1681) nas lutas da Restauração contra os espanhóis como soldado, capitão de infantaria e de cavalos e como Mestre de Campo. Esteve nas campanhas de Debege, na batalha do Ameixial e no cerco de Badajoz, assistindo também na praça de Salvaterra.
- Pedro Álvares Cabral I – que prestou serviços nos lugares fronteiriços da província da Beira, ocupando o lugar de capitão-mor de Penamacor.

¹⁹² Infante D. Henrique que recebeu uma grandiosa doação de terras na Beira, entre as quais o ducado de Viseu e o senhorio da Covilhã na qual estaria integrado Belmonte, uma vez que foi a seu pedido que o regente Infante D. Pedro em 16 de Março de 1442, confirmou a mercê de couto para 20 homiziados.

3. Pelo seu papel importante como 1º alcaide-mor de Belmonte e pai de Pedro Álvares Cabral destaca-se:

- Fernão Cabral I, que participou na Batalha de Alfarrobeira em 1449¹⁹³ ao lado do rei. Foi nomeado Regedor da Justiça nas Comarcas da Beira e de Riba-Coa em 1464. Em 1466, viu as suas atribuições como alcaide do castelo de Belmonte serem alargadas tendo sido nomeado alcaide-mor “de juro e herdade” com todas as rendas, foros e direitos que a Coroa possuía naquela vila, à exceção das sisas. Em 1471 passou a ser também couteiro do coutamento do monte de Crestados. Como coudel-mor do reino distinguiu-se em Arzila e na defesa de D. Afonso V na batalha de Toro, em 1476.

A fidelidade dos Cabrais com que são geralmente recordados e a sua participação nas diversas campanhas militares, nomeadamente, no Norte de África¹⁹⁴ demonstram a tradição guerreira, comprovam o dever de auxílio militar, ou seja o fossado, ao senhor rei ou infante e originaram várias lendas.

O último alcaide-mor de Belmonte foi Caetano Francisco Cabral, mas o poder dos Cabrais em Belmonte perdurou nas pessoas dos Condes de Belmonte.

Enquanto senhores de Belmonte, os Cabrais foram construtores de edifícios que ainda hoje marcam a fisionomia histórica da vila de Belmonte. De referir o Castelo de Belmonte que no século XV foi adaptado a residência ou paço dos alcaides, ou à Igreja de S. Tiago onde foi construída a Capela de Nossa Senhora da Piedade à qual se vinculou o morgadio que marcou o início do poder dos Cabrais em Belmonte. Salienta-se também o Panteão dos Cabrais onde se encontram sepultados vários elementos da família, nomeadamente os pais de Pedro Álvares Cabral. E ainda, o Convento de Nossa Senhora da Esperança em Belmonte onde esteve inicialmente a afamada imagem que a tradição assume ter acompanhado Pedro Álvares Cabral na viagem em que descobriu o Brasil.

¹⁹³ Batalha travada a 20 de Maio de 1449 na qual faleceu D. Pedro, tio do rei D. Afonso V e que teve a sua origem em intrigas palacianas que pretenderam afastar D. Pedro da corte com o pretexto de que este se pretendia apoderar do trono por ter sido regente aquando do exílio de D. Leonor em Castela enquanto D. Afonso V ainda era menor de idade.

¹⁹⁴ Afinal as campanhas militares que iniciaram a Expansão Portuguesa não seriam uma continuidade da Reconquista Cristã?

7. PEDRO ÁLVARES CABRAL, BELMONTE E A DESCOBERTA DO BRASIL

A Expansão Portuguesa, iniciada no século XV, constitui um dos períodos mais marcantes da História Portuguesa pois nela estiveram envolvidas pessoas, durante várias centenas de anos, de ordens sociais diferentes e de diversas localidades de Portugal. Para esse período foi possível constatar que diversos elementos da família dos Cabrais participaram na designada expansão quatrocentista cujo palco foi, essencialmente, o Norte de África.

Na Beira Interior, outras personalidades são recordadas pela acção desempenhada tais como:

- Infante D. Henrique, Senhor da Covilhã e iniciador da Expansão Marítima Portuguesa.
- Pêro da Covilhã, que cumprindo ordens do rei D. João II foi o primeiro grande explorador europeu das Costas da Arábia, da Índia e África Oriental preparando assim a viagem de Vasco da Gama.
- Mestre José Vizinho, um judeu covilhanense que revolucionou a náutica astronómica ao desenvolver a técnica de determinação da latitude a partir da medição da altura do sol e ao desenvolver o primeiro astrolábio.
- Rui Faleiro, natural da Covilhã, planeou com Fernão Magalhães aquela que ficou conhecida como a primeira viagem de *circum-navegação* marítima do globo.
- Francisco Faleiro, natural da Covilhã e irmão de Rui Faleiro, foi um notável cosmógrafo que se destacou no estudo da obtenção da declinação magnética através da observação solar.
- Pedro Álvares Cabral – “o filho-prodígio de Belmonte” – capitão-mor da segunda armada com destino à Índia e Descobridor do Brasil.

Como foi referido anteriormente, a família dos Cabrais esteve, desde tempos remotos ligada à história de Belmonte. Dela se destacaram, pelos seus feitos, várias personalidades das quais se salienta, neste capítulo, Pedro Álvares Cabral.

Pedro Álvares Cabral, filho de Isabel Gouveia e Fernão Cabral, primeiro alcaide-mor do Castelo de Belmonte, terá nascido em 1468 ou 1469 em Belmonte onde passou a infância e onde deverá ter aprendido as primeiras letras e os rudimentos das artes da nobreza e da função guerreira.

Com cerca de quinze anos (em 1484), idade de referência para um jovem na Idade Média ser admitido na Corte e começar a servir, constava já da lista de fidalgos da Casa de D. João II, com 12\$000 réis anuais de moradia. Foi acompanhado pelo seu irmão João Fernandes Cabral e ambos terão participado em campanhas militares no Norte de África, nomeadamente na Graciosa. Segundo Joaquim Candeias da Silva *“Por volta dos respectivos vinte anos e depois da demonstração de suas qualidades em feitos de armas nalguma praça do norte-africana ambos devem ter sido armados cavaleiros e posteriormente ter sido promovidos a cavaleiros-fidalgos da Casa Real”*¹⁹⁵.

Em 1500, segundo confirma o *Livro do Rendimento das Comendas Velhas do Mestrado de Cristo*¹⁹⁶, Pedro Álvares Cabral recebia de tença 40\$000 réis anuais por pertencer à Ordem de Cristo. Em 1520 essa tença era já de 50\$000 réis.

Os resultados da viagem marítima de Vasco da Gama à Índia motivaram o envio de uma segunda armada à Índia para consolidar os contactos realizados. Por carta, datada de 5 de Fevereiro de 1500, D. Manuel nomeou Pedro Álvares Cabral capitão-mor dessa armada incumbindo-o das seguintes funções:

- Assegurar o estabelecimento dos portugueses no comércio das especiarias e outros produtos preciosos na Índia, através da criação de feitorias, nomeadamente a de Calecut (a mais importante).
- Assegurar as relações estáveis com as povoações da África Oriental (Sofala, Moçambique, Quíloa e Melinde).

Depois de uma cerimónia solene, que decorreu no dia 8 de Março de 1500 no Restelo, durante a qual o rei se despediu dos cerca de mil e quinhentos homens que equipavam a armada composta por 13 navios, a frota comandada por Pedro Álvares Cabral zarpou (na manhã de 9 de Março) mar adentro.

¹⁹⁵ Joaquim Candeias da Silva, *“Belmonte, Cabral e o Descobrimento do Brasil”*, p. 44

¹⁹⁶ Cit. por Joaquim Candeias da Silva, *“Belmonte, Cabral e o Descobrimento do Brasil”*, p. 44



Figura 28: Armada de Pedros Álvares Cabral

A 22 de Março avistaram a Ilha de S. Nicolau no arquipélago de Cabo Verde e depois de passarem o Equador rumaram para ocidente com o intuito de encontrar ventos favoráveis para a passagem do Cabo da Boa Esperança. Embora não se saiba qual o motivo real, esse desvio foi maior do que o que fizera a frota de Vasco da Gama e acabou por se mostrar bastante fecundo.

No dia 21 de Abril, observaram plantas a boiar na água e aves no céu - sinais da existência de terra nas proximidades.

A existência de terra foi confirmada no dia 22 de Abril quando a *horas de vésperas* se avistou um monte que foi denominado Monte Pascoal em virtude de se encontrarem nessa época festiva. O local descoberto foi baptizado Terra de Vera Cruz pelo Capitão-mor.

No dia 23 de Abril Nicolau Coelho foi incumbido pelo capitão-mor de fazer o primeiro reconhecimento do local para onde se dirigiu de batel. Esse reconhecimento terá ocorrido na zona do rio Frade, onde pela primeira vez viram os Ameríndios, descritos sugestivamente por Pêro Vaz de Caminha na sua *Carta do Achamento do Brasil*.

No dia 24 de Abril, devido a um temporal que agitou bastante os barcos durante a noite anterior, levantaram ferro e procuraram um bom ancoradouro para a frota. O local escolhido foi denominado Porto Seguro e corresponde à actual Baía de Cabralia.

No dia 26 de Abril¹⁹⁷, Domingo de Pascoela, o capitão-mor desembarcou no recife da Ponta da Coroa Vermelha e assistiu à celebração da primeira missa no Brasil feita por Frei Henrique de Coimbra.

No dia anterior à partida da armada, Pedro Álvares Cabral mandou colocar uma cruz em pau-brasil no sítio onde se podia fazer a aguada, idêntica à que hoje se pode observar junto ao Castelo de Belmonte.

As circunstâncias em que se deu o Descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral têm motivado acesas discussões entre investigadores, contudo, quer tenha sido uma descoberta intencional ou ocasional, com antecedentes ou não, foi a partir dessa data que uma nova página da História de Portugal e do Mundo se escreveu, possibilitando o conhecimento de um Novo Mundo deveras importante para a História Universal.

No dia 2 de Maio, a frota de Pedro Álvares Cabral deixa o Brasil em direcção à Índia para cumprir a sua real missão. A caminho de Lisboa seguiu uma nau comandada por Gaspar Lemos para anunciar a boa nova do descobrimento.

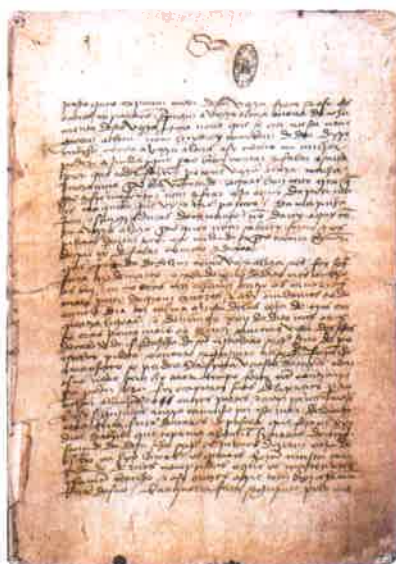


Figura 29: Carta de achamento do Brasil (Pêro Vaz de Caminha)

¹⁹⁷ Data em que se comemora o dia do concelho de Belmonte e se faz a procissão de Nossa Senhora da Esperança.

A frota de Pedro Álvares Cabral atravessou o Atlântico Sul com o objectivo de passar o Cabo da Boa Esperança. O trajecto correu com normalidade até ao dia 24 de Maio altura em que uma tempestade provocou o naufrágio de quatro navios e a dispersão dos restantes. Nessa altura, já tinham passado ao largo das Ilhas de Tristão Cunha, muito embora não se tivessem apercebido.

Apenas a 16 de Julho voltaram a avistar terra - a costa Natal, na África do Sul. Nas ilhas Primeiras em Moçambique avistaram dois navios que tinham ido abastecer-se de ouro em Sofala.

No dia 20 Julho realizaram escala na ilha de Moçambique. Daí partiram em direcção ao reino muçulmano de Quíloa onde chegaram no dia 26 de Julho.

A escala seguinte realizou-se em Melinde. O rei demonstrou-se receptivo em continuar a colaborar com os portugueses, de tal forma que disponibilizou um piloto indiano do Guzarate para os acompanhar até à Índia. A viagem prosseguiu no dia 7 de Agosto de 1500.

Chegaram à Índia no dia 22 de Agosto de 1500 e ancoraram frente à ilha de Angediva durante 15 dias.

A frota de Pedro Álvares Cabral chegou a Calecute no dia 13 de Setembro de 1500 e quando os seus navios foram avistados da cidade, vieram ao seu encontro vários indianos incumbidos de dar as boas vindas aos portugueses em nome do Samorim. Depois de uma salva de artilharia disparada como forma de saudação (que impressionava bastante os povos do Índico), o capitão-mor mandou o escrivão Afonso Furtado ao encontro do Samorim para explicar os motivos da vinda da frota portuguesa e preparar a deslocação de Pedro Álvares Cabral a terra.

Para que tal acontecesse, os portugueses exigiram a cedência de reféns que teriam de ficar a bordo durante a ausência do capitão-mor. Esta exigência surpreendeu o Samorim, causando um impasse de dois dias até que fosse dada por este a autorização efectiva para a cedência dos reféns exigidos.

No dia 18 de Setembro, Pedro Álvares Cabral, acompanhado por trinta homens, deslocou-se para a praia de Calecute onde o esperou o Samorim. Durante a sua ausência a frota ficou sob o comando de Sancho Tovar.

Na presença do Samorim, Pedro Álvares Cabral, expôs os seus propósitos apresentando uma carta escrita em árabe enviada pelo rei D. Manuel. Depois da leitura da mesma, o capitão-mor mandou entregar ao Samorim um presente que devia traduzir a riqueza de Portugal, a nação que se queria impor no comércio oriental.

O Samorim ficou surpreendido e terá manifestado vontade de colaborar com os portugueses sugerindo uma casa onde se poderiam alojar e pedindo que os reféns voltassem a terra, pois alegava que devido à sua dignidade e religião não podiam comer, nem beber, nem dormir no mar. A proposta desagradou Pedro Álvares Cabral devido à insistência do Samorim no regresso dos reféns, por isso, decidiu regressar à nau.

O clima de suspeição mútua instalou-se, originando novo impasse por alguns dias, até que Pedro Álvares Cabral mandou reunir o conselho para decidir o que fazer. Aires Correia, cuja incumbência era ficar como feitor em Calecute sugeriu ir a terra negociar um tratado de comércio com o Samorim. A ideia foi apoiada tendo apenas como contrapartida a condição de que ficassem a bordo dois reféns indianos, o que acabou por ser aceite.

Devido à pressão exercida pelos mercadores muçulmanos que se consideravam prejudicados pela concorrência que adviria do acordo com os portugueses, apenas foi possível estabelecer o desejado tratado com o Samorim passados dois meses.

O capitão-mor acreditou que uma vez assinado o tratado, estariam reunidas as condições para o estabelecimento de relações pacíficas entre portugueses e indianos e garantido êxito das operações mercantis e da segurança das mesmas, por isso, mandou libertar os reféns.

Regressado novamente a terra, Aires Correia, responsável pelas negociações recebera uma casa na praia para instalação da feitoria onde foi hasteada a bandeira com as armas do rei de Portugal.

Em contrapartida, o Samorim pediu a Pedro Álvares Cabral que lhe capturasse um navio proveniente de Cochim e o capitão-mor, esperando ganhar a boa vontade do Samorim, acedeu ao seu pedido enviando a caravela de bombarda grossa chamada São Pedro.

Como o ritmo do carregamento da frota estava a ser lento, Pedro Álvares Cabral mandou um enviado ao Samorim para protestar contra os Muçulmanos que considerava responsáveis pela inviabilização do carregamento no ritmo desejado, uma vez que esconderiam as especiarias.

Na realidade, passados três meses de terem chegado a Calecute, apenas dois dos seis navios estavam carregados de especiarias. A celeridade do carregamento era importante pois aproximava-se o período de monção que possibilitava a viagem de regresso a Portugal.

O Samorim acedeu a este pedido prometendo que iria ordenar que nenhuma embarcação muçulmana carregasse enquanto os navios portugueses não estivessem cheios, autorizando os portugueses a capturar alguma embarcação moura que partisse com especiarias.

Apesar das promessas, no dia 16 de Dezembro de 1500 Aires Correia soube que ia partir da cidade de Calecute um navio muçulmano carregado de mercadorias, por isso, pediu ao capitão-mor que o capturasse. Depois de alguma hesitação, Pedro Álvares Cabral ordenou a captura. Os Muçulmanos foram ter com o Samorim e protestaram contra a atitude dos portugueses. Vendo-se pressionado pelos Muçulmanos o Samorim acabou por ordenar o ataque aos europeus o que resultou na morte de cinquenta homens que se encontravam na feitoria, entre os quais Pêro Vaz de Caminha e Aires Correia.

Depois de saber da tragédia, Pedro Álvares Cabral mandou incendiar os cerca de dez barcos que se encontravam frente a Calecute e, de seguida, ordenou que bombardeassem a cidade.

Nos dias que se seguiram, os portugueses perseguiram alguns navios, acabando por ter que ir carregar os restantes barcos a Cochim. Chegaram a Cochim no dia 24 de Dezembro e foram muito bem recebidos. O carregamento total dos navios durou até dia 9 de Janeiro de 1501. No dia seguinte, a armada de Pedro Álvares Cabral deixou Cochim onde ficou como feitor Gonçalo Gil Barbosa - o primeiro português a ficar na Índia.

Seguiram para norte e foram perseguidos por embarcações de Calecute que teriam o intuito de os atacar. No dia 15 de Janeiro foram carregar canela em Cananor onde efectuaram a última paragem na Índia.

No regresso a Portugal, a 12 de Fevereiro de 1501, a nau El-rei, de que era capitão Sancho Tovar, naufragou junto à costa de Melinde. Os seus tripulantes salvaram-se mas a nau e a sua preciosa carga ficaram perdidas para sempre.

De seguida, a frota fez escala na ilha de Moçambique onde os náufragos salvos se restabeleceram. Uma vez ancorados nessa ilha, o capitão-mor mandou Sancho Tovar fazer o reconhecimento de Sofala, local onde chegava muito ouro. Pretendia, assim, remediar o naufrágio do barco de Bartolomeu Dias (24 de Maio de 1500) e do desaparecimento da nau de Diogo Dias, que haviam partido de Lisboa com a missão de estabelecer uma feitoria em Sofala.

Após a partida de Moçambique, a frota enfrentou mais uma tempestade na costa da África Oriental. Depois disso, alguns navios procederam a uma última escala de reabastecimento junto de Cabo Verde, na então chamada angra de Bezequiche (próximo de Dacar).

Em pleno regresso a casa, a frota de Pedro Álvares Cabral encontrou-se com os homens que, comandados por Gonçalo Coelho, iam explorar o Brasil.

O navio denominado Nossa Senhora da Anunciada foi o primeiro a chegar a Lisboa, no dia 23 de Junho de 1501.

O impacto da viagem de Pedro Álvares Cabral foi considerável e apesar dos sacrifícios e das peripécias ocorridas, os lucros alcançados foram largamente compensadores. A ida desta segunda armada para a Índia possibilitou contactos com todos os locais preestabelecidos assim como o estabelecimento de uma feitoria em Cochim. Na perspectiva real, adquiriu-se prestígio mundial já que se considerava estar a contribuir para o alargamento e reforço da Cristandade. Para isso, contribuiu o contacto estabelecido durante a estadia de Pedro Álvares Cabral em Cochim com os tão procurados cristãos da Índia, conhecidos por “cristãos de S. Tomé”.

As rivalidades existentes entre os vários sectores da nobreza da corte de D. Manuel terão conduzido ao afastamento de Pedro Álvares Cabral, após este ter recusado capitanear a grande frota de 1502, aparentemente por não aceitar que o rei tivesse nomeado Vicente Sodré para capitão de cinco navios que compunham a frota e que nesse ano deveriam ficar no Índico. Pedro Álvares Cabral terá considerado que, desse modo, lhe seria retirada autoridade.

Em Fevereiro de 1503, Pedro Álvares Cabral contraiu matrimónio (1503) com D. Isabel de Castro, donzela da rainha e sobrinha de D. Afonso de Albuquerque. Fixou residência em Santarém onde acabou por falecer, em 1519 ou 1520, tendo sido sepultado na Igreja da Graça.

A importância da segunda viagem marítima à Índia e a descoberta do Brasil originou várias figurações e representações de Pedro Álvares Cabral das quais se destacam:

- O medalhão existente no Claustro do Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa que terá sido executada em 1510.
- O Rei Mago ajoelhado perante o Menino que se encontra representado no painel *Adoração dos Reis Magos*, pertencente ao antigo retábulo-mor da Catedral de Viseu, executado pela escola de Grão-Vasco e que se conserva no Museu da mesma cidade¹⁹⁸.
- Conjunto escultórico dedicado a Pedro Álvares Cabral e ao Descobrimento do Brasil existente em Lisboa.
- Escultura existente no largo da Igreja da Graça, em Santarém.

¹⁹⁸ Onde um dos reis magos apresenta uma fisionomia e trajes típicos dos ameríndios, ou seja dos índios do Brasil descritos por Pêro Vaz de Caminha na *Carta de Achamento do Brasil*.



Figura 30: Adoração dos Reis Magos - Oficina de Grão Vasco



Figura 31: Medalhão do Claustro do Mosteiro dos Jerónimos

Em Belmonte, o Descobridor do Brasil é homenageado pela escultura executada por Álvaro Brée, em 1961 à qual é feita uma romagem anual em Abril. Essa homenagem Luso-Brasileira que terá tido início em 1962, perpetuou-se até à actualidade e realiza-se conjuntamente com as Festas do Concelho, marcadas também pela procissão de Nossa Senhora da Esperança. Esta romaria tráz às ruas da vila a imagem de Nossa Senhora da Esperança, que a tradição diz ter acompanhado Pedro Álvares Cabral na viagem do Descobrimento do Brasil e que, por isso é, transportada numa nau de talha dourada.

Desde a designada época contemporânea até à actualidade, têm sido recorrentes as exposições, as conferências e palestras dedicadas ao Descobrimento do Brasil. Vários foram os contactos e intercâmbios com o Brasil promovidos quer pelo poder local quer por entidades como a TAP¹⁹⁹ que, segundo informações recolhidas no *Jornal Concelho de Belmonte*, instituiu o Prémio Pedro Álvares Cabral que oferecia, anualmente, aos dois melhores alunos de Belmonte uma viagem ao Brasil.

¹⁹⁹ Transportadora Área Portuguesa

8. A SOCIEDADE LIBERAL E A NOBREZA CONSTITUCIONAL

O triunfo do Liberalismo e a Monarquia Constitucional acarretou a ascensão ao poder de uma nova classe social, a burguesia. Esta nova classe possidente que comprou os bens de raiz desamortizados, primeiro da propriedade monástica e dos donatários e depois da desvinculação dos morgadios e capelas, adoptou costumes procurando imitar o aparato social da nobreza.

Em termos genéricos a nobreza portuguesa oitocentista é constituída de um lado pela burguesia de teres e haveres que tende à nobilitação e, por outro lado, à antiga nobreza que nos seus vários escalões se aburguesa. Verifica-se ainda uma grande mobilidade favorecida pela concessão de títulos nobiliárquicos que reforçam a consideração pública destes novos-ricos, os burgueses. Na realidade, como dizia Almeida Garrett: *“o sucedâneo do frade foi o barão”*. A Tabela 2 apresenta o número de Condes, Viscondes e Barões existentes em Portugal nos anos de 1835 e 1836.

	Ano		Taxa de Crescimento
	1835	1836	
Condes	31	79	155%
Viscondes	57	69	21%
Barões	89	93	4%

Tabela 2: Condes, Viscondes e Barões de Portugal (1835-1836)

Mesmo adoptando costumes nobres, esta nova nobreza constitucional, pouco empreendedora, acabou por animar a economia portuguesa. Relacionada eventualmente com este fenómeno, verificou-se no Concelho de Belmonte a existência de famílias cujos membros receberam títulos nobiliárquicos no início do século XIX, nomeadamente os Condes de Belmonte e os de Caria, os Viscondes de Tinalhas e os Viscondes da Quinta do Ferro também conhecidos por Quevedo Pessanha. Todos eles com propriedades e casas nas vilas do Concelho, permanecendo nelas longas temporadas.

8.1. Os Condes de Belmonte: A permanência do poder dos Cabrais

O falecimento de Caetano Francisco Cabral, determinou o fim da alcaidaria-mor de Belmonte. O título de conde de Belmonte, criado por D. Maria I no Decreto de 13 de Maio de

1805 a favor de D. Vasco Manuel Figueiredo Cabral da Câmara (1º Conde)²⁰⁰, surgiu como resultado do prestígio e da permanência do poder económico dos Cabrais materializado nas várias propriedades que detinham na vila e no concelho. Os restantes detentores do título de conde de Belmonte foram os seguintes:

- D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara (2º Conde)
- D. Vasco António de Figueiredo Cabral da Camara (3º Conde)
- D. Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Camara (4º Conde)
- D. Vasco António Maria de Figueiredo Cabral da Camara (5º Conde)²⁰¹

O primeiro Conde de Belmonte era filho de D. Pedro da Camara Figueiredo Cabral sucessor de seu parente, o alcaide de Belmonte, Caetano Francisco Cabral nos morgados de Belmonte e Santo André de Azurara. A sua avó D. Madalena Luísa Lencastre havia tido litígio com D. Catarina Avertana de Meneses, que o referido alcaide apresentava como sua filha legítima em testamento, por causa dos bens da Casa de Belmonte²⁰². Desta forma e em última análise, poder-se-á afirmar que os Condes de Belmonte descendem de Luís Alvares Cabral, 1º morgado e alcaide de Belmonte.



Figura 32: Brasão dos Condes de Belmonte

As armas dos Condes figuram em dois edifícios de Belmonte: o designado Solar dos Condes e a Tulha onde agora funciona o Ecomuseu do Zêzere²⁰³. São constituídas por um escudo espartilhado, sendo o primeiro (Portugal) composto pelas Armas de Portugal, o segundo (Figueiredo) composto por cinco folhas de figueira, postas em aspa, num quadrado rodeado pela seguinte divisa "PVC NAT.PRODEO ET PRO PATRIA", o terceiro (Camara) composto por uma Torre assente em monte, sustida por dois lobos rampantes e o quarto

²⁰⁰ Vide capítulo "13. Personalidades do Concelho".

²⁰¹ Vide capítulo "13. Personalidades do Concelho" e Anexo 4, Figura .

²⁰² David Augusto Canelo, "Senhores, Cabrais e Camponeses em Belmonte", CMB, Belmonte, 2000, p.90

²⁰³ Vide capítulo "12.1.10. Tulha dos Cabrais - Ecomuseu do Zêzere".

(Cabral) composto por duas cabras sotopostas. O escudo encimam por coroa de conde. Ambos os exemplares se encimam as portas de entrada e apresentam estrutura semelhante aos escudos do tempo de D. João V (devido ao seu formato elíptico e aos concheados que os decoram).

A *Certidão de algumas peças do processo de justificação e posse de bens que constituem os vínculos dos Cabrais para efeitos e fins declarados no decreto de 30 de Julho de 1860*, estudado por David Augusto Canelo na sua obra *Senhores, Cabrais e Camponeses em Belmonte* dá uma visão do poder económico e dos bens pertencentes aos condes.

Este documento resulta de um processo que decorreu nos anos de 1862 e 1863 num dos officios da 5ª Vara da Comarca Judicial de Lisboa, no qual eram suplicantes D. Vasco António de Figueiredo Cabral da Câmara, 3º Conde de Belmonte e sua esposa, Maria do Carmo de Mendonça Rolim de Moura Barreto. Nele os suplicantes procuram justificar a posse dos bens que constituíam os vínculos, uma necessidade motivada pela legislação introduzida no século XIX por Mouzinho da Silveira²⁰⁴ e que culminou na abolição dos morgados por decreto de 19 de Maio de 1863²⁰⁵.

Por esses motivos, logo, no início da certidão, existe uma preocupação de referir a origem e os bens que pertencem aos Condes de Belmonte conforme a seguinte transcrição: *“possuíram sempre todos os bens que constituem os vínculos denominados os morgados de Belmonte e de Penamacor e de Mangualde ou de S. Cosmandinho pertencentes à antiga família dos Cabrais. Que (...) tendo sido primeiramente grandes herdades, pelo andar dos tempos sucessivamente se foram dividindo e concedendo por contrato enfiteutico e com pensões certas aos colonos e seareiros segundo porções de terreno que pediam.”*²⁰⁶

A análise completa deste documento, realizada por David Augusto Canelo, permitiu identificar, no início do século XIX, o domínio directo dos Cabrais sobre um total de 502 prazos que abrangiam propriedades dos seguintes concelhos: Belmonte, Covilhã (Aldeia do Mato, Orjais, Teixoso, Tortosendo, Ferro e Dominguiso), Mangualde, Pinhel (Colmeal das Cebolas), Sabugal (Rebelhos), Guarda (Gonçalo) e Gouveia (Moimenta da Serra).

²⁰⁴ Inseridas numa política de restrição de morgados (1860) na qual se declarou que apenas se manteriam os morgados cujo rendimento anual líquido excedesse os 400\$. Também se ordenou o registo de todos os vinculos existentes.

²⁰⁵ Com excepção dos morgados da Casa de Bragança pelo facto desses bens serem declarados apanágio do príncipe real e sucessor da Coroa.

²⁰⁶ David Augusto Canelo, *“Senhores, Cabrais e Camponeses em Belmonte”*, CMB, Belmonte, 2000, p. 87 e 88.

No que concerne ao Concelho de Belmonte a certidão refere que *"além das nobres habitações em que residem dois capelães, do celeiro²⁰⁷ em que recebem os géneros dos foros (...), são os suplicantes senhores e possuidores do domínio directo de trezentos e vinte e um prazos, situados na dita Vila nas freguesias do Colmeal, Gaia, Malpique, Carvalhal, Enguias, Trigais, Maçaínhas, Caria e no sítio das Olas, Quinta do Meio, Quinta Cimeira e Quinta do Monte."*²⁰⁸

Devido à pobreza do solo, era usual proceder-se ao afolhamento trienal que consistia na divisão da terra em três parcelas distintas nas quais as culturas eram rotativas e onde existia sempre um pousio que era utilizado para pastagem do gado - um direito que quase sempre era reservado ao proprietário. Em Belmonte, as propriedades rurais pertencentes aos Condes de Belmonte estavam dispostas em três grandes folhas: a folha de Entre-as-Águas, a folha do rei D. Fernando e Pereiras e a folha da Fórnea. Segundo a referida certidão rendiam no total 34 679,5 alqueires de cereais sendo a maior percentagem de centeio e a menor de milho.

Para além dos bens referidos na certidão, os Condes eram senhores do Morgado da Ota, instituído em 1524, que terá incorporado os bens da Casa de Belmonte pelo casamento entre D. Margarida António de Meneses e Rui de Figueiredo, senhor do referido morgado.

O poder económico dos Condes de Belmonte é evidente e foi moldado desde os seus mais remotos antepassados, mantendo em pleno século XIX os traços característicos do Antigo Regime. No jornal *A Defesa* de 5 de Junho de 1884 é feita referência ao *"creado"* da Condessa de Belmonte com *"categoria de procurador"*. É referido ainda explicitamente que *"O Sr. Abílio António da Fonseca costuma vir todos os dias santificados a esta villa para medir o centeio do celeiro da Casa dos Condes de Belmonte"* e que o mesmo *"exige um selo de 20 reis ao emphyteuta que paga o seu foro"* e *"recebe nos celleiros da exma Condessa de Belmonte e seu filho D. Nuno Maria Figueiredo Cabral da Camara pela medida nova (16 litros) e vende pela medida velha (20 litros)"*²⁰⁹

Muito ainda se poderá estudar sobre esta família que tanto marcou a vida da região, sobretudo o Concelho de Belmonte e cujas marcas ainda hoje se entrevêem em cada pedaço da sua História.

²⁰⁷ Não se estará a referir ao castelo e edifício anexo a este, dado que este foi doado aos Monumentos Nacionais pelo 2º Conde de Belmonte, D. José Maria Figueiredo Cabral da Camara. Referir-se-á antes aos edifícios conhecidos por Tulha e Solar dos Cabrais. A razão pela qual residem nela dois capelães relaciona-se com o facto do vínculo instituído pelo morgado de Belmonte ter como obrigação a assistência religiosa à capela de S. Tiago e Panteão dos Cabrais.

²⁰⁸ David Augusto Canelo, *"Senhores, Cabrais e Camponeses em Belmonte"*, CMB, Belmonte, 2000, p. 88.

²⁰⁹ B. M. C., Mç. 196, jornal *"A Defesa"*, n.º 1

8.2. Os Condes de Caria

Os títulos de Barão, Visconde e Conde de Caria foram doados por D. Luís I a José Homem Machado de Figueiredo Leitão (1º Conde) em 1864, 1869 e 1879 respectivamente. Os restantes detentores do título foram os seguintes:

- José Homem Machado de Figueiredo Leitão (2º Conde)
- Bernardo de Abreu Castelo Branco Homem Machado de Figueiredo Leitão (3º Conde)
- Bernardo Viana Machado Mendes de Almeida (4º Conde)²¹⁰



Figura 33: Brasão dos Condes de Caria

As armas destes Condes figuram no brasão que encima a porta do seu Solar situado no Largo dos Condes de Caria²¹¹. Este brasão é constituído por um escudo esquadrelado, sendo o primeiro (Almeida) composto por seis besantes, o segundo (Viana) composto por cinco vieiras postas em aspa, o terceiro (Homem) composto por seis crescentes e o quarto (Castelo Branco) composto por um leão. O timbre é constituído por helmo e águia. No referido Largo dos Condes de Caria encontra-se um busto escultórico do primeiro conde, que era neto de José Homem Figueiredo, um fidalgo-cavaleiro da casa-real e bisneto de José Homem Figueiredo Leitão e de Josefa Emília Pinto de Sá Machado.

²¹⁰ Vide capítulo "13. Personalidades do Concelho" e Anexo 4, Figura .

²¹¹ Vide capítulo "12. Património".

É possível que a ligação desta família a Caria seja mais antiga, no entanto, a primeira referência documental encontrada consta da *Relação de Moradores da Freguesia de Caria com declaração de seus proprietários e rendimentos dos mesmos décimas e maneió que por ellas pagão, no ano de 1838*²¹² documento do Arquivo da Fábrica Paroquial de Caria. Neste documento o pai do primeiro Conde de Caria, José Homem Figueiredo Leitão surge como um dos maiores proprietários da freguesia pagando um total de 19.450 réis de décima.

A segunda referência documental aos condes de Caria refere-se à arrematação do Convento de Nossa Senhora da Esperança em Belmonte que data de 1839. Com a extinção das ordens religiosas masculinas e a nacionalização dos seus bens através do decreto de 30 Maio de 1834 de Joaquim António de Aguiar, os bens móveis e imóveis que faziam parte do Convento de Belmonte, à semelhança do que aconteceu por todo o país, passaram a ter novos proprietários. Algumas alfaias religiosas passaram para a custódia do Bispo enquanto que os bens imóveis acabaram por ser vendidos a particulares.

Segundo a *Lista de Arrematação*, os bens adquiridos por José Homem de Figueiredo Leitão eram os seguintes: *“As ruínas, tanto do dito convento, como da respectiva Igreja, e a respectiva cerca toda murada e consta de vinha, arvores de fruto, e silvestres, terras de lavoura e horta que se rega com duas nascentes, que tem a mesma cerca, e fora dos muros dela tem um bocado de terra lavradia com duas amoreiras e uma oliveira. – 260\$00”*²¹³.

Estes bens foram arrematados em hasta pública pelo valor de 261\$00 conforme refere a *Carta de Arrematação*: *“tendo o dito arrematante satisfeito no dia 21 de Agosto de 1839, pelo preço da sua arrematação em papel moeda 87\$00, Escriptos 80\$00, e em metal 94\$00, como consta da receita n.º 1836, lançada na folha 144 do livro 1º, Hei por bem transmitir ao mencionado José Homem de Figueiredo Leitão por irrevogável e pura venda toda a posse e domínio que nos referidos bens tinha a Fazenda Nacional, para que ele e seus herdeiros e sucessores os gosem, possuam e desfrutem como próprios”*²¹⁴.

Além de grandes proprietários de terras agrícolas na Beira Alta, a família dos Condes de Caria detinha a exploração directa e indirecta (através de arrendamento) de várias terras em Caria. Dedicaram-se à indústria tendo sido proprietários de uma fábrica de lanifícios em Gouveia e estiveram ligados à Companhia de Caminhos-de-Ferro. O terceiro Conde, Bernardo Viana Machado Mendes de Almeida esteve ligado a diversas companhias de

²¹² Vide Anexo 5.

²¹³ Lista de Arrematação n.º 507, Carta n.º 2939, Distrito da Guarda, Convento de Nossa Senhora da Esperança da Terceira Ordem da Penitência na Vila de Belmonte, Concelho de Belmonte, cit. Manuel Marques, op. Cit. p. 182.

²¹⁴ Carta de Arrematação n.º 32 A, cit. Manuel Marques, op. Cit. p. 182.

seguros, tendo sido gerente da C. Santos Lda. e administrador da Empresa Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas.

A toponímica da vila de Caria denuncia a importância que tiveram, pois para além do largo já referido, existe ainda a Urbanização da Cerca (do Conde) e o Largo Boaventura Mendes de Almeida sendo este marido da Condessa de Caria, D. Maria Emília Viana Mendes Machado de Almeida filha do 2º Conde de Caria. Na sacristia da Igreja de Caria existe ainda uma inscrição que lhe é dedicada onde se pode ler o seguinte texto atestando o carácter da mesma: *“Homenagem do Povo agradecido desta vila à excelsa benfeitora da sua Igreja Ex.ma Sr.ª Condessa de Caria”*.

8.3. Viscondes de Tinalhas

O título de Viscondes de Tinalhas foi concedido por D. Luís no decreto de 10 de Outubro de 1870 a favor de José Coutinho Barriga da Silveira Castro e Câmara. Foram ainda titulares deste título Tomás de Aquino Coutinho Barriga da Silveira Castro e Câmara (2º Visconde) e José de Meireles Coutinho Barriga da Silveira Castro e Câmara (3º Visconde)²¹⁵.

As Armas destes Viscondes são constituídas por um escudo esquartelado, sendo o primeiro (Barriga) composto por um castelo assente num rochedo cercado de água, com uma bandeira carregada com a cruz de Cristo hasteada da fresta da torre central, o segundo (Castros) composto por seis arruelas, o terceiro (Coutinhos) composto por cinco estrelas de cinco raios postas em aspa e o quarto (Silveiras) composto por prata com três faixas de vermelho e uma orla com dois ramos de silva verde. O escudo é encimado por coroa de visconde.

Tinalhas é uma localidade pertencente ao concelho de Castelo Branco que se regeu inicialmente pelo foral de S. Vicente da Beira ao qual pertenceu até 1877. Existem nesta localidade várias habitações que pertenceram aos viscondes, assim como, no lugar do Curral na Soalheira e no lugar do Carregal em Dornelas. Com o casamento de Tomás António Coutinho Barriga da Silveira Castro e Câmara com Joana de Meirelles Guedes Cabral (pais do primeiro Visconde), filha de António Meireles e Isabel Meireles, foi iniciada a ligação dos Viscondes de Tinalhas à família Meireles e ao lugar do Carregal. Esta ligação foi reforçada através do casamento entre o 2º Visconde e sua prima D. Maria José Meirelles Guedes Cabral. É possível encontrar referências locais da família Meireles e da sua casa situada no centro do lugar do Carregal desde o século XVIII.

²¹⁵ Vide capítulo “13. Personalidades do Concelho” e Anexo 4, Figura .

O título não terá tido continuidade devido à falta de sucessão directa uma vez que o terceiro Visconde não casou e à morte de D. Henriqueta Meireles, última descendente da família, que ocorreu no início da década de 30 do século XX.

A ligação dos Viscondes de Tinalhas ao Concelho de Belmonte prende-se com o facto destes terem sido proprietários de várias habitações em Caria entre as quais: a designada Casa das Caras e o Palacete dos Viscondes (ambas na Rua Com^{dt}. Vicente Martins Ribeiro) e o Casão com a respectiva Capela de Santa Constança (conjunto situado entre o Largo do Poço, a Rua com o mesmo nome e a Rua José Luis Rebelo)²¹⁶.

Da análise de um *Obituário*²¹⁷ que se encontra no Arquivo da Fábrica Paroquial de Caria, proveniente da Casa da Torre, foi possível observar o testamento de D. Maria Rosa Meireles que poderá fazer parte da família dos Viscondes de Tinalhas, uma vez que é conhecida a ligação que estes tiveram com a família Meireles no lugar de Carregal²¹⁸. Segundo a referida fonte, esta senhora²¹⁹ faleceu no dia 28 de Janeiro de 1836 com 83 anos. Era moradora em Caria, onde foi sepultada, e viúva de João Caldeira.

O seu testamento, transcrito pelo pároco de Caria da altura, fora escrito pelo Dr. Joaquim Maria Tabora Falcão Távora em 18 de Dezembro de 1823 na Fatela. Nele verifica-se que a senhora em questão possuía propriedades na zona do Fundão, Penamacor e Covilhã.

De seguida, são apresentados alguns excertos do referido testamento onde se podem verificar não só alguns dos bens que possuía como também os elementos da sua família e a existência de criadagem, apanágio de quem possuía riqueza.

“Deixo a doze pobres da referida villa de Caria a cada hum a esmola de dois mil e quatro centos reis (...). Aos creados que existirem na minha Casa ao tempo do meu falecimento se dê a cada hum a esmola de dois mil e quatro centos reis (...). Deixo à minha filha Donna Ritta em sua vida a terça parte de todos os meus bens, a qual por sua morte quero que passe aos meos Netos João Tabora, Donna Luíza, Donna Carlota e Donna Henriqueta²²⁰, filhos da minha filha D. Isabel e João Magalhães, (...). Deixo na dita terça o meu olival do Espadanal do Monte da Matta termo de Penamacor, e hum chão chamado Areeiro com tudo quanto lhe pertença no limite da Aldeia Nova do Cabo, termo da Villa do Fundão. Deixo mais a dita minha filha D. Ritta a terça que vitaliciamente me deixou o meu Marido de seos bens, com poder de nomear hum filho, e dar um faqueiro de prata a meu filho Vicente Caldeira.

²¹⁶ Vide capítulo “12. Património”.

²¹⁷ Vide Anexo 6.

²¹⁸ Esta hipótese necessita de ser confirmada exigindo para isso um estudo aprofundado acerca da origem da respectiva família na sua genealogia e ligação com os Viscondes de Tinalhas.

²¹⁹ Seria uma senhora com posses uma vez que o pároco a tratava por “Dona” assim como todas as suas filhas. Analisando o referido *Obituário* verifica-se que este não era um tratamento comum, daí a conjectura de tratar-se de uma pessoa abastada.

²²⁰ Sabemos que a última residente da Casa da Família Meireles no lugar do Carregal se chamava Dona Henriqueta Meireles. Será esta a neta de D. Maria Rosa Meireles?

Nomeio os meus três prazos foreiros a Alcaidaria-Mor da Covilhã na pessoa dos mesmos na da minha filha Dona Isabel mulher de João Magalhães, os quaes prazos são de uma azenha com suas pertenças, e logradouro no tecto de Alcambar limite do Fundão, e duas couradas de Santos no limite da Aldeia Nova do Cabo termo da mesma villa."

No testamento não são referidos bens localizados em Caria mas decerto terá possuído propriedades uma vez que sendo moradora nesta localidade seria a eventual proprietária da sua casa, embora não se saiba concretamente qual.

8.4. Família Quevedo Pessanha e Viscondes da Quinta do Ferro

Na vila de Caria existe um Palacete conhecido por Quevedo Pessanha ou Casa da Fidalga. Este imóvel, de estilo marcadamente joanino, pertenceu aos Viscondes da Quinta do Ferro, um título criado por D. Luís I em 1880. Se hoje se associa esta casa à família Quevedo Pessanha isso ficou a dever-se a uniões matrimoniais entre elementos da família que a mandou edificar e as representantes do título da Quinta do Ferro, próxima de Trancoso, e do Solar Pessanha em Figueiró de S. Cipriano, perto de Viseu.

Os primeiros nomes associados a este Palacete, fornecidos pelo actual proprietário são: António Monteiro de Távora, casado com D. Maria Gomes Azevedo e um primo, em segundo grau, chamado António Monteiro Mesquita de Távora²²¹ casado com D. Inês Engrácia do Rego - ambos com ascendência familiar ligada a Vilar Maior. Sabe-se que o primeiro casal teve um filho chamado Alexandre Caetano Gusmão Mesquita Cabral, que foi sepultado na Igreja Matriz de Caria²²² e que casou com Rosa Antónia, filha do segundo casal acima referido.

Embora não se possa precisar com exactidão quem mandou edificar este palacete, a observação heráldica e estilística do mesmo faz supor que terá sido precisamente Alexandre Caetano Gusmão Mesquita Cabral, até porque se fez sepultar na Igreja Matriz, com as mesmas armas que se observam no cunhal da fachada principal do Palacete em questão.

²²¹ António Monteiro Mesquita de Távora ingressou na Ordem de Cristo em 1723, foi capitão de cavalaria em 1724 e Capitão-Mor do Sabugal em 1736.

²²² Na entrada da Igreja Matriz de Caria existem duas pedras tumulares que ostentam brasão, a da direita apresenta armas idênticas às que se podem observar no Palacete Quevedo Pessanha. A mesma pedra tumular apresenta a seguinte inscrição: "ALEXANDER/CAITANUS DE/ARAGÃO MESQ. /HIC SEPULTUS JÁ/CET XII MAII/ANNO DOMI/1784".



Figura 34: Brasão do Palacete Quevedo Pessanha



Figura 35: Túmulo de Alexandre Caetano Gusmão Mesquita Cabral na Igreja Matriz de Caria

Este brasão é composto por um escudo e encimado por um cavaleiro decepado que ergue uma bandeira sendo tradicionalmente identificado como D. Duarte de Almeida²²³. O escudo é esquartelado sendo o primeiro composto por uma Cruz que poderá estar relacionada com a bandeira que D. Duarte de Almeida ostentava na Batalha de Toro, o segundo (Cabral) composto por duas cabras sotopostas, o terceiro (Gusmão) composto por duas caldeiras, uma sobre a outra, e o quarto (Mesquita) composto por cinco cintas postas em banda com bordadura carregada de flores-de-lis.

De seguida, são apresentadas as pessoas que fizeram parte desta família assim como foi estabelecida a ligação com a casa da Quinta do Ferro. Do casamento de Alexandre Caetano Gusmão Mesquita Cabral e Rosa Antónia nasceram duas filhas: D. Maria Victória Mesquita Gusmão Cabral e D. Teresa Violante Gusmão Cabral. Na inexistência de um filho varão, o Palacete foi herdado por D. Maria Victória que casou com D. António de Gouveia Araújo de

²²³ D. Duarte de Almeida, cognominado "o Decepado", foi alferes de D. Afonso V na Batalha de Toro. Esta batalha, travada em 1476 perto da cidade espanhola de Toro, entre as tropas portuguesas de D. Afonso V (que fora defender os direitos de sua sobrinha, D. Joana, a Beltraneja) e as de Castela e Aragão de D. Fernando impediu a união de Portugal e Espanha sob a autoridade real portuguesa. Nesta batalha alcançou fama o alferes do rei português Duarte de Almeida que, em luta contra os castelhanos, ficou sem ambas as mãos quando segurava a bandeira portuguesa. Foi, depois, feito prisioneiro. Em homenagem ao seu heroísmo, a sua armadura encontra-se pendurada na catedral de Toledo.

Coutinho²²⁴. Deste matrimónio nasceram quatro filhos: D. Maria José, D. Josefa Adelaide, D. António José e D. José Maria²²⁵ ambos falecidos sem deixar descendentes²²⁶.

D. Maria José, a herdeira do Palacete de Caria, casou em primeiras núpcias com D. Caetano Saraiva de Quevedo, senhor da Quinta do Ferro. Após o falecimento do marido em 1834, D. Maria José voltou a casar, desta feita com Francisco Ayres Gouveia Pereira Coelho do qual não teve filhos.

Da primeira união de D. Maria José nasceram quatro filhos na Quinta do Ferro. Foram eles: D. António Saraiva Gouveia Coutinho, D. Maria do Carmo, D. Maria dos Prazeres e D. Sebastião.

Viria a ser D. Maria do Carmo Saraiva de Quevedo a herdeira do Palacete de Caria pois foi a única que sobreviveu. Casou com D. Júlio César de Faria Coutinho de Castro²²⁷ com quem teve duas filhas: D. Virgínia Adelaide e D. Maria Carlota. A primeira casou com Francisco Pessanha Vilhegas do Casal e a segunda com D. Vasco Luís de Carvalho Pessanha, senhor do Solar Pessanha localizado em Figueiró de S. Cipriano.

No Palacete de Caria sucedeu D. Maria Carlota Saraiva de Quevedo Pessanha, filha de D. Maria do Carmo. Do seu casamento com D. Vasco Luís de Carvalho Pessanha apenas terá nascido D. Maria Mercês que viria a ser a proprietária da Casa de Caria em 1958, altura em que António Reis publicou o seu estudo sobre a *Vila de Caria*. D. Maria Mercês terá casado com Dr. Armando Marinho da Cunha, mas em virtude de não ter tido descendência, o Palacete de Caria veio a ser herdado pelo Eng. Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha²²⁸, bisneto de D. Virgínia Adelaide e Francisco Pessanha Vilhegas do Casal.

O nome com que é conhecido este palacete, ou seja, a Casa da Fidalga prende-se com o facto de durante seis gerações este ter sido transmitido por via feminina.

Na *Relação de Moradores da Freguesia de Caria com declaração de seus proprietários e rendimentos dos mesmos décimas e maneo que por ellas pagão, no ano de 1838*²²⁹ encontra-se a relação de bens pertencentes a D. Maria José Mesquita Gusmão Cabral Saraiva de Quevedo e a quantia paga pelos mesmos para a Décima.

²²⁴ Era natural de Buarcos, Tabuaço onde era grande proprietário. Formado em direito pela Universidade de Coimbra e o seu percurso está documentado. Em 1784 foi nomeado por D. Maria I para Corregedor da Comarca da Guarda; em 1801 foi Corregedor da Comarca de Lamego; em 1807 foi Desembargador da Relação do Porto; em 1823 era Corregedor Civil da Corte e em 1825 foi Desembargador da Casa da Suplicação, Comendador da Ordem de Cristo. Nesse mesmo ano recebeu carta de privilégio de D. João VI nomeando-o fidalgo da casa-real.

²²⁵ Casou com D. Maria António Saraiva de Quevedo, irmã do seu cunhado, Caetano Saraiva de Quevedo.

²²⁶ Vide Anexo 4, Figura .

²²⁷ Nascido em 1835 e falecido em 1886, foi primeiro Barão e Visconde da Quinta do Ferro.

²²⁸ Nascido em 21 de Outubro de 1942, filho de Vasco Francisco Caetano de Castro Coutinho de Quevedo Pessanha, representante do Título de Visconde da Quinta do Ferro, Senhor da Quinta dos Buxeiros, em Figueiró de São Cipriano (Viseu) e de sua esposa Nelly Marguerite Jeanne Schulthess.

²²⁹ Vide Anexo 5.

A propósito das Famílias Nobres ligadas ao Concelho podemos observar que existe uma certa repetição de nomes ou sobrenomes o que faz supor que poderão ter existido algumas relações de matrimónio entre elementos das diversas famílias, hipótese que só poderá ser confirmada mediante estudo aprofundado das respectivas árvores genealógicas. Esta suposição será reforçada se tivermos em conta que as alianças matrimoniais entre elementos das famílias nobres e abastadas eram frequentes e se relacionavam com estratégias económicas.

9. DAS INVASÕES FRANCESAS AO ESTADO NOVO

9.1. As Invasões Francesas

Da designada Guerra Peninsular, que decorreu entre 1807 e 1813, fizeram parte as Invasões Francesas ordenadas por Napoleão Bonaparte e motivadas pelo facto de Portugal não ter cumprido o Bloqueio Continental imposto por este. O Bloqueio Continental tinha como objectivo a capitulação da Inglaterra, uma vez que proibia qualquer nação europeia de manter relações comerciais com as ilhas britânicas impondo também o fecho dos portos europeus à navegação inglesa. Portugal era velho aliado da Inglaterra e por isso não cumpriu a ordem de Bloqueio, facto que motivou Napoleão Bonaparte a ordenar a primeira Invasão Francesa.

Quando se soube que as tropas francesas estavam em Espanha e se preparavam para invadir Portugal, a corte portuguesa, numa estratégia que se relacionava com a salvaguarda da independência do país, embarcou para o Brasil juntamente com o governo, a criadagem do paço, alguns nobres e comerciantes ricos. Em Portugal ficou a governar um Conselho de Regência.

A primeira Invasão Francesa, comandada pelo general Junot, entrou em Portugal pela Beira Interior em 1807, e segundo se sabe passou por Idanha, Castelo Branco, Abrantes, Golegã, Santarém chegando a Lisboa no dia 30 de Novembro de 1807. Depois de dissolver o Conselho, mandou hastear a bandeira francesa no Castelo de S. Jorge e começou a governar o país. Os soldados franceses e espanhóis iniciaram o saque espalhando a violência por toda a nação.

Existem notícias de que as tropas francesas estiveram no Concelho de Belmonte. José Acúrsio das Neves na sua obra *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal, e da Restauração deste Reino* narra que a 3 de Julho de 1808 o exército francês comandado pelo general Loison, saiu de Almeida e se dirigiu para a Guarda, onde chegou ao final do dia. Nessa obra o mesmo autor conta as barbaridades feitas naquela cidade e refere também o seguinte: *“He muito provável que Loison se não propoz a entrar na Covilhã; se se propozesse não havia alli forças que lhe podessem obstar. Foi seguindo a estrada direita, e na tarde do mesmo dia 4 se avistou a 2 léguas da villa para as partes de Belmonte, ficando-lhe de permeio o Zêzere.*

Toda a noite seguinte foi de grande reboição, e Gregório Tavares (Tenente-Coronel do 1º regimento de milicianos da comarca da Covilhã) teve o arrojo de ir com hum piquete observar o inimigo junto ao lugar de Caria.”²³⁰

Deduz-se portanto que o exército francês comandado por Loison²³¹ pernitoou em Caria na noite do dia 4 de Julho de 1808, facto que também se encontra referido na obra *Subsídios para a História Regional da Beira-Baixa*.

A tradição popular relaciona uma gravura de um soldado existente na ombreira da porta de uma casa que se situa no largo Eng. Pinto Bastos com esta estadia das tropas francesas em Caria.

Na acta da sessão da Câmara de Belmonte de dia 28 de Outubro de 1855 o presidente, José Soares Cardoso, em resposta a um officio da Câmara Municipal de Lisboa, informava que o brasão da vila de Belmonte tinha sido riscado a pingo “*pelo juiz de fora Severino António da Silva Galdes por ordem de Junot, o que revela(va) a resistência oferecida*”. Embora não esteja explicito no referido documento, pensa-se que o brasão referido será o que existiria no edifício dos Antigos Paços do Concelho de Belmonte.

Existem ainda duas ocasiões em que as tropas francesas terão passado no actual Concelho de Belmonte, ambas se verificaram na sequência da terceira invasão francesa que chefiada por Messana entrou em território português pela Beira:

- Em Novembro de 1810, vindo de Ciudad Rodrigo, procurando adiantar caminho para Sul, o general francês Gardanne, acompanhado por nove mil homens, trazendo provisões para Massena, avançou até ao Fundão mas não conseguiu cumprir a sua missão por não resistir às ordenanças portuguesas comandadas por Grant em Alpedrinha.
- Em Fevereiro de 1811, o general Foy, entrou em Portugal e seguindo o mesmo trajecto de Gardanne – “direito a Belmonte e Fundão” – acabou por ser derrotado por Grant, junto à Enxabarda.

²³⁰ *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal, e da Restauração deste Reino*, cit. por António Reis, *Vila de Caria*, p. 27.

²³¹ Ficou conhecida em Portugal a expressão “ir para o maneta” que significa morrer ou perder algo para sempre e que está relacionada com a alcunha dada ao general francês Loison, que só tinha uma mão e era muito cruel para com as populações com que contactava.

9.2. Do final da Monarquia à I República

As invasões francesas e a fuga da Corte portuguesa para o Brasil originaram prejuízos incalculáveis para Portugal resultando no descontentamento geral da população. A Revolução Liberal do Porto, em 1820, viria abrir portas para (i) um novo regime político designado Monarquia Constitucional, (ii) para o regresso da Corte e (iii) para o triunfo do liberalismo.

Quando o príncipe D. João partiu para o Brasil, o Conde de Belmonte fez parte do seu conselho. Conta-se que quando se soube que o rei estava de regresso a Portugal com a sua comitiva, o que restava do Paço dos Cabrais no Castelo foi incendiado. Seria um acto simbólico que pretendia anunciar uma nova era?

Facto é que os Condes de Belmonte acabaram por se instalar no edifício que hoje é conhecido como Solar dos Condes de Belmonte.

Na última década do século XIX e primeira do século XX, o ideal monárquico perde gradualmente a sua legitimidade e as suas próprias instituições mergulham numa crise irreversível. Um dos factores que mais contribuiu para o agravamento dessa crise foi *Ultimatum Inglês* de 1890. Na sequência da Conferência de Berlim, as diversas potências europeias procuraram consagrar no terreno, através de expedições científico-militares o que consideravam ser os seus direitos no continente africano. Colocava-se a questão da ocupação efectiva dos territórios coloniais e as pretensões portuguesas de constituir uma grande colónia na África do sul ligando o litoral de Angola ao litoral de Moçambique - conhecido como *Mapa Cor-de-Rosa* - colidiram com os interesses britânicos naquele território. Perante essa discórdia venceu o mais forte e essa cedência de Portugal, um país tradicionalmente colonial, foi encarada como uma vergonha nacional.

Este episódio foi bastante explorado pelos republicanos no sentido de atacarem a Monarquia. Deram-se em todo o território nacional uma série de manifestações de anglofobia e sentimentos anti-britânicos que acabaram por inspirar, de alguma forma, aquela que viria a ser o hino português - *a Portuguesa*. Composto por Alfredo Keil com letra de Henrique Lopes Mendonça, em 1890, esta marcha patriótica que rapidamente se tornou conhecida foi tocada em várias cerimónias e espectáculos por todo o país ainda antes da Implantação da República. Todas as filarmónicas e bandas de música a sabiam tocar e todas as pessoas a sabiam trautear. Segundo Teixeira Leite: "*O povo aprendera de côr, adoptara como um protesto de*

*reivindicação nacionalista, essa marcha que traduzia os seus melancólicos da sua alma, casados com o ardor revolucionário do seu espírito*²³².

Em Belmonte, terra orgulhosa de ter sido berço do descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral, não terá sido diferente apesar de não existirem fontes que o confirmem. No concelho existiriam adeptos do Republicanismo e adeptos da Monarquia embora apenas se possam apontar alguns nomes devido a informações transmitidas oralmente ou a hipóteses resultantes de uma dedução indirecta de fontes documentais, nomeadamente daquelas que testemunham os anos seguintes à Implantação da República.

O acentuar do desprestígio do rei foi agravado pelo “escândalo dos adiantamentos” facto que se tornou público em 1906 e que se traduzia pelo facto de a família real ter recebido por parte de sucessivos governos, para além da dotação normal, uma série de adiantamentos que nunca haviam sido repostos. Este facto denunciado pela propaganda republicana contribuiu para um afastamento entre o rei e a nação.

O rotativismo e a instabilidade política em muito agravaram a situação. Por essa razão, D. Carlos I acabou por apoiar o governo ditatorial de João Franco, o que veio a resultar no epílogo dramático do Regicídio. Neste acontecimento terão concorrido as acções de elementos mais activistas do Partido Republicano, da Maçonaria e da Carbonária.

Na acta da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Belmonte, datada de 22 de Fevereiro de 1908, o executivo lamenta o Regicídio. A sessão extraordinária de 6 de Março de 1908 congratula o novo rei, D. Manuel II.

9.3. A Implantação da República

No dia 5 de Outubro de 1910 é proclamada nos Paços do Concelho de Lisboa a República Portuguesa sendo constituído um Governo Provisório presidido por Teófilo Braga. A Proclamação da República nos restantes locais do país foi feita paulatinamente nos dias que se seguiram. No Porto, por exemplo, essa proclamação foi feita no dia 6 de Outubro e na província a notícia foi chegando por telégrafo não se registando resistências significativas. Os diversos relatos contam que um pouco por todo o país, após a recepção do telegrama que noticiava a Implantação da República e a constituição do Governo Provisório, se assistiam a vivas manifestações de júbilo repletos de esperança, falando-se de Resgate e de Bendita Revolução, de Nova Era, Pátria Nova e Portugal Novo. A nova bandeira verde-rubra substituiu a branca e azul, sendo içada nos edifícios públicos e, um pouco por todo o país se ouviram foguetes e se tocou a *Portuguesa*.

²³² Teixeira Leite, “*Como nasceu a portuguesa?*”, Terra Livre, Lisboa, 1978 p. 32

Sobre as reacções verificadas na região de Belmonte face à Implantação da República pouco se pôde apurar deduzindo-se apenas que a reacção terá assumido os mesmos moldes que no resto do país. Segundo testemunhos orais recolhidos por Manuel Marques, quando a notícia da Implantação da República chegou à região houve uma concentração popular em Belmonte. Das Inguias vieram carros de bois com fueiros enfeitados com laços vermelhos e verdes. Avelina Calado, uma testemunha oral, filha de pai republicano e residente nas Inguias, escrevera na altura a felicitar Afonso Costa pela República e o seu nome figurou (embora no masculino) num Jornal no meio de outros nomes que haviam tido a mesma iniciativa.

Relativamente à transmissão de poderes esta foi pacífica encontrando-se relatada na acta da Sessão Extraordinária de 15 de Outubro de 1910. Segundo esta, compareceram na Vila de Belmonte e na Secretaria Municipal conforme ofício do Governador Civil do Distrito, datado de 13 de Outubro, os senhores José Henriques Pereira de Sousa, José Pacheco, António Pereira Neves e José Caetano Vaz, todos membros da Comissão Municipal Republicana electiva. Manuel Alves Padez, presidente à data da Implantação da República, deu a posse aos referidos membros depois destes terem prestado juramento da lei nomeando José Pacheco como Vice-Presidente. Os pelouros foram divididos da seguinte forma: José Pacheco para Belmonte, José Caetano Vaz para Caria e António Pereira Neves para Inguias e Maçainhas.

Podemos deduzir que se cumpriu a norma de substituição dos elementos que compunham as câmaras por elementos afectos ao republicanismo. Analisando a listagem dos presidentes publicada no *Jornal de Belmonte* no período de Março de 1985 a Janeiro de 1986, percebemos que foram afastados da autarquia os seguintes membros: Manuel Mata Esteves Correia, António Proença Caramelo, José Martins Ribeiro e João Tavares.

Mas o ideal monárquico conservou-se na convicção política de alguns. Exemplo disso foi um episódio que a tradição oral celebrou, transmitiu e que de certa forma testemunha a força dos novos símbolos adoptados pelo Governo Republicano. A rejeição do velho cromatismo monárquico foi tão marcante que, segundo essa tradição, numa Procissão do Corpo de Deus, em Belmonte, quando o Padre Joaquim Lapas resolveu fazer a procissão sem autorização do Administrador e decorou toda a procissão incluindo o pátio e as varas de azul e branco, ao mesmo tempo que fazia tocar a chamada "Música Velha" afecta à Monarquia, se deram confrontos com os Republicanos que os interceptaram na Praça Velha.

Segundo informações recolhidas por Manuel Marques essa procissão terá sido preparada na Casa das Senhoras Padezes, situada na Rua da Portela, junto ao Antigo Colégio e actual Museu Judaico. José Pignatelli foi um dos Monárquicos que ia na Procissão. Dos

republicanos que os confrontaram, o mesmo autor refere os nomes de José Pacheco e José Barreiros. Este episódio poderá reflectir a posição anticlerical que o republicanismo assumiu e que esteve subjacente na política seguida quando a ideologia alcançou o Poder.

9.4. Acção dos governos republicanos e as suas primeiras realizações - repercussão no Concelho

As primeiras medidas tomadas pelos republicanos, após a sua ascensão ao poder incidiram essencialmente sobre três áreas: (i) a Laicização do Estado, (ii) a Legislação Social e (iii) o Ensino. No campo da Laicização do Estado salientam-se medidas como a Lei da Separação da Igreja e do Estado, a expulsão das ordens religiosas e a nacionalização dos seus bens, a proibição do ensino religioso nas escolas oficiais, o estabelecimento do Registo Civil obrigatório e a legalização do divórcio.

No que respeita à Legislação Social foi autorizada e regulamentada a greve, foi instituído o descanso semanal obrigatório e a limitação dos horários de trabalho.

Na área do Ensino verificou-se o estabelecimento da instrução obrigatória e gratuita para todas as crianças entre os 7 e os 12 anos e a fundação das Universidades de Lisboa e do Porto.

No Concelho de Belmonte verificou-se que as preocupações da Comissão e Câmara Republicana continuam a ser idênticas à dos tempos da Monarquia Constitucional, ou seja, continuaram a relacionar-se com as fontes, os cemitérios, as estradas, as passagens de nível e os caminhos-de-ferro, a iluminação e electrificação e a criação de escolas. Nas actas das sessões após a Implantação da República alguns dos assuntos abordados foram:

1. Património religioso

- A demolição da Capela de São Francisco e a utilização da pedra da mesma para construção de um cais ou muro no actual Largo Dr. António José de Almeida, onde se situariam as escolas oficiais da Vila de Belmonte²³³.
- Existem indicações de que Capela de S. Marcos em Caria terá sido demolida após a implantação da República e que a pedra terá sido reutilizada para a construção da escola primária com o mesmo nome assim como para o jardim circundante.

2. Abastecimento de água

- Exploração e reparação de uma fonte pública existente em Malpique²³⁴, reparação do Chafariz Pequeno e da Fontinha em Belmonte²³⁵.

²³³ A.M.B. Actas das Sessões da Câmara de Belmonte: 16 de Novembro de 1910 e 10 de Fevereiro de 1911.

²³⁴ A.M.B. Acta da Sessão da Câmara de Belmonte de 27 de Abril de 1910.

- Fiscalização das obras municipais de exploração e canalização das águas de Caria da qual foi encarregue pela Câmara o Presidente da Junta da Paróquia da mesma localidade²³⁶.

3. Arborizações

- Não obstante de ter sido já objecto de alguma preocupação por parte do executivo camarário e do Governador Civil em 1874²³⁷, a plantação de árvores em terrenos incultos e baldios passou a ser um assunto tratado com mais recorrência nas Sessões da Câmara após 1910. Na Acta da Sessão de 26 de Outubro de 1910, a Câmara mandou plantar giesta, pinheiros e eucaliptos em todos os terrenos municipais incultos. Na Sessão de 22 de Abril de 1914, o Padre António Lourenço Baltazar, então presidente da Câmara Municipal de Belmonte propõe a plantação de árvores no actual Largo Dr. António José de Almeida.

Esta política de arborizações dos terrenos incultos ou dos baldios municipais poderá ser inserida na ideologia da época, nomeadamente no que se refere à simbologia de regeneração que envolvia a plantação de uma árvore. Na verdade, esta preocupação com a natureza e com a plantação de baldios acabou por assumir contornos bastante organizados na educação escolar, ao ponto de ter sido instituído um dia dedicado à árvore. Podemos relacionar esta tradição, naquela altura e ainda hoje, enraizada em Portugal com teorias positivistas muito em voga na França do século XIX.

4. Alterações de Toponímica

- Uma medida bastante comum após a Implantação da República e que também ajudou a construir uma barreira psicológica entre o passado monárquico e o presente republicano foi a alteração toponímica das ruas.
- Em Belmonte essas alterações toponímicas verificaram-se logo na Sessão de 19 de Outubro de 1910. Por exemplo, antes da Implantação da República o actual Largo António José de Almeida chamava-se Largo de S. Francisco; o Largo de S. Sebastião foi designado por largo Dr. Miguel

²³⁵ A.M.B. Acta da Sessão da Câmara de Belmonte de 17 de Agosto de 1910.

²³⁶ A.M.B. Acta da Sessão da Câmara de Belmonte de 22 de Dezembro de 1911.

²³⁷ A.M.B. Acta da Sessão da Câmara de Belmonte de 11 de Fevereiro de 1874, onde por indicação do Governador Civil se delibera que se proceda à plantação de eucaliptos.

Bombarda na sessão de 26 de Outubro de 1910; o largo Dr. Afonso Costa chamava-se Largo de S. Pedro; a Rua da Fonte Grande passou a designar-se Rua Almirante Reis e a actual Rua Pedro Álvares Cabral chamava-se, antes da Implantação da República, Rua Azevedo Coutinho⁴. Estas alterações, verificadas um pouco por todo o lado, visavam a substituição de designações monárquicas, religiosas, ou tradicionais por designações relacionadas com figuras vinculadas ao republicanismo e ao patriotismo, numa clara tentativa de transferir a sacralidade subjacente aos símbolos religiosos para os símbolos da pátria, legitimando-os perante todos.

5. Criação de Escolas para a formação de professores do Ensino primário

- A escola, na prática, ainda sem carácter público e obrigatório era destinada a poucos, pois prioritariamente era necessário garantir a subsistência das famílias numerosas. O abandono escolar era frequente e devia-se sobretudo à necessidade de mão-de-obra familiar que garantisse o cultivo das terras e a subsistência em geral. A inexistência de uma rede escolar abrangente e acessível, assim como a ausência de professores agravava a situação.

Os governos republicanos cuja ideologia assentava na educação da cidadania que tanto marcou a difusão e propaganda republicana preocupou-se com a garantia da instrução primária que, no fundo, constituía uma forma de inculcar nos jovens ideais subjacentes ao novo regime político e, em última análise uma forma de propaganda republicana pós Implantação da República. Contudo, esta preocupação é notória, em alguns casos, já no final da monarquia constitucional, facto que não estará alheio à difusão da ideologia republicana muito embora esta seja essencialmente cidadina.

9.5. Sidonismo

A conspiração que instaurou a República Nova designada por revolução dezanovista de Sidónio Pais, em 1917, resultou de uma confluência de interesses de republicanos descontentes, monárquicos e clericais, e adversários da participação na Guerra, veio instaurar a ditadura militar. Este novo regime foi contestado por diversos elementos em vários pontos do país que ofereceram resistência apesar do regime sidonista se ter caracterizado pelo terror imposto aos adversários.

Em Belmonte, um testemunho oral confirma a existência de resistências ao sidonismo. Teófilo Duarte, um militar que aderiu à revolução dezanovista de Sidónio Pais, assumiu em

1917 o comando da Cavalaria 7 de Castelo Branco cuja missão foi submeter toda a Beira Baixa ao novo regime sidonista. Nessa altura, Teófilo Duarte, entregou um destacamento ao alferes Albertino Vaz Carvalho que encontrou grande resistência em Belmonte. Segundo esse relato vários republicanos se terão recolhido no Castelo de Belmonte resistindo aí ao destacamento referido, respondendo com tiros de caçadeira às ordens de rendição. Só se renderam quando acabaram as munições e quando tiveram notícias de que teriam terminado outros focos de resistência existentes na região, nomeadamente na Covilhã. A tradição popular revela ainda que as mulheres, no exterior, introduziam alimentos no interior do Castelo, alimentando os revoltosos resistentes.

No dia 14 de Dezembro de 1918 Sidónio Pais foi assassinado. Na Sessão extraordinária de 26 de Dezembro a Comissão Municipal Administrativa decidiu lançar em acta um voto de sentimento pelo *“assassinato bárbaro e cobarde do Excelentíssimo Senhor Dr. Sidónio Pais, ex-Presidente da República Portuguesa e telegrafou-se ao actual Exmo Presidente como sinal de protesto e assim se interrompeu a sessão por espaço de dez minutos”*²³⁸

9.6. Soldados do Concelho de Belmonte na I Guerra Mundial

A I Guerra Mundial teve início em 1914 e resultou, em última análise, da evocação de patriotismos, exacerbados pelo choque de imperialismos aos quais não ficaram alheios os portugueses.

Após hesitações e polémicas, os portugueses resolveram entrar na I Guerra Mundial em 1916. O episódio que ocasiona a declaração de Guerra da Alemanha a Portugal foi motivado pelo facto de Portugal ter aprisionado cerca de 70 navios alemães que se encontravam fundeados nos portos nacionais. Esta medida foi justificada não só pelo apelo feito pela Inglaterra, velha aliada de Portugal, mas por se julgar necessária a defesa das colónias que eram cobiçadas pelos alemães. Os defensores dessa participação, os *Intervencionistas* portugueses viram neste facto uma oportunidade de afirmação do prestígio internacional de Portugal e de entrar posteriormente em conversações de paz donde pudesse retirar dividendos para a nação.

Assim, a partir de 1916, foram enviadas tropas para Angola e Moçambique (que tinham fronteiras com colónias alemãs) e para a frente de combate da França.

A participação de Portugal na I Guerra Mundial foi inicialmente vista com bastante entusiasmo pelos soldados portugueses que partiram convictos de que o conflito iria ser breve e de rápida resolução, mas esse sentimento foi-se esbatendo à medida que o cansaço se

²³⁸ A.M.B. Acta da Sessão Extraordinária da Câmara de 26 de Dezembro de 1918.

apoderou dos homens das trincheiras e que os canhões, os morteiros e as metralhadoras ceifavam a vida a milhares de humanos.

Sabe-se qual o impacto social e económico que a participação de Portugal na I Guerra Mundial teve no país. Vários soldados portugueses morreram em combate e no Concelho de Belmonte também se chorou a perda de, pelo menos, um soldado que consta do *Registo de Militares Falecidos no Corpo Expedicionário Português em França*²³⁹, existente no Arquivo Histórico Militar de Lisboa. Chamava-se Joaquim Henriques, era natural de Belmonte e residente em Maçainhas. Tinha nascido a 6 de Maio de 1892. Era filho de Joaquim Henriques e Aurélia Gonçalves e era ainda solteiro quando a 21 de Janeiro de 1917 embarcou e integrou a Unidade Territorial de Infantaria n.º 21 com o número 36973. Desconhecem-se pormenores da sua participação na Guerra e das circunstâncias da sua morte, apenas que faleceu em 3 de Março de 1918.

O Coronel José Martins Cameira, cuja biografia se encontra disponível no capítulo “13. Personalidades do Concelho”, também fez parte do Corpo Expedicionário Português em França.

9.7. Tradição Mineira e Águas Minerais no Concelho de Belmonte

Desde os tempos mais remotos que no Concelho de Belmonte se pratica a exploração mineira. Os vestígios arqueológicos dessa actividade remontam ao período romano, altura em que terá tido bastante significado económico para a região e que terá gerado riqueza aos que dela se ocupavam.

A inexistência de referências documentais a esta actividade económica durante a Época Medieval indicia a existência de uma interrupção que só viria a terminar na época contemporânea.

9.7.1. As Águas Radium e o Hotel da Serra da Pena

Próximo do actual limite do Concelho e na designada Serra da Pena, junto à estrada para Sortelha, encontra-se um grande edifício que outrora foi designado e conhecido por Hotel da Pena ou Hotel das *Águas Radium*. As referências encontradas sobre esta antiga estância hidrológica foram escassas, contudo sabe-se que em Madrid, no ano de 1926, foi editada uma obra intitulada “*Águas Radium - Caria, Beira Baixa, Portugal*” onde se divulgava todo uma série de investigações e análises feitas às águas da “Fonte Santa”.

²³⁹ A.H.M., S.E.E.C., 1ª Divisão, Secção 1270 B, fl. 12.



Figura 36: Hotel da Serra da Pena - Águas Radium

A história del descubrimiento de las aguas radium, um capítulo da referida obra, começa da seguinte forma: *“En recientes investigaciones efectuadas por ingenieros en varias minas de urânio situadas en la Beira Baixa, de Portugal, llamaron su atención la gran fe que tenían los habitantes de esta comarca en las virtudes curativas de un manantial al cual denominaban “Fuente Santa”.* ²⁴⁰

Nesse documento são divulgadas opiniões, apreciações e estudos de diversas personalidades ligadas à medicina e à química, assim como testemunhos de médicos e doentes que utilizaram esta água no tratamento dos mais variados sintomas e doenças.

Salienta-se, a título de exemplo, Charles Lepierre, que era um engenheiro químico, Professor do Instituto Superior Técnico, Professor do Instituto de Hidrologia, Sócio da Academia de Ciências de Lisboa, Membro da Sociedade Química de França e que apresenta, nesta obra, o mais completo estudo Químico-Bacteriológico e de Radioactividade sobre as águas da *“Fonte Milagrosa”*.

Num artigo publicado por António Pacheco no Jornal *A Serra* de 27 de Agosto de 1926 é relatada a inauguração do Hotel das *Águas Radium*. É através deste testemunho que se sabe que foi Henrique Gonçalves que terá mandado edificar esta estância termal e hidrológica. O cruzamento de informações fez supor que seria de nacionalidade espanhola e que residira em Madrid, mais concretamente na Rua Príncipe Vergara, n.º 9. No *Livro de Registo de Minas e Águas Minerais* existente no Arquivo Municipal da Câmara de Belmonte consta um registo com a mesma morada e com o nome de Henrique Goncalvez Fuentes. Embora exista uma certa similitude de dados, não é possível comprovar que o registo feito nesse *Livro de Registo de Minas e Águas Minerais* corresponde à *“Fonte Santa”* por a localização da mesma ser pouco precisa, contudo é de salientar que esse registo, datado de 30 de Dezembro de 1927, se refere a uma nascente de água mineral radioactiva descoberta no *“sítio da Boavista, freguesia de Inguías (...) a uns cinquenta metros da Ribeira de Caria na sua margem direita e aproximadamente mil trezentos metros para norte oitenta dois graus oeste verdadeiro da Capela de Valverde.”* ²⁴¹ Neste

²⁴⁰ *Águas Radium* - Caria, Beira Baixa, Portugal, Madrid, 1926, p. 5

²⁴¹ A.M.B *Registo de Minas e Águas Minerais*, principiado em 29 de Dezembro de 1927, N.º 1, p.1.

registo, o proprietário do Hotel da Serra da Pena, Henrique Goncalvez, tinha 63 anos, era casado e Industrial de profissão.

Segundo os habitantes da aldeia de Quarta-Feira, o Hotel Termal da Serra da Pena “foi mandado construir por um Conde espanhol que, ouvindo falar das miraculosas águas com rádio da Fonte Santa ali se deslocou afim de curar uma doença de pele que a sua filha padecia”.

Numa época em que eram abundantes as pesquisas sobre os efeitos terapêuticos da radioactividade das águas, nomeadamente no tratamento do cancro, a descoberta das Águas Radium na Serra da Pena revestiu-se de especial importância. Na época os folhetos ou postais publicitários diziam: “É de todas as águas até hoje conhecidas a que mais rádio contém em dissolução. De efeito seguro na artério-esclerose, dissolvendo a cal das artérias, assim como nos edemas nas doenças de coração e rins. Diminui a pressão arterial e assim o perigo das apoplexias. Aconselhada com êxito no artrismo e em outros defeitos de nutrição (nos diabetes elimina o açúcar das urinas). Revigorador do sistema glandular, desenvolvendo o seu funcionamento, tonificando poderosamente todo o organismo debilitado. Um remédio eficaz da natureza contra o reumatismo e a gota. Excelente água de mesa de escassa mineralização. (5 ctgs por litro).”²⁴²

Em 1927, no Congresso Hidrológico de Lyon, as Águas Radium da Serra da Pena foram consideradas as águas mais radioactivas do mundo.

O impacto económico na região depreende-se da afluência de diversas pessoas portuguesas e estrangeiras e das águas serem engarrafadas e comercializadas. Testemunhos orais revelaram que as águas engarrafadas eram publicitadas nos eléctricos de Lisboa. Por outro lado, a indicação que consta no rótulo da garrafa referente ao país de origem revela uma tendência para a exportação. Este fenómeno poderá ser reforçado pelo facto do proprietário do Hotel das Termas ser de origem espanhola e portanto, a exportação se ter verificado inicialmente para a Espanha. Uma garrafa de águas radium encontrada em Inglaterra recentemente poderá indicar que essa exportação foi mais abrangente. A água radium recolhida na Serra da Pena seria também utilizada no fabrico da *Laranja Granada* feita na Fábrica de Refrigerantes Manuel Soares, em Caria.

²⁴² Segundo postal publicitário da época.



Figura 37: Garrafa de Águas Radium



Figura 38: Garrafa de Laranjada Granada

O aprofundamento das investigações sobre os malefícios da radioactividade resultantes da II Guerra Mundial, que haviam sido salientados pela madame Curie, acabaram por devotar o Hotel da Serra da Pena à inactividade e ao abandono.



Figura 39: Localização das Águas Radium
(indicação da direcção)



Figura 40: Interior do Hotel Serra da Pena (sala de inalações)

9.7.2. Exploração Mineira

A exploração mineira teve o seu (re)início, na época contemporânea, por volta de 1913/1917. Contudo, o período em que essa actividade teve maior preponderância terá sido aquele que compreende as datas de 1937 e 1960 com o seu auge na altura da 2ª Guerra Mundial. Zeca Afonso referiu que *“quase todas as noites partia um comboio da Beira-Baixa com volfrâmio para a Alemanha”*. O Volfrâmio na Beira-Baixa não seria apenas oriundo das Minas da Panasqueira.

Apesar de pouco precisas, várias são as informações que se têm conseguido reunir sobre este período e os intervenientes nesta actividade. Nessa altura haveria vários papéis e profissões associadas à actividade desde a sua extracção até à sua comercialização. Eles eram os chamados *“apanhadores de minério”* ou separadores, os fundidores e os intermediários ou negociantes de minério ou taberneiros.

Em 1934, Américo Costa no *Dicionário Chorografico de Portugal Continental e Insular* refere a existência das seguintes minas em exploração no Concelho de Belmonte.

Freguesia	Nome da Mina/Local	Concessionário	Mineral
Caria	Carvalhas	C. Santos, Lda	Estanho
	Ribeiro das Amoreiras	Applications Scientifiques du Radium	Estanho
	Retorta ou Picoto	António Fernandes Garcia	Volfrâmio
Inguias	Quinta das Olas	Cândido Dias Lopes	Estanho
	Chão da Nogueira	Álvaro Augusto Dias e Herdeiros	Estanho e Urânio
	Espinal	Álvaro Augusto Dias e Herdeiros	Estanho e Urânio
	Sítio do Cabeço	Álvaro Augusto Dias e Herdeiros	Urânio
	Vale da Nora ou Coelheira	Álvaro Augusto Dias e Herdeiros	Urânio
Maçainhas	Couto Mineiro de Maçainhas n.º 2	Empresa Minero-Metalúgica Lda	Estanho
	Pessegueiro	Empresa Minero-Metalúgica Lda	Estanho
	Reboleiro	Empresa Minero-Metalúgica Lda	Estanho
	Furda	Álvaro Augusto Dias e Herdeiros	Estanho e Urânio
	Hortas	Álvaro Augusto Dias e Herdeiros	Estanho e Urânio
	Medronheira ou Terra Grande	Álvaro Augusto Dias e Herdeiros	Estanho e Urânio
	Quinta do Velho	Álvaro Augusto Dias e Herdeiros	Estanho e Urânio
	Abelheira n.º 2	Álvaro Augusto Dias e Herdeiros	Urânio
	Esteval do Mouco		Urânio
	Quinta Cimeira	Applications Scientifiques du Radium	Urânio
S. Tiago de Belmonte	As Bouças	The Anglo-Portuguese Tin C.º Limited	Estanho
	Barreira		Estanho
	Chão Longo	Empresa Minero-Metalurgia, Lda	Estanho
	Coitadinha	Cândido de Albuquerque Calheiros	Estanho
	Cordiceira	Empresa Minero-Metalurgia, Lda	Estanho
	Couto Mineiro de Maçainhas	The Portuguese- American Tin C.º	Estanho
	Lageosa	The Mondego Tin Dredging C.º Limited	Estanho
	Laje da Fidalga	Empresa Minero-Metalurgia, Lda	Estanho
	Lameirão		Estanho
	Povo do Colmeal	Empresa Minero-Metalurgia, Lda	Estanho
	Quinta do Valle Furão	Maurício Capdevielle	Estanho
	Rei Fernando n.º 1	António Franco	Estanho
	Rei Fernando n.º 2	Empresa Minero-Metalurgia, Lda	Estanho
	Salão n.º 1	The Anglo-Portuguese Tin C.º Limited	Estanho
	Sítio da Gaia	Benespera Tin Properties, Limited	Estanho

Freguesia	Nome da Mina/Local	Concessionário	Mineral
S. Tiago de Belmonte	Sítio das Fontainhas	Empresa Minero-Metalurgia, Lda	Estanho
	Tapada do Pombal	Empresa Minero-Metalurgia, Lda	Estanho
	Vale Sobreira	António Franco	Estanho
	Vale Velido	Empresa Minero-Metalurgia, Lda	Estanho
	Borrega n.º 2	Álvaro Augusto Dias e Herdeiros	Estanho e Urânio
	Carvalheira e Codeceira		Estanho e Urânio
	Couto Mineiro do Colmeal		Estanho, Urânio e Titânio
	Sítio de Izabel Miguel	Empresa de Minas da Borralha	Estanho, Urânio e Volfrâmio
	Torre Romana	Empresa Industrial de Minas Lda	Estanho, Volfrâmio e Ferro
	Fontainhas n.º 2		Urânio
	Rasa Lapada Andorinha		Urânio
	Rei Fernando	Applications Scientifiques du Radium	Urânio

Tabela 3: Minas existentes no Concelho de Belmonte

A Figura 41 ilustra a distribuição de minas por freguesia em 1934.



Figura 41: Exploração mineira por freguesia (1934)

Como se pode observar da Figura 41, as freguesias de S. Tiago de Belmonte (60%) e de Maçainhas (20%) lideravam a exploração, em 1934, totalizando 27 e 10 minas respectivamente. De salientar que a freguesia de S. Tiago de Belmonte integrava nesta altura locais como o Colmeal da Torre e Gaia que desde sempre estiveram ligados à exploração mineira.

As Figura 42 e Figura 43 apresentam a distribuição das minas na freguesia de Caria e Inguías, respectivamente, por tipo de minério. Nas freguesias de Caria e Inguías, as minas de urânio e estanho eram predominantes.

Exploração de Minas - Freguesia de Caria (1934)

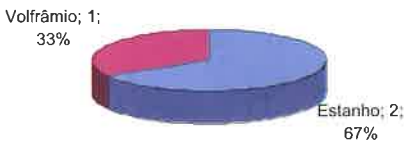


Figura 42: Exploração de Minas (Freguesia de Caria) - 1934

Exploração de Minas - Freguesia de Inguías (1934)

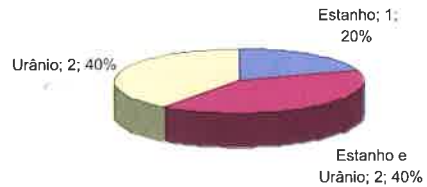


Figura 43: Exploração de Minas (Freguesia de Inguías) - 1934

A Figura 44 apresenta a distribuição das minas na freguesia de Maçaínhas, em 1934, por tipo de minério. Nesta freguesia a percentagem (40%) de minas de estanho e urânio (em simultâneo) era maior.

Exploração de Minas - Freguesia de Maçaínhas (1934)

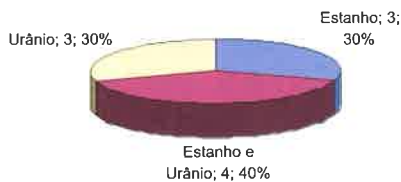


Figura 44: Exploração de Minas (Freguesia de Maçaínhas) - 1934

Na freguesia de Caria explorava-se Estanho e Volfrâmio. Nas freguesias de Inguías e Maçaínhas explorava-se Estanho e Urânio existindo, em ambas as localidades, minas onde era possível realizar a extracção simultânea dos dois minérios.

A Figura 45 mostra a distribuição das minas na freguesia de S. Tiago de Belmonte, em 1934, por tipo de minério. Esta freguesia tinha uma maior diversidade de minérios para exploração quando comparado com as freguesias de Caria, Inguías ou Maçaínhas.

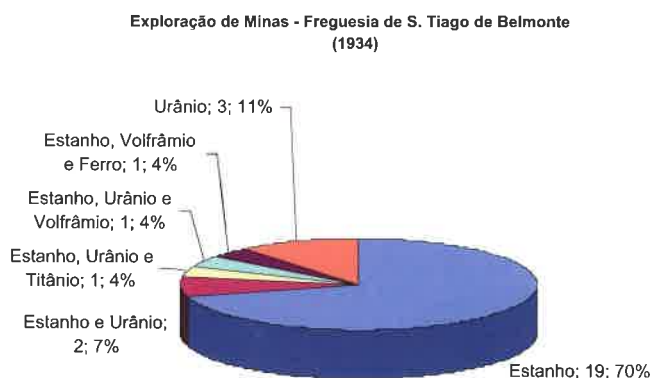


Figura 45: Exploração de Minas (Freguesia de S. Tiago de Belmonte) - 1934

Os minérios explorados na freguesia de S. Tiago de Belmonte em 1934 eram o estanho, urânio, volfrâmio, ferro e titânio. De acordo com a Figura 45, as minas para exploração de estanho assim como de estanho e urânio (em simultâneo) existiam em maior número no concelho.

De salientar que foram identificados vestígios arqueológicos romanos em alguns dos locais que dão nome às minas exploradas em 1934.

O exemplo mais conhecido da exploração mineira no concelho foi o Couto Mineiro de Gaia onde esteve em funcionamento uma draga que foi desactivada na segunda metade do século XX. A primeira Draga que explorou este couto pertencia à Companhia *The Portuguese American Tin Company* fixada em Gaia e a sede seria em Delavraré, no Norte dos Estados Unidos da América. Ainda hoje se podem ver as casas de madeira dos antigos trabalhadores americanos. Esta draga terá iniciado actividade nos aluviões do Zêzere em 1913 e segundo John C. Allan cessou actividade trinta e cinco anos mais tarde.²⁴³ Numa Comunicação feita por A. H. Robb, último *General Manager* da *The Portuguese American Tin Company*, de uma área de 26.000 Km² foi extraído cerca de 10 mil toneladas de estanho metal. R. Gruber, director desta companhia de exploração mineira, acreditava que o vale tinha sido trabalhado superficialmente em tempos remotos facto que foi reforçado pelo achamento de várias moedas romanas.²⁴⁴

²⁴³ John C. Allan, "A Mineração em Portugal na Antiguidade", in *Boletim de Minas*, Lisboa, 2 (3) 1965, p. 19

²⁴⁴ Idem.



Figura 46: Casas dos trabalhadores (The Portuguese Tin Company) - Gaia

Era nesta companhia de exploração mineira que em 1915 trabalhava o engenheiro de minas polaco, Samuel Schwarz, mais tarde encarregue pelo governo de estudar os recursos mineiros da faixa fronteiriça do Nordeste de Portugal.

Segundo o testemunho dado por Manuel Fortunato ao Jornal *Terras da Beira* em, 14 de Janeiro de 1999, a draga teria cerca de 130 metros de comprimento e terá sido desmantelada por volta de 1997, que na altura encontrava-se perto da Localidade de Gonçalo. Segundo informações referenciadas por John C. Allan, a draga terá a dada altura sido transferida para o vizinho vale de Maçaínhas, local onde foram encontradas, examinadas e datadas pelo Museu Britânico várias moedas romanas.

Este engenho, i.e. a draga, que sulcava a terra até uma profundidade de 9 metros, retirando-lhe o minério, trabalhava noite e dia só parando no dia de Natal. Era alimentado por corrente eléctrica (210 volts) através de uma linha que vinha pelas serranias desde S. Romão. Conforme foi relatado por Manuel Fortunato ao jornalista Américo Rodrigues: “Na parte da frente da draga iam os baldes (diziam que cada balde tinha 25 arrobas) que cavavam a terra que, de seguida, ia para um crivo grande que tinha mangueiras lá dentro para lavar. A areia ia depois para umas grelhas e o minério, como era pesado, ficava ali à cabeça das cales (...). O estanho saía para umas caixas de ferro de oitenta quilos”²⁴⁵ e era transportado até à margem num pequeno barco de remos, junto de um picanço feito de ferro que as retirava para serem carregadas numa camioneta que as levava para a fundição.

²⁴⁵ Américo Rodrigues, “O Barco do Diabo” in *Jornal Terras da Beira*, Edição de 14 de Janeiro de 1999.

Não obstante da inicial prosperidade da companhia, esta teve que enfrentar algumas vicissitudes. Em 1917, numa sessão extraordinária da Câmara Municipal de Belmonte, esta companhia de exploração mineira apresentou uma contestação contra o imposto de minas que havia sido lançado naquele ano.

Em 1959, um chefe escocês dava a entender a Manuel Fortunato, testemunho oral que auxiliou a reconstituição histórica desta companhia de exploração mineira, que a sua actividade da draga nestas terras estaria prestes a terminar.

O declínio da actividade mineira desta draga terá coincidido com o aparecimento de uma separadora e fundição em Mangualde, dotada de técnicas de produção mais modernas.

9.8. Do Estado Novo à Revolução de Abril de 1974

O regime político instituído por Salazar em 1933 caracterizava-se, em traços gerais, por um culto ao chefe, por uma ideologia fortemente católica, por uma aversão ao liberalismo político, pela existência de censura literária e de imprensa, pelo corporativismo e pela repressão exercida pela polícia política - a PIDE.

No Concelho de Belmonte os testemunhos deste regime são indeléveis e prendem-se, por exemplo, com a construção de escolas, de depósitos de água e fontanários, com criação de Casas do Povo e com a participação de residentes do concelho na guerra colonial.

Um dos traços característicos da política do Estado Novo relaciona-se com o facto da juventude escolar ter de pertencer obrigatoriamente à Mocidade Portuguesa, uma organização oficial que tinha um carácter para-militar cujo objectivo visava inculcar nos jovens o espírito nacionalista e o sentido de obediência ao Chefe, isto é, a Salazar.

Tanto a Mocidade Portuguesa como a Legião Portuguesa, uma organização miliciana criada em 1936, se inspiraram em organizações do mesmo tipo existentes na Itália e na Alemanha de onde copiavam não só o funcionamento como as fardas e a saudação romana.

9.8.1. Legião em Caria

A Legião Portuguesa foi uma organização miliciana criada em 1936 que perdurou até 25 de Abril de 1974. O seu objectivo principal era a defesa do regime e o combate ao comunismo. Dependia dos Ministérios do Interior e da Guerra e possuía uma estrutura de comando bicéfala, ou seja, a direcção suprema do organismo era assumida por uma Junta Central, de nomeação governamental, e as questões de carácter paramilitar estavam a cargo de um Comandante-Geral que era obrigatoriamente oficial do exército ou da armada.

A Legião Portuguesa estendeu-se, desde os primeiros tempos, pelos diversos distritos onde a milícia era chefiada por um comandante distrital. A nível local os legionários distribuíam-se por batalhões, terços, lanças, secções e quinas.

A Legião Portuguesa em Caria foi criada em 1937 por Mário Galvão Videira²⁴⁶ que se havia alistado como soldado mas que pouco depois teria sido promovido a Comandante de Lança. Em 1951 foi nomeado Comandante do Núcleo de Caria. Segundo Manuel Marques, João Filomeno Afonso dos Santos²⁴⁷, tio de Zeca Afonso, foi Chefe da Legião Portuguesa no Concelho²⁴⁸, o que terá acontecido em 1958 após a saída de Mário Galvão Videira do Concelho.



Figura 47: Almofada da Legião Portuguesa (em Caria) Figura 48: Bandeira da Legião Portuguesa (em Caria)



Figura 49: Sede da Legião Portuguesa (em Caria)

²⁴⁶ Vide capítulo "13. Personalidades do Concelho".

²⁴⁷ Idem

²⁴⁸ Manuel Marques, "Concelho de Belmonte - Memória e História", CMB, Belmonte, 2001, p. 270

9.8.2. O império colonial no Estado Novo - reflexos no Concelho de Belmonte

A Conferência de Berlim (1884-1885) introduziu novos conceitos nos direitos coloniais através dos quais passou a ser exigida a posse efectiva das colónias sendo esta baseada na ocupação territorial. Portugal viu-se obrigado a adoptar as novas regras impostas pelas grandes potências (presentes na referida conferência) apesar da sua colonização, se basear no direito histórico tradicional e de na realidade, sempre ter tido um papel quase intermediário na qual a ocupação de território se resumia às necessidades exigidas pelas actividades comerciais.

No início do século XX existiam poucas pessoas portuguesas em África e a sua principal missão relacionava-se com o comércio. A presença de missionários, militares e pessoal administrativo não correspondia às novas exigências. O estatuto oficial das colónias portuguesas oscilou, durante o século XX, consoante as alterações conjunturais, a política metropolitana ou a necessidade de adaptação ao direito internacional. As designações atribuídas aos territórios coloniais eram as seguintes: colónias, províncias ultramarinas ou estados.

Mas as Colónias constituíram um aspecto fundamental na estratégia económica do Salazarismo e na política de nacionalismo económico, uma vez que funcionavam simultaneamente como mercado para o escoamento de produtos agrícolas e industriais da Metrópole (sobretudo os têxteis e o vinho) e como fornecedoras de matérias-primas baratas.

Neste sentido o *Acto Colonial*, documento aprovado em 1930 e incluído na Constituição de 1933, proclamava os direitos que Portugal considerava possuir sobre o conjunto dos territórios ultramarinos limitando a intervenção económica que neles podiam ter os países estrangeiros.

Para além do seu papel económico o Império Colonial Português foi também um dos principais temas de propaganda nacionalista. No álbum Comemorativo da Exposição Colonial de 1934 cujo objectivo era realçar a importância dos territórios ultramarinos, esta questão era abordada da seguinte forma: *“esses territórios imensos, aos quais se deve a realidade de sermos um grande país, esses territórios secularmente portugueses, conquistados, desbravados e valorizados por portugueses, não custam hoje à Metrópole um centavo e lhe rendem, em benefícios de vária ordem, moral e materialmente, enormes vantagens;”*

Após a 2ª Guerra Mundial, a maioria das colónias europeias obtiveram a sua independência. No entanto, no início da década de 60, Portugal ainda possuía um vasto *Império Colonial* do qual faziam parte: Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, Macau, Timor e o chamado Estado da Índia constituído por Goa, Damão e Diu.

Em 1955, Portugal tornou-se membro da ONU²⁴⁹ e nessa altura foi recomendada a concessão de autonomia às suas colónias. O Governo português não só se recusou a proceder à descolonização como também passou a defender a tese de que Portugal era um “Estado Pluri-continental e multi-racial” e que as províncias ultramarinas eram territórios que faziam parte de um todo nacional. A estratégia do Estado Novo consistiu em impôr o mito de inexistência de dominação e exploração de um povo perante outro. Inserido nesta política colonial defendida pelo Estado Novo, várias foram as tentativas de legitimar e manter os territórios ultramarinos face às críticas internacionais. A emigração de portugueses para esses territórios foi fomentada e pode ser interpretada como uma forma de ocupação efectiva desses territórios tentando corresponder à estratégia adoptada a partir da década de 50.

Para o Concelho de Belmonte foi possível descobrir algumas das linhas de acção que se tem vindo a referir relativamente à questão colonial. Num ofício da Câmara Municipal do Concelho de Belmonte, datado de 4 de Outubro de 1956, o Dr. Mário Galvão Videira torna público que se encontravam abertas as inscrições para as famílias de agricultores residentes no concelho, que desejassem fixar-se nos colonatos do Ultramar (Em Angola: Cela ou Vale do Cunene; em Moçambique: Vale do Limpopo). A inscrição, a realizar na secretaria da Câmara, tinha as seguintes condições:

“- Que o chefe de família exercesse a profissão de agricultor e não tivesse mais que 60 anos de idade;

- Todos os componentes da família deviam ter como habilitação mínima a terceira classe do Ensino Primário Elementar, quando com idade compreendida entre os 14 e 35 anos, salvo as mulheres que acompanhassem os maridos.

*- A família devia possuir pelo menos dois filhos varões com idade igual ou superior a 15 anos e cuja profissão deveria ser agricultor”.*²⁵⁰

²⁴⁹ Organização das Nações Unidas

²⁵⁰ Aviso da Câmara Municipal de Belmonte, 4 de Outubro de 1956 – documento fornecido pelo vereador Mário Tomás.

Não se teve conhecimento de eventuais inscrições, contudo, a análise do *Jornal Concelho de Belmonte* permitiu verificar que várias pessoas emigraram para as províncias ultramarinas de África onde fixaram residência. Seguem-se alguns exemplos transcritos de vários números desse jornal.

Agosto e Setembro de 1968	<p><i>"Encontra-se em Belmonte, vindo da Guiné, a passar férias junto dos seus familiares, Alberto Robalo da Silva."</i></p> <p><i>"Em Malpique, encontram-se Sr. Capitão Joaquim Vaz Cassiano com sua esposa D. Maria Luísa Cardoso Cassiano e filhos, regressados de Moçambique."</i></p>
Outubro de 1968	<i>"Para Lourenço Marques, onde foi fixar residência, partiu no dia 27 findo, (...) Mário Esteves Feliciano e esposa."</i>
Agosto de 1971	Na Tribuna do Leitor consta parte de uma carta de Maria da Luz Miranda da Fonseca Carvalho <i>"nascida em Belmonte em 24 de Janeiro de 1942, Cresci nessa linda terra até aos 11 anos, tendo vivido o resto do tempo em Angola"</i> .
Setembro de 1971	<p><i>"Faleceu súbitamente em Moçambique o Sr. António Fernandes Monteirinho, natural de Belmonte e residente desde há alguns anos em Vila Cabral."</i></p> <p><i>"Terminando o período de férias na Metrópole, regressou ao Cubal (Angola) a menina Olga Maria Nunes dos Santos, professora primária naquela Província de Além-Mar."</i></p>
Março de 1972	<i>"Faleceu em Luanda (Angola) o Sr. José Gregório Andresson, natural de Belmonte e residente há já bastantes anos naquela nossa Província Ultramarina."</i>

Tabela 4: Residentes no Ultramar (Fonte: *Jornal Concelho de Belmonte*)

A Tabela 5 contém transcrições do jornal *Concelho de Belmonte*, no período de 1968 a 1973, relativas aos combatentes na guerra do Ultramar.

Janeiro de 1968	<p>Na rubrica Partidas:</p> <p><i>"Em missão de soberania, partiram para Angola em fins do mês de Novembro dois nossos conterrâneos. Ao António Jorge dos Santos Mascarenhas Monteiro e ao António Henriques Mourão, desejamos</i></p>
------------------------	--

	<p><i>sinceramente muitas felicidades, convictos de que em defesa da soberania nacional, saberão prestigiar o torrão natal que lhes serviu de berço.</i></p> <p><i>Integrado num destacamento que ali irá cumprir a sua comissão de serviço, em breve partirá para Moçambique mais um nosso conterrâneo. Ao Manuel Ascensão Fernandes Monteiro auguramos votos de felicidades.</i></p> <p><i>Para Angola, a cumprir serviço militar, partiu em princípios de Dezembro o furriel Miliciano – António Inês Amaro."</i></p>
Fevereiro de 1968	<p><i>Regressaram do Ultramar onde terminaram a sua comissão de serviço o Ex.mo Sr. Dr. Alexandre Manuel Gomes Bidarra, João Miranda de Carvalho, Mário Augusto da Conceição Cabeças, José Luís de Elvas Gregório e Rafael Diogo Henriques.</i></p> <p><i>Para o Ultramar, onde irá cumprir a sua comissão de serviço, partiu o nosso prezado amigo João Manuel Martinho, natural de Caria.</i></p>
Março de 1968	<p><i>"Regressou da Guiné, onde cumpriu a sua missão de serviço, Firmino do Nascimento Leal, natural e residente em Belmonte. Regressou também de Angola, onde cumpriu serviço militar, Delfim Gonçalves Pedro, natural do Colmeal da Torre."</i></p>
Abril de 1968	<p><i>"Faleceu, em combate, na província de Angola, no passado dia 28 de Março, o soldado Manuel Caetano Nunes, solteiro, agricultor, de 23 anos de idade, filho de João Nunes e de Maria do Céu Caetano, natural do lugar de Monte do Bispo."</i></p>
Maior de 1968	<p><i>"Do Colmeal da Torre, partiu João Umbelina Marques, para o Ultramar, onde irá cumprir a sua missão de serviço. Chegou ao Colmeal da Torre, Apílio Pinheiro Gonçalves, vindo da Guiné, onde se encontra a prestar serviço Militar, no gozo de um mês de licença na Metrópole."</i></p>
Agosto e Setembro de 1968	<p><i>"Regressados do Ultramar onde cumpriram serviço militar, os nossos conterrâneos – José Maria Chaves Mendes, Francisco Duarte Alves, Porfírio Gomes Soares."</i></p>
Outubro de 1968	<p><i>"Encontra-se em Belmonte, a passar um mês de licença graciosa o furriel miliciano António Henriques Mourão que se encontra a prestar serviço militar na província de Angola."</i></p>

Outubro de 1969	"Foi transferido para Vila Nova de Gaia o 1º Cabo Miliciano José Manuel Ambrósio Vieira que em breve partirá para o Ultramar."
Dezembro e Janeiro de 1970	"Para o Ultramar Moçambique - em breve seguirá o 1º cabo Miliciano - António José dos Santos Tavares. Para a Guiné, seguirá também em breve o Aspirante Miliano - José Gonçalves Ambrósio, do Colmeal da Torre."
Março de 1970	"Regressaram do Ultramar - De Angola: António Jorge Mascarenhas Monteiro e António Henriques Mourão. De Moçambique: Manuel Ascensão Fernandes Monteirinho. No dia 28 de Fevereiro último, a triste notícia soou em Belmonte. O Sr. Capitão José Manuel Costa Martins, filho da Sr.ª D. Judite Soares Costa Martins e Sr. Eng.º Manuel Martins, tinha falecido em combate na Província de Angola."
Novembro de 1970	Na rubrica Agradecimentos: "Sua Mãe, Porcínia de Jesus Nave, residente em Malpique, (...), agradece as condolências apresentadas pelo falecimento do seu filho, Mário António Nave da Costa. O 1º cabo Costa faleceu em combate na Província Portuguesa da Guiné. Seus Pais, Leonilde Ferreira e José Augusto Bidarra, (...) agradecem as condolências pela morte do seu saudoso filho Manuel Ferreira Bidarra, que prestava serviço militar na Província Portuguesa de Angola. O 1º Cabo Bidarra completava 22 anos no dia 22 de Novembro, e residia em Valhelhas, do Concelho da Guarda."
Mai de 1971	Na rubrica Saídas: "Para Moçambique, em missão de Soberania, o Alferes Miliciano Joaquim dos Santos Tavares."
Setembro de 1971	"Depois de um mês entre nós, regressou à Província de Moçambique onde se encontra a prestar serviço Militar o Furriel Miliciano Mário B. de Campos. Em gozo de merecidas férias, encontra-se entre nós o Furriel Miliciano José Manuel Ambrósio Vieira, que presta serviço militar em Moçambique."
Agosto-Setembro de 1972	"Encontra-se na Metrópole em gozo de licença o alferes Miliciano Joaquim dos Santos Tavares, a prestar serviço militar no Ultramar."

Janeiro de 1973	"Encontra-se em Belmonte, em gozo de licença o Sr. Filipe Manuel Carrola Feliciano, actualmente a cumprir serviço militar no Ultramar."
-----------------	---

Tabela 5: Guerra no Ultramar (Fonte: Jornal Concelho de Belmonte)

9.8.3. Casa do Povo de Belmonte

Terá sido estipulada, pelo Dr. João Filomeno Afonso dos Santos enquanto presidente da Câmara Municipal de Belmonte, uma quantia fixa para os donativos destinados à construção da Casa do Povo de Belmonte.

No edifício situado na Rua Pedro Álvares Cabral, junto ao Campo de Futebol, cuja arquitectura se insere na estética do Estado Novo, foi colocada uma epigrafe com o nome das companhias mineiras mais importantes que contribuíram para a construção do referido edifício inaugurado a 31 de Março de 1942.

Na edição n.º 8 do *Jornal de Belmonte* referente a Agosto e Setembro de 1968 é anunciada a reeleição dos corpos gerentes da Casa do Povo para o Triénio 68-69-70 composta pela seguinte assembleia-geral: padre José de Almeida Soita, Alexandre Salgueiro Nave e Artur Augusto e na direcção por Aníbal Monteiro Mendes, Abílio Baptista Pina Mateus e José da Fonseca Proença Pina.

9.8.4. A Revolução de 25 de Abril de 1974

O regime ditatorial acabou por sossobrar com a revolução dos cravos, no dia 25 de Abril de 1974. O sinal para as tropas iniciarem o movimento das forças armadas foi dado com a transmissão, na rádio renascença, da canção "*Grândola, Vila Morena*" – da autoria de Zeca Afonso²⁵¹. A primeira reacção impressa, que se conhece no concelho surgiu no jornal *Concelho de Belmonte*, edição n.º 72 de Abril a Maio de 1974 do qual faz parte o texto apresentado na Figura.

²⁵¹ Vide capítulo "13. Personalidades do Concelho".

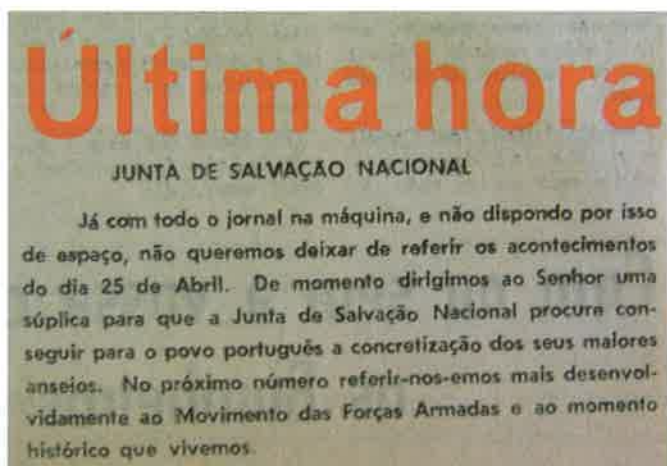


Figura50: Jornal Concelho Belmonte - Abril 1974 - Última hora

Na imprensa local é notória uma preocupação com a instrução e responsabilização dos cidadãos a que se solicita participação activa na sociedade, na política e na democracia. Contudo, transparece também o facto de haver necessidade de esclarecer a população em geral. Apela-se à própria Igreja e aos párocos para que, na medida do possível desempenhem o papel de esclarecedores. Em Belmonte, O Movimento Democrático do Concelho, como é dado a conhecer pelo jornal *Concelho de Belmonte*, realizou sessões de esclarecimento não só na sede de concelho como nas freguesias que o integram.

A toponímica da vila de Belmonte, à semelhança de outras localidades celebra este acontecimento.

10. A IMPRENSA DO CONCELHO DE BELMONTE

A imprensa é uma importante fonte histórica e o Concelho e Belmonte desde cedo iniciou a sua actividade na área da imprensa escrita.

A Tabela 6 apresenta um quadro resumo dos vários jornais publicados no Concelho de Belmonte.

Nome do Jornal	Primeira Data de Publicação	Periodicidade
A Defesa	5 Junho 1884	Semanário
O Agricultor	25 Janeiro 1921	Mensal
A Serra	24 Setembro 1925	Quinzenal
Cruzeiro de Caria	Março 1964	Mensal
Concelho de Belmonte	Janeiro 1968	Mensal
Jornal de Belmonte	Abril 1984	Mensal

Tabela 6: Jornais publicados no Concelho de Belmonte



Figura 51: Jornal A Defesa

O primeiro jornal de que temos conhecimento no Concelho de Belmonte foi *A Defesa*. Era um semanário que se auto-intitulava “*Folha política, agrícola, literária e noticiosa*” e que politicamente se abrigava “*sob a bandeira do Digno par Vaz Preto Geraldês*”.

O primeiro e único número deste semanário data de 5 de Junho de 1884, uma quinta-feira. O editor responsável foi Candido d’Almeida Victória.

Segundo José Manuel Vargas, este jornal monárquico apoiava Hintze Ribeiro, líder do Partido Regenerador²⁵².

Entre as notícias que este jornal publicou podemos observar que o Sr. Abílio António da Fonseca, que era criado na categoria de procurador da Condessa de Belmonte e de seu filho D. Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara é bastante criticado. A ele são dedicados dois artigos:

- (i) *O Sr. Abílio e a Catraia*: este artigo refere o facto de este ter o costume de ir medir o centeio dos celeiros da Casa dos Condes de Belmonte nos dias santificados, referindo-se a ele como conde do Colmeal quando são mencionadas as “vinhas do seu condado do Colmeal”. O artigo relata uma viagem deste do Colmeal para Belmonte quando supostamente se encontrava embriagado.
- (ii) *Uma Pergunta*: este artigo menciona o facto de o Sr. Abílio António da Fonseca exigir um selo de 20 réis ao enfiteuta no pagamento do respectivo foro e o facto do mesmo receber nos celeiros dos Condes de Belmonte pela medida nova (16 litros) e vender pela velha (20 litros) quando as escrituras não se referiam a litros mas a alqueires.

Outra pessoa que é duramente criticada neste jornal é Albano dos Reis de Serra Fajardo, que chega a ser ridicularizado ao ponto de ser designado *mijateiro*. É também referido num artigo intitulado *O Caminho de Ferro da Beira Baixa*, onde se especula sobre a concretização ou não dessa obra e sobre o lugar que Albano dos Reis de Serra Farjado poderia vir a ocupar nas estações de caminho de ferro da Beira Baixa.

Ambos são ainda acusados de uma agressão a José Martins o que, segundo relato do jornal, acabou por motivar a deslocação do Juiz de direito da Covilhã e de dois peritos para procederem, conjuntamente com o médico do partido da câmara, Dr. Costa Camara, a um exame de sanidade ao ofendido.

²⁵² In *Jornal de Belmonte*, Ano I, n.º 9, Dezembro de 1884, Suplemento – “*Caria, 60 anos de Elevação a Vila*”, p. III.

Este jornal surge numa época em que se começou a verificar uma repressão na imprensa, depois de um momento áureo relacionado com a fundação do Diário de Notícias por Eduardo Coelho (1864). Essa repressão relacionou-se com a tentativa de abafar o descontentamento que alastrava no país nos finais da Monarquia. Não se sabe, em concreto, o que terá travado logo à nascença a continuidade deste jornal, e embora Manuel Marques, na sua obra *Concelho de Belmonte, Memória e História* refira o facto deste jornal apoiar Hintze Ribeiro e este ter suprimido o Concelho de Belmonte isso só aconteceu a 7 de Dezembro de 1895, tal, não parece ser motivo suficiente para que a sua publicação se suspendesse.

Uma das hipóteses para a não continuidade deste periódico poderá estar relacionado com o seu conteúdo. Como se verificou anteriormente, nos seus artigos imperavam os insultos e críticas a determinadas pessoas, o que na realidade era uma característica dos jornais portugueses do século XIX onde a violência da linguagem, a crítica a homens públicos e as acusações e especulações eram bastante comuns, mas que, foram alvo de repressões no final da Monarquia através de leis que restringiram a liberdade de imprensa. O jornal *A Defesa* poderá ter sido vítima desse facto, até porque noticiava ocorrências policiais, contrariamente às indicações dadas pelo governo em 1881²⁵³, onde nas portarias que Teófilo Braga designou por *surdas* ou *mudas* se davam indicações sobre a não divulgação de ocorrências policiais na imprensa. As disposições da designada *Lei dos Anarquistas* publicada em 1896 pelo governo de Hintze Ribeiro viriam a ser mais severas nestas proibições.

O clima de repressão e censura da imprensa, vivido com maior ou menos intensidade no final da Monarquia e durante a I República assim como os custos elevados que acarretavam a elaboração de um jornal terá desencorajado as publicações periódicas no Concelho de Belmonte até ao início do século XX.

Em 1921 surge *O Agricultor*, um órgão do Sindicato Agrícola de Caria, de publicação mensal do qual apenas foram publicados três números nas respectivas datas de 25 de Janeiro, 25 de Fevereiro e 25 de Março. O Sindicato Agrícola de Caria foi constituído em 26 de Fevereiro de 1920 com o intuito primordial de obter directamente dos fornecedores materiais agrícolas e maquinaria a preços mais económicos.

²⁵³ “Tendo a experiência demonstrado graves os inconvenientes na publicação das ocorrências policiais, não só pelo desfavor que se lança sobre as pessoas nelas envolvidas (muitas vezes sem justa causa, pela falta de tempo para apurar a verdade dos factos) mas também, e sobretudo, pelo muito que se prejudica a acção da autoridades policial na investigação dos crimes e na descoberta dos criminosos (...) há Sua Magestade El-Rei por bem ordenar que os governadores civis dos distritos e o comandante geral das guardas municipais expeçam ordens convenientes às repartições e estações de polícia da sua dependência para que, d’ora em diante, não dêem notícias das ocorrências e factos policiais de que hajam conhecimento no exercício das suas funções (...)” in Victor Silva Lopes, “*Iniciação ao Jornalismo*”, p.206 e 207

A redacção e administração deste jornal e, muito provavelmente do Sindicato situavam-se no Largo da República, n.º 56 em Caria. Era seu editor João José Proença Garcia, seu administrador Lourenço Videira e redactores Miguel Proença Garcia e António de Andrade Pinto. A sua composição e impressão eram realizadas pela Tipografia Liberal do Tortosendo.



Figura 52: Jornal O Agricultor

Do conteúdo do jornal fazem parte artigos relacionados com a Agricultura e com a actividade desenvolvida pelo sindicato. Salienta-se a rubrica *Techonologia Agrícola* que se dedicava a questões vinícolas.

O jornal *A Serra*, uma publicação quinzenal de orientação republicana, iniciou a sua publicação em 24 de Setembro de 1925 sob a Direcção de Augusto Aníbal Leitão, administração de José Alves Barreiros e edição de João Domingos Batista Ribeiro. Foi impresso inicialmente na tipografia Notícias da Covilhã passando depois a ser impresso na Tipografia da Papelaria Popular da Guarda.

O seu primeiro número adopta uma linguagem bastante violenta e sarcástica, defendendo os membros da Câmara Municipal de Belmonte de supostas difamações existentes. Na primeira página do artigo *Explicando* existe, lê-se o seguinte:

“Fauna especial que podemos classificar dos sem vergonha (...) o seu ideal é viver à custa dos outros (...).

Em Belmonte também apareceram representantes dessa fauna e não havendo mais minas a explorar, nem mais comerciantes para se deixarem burlar, voltaram as suas vistas para o município, convencidos que assaltando-o, ele lhes daria alimento à sua debilidade.” “Foi com esse intuito que iniciaram uma campanha de difamação e de descrédito contra a actual Câmara Municipal e seus funcionários acusando-os de vários crimes, entre os quais sobressai como o maior, o aumento da tabela de honorários ao seu facultativo; e então olímpicos, julgando pulverisar ceu e terra, veem com o papão dos artigos 123, 125 e 31 do código administrativo de 1896, ignorando os grandes asnos que essas disposições foram anuladas (...).

Não sabem estes imbecis, que igual procedimento tiveram quasi todos os municípios do paiz, com os seus facultativos; (...) (Ficam avisados os senhores vereadores da Câmara Municipal de Belmonte de quando forem para Penitenciaria ou para o degredo lá encontrarão muitos ilustres colegas na desgraça.)

Mas julgarão estes jurisperitos de três a vintem, que estão a intrujar os pobres lorpas que acreditam na sua sciencia juridica para lhes comerem as galinhas...e a massa? (...)

Mas é na cadeia – é na cadeia – que deviam estar aqueles que puseram em nome dos filhos os bens que herdaram para não pagarem a quem devem!

É na cadeia que deviam estar aqueles que pagaram aos seus credores a uns com 30% e outros mais renitentes com injurias – e agora estão a comer o producto dos seus latrocínios!

E finalmente é na cadeia que deviam estar aqueles que, ainda trazem dependurados no rabo as ferramentas que surripriaram ao município”.

Apesar de o texto acima apresentar um tom bastante crítico, verifica-se que o mesmo jornal adopta uma nova filosofia ou uma contenção de críticas neste jornal a partir de 1926. O exemplar de 10 de Agosto de 1926 limita-se praticamente a relatar, sem qualquer juízo de valor, a tomada de posse da Comissão Administrativa do Concelho de Belmonte. Esta cautela estará relacionada com o facto de se ter instalado no país uma ditadura militar resultante do golpe militar ocorrido no dia 28 de Maio do mesmo ano.

O número 22 do jornal *A Serra* de 27 de Agosto de 1926 contém na primeira página um pequeno rectângulo com o seguinte texto: *“Este número foi visado pela comissão de censura da Guarda”.*

O *Cruzeiro de Caria*, jornal da paróquia, iniciou a sua publicação em Março de 1964 e terminou em Outubro de 1965. Este jornal de periodicidade mensal tinha como Director e Editor o Padre José Ramos. A composição e impressão eram realizadas na Gráfica de

Gouveia, Lda. Entre os colaboradores deste jornal paroquial salientam-se pela sua assiduidade Abel Hermínio, Dr. Hans Wecker que era sociólogo na Alemanha. Para além de questões religiosas, este jornal apresentava rubricas dedicadas a *Casamentos*, *Baptizados* e *Falecimentos* às questões escolares e desportivas da vila de Caria e dos lugares de Monte do Bispo e Malpique.



Figura 53: Jornal *Cruzeiro de Caria*

O *Concelho de Belmonte* foi um jornal mensal da Paróquia de Belmonte cujo director e editor era o pároco de Belmonte. Este jornal abrangia todas as localidades do concelho e foi publicado entre Janeiro de 1968 e Junho de 1974. Nos últimos anos, José António Soares Nunes desempenhou as funções de redactor. Alguns dos seus artigos terão sido censurados na Tipografia do Seminário de Gouveia o que acabou por resultar na suspensão do jornal. Este periódico teve bastante aceitação junto dos emigrantes do concelho. Faziam parte do seu conteúdo temas relacionados com a Igreja, com questões locais ou rubricas como: (i) *Partidas*; (ii) *Chegadas*; (iii) *Datas Históricas da Vila de Belmonte do Mês*. As duas primeiras rubricas davam conta, sobretudo, das partidas e chegadas de personalidades ou de militares que iam ou regressavam da Guerra no Ultramar. A terceira rubrica era da autoria do professor Joaquim Cardoso Tavares.



Figura 54: Jornal *Concelho de Belmonte*

O *Jornal de Belmonte* foi criado em Abril de 1984 e teve António Júlio D’Almeida Garcia, como Director, José Reis Soares como Director-Adjunto e Maria Manuela Carvalho como Chefe de Redacção. Este jornal mensal era composto pelas secções de educação, cultura, geral, local, regional, saúde e desporto. A última página era dedicada na íntegra a Caria e muitos números continham artigos dedicados à história e ao património do Concelho.

Os colaboradores mais assíduos eram Joaquim Amaro e José Manuel Rodrigues, cujos artigos se relacionavam com desporto, Reis Soares que escrevia sobre Caria, David Augusto Canelo que se dedicou a questões históricas da comunidade judaica e Manuel Marques que colaborava com artigos sobre a história das confecções em Belmonte.

11. JUDEUS EM BELMONTE

A vila de Belmonte e o seu Concelho são hoje conhecidos internacionalmente pela existência de uma comunidade judaica activa que desde o início do século XX tem unido esforços numa causa comum – o seu *Resgate*²⁵⁴ – a sua reorganização depois de séculos de ocultação religiosa. Actualmente, muito desse trabalho é visível e reconhecido por todos. As marcas da presença dos judeus e a sua persistência ao longo dos tempos têm sido uma realidade. Os exemplos são vários: a Sinagoga, o cemitério judaico e, recentemente, o Museu Judaico de Belmonte.

Até ao momento não foi possível precisar a data da vinda de judeus para a Península Ibérica, contudo, existem várias lendas e tradições que referem que este povo se terá fixado na península na época de Nabucodonosor no século VI a.C., altura em que foi destruído o Templo de Jerusalém, ou na época de Salomão no século X a.C., integrados nas frotas fenícias que comercializavam ao longo das costas do Mediterrâneo.

As fontes documentais, mais antigas, que referem a presença de judeus na Península Ibérica integrados na comunidade cristã são do período visigótico. Tratam-se de documentos elaborados em Concílios religiosos nos quais vários membros da Igreja Cristã se reuniam para debater e regulamentar práticas litúrgicas, doutrinárias e disciplinares. O Concílio de Toledo, no século VII, introduziu proibições que se revelaram de certa forma nefastas para as tradições judaicas tais como a proibição de matrimónios entre consanguíneos, a ocupação de cargos públicos e a posse de escravos cristãos.

Ao longo da fronteira do actual território português surgiram na Idade Média várias comunidades de judeus que se foram fixando dando origem a pequenas judiarias cuja origem remonta, na maior parte dos casos, ao grande surto de povoamento judeu do século XIV.

Actualmente, na Beira Interior, para além de Belmonte, são conhecidas as antigas judiarias da Covilhã, Guarda, Trancoso, Viseu, Castelo Branco, entre outras.

Na documentação de Belmonte a primeira referência aos judeus surge no foral de D. Sancho I em 1199 e relaciona-se com o pagamento da sisa judenga. Este foi o indício mais antigo da sua existência no Concelho e prevaleceu como única referência até ser encontrada, no início do século XX, na Capela de São Francisco outrora existente no actual Largo António José de Almeida, uma lápide com inscrição em hebraico que foi estudada e traduzida por Samuel Schwarz²⁵⁵. Esta lápide apresentava a inscrição “E ADONAI (DEUS) ESTÁ NO SEU

²⁵⁴ Designação da autoria de David Augusto Canelo que se refere ao processo que visou uma acção de reconversão dos marranos ou cristãos-novos ao judaísmo puro, já que a ocultação e a convivência com os cristãos havia adulterado alguns dos preceitos e práticas judaicas dos criptojudes de Belmonte.

²⁵⁵ Vide capítulo “13. Personalidades do Concelho”.

TEMPLO SAGRADO/EMUDECE PERANTE ELE TODA A TERRA”²⁵⁶ e segundo Samuel Schwarz, datava de 1297²⁵⁷ e teria pertencido a uma Antiga Sinagoga que existira presumivelmente, naquele local e que terá sido adaptada posteriormente para o culto cristão.



Figura 55: Lápide hebraica encontrada em Belmonte

A existência de uma Sinagoga no século XIII faz supor que em Belmonte haveria uma comunidade judaica organizada que terá atraído os judeus que fugiram de Castela na sequência da expulsão ordenada pelos Reis Católicos em 1492.

Contudo, a pretensão de D. Manuel I casar com D. Isabel de Aragão, filha dos Reis Católicos impôs a condição de expulsão dos judeus também de Portugal.

Em Dezembro de 1496, D. Manuel I ordenou a expulsão dos judeus, residentes em Portugal, que rejeitassem converter-se ao Catolicismo estipulando assim um prazo de 10 meses (de Janeiro a Outubro de 1497) para a saída de Portugal e disponibilizado algumas embarcações para o efeito. Entretanto, D. Manuel I percebeu que a saída dos judeus poderia traduzir-se num empobrecimento do reino, uma vez que estes proporcionavam o progresso do sector do comércio nos ofícios artesanais e profissões liberais. Na esperança de que a conversão dos judeus ao cristianismo solucionasse a exigência e pressão feita pelos Reis Católicos e no sentido de minimizar as perdas económicas indirectas para Portugal, D. Manuel I tomou medidas complementares com vista a aculturação e conversão dos judeus. Assim, o rei (em 1497) ordenou que se baptizassem todas as crianças com idade inferior a 14 anos. Alegou ainda que não existiam barcos insuficientes para transportar para fora do reino todos os judeus que se recusavam a adoptar o catolicismo.

Na realidade, D. Manuel I acabou por conduzir forçosamente os judeus à pia baptismal dando origem aos designados cristãos-novos ou marranos. Em Belmonte este

²⁵⁶ Versículo bíblico. *Liber Habacuc*, cap. 2 vers. 20.

²⁵⁷ A data indicada é 5057 que corresponde a 1297.

acontecimento poderá ser simbolizado pela pia baptismal manuelina que se conserva no átrio da Câmara Municipal e que terá pertencido à referida Capela de S. Francisco.



Figura 56: Pia Baptismal Manuelina

Tendo em conta o período relativamente curto estipulado por D. Manuel I para a saída dos judeus residentes em Portugal, o posicionamento geográfico do Concelho de Belmonte e o facto de o concelho poder ter sido escolhido para acolher alguns dos judeus que vieram de Espanha, poder-se-á conjecturar que a percentagem de saídas de judeus de Belmonte terão sido nulas ou insignificantes. A par deste raciocínio pode salientar-se o facto de existirem ainda diversas cruzes incisas²⁵⁸ em habitações antigas nas localidades de Belmonte e Caria.



Figura 57: Cruzes Incisas na Vila de Belmonte

Em finais do século XV, a prática do catolicismo seria uma forma de sobrevivência que permitiu aos judeus continuar a viver em Portugal. Os cristãos-novos, apesar de

²⁵⁸ Sinal tradicionalmente associado aos cristãos-novos.

obrigados à dissimulação religiosa mantiveram e transmitiram as tradições do judaísmo. Nascia assim em Portugal o Criptojudaísmo.

O reinado de D. João III revelou-se ainda mais nefasto para os judeus e cristãos-novos já que foi proibida a posse de livros hebraicos, a circuncisão e outras práticas judaicas.

Em 1536, o papa Paulo III autorizou o estabelecimento da Inquisição em Portugal abrindo caminho a perseguições, repressão e espionagem. As prisões sucederam-se, os autos-da-fé e as torturas também. O alvo preferencial era o judeu ou cristão-novo que, acusado de práticas judaizantes, se via despojado dos seus bens em favor da coroa²⁵⁹.

O medo instalado resultante da acção da Inquisição acabou por provocar o êxodo para o estrangeiro de vários judeus pertencentes a uma elite mercantil. O destino principal era Amesterdão na Holanda.

Apesar dos judeus terem sido convertidos ao Cristianismo contra a sua vontade, continuaram a praticar o judaísmo em Belmonte e noutros locais do país. Este facto foi comprovado pela existência de processos inquisitoriais, existentes na Torre do Tombo, contra naturais ou moradores no Concelho de Belmonte nos séculos XVI, XVII e XVIII.

A Tabela 7 apresenta os nomes que constam da *Colecção de Listas impressas e manuscritas dos Autos da Fé públicos e particulares da Inquisição de Lisboa*²⁶⁰.

1584	• <i>Guiomar Fernandes, cristã-nova de Caria, mulher de Domingos Gonçalves. Condenação Absoluta</i>
1600	• <i>Mónica Felippa Rebella, cristã-nova, natural de Caria. Condenação: hábito perpétuo. Auto de Fé 03/08/1603</i>
1666	• <i>João Gomes, cristão-novo, solteiro, natural da vila da Covilhã e residente em Belmonte. Apresentado (28 anos).</i> • <i>Belchior Roiz Rios, cristão-novo, solteiro, filho de Jorge Roiz, natural da vila da Covilhã e residente em Belmonte. Apresentado (32 anos).</i> • <i>João Rodrigues, natural e residente de Belmonte. Condenação: abjurou em forma.</i>
1672	• <i>Simão Roiz Nunes, mercador, solteiro, filho de Cristovão Nunes, natural da vila de Belmonte e residente na Covilhã. Condenação: cárcere e hábito que tirará no Auto.</i> • <i>Joana Nunes, cristã-nova, mulher de André Roiz Nunes, natural da vila de Belmonte e residente na Covilhã. Condenação: cárcere e hábito que tirará no Auto.</i>
1698	• <i>Catharina Paes, viúva de António Gonçalves, lavrador, natural e residente em Malpica, termo de Belmonte. Motivo: "apresentada por dizer que a sua filha era tão virgem como Nossa Senhora".</i>
1710	• <i>Gracia Nunes, cristã-nova, casada com Joseph Mendes, tintureiro, natural da vila de</i>

²⁵⁹ Ao fanatismo religioso juntava-se uma política real que pretendia o fortalecimento da sua autoridade. A inquisição foi um instrumento que serviu esse propósito e que serviu a inveja e a cobiça com que eram vistos os judeus por terem avultados bens e dinheiro resultantes da sua actividade comercial e do empréstimo a juros.

²⁶⁰ Maria Antonieta Garcia, *"Judaísmo no Feminino, Tradição Popular e ortodoxia em Belmonte"*, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 113 a 115.

	<i>Belmonte e residente na Covilhã, Bispado da Guarda. Condenação: hábito perpétuo.</i>
1712	<ul style="list-style-type: none"> • Manuel Fernandes Bonito, cristão-novo, sapateiro, natural de Belmonte e residente no Fundão.
1715	<ul style="list-style-type: none"> • José Nunes Rios, cristão-novo, tendeiro, natural de Belmonte e residente no Fundão.
1725	<ul style="list-style-type: none"> • Francisco Fernandes Loução, cristão-novo, sapateiro, natural de Celorico e residente em Belmonte. Condenação: abjura em forma. • Manuel Mendes Neto, cristão-novo, tratante, natural e residente em Belmonte. Condenação: abjura em forma. • Branca Soares, cristã-nova, mulher de Manuel Mendes Neto, tratante, natural e residente em Belmonte. • Antónia Nunes, cristã-nova, mulher de Francisco Fernandes Loução, sapateiro, natural de Idanha-a-Nova e residente em Belmonte.
1726	<ul style="list-style-type: none"> • Clara Henriques, cristã-nova, casada com Gaspar Mendes Furtado, natural da cidade da Guarda e residente em Belmonte. Condenação: cárcere e hábito perpétuo. • Maria dos Rios, cristã-nova, solteira, filha de André Nunes, natural da vila de Belmonte e residente na Covilhã.
1728	<ul style="list-style-type: none"> • Diogo Mendes, cristão-novo, sapateiro, solteiro, filho de Francisco Fernandes Loução, natural de Celorico e residente em Belmonte. • Isabel Nunes, cristã-nova, solteira, irmã de Diogo Mendes, filha de Francisco Fernandes Loução. Condenação: abjura em forma o judaísmo.
1729	<ul style="list-style-type: none"> • Alvaro Mendes, cristão-novo, sapateiro, natural de Belmonte e residente no Fundão. • Simão Fernandes, cristão-novo, almocreve, natural de Celorico e residente em Belmonte.
1733	<ul style="list-style-type: none"> • Manuel Cardoso, cristão-novo, tratante, 35 anos, natural de Celorico e residente em Belmonte. Preso por judaísmo.
1745	<ul style="list-style-type: none"> • Maria Gonçalves, a Lhamara de alcunha, casada com Francisco Rodrigues, trabalhador, natural e residente no lugar de Inguías, termo da vila de Belmonte.
1746	<ul style="list-style-type: none"> • Mariana Henriques, a Louçã, casada com Manuel Sousa, natural da Covilhã, moradora em Belmonte. • José da Cruz, cristão-novo, sapateiro, solteiro, filho de Jorge Mendes do mesmo ofício, natural de Belmonte, residente em Idanha-a-Nova • José Mendes, cristão-novo, aprendiz de sapateiro, solteiro, filho de Jorge Mendes do mesmo ofício, natural da vila de Belmonte e residente em Castelo Branco. • Maria, cristã-nova, solteira, filha de Manuel da Cruz, sapateiro, natural da vila de Belmonte e residente na Covilhã. Condenação: cárcere e hábito a arbitrio.
1748	<ul style="list-style-type: none"> • Manuel de Sousa, cristão-novo, serralheiro, natural da Covilhã e residente em Belmonte. Condenação: cárcere e hábito perpétuo.
1749	<ul style="list-style-type: none"> • Francisca Nunes do Ruivo, cristã-nova, casada com Francisco de Matos, sapateiro, natural e residente da vila de Belmonte, Bispado da Guarda. Condenação: cárcere e hábito a arbitrio.
1750	<ul style="list-style-type: none"> • Gracia Nunes, cristã-nova, casada com Diogo Mendes Loução, lavrador, natural do lugar de Maçal do Chão, termo da vila de Celorico, e residente na vila de Belmonte, Bispado da Guarda. Condenação: cárcere e hábito a arbitrio.

Tabela 7: Nomes de naturais e residentes no Concelho de Belmonte que constam da Coleção de Listas impressas e manuscritas dos Autos da Fé públicos e particulares da Inquisição de Lisboa

A existência de processos inquisitoriais de judeus de Belmonte inviabiliza a tese, que durante muito tempo prevaleceu, de que a actual comunidade judaica de Belmonte

descenderia do casal Maria Caetana e João Diogo Henriques que se teria instalado na vila apenas em 1782.

Efectivamente, os judeus e cristãos-novos viveram no concelho ocultando a sua verdadeira fé, praticando actos e ritos católicos por medo e mantendo as tradições e costumes judaicos. Alguns estudiosos costumam afirmar, a propósito da transmissão das suas tradições, que os judeus de Belmonte detinham uma “*religião de patriarcas mantida por mulheres*” pois estas foram ao longo dos tempos o verdadeiro repositório de todas as orações, calendário, ritos e festas judaicas. Foi assim mantida secretamente a tradição, mesmo depois da extinção definitiva da Inquisição em 1821, que se foi transmitindo de geração em geração, com maior ou menor abertura, dependendo das circunstâncias políticas. Superaram provas como perseguições, baptismos forçados, 285 anos de Inquisição ou regimes autoritários como o do Estado Novo vivendo também momentos de aparente desocultação de identidade religiosa dos quais se salienta, em Portugal, o período da Monarquia Constitucional e da Primeira República. Neste período, talvez fruto do anti-clericalismo, os judeus gozaram de uma espécie de ambiente de renascimento do judaísmo na Beira Interior que se traduziu, por exemplo, na ascensão de alguns dos seus membros à vida política local. Na vida política do Concelho de Belmonte fizeram parte da Comissão de Recenseamento Eleitoral os seguintes membros da Comunidade Judaica:

- 1879 - António Caetano Vaz
- 1880 a 1881 - António Caetano Vaz e José Manuel Henriques
- 1882 a 1886 - António Pereira Sousa
- 1892 - Luís Henrique Pereira Sousa
- 1894 - António Pereira Sousa Júnior

Após a Implantação da República, integraram a Comissão Municipal Republicana os seguintes membros:

- José Henrique Pereira de Sousa
- José Caetano Vaz, que assumiu a presidência.

O medo enraizado pelos judeus acabou por ser paulatinamente vencido tendo para isso contribuído a presença de Samuel Schwarz. O seu estudo “*Os Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*” acabou por contribuir significativamente para o início da desocultação religiosa permitindo conhecer, pela primeira vez, o *modus vivendi* desta comunidade criptojudáica cuja sobrevivência se ficou a dever a estratégias como a ocultação da verdadeira identidade religiosa e a prática da endogamia como garante da sua continuidade.

A Antiga Judiaria de Belmonte compreendia, em termos de espaço urbano, a rua de Marrocos e rua Direita de Marrocos, actualmente a rua da Fonte da Rosa e a rua Direita, respectivamente. Esta zona da vila, ainda hoje apelidada Bairro de Marrocos²⁶¹, integrava a zona medieval da Vila que se estendia até à rua da Sé onde predominam as pequenas vielas e guetos existindo ainda várias habitações que ostentam cruzeiros incisas nas ombreiras das portas.

O modo de viver dos judeus reflectiu-se na arquitectura das suas habitações. Sendo estes artesãos e comerciantes, as suas casas apresentam, por isso, um piso inferior destinado à oficina ou loja - razão pela qual tinham, por vezes duas portas. Diferem ligeiramente da arquitectura tradicional cristã na qual o piso inferior se destina ao gado e o superior à habitação acedendo-se a este por meio de escadas - os famosos balcões ou varandas alpendradas que ainda se encontram nesta região.

As Lajes da Lã e do Sebo, por exemplo, testemunham outras actividades desenvolvidas pelos elementos da comunidade criptojudáica de Belmonte, ou seja, transaccionavam lã e bolas de sebo para a indústria da região.

A onomástica da comunidade esteve associada aos sobrenomes: Sosas, Dias, Henriques, Fernandes, Mendes, Diogo, Rodrigues.

O *Resgate dos Marranos*, iniciado com o impulso de personalidades como Samuel Schwarz e Artur Barros Basto têm-se desenvolvido progressivamente sendo marcado pelos principais factos: (i) constituição legal da comunidade judaica de Belmonte (1988); (ii) presença de rabi nas principais cerimónias; (iii) inauguração da Sinagoga Bet Eliahu²⁶² (1996); (iv) existência de cemitério judaico; (v) inauguração do Museu Judaico de Belmonte (2005); (vi) e o lançamento e comercialização de vinho Kasher - Terras de Belmonte - pela Adega cooperativa da Covilhã.

²⁶¹ Os topónimos de Marrocos foram utilizados pela comunidade judaica para justificar a sua origem.

²⁶² Vide capítulo "12. Património".



Figura 58: Museu Judaico de Belmonte

Para além de Samuel Schwarz, dedicaram-se ainda ao estudo das tradições da comunidade judaica de Belmonte: Maria Antonieta Garcia, Adriano Vasco Rodrigues e David Augusto Canelo.

12. PATRIMÓNIO

O Concelho de Belmonte tem um vasto património imóvel e documental comprovando, de alguma forma, a sua relevância na a História de Portugal. Este capítulo apresenta a descrição e historial desse património. Por ter sido abordado de forma pormenorizada anteriormente não se incluem aqui exemplares de património arqueológico.

12.1. Património Imóvel

12.1.1. Castelo de Belmonte

O Castelo de Belmonte é um exemplar de arquitectura militar românica, gótica, manuelina e setecentista cuja construção remonta, provavelmente, aos finais do século XII, relacionando-se com o repovoamento do território, com a reestruturação socio-económica após a Reconquista Cristã assim como com a afirmação do poder régio de D. Sancho I na região.



Castelo de Belmonte

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Militar

Datação: Séculos XIII, XIV e XVI

Classificação: Monumento Nacional

Propriedade: Estatal

Nº de IPA: 0501010003

Figura 59: Castelo de Belmonte

O Castelo de Belmonte seria constituído inicialmente por um recinto amuralhado ao qual foi posteriormente anexada (1258) a Torre de Menagem que ladeia a entrada principal. Terá sido o Bispo de Coimbra D. Egas Fafes, detentor do Senhorio de Belmonte, (autorizado pelo rei D. Afonso III) quem mandou edificar esta torre, razão pela qual é conhecida por Torre D. Egas Fafes. A construção desta Torre correspondia às inovações introduzidas nos edifícios pela arquitectura militar gótica. Actualmente apenas esta apresenta ameias e merlões.

A importância estratégica militar deste Castelo atenuou-se com a assinatura do Tratado de Alcanizes, por D. Dinis (1297), o que em termos práticos se traduziu no afastamento da fronteira para nascente. No entanto, a instabilidade política que caracterizava a segunda metade do século XIV e os conflitos luso-castelhanos que marcaram o reinado de D. Fernando e que conduziram à crise dinástica de 1383-1385, devolveram ao Castelo de Belmonte a sua importância militar e política, desta feita para a defesa da integridade nacional. Durante esses conflitos terão ocorrido nesta região alguns danos uma vez que em 1387, D. João I concedeu ao Bispo de Coimbra autorização para recrutar homiziados para povoar e restaurar Belmonte. Terá sido na sequência da reparação do Castelo que se terá construído a entrada em cotovelo que ainda hoje se conserva e que fez com que a entrada no recinto interior da cidadela passasse a ser feita debaixo do terraço de granito assente em arcos impostos nas paredes da antiga defesa.

Em 1466 D. Afonso V fez a doação da alcaidaria do Castelo e vila, assim como as suas rendas e foros, a favor de Fernão Cabral. O Castelo sofreu, então, remodelações tendentes à sua adaptação a residência ou paço do alcaide. O espaço formado pela entrada em cotovelo corresponderia a um compartimento do paço dos alcaides e, tal como existente actualmente, viria a formar um terraço e sobradão. A porta exterior desse cotovelo é encimada por balcão sustentado por mísulas e por porta de lintel recto coroada pelas armas dos Cabrais. Esse balcão poderia outrora apresentar mata-cães, uma espécie de varandim tendo no pavimento largas aberturas que permitiam o tiro ou arremesso vertical de pedras ou líquidos quentes garantindo a defesa da porta dos castelos.

Do Paço dos Cabrais, no Castelo, restam apenas alguns elementos tais como as janelas panorâmicas rasgadas na muralha oeste, de onde se destaca a belíssima janela manuelina, datada da primeira metade do século XVI, encimada por um escudo heráldico composto por duas cabras (Cabrais) e seis ruelas (Castros), símbolo da união do alcaide-mor João Fernandes Cabral com D. Joana Coutinho de Castro, seus possíveis encomendantes. Restam também algumas fundações dos compartimentos que compunham esse paço descobertas durante as escavações arqueológicas.

Durante as Guerras da Restauração e segundo informações transmitidas pelo Padre Luís Cardoso no seu *Dicionário Geográfico* de 1751, este castelo terá readquirido a sua função militar sendo dessa altura a construção dos baluartes.

O Castelo e o Paço dos Cabrais, nele situado, terão sido abandonados pela família no século XVII na sequência de um incêndio que terá consumido parte do paço. Frei Agostinho de Santa Maria, a propósito da devoção a Nossa Senhora da Esperança relata na obra *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas* (1711) a ocorrência de um incêndio no

Castelo em 1694. Este terá sido o facto que originou uma das lendas transmitidas sobre a Imagem de Nossa Senhora da Esperança.

O último acto solene terá sido realizado no Paço do Castelo em 1655 com o casamento de Rui de Figueiredo Alarcão com D. Maria Antónia de Meneses, filha do alcaide Pedro Álvares Cabral I.

O edifício anexo à entrada principal do Castelo foi construído em finais do século XVIII ou inícios do século XIX e segundo opinião do arqueólogo António Augusto da Cunha Marques, responsável pelas escavações no Castelo, "*poderia ter servido de casa para o(s) feitor(es) da família Cabral que durante os sécs. XVIII e XIX, mantendo-se como sua donatária, utilizou o castelo, já em ruínas, como armazém das rendas que arrecadava na região, facto de que, aliás, as Memórias Paroquiais de 1758 nos dão conhecimento.*"²⁶³ A memória colectiva assinala que este espaço terá servido para prisão municipal entre finais do século XIX e inícios do século XX. Trata-se de um edifício que se destaca do restante castelo, onde hoje funciona a loja do Instituto Português do Património Arquitectónico e o Posto de Turismo. Dele se destacam dois belíssimos balcões sustentados por quatro mísulas com decorações zoomórficas e vegetalistas, e duas portas encimadas por frontão curvo que ostenta brasões.

No início do século XX o Castelo de Belmonte adquire novamente a sua função militar ao albergar os opositores ao Sinodismo, que se refugiaram no seu interior, resistindo às ordens de rendição com tiros de caçadeira.

O Castelo de Belmonte foi doado no século XIX aos Monumentos Nacionais pelo 2º Conde de Belmonte - D. José Maria Figueiredo Cabral da Câmara.

De 1992 a 1995 o interior do Castelo, bem como a torre de menagem foram alvo de escavações arqueológicas que decorreram do *Projecto de Revitalização do Castelo de Belmonte inserido no Programa de Salvaguarda de Castelos* promovido pelo Instituto Português do Património Arquitectónico ao qual se associou a Câmara Municipal. Essas campanhas realizadas no interior do Castelo permitiram comprovar a existência de um reduto amuralhado do século XII, recolher algumas cerâmicas domésticas do século XV e XVI, identificar as fundações correspondentes ao Paço Cabralino bem como as diversas fases construtivas do Castelo de Belmonte. Foram igualmente recolhidas moedas medievais e algum espólio que levanta a hipótese da anterior presença romana no local.

Actualmente, o monumento assume funções turísticas e culturais tendo sido construído para o efeito um anfiteatro ao ar livre e algumas salas museológicas para exposição do espólio arqueológico do concelho e de temáticas relacionadas com Pedro

²⁶³ António Augusto da Cunha Marques, "*Escavações Arqueológicas no Castelo de Belmonte (1992-1995)*" in *Beira Interior - História e Património, Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 2000, p. 256.

Álvares Cabral e os Descobrimentos. No exterior, em frente à janela manuelina, ergue-se uma réplica da cruz em pau-brasil utilizada na primeira missa celebrada em Terras de Vera Cruz (Brasil) no ano de 1500, após a descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral.

12.1.2. Igreja de S. Tiago

A Igreja de S. Tiago foi igreja paroquial até 1940 e esteve sempre associada aos Cabrais. Esse facto justifica que o Panteão dos Cabrais lhe esteja adossado à esquerda.

Esta igreja é um belíssimo exemplar de arquitectura românica-gótica com frontaria barroca (alteração feita no tempo de D. Francisco Cabral, documentada por inscrição), remate em cornija decorada com esferas e cachorrada medieval ornada com motivos vários apresentando indícios de aproveitamento de materiais pertencentes a uma igreja e cemitério visigóticos pela existência de cabeceiras de sepulturas.



Igreja de S. Tiago

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Séculos XIV, XV e XVII

Classificação: Monumento Nacional

Propriedade: Estatal

Nº de IPA: 0501010001

Figura 60: Igreja de S. Tiago

A igreja de S. Tiago terá sido construída por ordem de D. Maria Gil Cabral, esposa de Gil Álvares Cabral no século XIII, depois de a ter recebido em testamento de D. Gil Cabral, Bispo da Guarda com a condição de ali instituir uma capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade e construir um morgadio vinculado à mesma. Este morgadio foi criado em 1397 a favor de Luís Álvares Cabral, sobrinho da fundadora, já que esta não deixou descendência. Foi desta forma que se criaram as bases do poder temporal dos Cabrais em Belmonte.

No interior da Igreja situa-se a Capela de Nossa Senhora da Piedade onde se encontra a famosa *Pietá* monolítica que é ladeada pelo túmulo armoriado de D. Maria Gil Cabral. Esta capela gótica possui arcos quebrados e abóbada de cruzaria de ogivas, colunas com capitéis decorados com motivos zoomórficos, florais e antropomórficos, dos quais se destacam os que pertencem às colunas encostadas ao arco toral e ao fundo da arca tumular. Estes capitéis

historiados relatam feitos ocorridos no Norte de África e que se atribuem a Fernando Álvares Cabral²⁶⁴.

Esta Igreja outrora envolvida nas lutas entre os Bispos da Guarda e de Coimbra, apresenta planta longitudinal composta, de nave única e capela-mor rectangular tendo no interior junto à referida capela gótica, um arco gótico de intradorso ornamentado de pequenos lóbulos, sobrepujado pelo Brasão dos Cabrais entre duas prensas de azeite, representadas em alto relevo.

As várias pinturas murais que aqui se vislumbram foram postas a descoberto aquando das obras de restauro da Igreja (1963), altura em que se procedeu à remoção dos retábulos entalhados da capela-mor e da colateral direita. As datas de execução destas pinturas murais estendem-se por cerca de 150 anos desde os séculos XV-XVI ao século XVII e correspondem a cinco campanhas distintas de pintura.

No fresco manuelino da parede fundeira, na capela-mor, encontram-se representadas três figuras: Virgem com o Menino, Santiago e S. Pedro que formam uma espécie de tríptico. As decorações de temática vegetalista inspiradas na olaria tradicional que ladeiam a representação central são do Século XVII, mais precisamente, da altura do acoplamento do retábulo-mor primitivo (1630).

Junto ao arco que dá acesso à capela-mor, do lado esquerdo, encontram-se outras representações pictóricas. Tratam-se igualmente de frescos onde existem campanhas sobrepostas e se podem observar: (i) a Santa Mártir, um dos atributos de Santa Luzia; (ii) S. Domingos e, na parede lateral direita, S. João Baptista. A Santa Mártir que apenas ostenta a palma do martírio, sendo por essa razão difícil de identificar, é considerada a melhor representação existente nesta Igreja uma vez que a sua execução revela um bom domínio técnico e artístico para a época.

Em termos cronológicos a representação desta Santa Mártir poderá ter sido executada em finais de 400 d.C. sendo contemporânea da Santa Luzia, uma vez que ambas faziam parte da mesma representação. O S. Domingos é posterior a estas e S. João Baptista foi elaborado depois da representação principal da capela-mor.

O Púlpito renascentista, situado junto à porta que dá acesso ao Panteão dos Cabrais é composto por quatro peças: (i) a pia de água benta; (ii) a tribuna; (iii) o dossel; (iv) e o nicho encimado por dossel de menores dimensões. A tribuna é decorada com motivos florais ostentando na zona central a prensa e uma vieira – símbolos associados, respectivamente, aos Cabrais e a S. Tiago. A prensa surge igualmente representada na pia de água benta.

²⁶⁴ Vide capítulo “13. Personalidades do Concelho”.

A Pia Baptismal, em forma de cálice, encontra-se integrada num baptistério de planta quadrada, com acesso por arco pleno, que se situa na intersecção com o Panteão dos Cabrais perto da porta principal.

O Coro Alto, em madeira, sustentado por duas colunas toscanas é do tempo de D. Francisco Cabral (Século XVII).

12.1.3. Panteão dos Cabrais

É no Panteão dos Cabrais que se encontram os túmulos de vários elementos desta ilustre família. No interior, junto à porta que liga o Panteão à Igreja de S. Tiago, observa-se à direita, o túmulo de Fernão Cabral I e Isabel Gouveia, pais de Pedro Álvares Cabral. Na parede oposta, encontram-se os restos mortais de João Gouveia (alcaide-mor de Castelo Rodrigo), de sua mulher Leonor Gonçalves e do seu filho Vasco Fernandes Gouveia (pais e irmão de Isabel Gouveia). Estes dois túmulos góticos de morfologia semelhante fizeram parte de uma primeira capela mausoléu mandada construir por Fernão Cabral I e sua mulher, Isabel Gouveia.



Panteão dos Cabrais

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Séculos XIV, XV, XVII

Classificação: Monumento Nacional

Propriedade: Estatal

Nº de IPA: 0501010001

Figura 61: Panteão dos Cabrais

Num plano superior, cujo desvão foi aproveitado para fazer o Carneiro e onde se lê: “PORTA DESTE CARNEIRO 1630” ressalta a reforma renascentista, feita no tempo de Francisco Cabral, onde se encontram duas arcas tumulares de estilo renascença. Do lado esquerdo, a inscrição revela quem ali jaz: Fernão Cabral III (6º Alcaide-mor de Belmonte), Nuno Fernandes Cabral (fidalgo da Casa Real e 7º Alcaide-mor de Belmonte). A identificação dos restos mortais que a arca tumular da direita encerra não está ainda comprovada mas são apontados dois nomes: Fernão Cabral IV (o Gigante das Beiras) e seu irmão Francisco Cabral.

Ao centro, a arca tumular de granito contém cinzas retiradas do túmulo de Pedro Álvares Cabral localizado na Igreja da Graça em Santarém.

No exterior, o frontispício do Panteão apresenta portal seiscentista de lintel recto moldurado, rematado por frontão curvo que integra a inscrição onde são identificados os nomes de quem mandou construir e reformou esta capela. A torre sineira isolada é de construção ou reconstrução oitocentista.

12.1.4. Capela de Santo António

A capela de Santo António apresenta-se de frente para a porta do Castelo de Belmonte e foi mandada edificar no século XV/XVI pela mãe de Pedro Álvares Cabral, D. Isabel Gouveia. Trata-se de uma capela de arquitectura vernácula com planta longitudinal simples que apresenta na fachada principal, porta de verga recta ladeada pelos brasões dos Cabrais (à esquerda) e dos Queirós e Gouveias (à direita).



Capela de Santo António

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XVI ou XVII

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501010018

Figura 62: Capela de Santo António

No interior, junto à porta, encontra-se uma pia de água benta hemisférica com bordo saliente e boleado. Na parede testeira observa-se o retábulo em talha dourada, de estilo nacional, proveniente do convento de Nossa Senhora da Esperança onde se encontra uma escultura de Santo António também ela vinda do Convento. À esquerda, figura a imagem da Santíssima Trindade que veio da Igreja de S. Tiago mas que outrora pertenceu à Capela de S. Francisco (que situava no actual largo António José de Almeida). À direita, encontra-se a imagem de S. Sebastião, proveniente da capela com o mesmo nome que se situava no Largo de S. Sebastião, junto à rua Pedro Álvares Cabral, do lado oposto ao Jardim.

12.1.5. Capela do Calvário

A capela do Calvário é o exemplar de arquitectura oitocentista de revivalismo neogótico que apresenta fachadas circunscritas por cunhais apilastrados, com frontispício rasgado por um portal de arco quebrado.



Capela do Calvário

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XIX

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501010021

Figura 63: Capela do Calvário

No interior da capela do Calvário, destaca-se a pintura da cobertura, que à maneira setecentista do “quadro recolocado” representa a *“Lamentação sobre o Corpo de Cristo”*. Na parede testeira existe uma encenação do Calvário composta por Cristo Crucificado, duas cruzes e um monte artificial de granito. Esta Capela está ligada aos festejos pascais sendo nela que termina a procissão da Via-sacra.

12.1.6. Sinagoga Bet Eliahu

O historial da Sinagoga de Belmonte remonta a 1992 quando a Comunidade Judaica de Belmonte solicita à Câmara Municipal de Belmonte um pedido sobre a viabilidade da sua construção na Rua da Fonte das Rosas. Depois de aprovado o estudo prévio, assistiu-se, em Janeiro de 1993, à colocação da primeira pedra da Sinagoga em terreno doado pelos herdeiros da família Henriques. O interesse que a comunidade judaica de Belmonte havia já despertado motivou a presença do Presidente do Parlamento Israelita, Dan Tichon, do Embaixador de Israel em Portugal, de dirigentes das Federações Sefarditas de França, de judeus da Suíça, de Israel e de Marrocos. Salomon Azoulay foi o convidado de honra por ser o financiador de raiz da Sinagoga e baptizou a Sinagoga com o nome de seu pai como forma de lhe preservar a memória.



Sinagoga Bet Eliahu

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XIX

Propriedade: Comunidade Judaica de Belmonte

Arquitecto: Neves Dias

Figura 64: Sinagoga Bet Eliahu

Em Agosto de 1994 era entregue à Câmara Municipal de Belmonte pela mão do engenheiro José Campos Pereira Manaças da Comunidade Israelita de Lisboa, o projecto arquitectónico elaborado por Neves Dias. Este projecto, que foi aprovado contemplava não só a Sinagoga como todos os espaços destinados aos serviços administrativos assim como a residência do rabino.

A inauguração deste templo judaico realizou-se no dia 4 de Dezembro de 1996 quando se recordavam os 500 Anos do Édito de Expulsão dos Judeus de Portugal. Integradas na Cerimónia de inauguração da Sinagoga, realizaram-se no Salão dos Paços do Concelho comunicações sobre o Judaísmo em Portugal e um cortejo que desfilou pelas ruas desde a Rua do Chafariz do Areal até à Sinagoga, entoando cânticos e transportando três *Sefer Tora* oferecidos por Isaac Levi, por rabinos alemães e pela Comunidade Israelita de Lisboa.

A estrutura arquitectónica interna desta Sinagoga obedece a dois postulados tradicionais: a orientação do edifício para Jerusalém e a separação entre homens e mulheres na sala de orações sendo a galeria do piso superior destinada às mulheres. No interior da Sinagoga guardam-se objectos de culto, os rolos da *Tora* (o Livro) guardados num armário fechado com uma cortina chamado *Tevá*, o *Kéter Tora* (coroa) e o *Yad* (indicador de leitura), cálices, candelabros, recipientes para as especiarias, etc.

No exterior da Sinagoga destaca-se o portal de lintel recto com porta decorada com candelabro, encimada por epígrafe bilingue em Português e Hebraico e estruturas pontiagudas do telhado que lembram as pontas das estrelas de David. Esses mesmos símbolos repetem-se no gradeamento do jardim contíguo. Ainda, no exterior, podem observar-se várias caleiras que sobressaem das paredes recolhendo a água da chuva para o *Mikvé* (lugar onde é feito o banho de purificação)⁷

12.1.7. Pelourinho de Belmonte

O pelourinho de Belmonte que actualmente se pode observar na designada Praça Velha é uma reconstrução revivalista do marco judicial do município de Belmonte que teria sido demolido em 1885 aquando da regularização do largo. Esta reconstituição, datada de 1986, reutilizou seis elementos que constituíam a coluna de aproximadamente cinco metros de altura, que foram encontradas em 1975.



Pelourinho de Belmonte

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Civil
Administrativa e Judicial

Datação: reconstrução no Século XX

Classificação: Imóvel de Interesse Público

Propriedade: Estatal

Nº de IPA: 0501010004

Figura 65: Pelourinho de Belmonte

É provável que a volumosa coluna que ainda hoje se observa pertencesse à primitiva picota, construída após a doação do foral por D. Sancho I e que a parte superior fosse semelhante a todos os pelourinhos da Beira, ou seja, fossem em forma de Gaiola como o de Trancoso.

12.1.8. Antigos Paços do Concelho

O edifício dos Antigos Paços do Concelho encontra-se na designada Praça Velha e data dos finais do século XV. É constituído por duas alas, uma delas de maiores dimensões e mais erudita que possui remate em cornija. Este edifício de granito abrange uma antiga torre da muralha que se localizaria, na altura junto às portas da vila. Nessa torre observa-se um enorme relógio executado por Almeida Dias de Viseu, colocado no século passado e uma sineira de volta perfeita sobre a cobertura.



Antigos Paços do Concelho

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Civil, Política e Administrativa

Datação: Século XV

Propriedade: Municipal

Nº de IPA: 0501010022

Figura 66: Antigos Paços do Concelho

Neste antigo *Domus Municipalis* observam-se ainda, na fachada principal o que resta de duas pedras de armas que Junot, aquando das invasões francesas no séc. XIX, mandou picar por Belmonte ter resistido às suas tropas.

12.1.9. Igreja Matriz de Belmonte

A Igreja Matriz de Belmonte, dedicada à Sagrada Família situa-se no largo Padre José Franco e foi inaugurada em 1940. Este edifício, construído por iniciativa do pároco que dá nome ao largo, em terreno oferecido pela família Pignatelli, reúne vários estilos revivalistas e ecléticos.



Igreja Matriz de Belmonte

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XX

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501010019

Figura 67: Igreja Matriz de Belmonte

Na fachada principal da igreja, as cornijas dos remates dos pórticos e das janelas são neobarrocas. As respectivas portas metálicas apresentam decoração neomanuelina. Os dois

nichos, por cima da entrada principal, abrigam as esculturas de Santiago e da Virgem com o Menino e a janela quadrada que as encima é segmentada em Cruz de Malta. Os planos laterais, simétricos, são divididos da zona central por pilastras que se elevam até ao remate, e apresentam portal e janela de verga recta, de molduras igualmente recortadas com remate em cornija angular curva. A fachada remata, em frontão encurvado interrompido, formando, na zona central, empena curva, truncada pela torre sineira. Esta apresenta, em cada face, vão de volta perfeita e remate em cornija, balaustrada e pináculos que firmam as pilastras nos cunhais.

No interior, a talha dourada é maioritariamente neogótica excepto o retábulo lateral de Nossa Senhora da Esperança que é neomanuelino.

A entrada faz-se para uma espécie de endonártex com cobertura de talha pintada de castanho e representação central da Sagrada Família, encimada pela pomba do Espírito Santo. Aqui, no lado do Evangelho, rasga-se o vão do baptistério em arco de volta perfeita. A pia baptismal é de granito sendo encimada por uma representação do Baptismo de Cristo em alto relevo. Na nave, as paredes brancas apresentam lambril pintado a “grisaille” formando rosetões sendo rasgadas por janelas protegidas por vidro branco com cruz vermelha ao centro. A cobertura de madeira pintada a castanho é composta por falsas abóbadas, de berço e meio berço escalonadas.

O Coro-alto de madeira assenta em duas colunas jónicas sendo protegido por teia de madeira pintada de castanho e balaustrada onde surge uma cartela vegetalista que ostenta as iniciais do pároco responsável pelas obras e a data de 1938. A cobertura do sub-coro é de madeira pintada a castanho e dividida em apainelados ostentando a seguinte decoração em relevo: (i) um *Agnus-Dei* (centro); (ii) um cálice e hóstia com cadeia e várias gavinhas (Lado do Evangelho); (iii) símbolos da paixão - cruz, lança, escadas, archotes, martelo, turquês; (iv) e o monograma “IHS” (Lado da Epístola).

Os púlpitos são de talha policroma e dourada, assentes em coluna decorada com guarda apainelada que ostenta as figuras dos Apóstolos São Pedro (Lado do Evangelho) e São Paulo assim como cenas da vida de Cristo (no Lado da Epístola). O baldaquino é encimado por pináculos e edícula central com remates rendilhados.

No lado do Evangelho, existe um retábulo de talha dourada dedicado a Nossa Senhora da Esperança²⁶⁵ cuja escultura se pode observar acompanhada pela imagem de Nossa Senhora da Aparecida, oferecida a Belmonte pelo Brasil. Neste retábulo existe também

²⁶⁵ Vide capítulo “14. Lendas e Contos”.

uma réplica da cruz de ferro que terá presidido as duas Missas que Pedro Álvares Cabral mandou celebrar no Brasil em 26 de Abril e 1 de Maio de 1500.

No lado oposto da nave central existe o grupo escultórico de São João de Brito inserido num vão de cantaria de volta perfeita com pedra de fecho e flor estilizada. Do lado direito, na parede, observa-se São Francisco, uma imagem que terá vindo do Convento de Nossa Senhora da Esperança.

Os retábulos colaterais são dedicados a Nossa Senhora de Fátima e São José com o Menino ao colo. No retábulo de Nossa Senhora de Fátima observam-se também as esculturas de Jacinta e Francisco.

A capela-mor, antecedida por um arco triunfal de volta perfeita, apresenta nas paredes laterais silhar de azulejos padrão e duas tribunas de talha policroma e dourada sobre as sacristias, com vãos e estrutura composta por mísula, guarda balaustrada, colunas laterais, pináculos e frontão central. Entre as tribunas, em cada uma das paredes, dois pequenos quadros de azulejos historiados – São João de Brito e D. Nuno Álvares Pereira. A cobertura em falsa abóbada de berço de madeira apresenta uma cruz central.

O retábulo-mor de talha policroma e dourada apresenta planta côncava e três eixos. O eixo central apresenta enorme tribuna de volta perfeita com fundo a fingir brocados e trono com baldaquino que ostenta o conjunto escultórico da Sagrada Família. Lateralmente, o retábulo-mor é composto por dois nichos com mísulas projectadas contendo as esculturas do Sagrado Coração de Jesus e o Arcanjo S. Miguel. Os remates da tribuna e dos nichos laterais são compostos por arcos polilobados, colunas e pináculos. No sotabanco observa-se o sacrário, inserido em estrutura com quatro colunas e remate rendilhado tendo na porta uma custódia e sendo ladeado por anjos relevados em adoração. Nos pilares que sustentam as colunas que flanqueiam a tribuna existe uma pequena coluna que suporta duas imagens: Santiago e Santa Teresa.

Os desenhos da maioria da talha desta igreja são da autoria de Manuel da Costa, marceneiro da Guarda. O retábulo da Nossa Senhora da Esperança, por sua vez, foi executado pelo entalhador bracarense Lourenço Lopes Gomes.

12.1.10. Tulha dos Cabrais – Ecomuseu do Zêzere

O edifício que hoje aloja o Ecomuseu do Zêzere foi construído nos séculos XVI-XVII tendo sido utilizado como celeiro dos Cabrais. Classificado como monumento de Valor Concelhio em 1997, esteve ligado ao trabalho agrícola e à arrecadação das rendas devidas pelos camponeses aos Cabrais, mas também ao lazer, uma vez que aqui se representaram algumas peças de teatro antes da construção da Casa do Povo.



Tulha dos Cabrais – Ecomuseu do Zêzere

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Civil

Datação: Séculos XVI e XVII

Classificação: Valor Concelhio

Propriedade: Municipal

Nº de IPA: 0501010010

Figura 68: Tulha dos Cabrais – Ecomuseu do Zêzere

12.1.11. Solar dos Condes de Belmonte

A designada Casa dos Condes ou dos feitores foi construída nos séculos XVIII/XIX e substituiu de alguma forma o Paço do Castelo que havia sido devorado pelas chamas. Na verdade, esta seria a segunda residência da família Cabral cujo título de Conde foi criado em 1806 na pessoa de D. Vasco Manuel Figueiredo Cabral da Câmara.



Figura 69: Solar dos Condes de Belmonte

Solar dos Condes de Belmonte

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Civil e Residencial

Datação: Séculos XVIII - XIX

Classificação: Valor Concelhio

Propriedade: Estatal

Nº de IPA: 0501010008

Trata-se de um edifício de granito com planta rectangular, composto por dois pisos definidos na fachada principal, por faixa de granito, por um pano em pedra com aparelho almofadado e limitado por pilastras. No primeiro piso destaca-se um portão encimado pelo brasão dos Condes de Belmonte.

12.1.12. Paços do Concelho/Edifício da Câmara

Os Paços do Concelho é um edifício oitocentista, edificado em 1884 por ordem dos descendentes da família de João Mendes Fajardo nomeado Capitão da Vila em 23 de Março de 1801. Foi adquirido pela Câmara em duas fases: uma em 1948 e outra em 1969, data em que foi remodelado para albergar a Câmara Municipal. Em 1997 foi classificado como imóvel de valor concelhio.



Figura 70: Paços do Concelho/Edifício da Câmara

Paços do Concelho/ Edifício da Câmara

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Civil e Residencial

Datação: Séculos XIX e XX

Classificação: Imóvel de Valor Concelhio

Propriedade: Estatal

Nº de IPA: 0501010011

12.1.13. Estátua de Pedro Álvares Cabral

A estátua de Pedro Álvares Cabral foi executada em 1961 por Álvaro Brée, oferecida pelo Ministério das Obras Públicas e inaugurada por Juscelino Kubitschek de Oliveira. Trata-se de mais uma representação do capitão-mor da segunda frota com destino à Índia na qual é apresentado com uma postura calma, firme e pensativa, ostentando o Astrolábio numa mão e a cruz e a espada na outra.



Estátua de Pedro Álvares Cabral

Localização: Belmonte

Tipologia: Escultura Civil e Comemorativa

Datação: Século XX

Autor: Alberto de Brée

Propriedade: Estatal

Nº de IPA: 0501010009

Figura 71: Estátua de Pedro Álvares Cabral

12.1.14. Casa Arte Nova

A casa n.º 79 do Largo António José de Almeida é um exemplar de arquitectura civil da primeira metade do século XX, com feições de Arte Nova. Esta residência é composta por dois pisos que na fachada principal se evidenciam devido à sua decoração distinta. O piso inferior é revestido a azulejo padrão policromo, sendo rasgado por duas portas de verga recta com moldura de cantaria simples. O piso superior é marcado por duas portas centrais, ladeadas por janelas de peitoril, todas em volta perfeita, com caixilhos de madeira, bandeira e vidros coloridos. Todos os vãos se abrem para a varanda em cantaria, que ocupa a largura total da fachada, e apresenta guarda de ferro forjado formando três módulos repetidos de flor estilizada central.



Casa Arte Nova

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Civil e Residencial

Datação: Século XX, 1ª metade

Propriedade: Privada

Nº de IPA: 0501010054

Figura 72: Casa nº 79 do Largo António José de Almeida

12.1.15. Fonte Grande

A Fonte Grande foi edificada em 1868, tendo sofrido intervenção em 1907. Apresenta espaldar rectilíneo, com remate encurvado em friso e cornija que é circunscrito por pilastras toscanas. Possui ainda duas bicas circulares que vertem para tanque rectangular de bordos simples.



Fonte Grande

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Civil de Equipamento

Datação: Século XIX, XX

Propriedade: Municipal

Nº de IPA: 0501010056

Figura 73: Fonte Grande

12.1.16. Fontinha

A Fontinha data do século XIX e situa-se na Rua da Fontinha. Apresenta espaldar rectangular, em cantaria de granito, flanqueado por pilastras simples e rematado com friso e cornija apresentando ainda cartela com ângulos curvos encimada por motivo fitomórfico estilizado. Na base apresenta duas bicas que jorram para tanque rectangular de bordo simples.



Fontinha

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Civil de Equipamento

Datação: Século XIX

Propriedade: Municipal

Nº de IPA: 0501010055

Figura 74: Fontinha

12.1.17. Capela de Santo Antão em Belmonte

A Capela de Santo Antão foi construída em 1908 por iniciativa de José Sousa, Alfredo Sousa, José António Dias e José Pacheco, todos eles republicanos. Trata-se de um exemplar de arquitectura religiosa vernacular novecentista de planta longitudinal simples, com fachada principal circunscrita por cunhais apilastrados firmados por pináculos piramidais, remate em empena com cornija e cruz latina no vértice, portal composto por arco abatido, ladeado por duas frestas e encimado por uma janela. No interior, esta capela, apresenta coro alto de madeira assente sobre duas colunas toscanas, capela-mor definida por arco triunfal abatido, com cobertura de betão pintada de branco onde se inscreve a ara do altar.



Capela de Santo Antão

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XX

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501010023

Figura 75: Capela de Santo Antão

O Santo Antão é muito venerado na região de Belmonte e arredores. Esse facto traduz-se pela existência, no Concelho, de várias capelas dedicadas a este santo e deve-se também, em parte, à existência de uma imagem muito respeitada do antigo Convento dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Benespera (Concelho da Guarda).

12.1.18. Convento de Nossa Senhora da Esperança

O convento de Nossa Senhora da Esperança, classificado imóvel de interesse público por Decreto-Lei de 3 de Janeiro de 1986, esteve ligado à família Cabral desde o século XIII.

A sua origem relaciona-se com a fundação de uma capela ou ermitério que terá ocorrido entre os anos de 1240 e 1260 por iniciativa de Gil Álvares Cabral e sua mulher Maria Gil Cabral. Sacralizavam desta forma o local, dedicando a esta capela eremitães, rendimentos e mercês.



Convento de Nossa Senhora da Esperança

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XVI - XX,

Classificação: Imóvel de Interesse Público

Propriedade: Privada - Pousadas Portugal

Nº de IPA: 0501010005

Figura 76: Convento de Nossa Senhora da Esperança

Alguns autores, como Frei Agostinho de Santa Maria, defendem que terá sido nessa capela que Pedro Álvares Cabral depositou a imagem de Nossa Senhora da Esperança²⁶⁶ quando regressou da Índia depois desta imagem o ter, supostamente, acompanhado na viagem em que descobriu o Brasil. A relação estabelecida, a partir daí, com essa imagem acabou por dar o nome ao convento fundado posteriormente no local.

Data de 12 de Novembro de 1563 o termo de abertura do Convento da responsabilidade de D. Jorge Cabral²⁶⁷ que para tal, já havia doado a quinta e a ermida aos Frades Menores de S. Francisco da Covilhã (1536).

²⁶⁶ Vide capítulo "14. Lendas e Contos".

²⁶⁷ Vide capítulo "13. Personalidades do Concelho".

A construção deste convento foi pretexto para a reedificação de uma nova igreja que substituiu a ermida, e, conseqüentemente de todas as estruturas conventuais, tais como dormitórios, claustro, hospedaria e oficinas. O número de frades existentes neste convento raramente terá ultrapassado os quinze. A vida destes foi marcada pela simplicidade e pela pobreza, não se resumindo, no entanto, ao cumprimento das obrigações conventuais pois os frades deste convento também prestavam assistência aos pobres, participando na pastoral das aldeias e assistindo mesmo em capelarias nobres.

De entre os seus religiosos destacaram-se, pelo seu intelecto e importância religiosa, frades como Frei Manuel dos Anjos²⁶⁸, Frei Manuel Santo António e Frei Sebastião da Encarnação²⁶⁹.

A história deste convento ficou igualmente marcada pela redacção dos mais antigos estatutos da Ordem dos Terceiros Regulares em Portugal, aprovados em 1585, pelo Papa Gregório XIII. Para esse efeito, no ano de 1584, reuniram-se no convento o ministro provincial Frei Francisco Paixão e os vários ministros locais e definidores dos Frades da Província da Ordem Terceira.

Em matéria de benefícios e doações a este convento salientam-se: (i) a Esmola da Especiaria concedida por D. Sebastião 1571; (ii) um depósito de relíquias de 23 Santos provenientes do cemitério de São Calepónio; (iii) uma Santa Esperança do cemitério de São Calisto de Roma, no ano de 1597; (iv) e uma arroba de cera e outra de açúcar dada em 1644 por D. João IV. Relativamente a autorizações destacam-se aquelas que permitiram aos frades a pregação da Quaresma em Belmonte (1619) e Caria (1747).

O momento áureo do Convento de nossa Senhora da Esperança, em Belmonte verificou-se quando, em 1718, sob o comissariado do Frei Sefarim das Chagas, se tornou cabeça da Ordem Terceira ficando sob sua alçada os lugares de Maçaínhas, Benespera, Inguias, Caria, Malpique, Orjais e outros²⁷⁰.

Existem indicações de que em 1758 o convento já não tinha padroado. À data de extinção das ordens religiosas pelo decreto de Joaquim António de Aguiar este convento encontrar-se-ia já abandonado e em ruínas. Os frades terão saído do convento após a pilhagem sofrida pelas Invasões Francesas. Depois de extintas as ordens religiosas os bens acabam por ser vendidos em hasta pública. O mesmo aconteceu com o Convento de Nossa Senhora da Esperança que em 1939 foi arrematado por José Homem de Figueiredo Leitão. Dos bens móveis sabe-se que alguns foram entregues ao Bispo da Guarda e que este os

²⁶⁸ Vide capítulo "13. Personalidades do Concelho".

²⁶⁹ Vide capítulo "13. Personalidades do Concelho".

²⁷⁰ Manuel Marques "Concelho de Belmonte, Estudo Monográfico do Concelho de Belmonte", CMB, Belmonte, 2001, p. 74.

entregou a outras igrejas e capelas. O retábulo-mor da Igreja foi para a Igreja de S. Silvestre (Matriz) das Inguias onde ainda se encontra.

Actualmente, no Convento, funciona a Pousada de Belmonte resultante de um projecto de adaptação da autoria do Arquitecto Luís Rebelo de Andrade.

Antes da construção desta pousada foram feitas escavações arqueológicas na zona da cozinha (onde foi identificado um fogão e o assento de um armário de loiça), do refeitório e da Sala *De Profundis*.

Nesta altura foi possível perceber um pouco melhor a estrutura formal deste convento composto por Igreja de planta longitudinal simples formada por dois rectângulos, com sacristia adossada à capela-mor, cuja fachada principal apresenta portal em arco pleno com arquivoltas, uma das quais decoradas com esferas, encimada por óculo circular e campanário incorporado lateralmente. Claustro de planta trapezoidal irregular com dependências conventuais adossadas à ala sul.

Quanto às características arquitectónicas deste convento é possível verificar-se uma conjugação de elementos pontuais de feição manuelina e classicista com tipologias próprias da construção rural beirã.

12.1.19. Fonte do Soldado

A fonte do Soldado é uma fonte romana escavada num aforamento rochoso. A sua designação deriva de uma lenda que a associa a uma Laje da Fidalga que dista desta cerca de 3 Km. Esta lenda conta que numa guerra ou num cerco do castelo tomou parte na defesa uma fidalga que a certa altura terá disparado de tal forma sobre um soldado que a cabeça foi parar a uma laje e o corpo a uma fonte.



Fonte do Soldado

Localização: Belmonte

Tipologia: Arquitectura Civil e Residencial

Datação: Época Romana

Propriedade: Privada

Figura 77: Fonte do Soldado

12.1.20. Capela de Nossa Senhora dos Remédios de Malpique

A Capela de Nossa Senhora dos Remédios apresenta planta simples e fachada principal rasgada por uma porta de lintel recto, encimada por janela rectangular. No vértice ostenta uma cruz latina de granito. O púlpito de pedra, encontra-se no exterior junto à porta principal onde foi colocado depois de ter sido reconstruído. Este púlpito estaria, anteriormente no interior da capela. A sacristia encontra-se adossada à direita.



Capela de Nossa Senhora dos Remédios

Localização: Malpique

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: XIX

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501010054

Figura 78: Capela de Nossa Senhora dos Remédios

No interior da capela, o retábulo, de execução recente acolhe a imagem de roque de Nossa Senhora dos Remédios. Esta imagem tem vários vestidos que foram oferecidos pelos devotos e que outrora eram cobertos de notas no dia da sua festa. O cabelo também lhe foi oferecido assim como as jóias de ouro com que é ornamentada em dia de festa.

Das restantes imagens que se encontram ao culto nesta capela, destaca-se um Sagrado Coração de Jesus cuja execução poderá remontar ao século XVIII e que, segundo testemunhos orais, terá sido trazida da Igreja de Caria por uma mulher que a carregou sozinha trazendo-a para esta capela.

12.1.21. Igreja Matriz de Caria

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Matriz de Caria, situa-se ao centro de um adro murado onde se encontram várias cruzes que compunham, outrora, a via-sacra (com 14 passos). Das cruzes existentes, apenas a que se situa do lado esquerdo das escadas que conduzem à entrada principal, apresenta parte das decorações originais (na sua maioria simbologia cristã relacionada com a paixão de cristo). O plinto da cruz que se observa à direita ostenta as iniciais IHS o que revela ser original.

Esta Igreja maneirista e barroca apresenta planta longitudinal composta por três corpos de naves, capela-mor, torre sineira e duas sacristias de planta quadrangular adossadas, de um lado e de outro, à cabeceira.

As fachadas apresentam cunhais apilastrados rematados por pináculos. A frontaria principal é rasgada por portal com arco de volta perfeita enquadrado por moldura composta por pilastras e friso superior coroadado por pináculos em alto-relevo, encimado por óculo quadrilobado com vitral representando Nossa Senhora da Conceição executado em 1873. Os remates são em friso cornija e beiral. A fachada principal apresenta cruz de granito no vértice.



Igreja Matriz de Caria

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XVIII, XIX, XX

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501020013

Figura 79: Igreja Matriz de Caria

A torre sineira é adossada à direita e apresenta dois registos, o primeiro rasgado por dois óculos igualmente quadrilobados e o segundo por sineiras de volta perfeita. Remata em coruchéu piramidal com pináculos sobre a cornija, e relógios. A fachada lateral da torre apresenta registo de azulejos com o “Baptismo de Cristo”. O acesso à torre é feito por escadaria exterior, com voluta no arranque da guarda, que acede a porta protegida por alpendre.

À entrada da porta principal descobrem-se no chão algumas pedras tumulares. Na fachada lateral direita, na parede da Capela-mor pode ler-se a seguinte inscrição epigrafada: “O Prior P.º *Alvares Cabral* mandou Reedificar Esta Capella. Anno 1701”.

No interior, junto à porta principal observam-se duas pedras com inscrições pertencentes aos túmulos de Alexandre Caetano de Aragão e de João Taborda de Magalhães Costa Leitão Negreiros.

As naves de quatro tramos, separados por arcos plenos, são sustentadas por pilares toscanos e apresentam paredes percorridas por silhar de azulejos em ponta de diamante

idêntico aos que se encontram na Capela-mor (colocados em 1957). O baptistério surge perto da entrada.

O Púlpito quadrangular em talha policroma rococó, assente em coluna, tem guarda de talha decorada com motivos fitomórficos e encontra-se adossado a um pilar do lado do Evangelho.

Os retábulos colaterais, dedicados ao Sagrado Coração de Jesus e a Cristo Crucificado, são em talha policroma apresentando planta recta com nicho ladeado por pilastras e colunas que se prolongam em duas arquivoltas unidas no sentido do raio, com um anjo a fazer a união central. Na base, estes retábulos apresentam sacrário com cálice, hóstia e altar paralelepípedo decorado com folhas de acanto.

Um arco triunfal de volta perfeita antecede a capela-mor, rasgada por portas simétricas que dão acesso às sacristias. Esta capela-mor apresenta magnífica cobertura com 36 caixotões pintados com atributos marianos e do Velho Testamento, envoltos em "ferronerie" e folhas estilizadas.

O retábulo-mor, em talha dourada de estilo nacional, apresenta planta recta com três eixos divididos por colunas torsas decoradas com pâmpanos. O eixo central é composto por uma tribuna com cobertura em caixotões contendo trono de quatro degraus e a escultura de Nossa Senhora da Conceição. As colunas centrais prolongam-se no ático em arquivolta decorada com grande profusão de acantos. Sob o trono, uma convexidade compõe o sacrário cuja porta surge entre colunas torsas de menores dimensões. Lateralmente, duas mísulas ostentam imagens. Adossado àquele encontra-se o altar paralelepípedo em talha dourada com duas colunas torsas laterais. No centro da capela-mor encontra-se ara de altar em cantaria.

A Sacristia da Irmandade do Santíssimo apresenta cobertura em caixotões com representação dos Apóstolos cuja execução data de 1801.

A Sacristia das Almas apresenta tecto em madeira pintada com símbolos da Paixão de Cristo executado em 1958.

Algumas referências a uma Igreja paroquial de Caria em 1359 fazem supor que antes da Igreja que hoje se pode contemplar (construída no século XVIII) existiria uma outra Igreja. As *Memórias Paroquiais de 1758* referem mesmo que o antigo orago da Igreja paroquial de Caria teria sido Nossa Senhora de Lavacolhos.

12.1.22. Capela de Santo António em Caria

A Capela de Santo António, maneirista e barroca, terá sido construída no século XVII tendo sofrido remodelações no século XVIII, mais precisamente em 1767. Apresenta planta

longitudinal simples de espaço único e alpendre fechado com muro sustentado por oito pilares com ângulos chanfrados, elevado relativamente à via pública. O portal axial é em arco de volta perfeita, ladeado à esquerda por uma pequena janela emoldurada, encimada pela seguinte inscrição: "1767 COSTA".



Capela de Santo António

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XVII - XVIII

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501020014

Figura 80: Capela de Santo António

No exterior da capela observa-se o púlpito, adossado ao pilar da esquerda. Este é quadrangular e está apoiado numa coluna toscana com guarda decorada com losangos. Adossado à fachada lateral direita, disposto em ângulo, encontra-se um passo de Via-Sacra seiscentista ou setecentista formado por nicho rectilíneo, flanqueado por pilastras e encimado por friso e cornija onde se apoiam cruz latina e pináculos piramidais. A decoração alude à Paixão de Cristo e o Painel de Azulejos que se encontra no interior do nicho representa o 12º Passo da via-sacra, ou seja a Crucificação.

No interior da capela de Santo António, as paredes rebocadas apresentam silhar com azulejos padrão policromo, azul e amarelo colocados recentemente. No lado da Epístola observa-se um pequeno nicho para alfaias, com moldura em cantaria.

Na parede testeira encontra-se um retábulo em talha dourada e policroma, que embora bastante adulterado, evidencia ainda execução barroca, quer pelo remate em volutas e querubim quer pela decoração em *ferronerie* dos fustes das pilastras. No nicho central, de perfil abatido, encontra-se a imagem de Santo António ladeado por duas mísulas encimadas por elementos concheados. O altar tem forma de urna.

Outrora existiu uma passagem que ligava esta capela à Casa da Torre.

12.1.23. Casa da Torre

A Casa da Torre situa-se no actual Largo Engenheiro Pinto Bastos e foi residência episcopal dos Bispos da Guarda. Trata-se de um edifício de planta rectangular cuja fachada principal evolui em três pisos e três panos com cunhais em alhetas. O pano central apresenta aparelho de granito à vista correspondendo, provavelmente, a uma torre medieval do castelo de Caria. Os outros dois panos encontram-se rebocados e pintados de branco. A fachada principal apresenta remate em empena de granito, ostenta diversas janelas de guilhotina equidistantes de moldura recta saliente e uma porta central cujo acesso se faz no segundo piso por uma escadaria. De um lado e de outro desta escadaria existem portas que dão acesso ao piso inferior.

Na fachada posterior, o pano central apresenta uma porta em arco quebrado que dá acesso a uma pátio delimitado por um muro onde se podem observar uma cisterna, um tanque, um lagar e vestígios de uma fortaleza que se pensa ser o castelo de Caria.



Casa da Torre

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Residencial

Datação: Século XIV – XVIII

Classificação: Imóvel de Interesse Público

Propriedade: Municipal

Nº de IPA: 0501020007

Autor: Afonso Peres, Frei Martinho de Alcobaça

Figura 81: Casa da Torre

Conforme a inscrição gravada em letra uncial²⁷¹, junto à supra mencionada porta em arco quebrado, a adaptação da torre para residência dos Bispos da Guarda data do Século XIV, ou seja, do bispado de D. Martinho (1319-1322) que foi médico de D. Dinis. Segundo essa mesma inscrição terá sido delineada por Frei Martinho de Alcobaça e executada pelo Mestre Afonso Peres.

D. Guterres (1322-1326), doutor de Paris e auditor da Rota Romana, fixou aqui residência em 1323 acabando por falecer em 1325. A inscrição que se observa na verga da

²⁷¹ Inscrição: "Esta casa foi feita na era de MCCCLX/ No tempo do Bispo D. Martinho e ela nunca a viveu/ Afonso Perez foi o mestre/ Frei Martinho, frade de Alcobaça, a fez" segundo Carlos Pinto Basto cit. por Manuel Marques, "Concelho de Belmonte - Memória e História", CMB, Belmonte, 2001,p. 82

porta principal, virada para o largo, testemunha as obras de renovação que sofreu em 1792²⁷². Segundo alguns autores, aqui poderia ter existido um *mansio* ou *villa* romana que beneficiaria do cruzamento das vias romanas Mérida/Idanha/Braga e Covilhã/Vale do Lobo. A existência desta residência episcopal em Caria tem que se compreender à luz da época.

Após a invasão dos visigodos e dos mouros as dioceses ficaram desprovidas de bispos e à medida que a reconquista alargava as fronteiras estas foram sendo restauradas numa tentativa de reorganização eclesiástica. A diocese da Egitânia foi restaurada em 1202, com sede na Guarda. Esta diocese teve que recuperar o território que geria antes da Invasão e acabou por ter que se debater com os Bispos de Coimbra, cuja diocese já tinha sido restaurada em 1080. Naquela altura, os Bispos de Coimbra já tinham muita importância nesta região. Por essa razão, quando foi restaurada a diocese da Egitânia as contendas a propósito das jurisdições foram inevitáveis, estendendo-se, como foi analisado anteriormente, por longos períodos de tempo.

Caria acabou por se tornar num baluarte do bispado da Guarda desde que o herdamento de Martim Caria passou a pertencer aos Bispos. Só assim se explica que em 1278 D. Frei João Martins tenha conseguido regalias de tipo concelho para Caria e que D. Vasco Martins de Alvelos tenha feito, em 1311, testamento na sua câmara de Caria da Covilhã.

Em suma, quando os Bispos da Guarda fixaram uma residência em Caria pretendiam impor o seu poder na região, onde o poder dos bispos de Coimbra, outrora detentores do senhorio de Belmonte, ainda se fazia sentir sobretudo devido a possessões laicas.

12.1.24. Casa das Caras

A Casa das Caras situa-se na Rua Com. Vicente Martins Ribeiro e terá pertencido aos Viscondes de Tinalhas. Trata-se de um edifício que apresenta três esculturas integradas na construção da qual se salientam, como se fossem cachorros. Uma delas representa uma cabeça de serpente e outra assemelha-se a um homem saindo do ventre da mãe. A população afirma que foi nesta casa que nasceu Caria. As esculturas poderão ter pertencido a outro edifício tendo sido readaptadas e reutilizadas para a construção deste edifício, actualmente, bastante adulterado. É ainda provável que esta tenha sido a primeira casa dos Bispos da Guarda, contudo nada até à data confirma esta hipótese.

²⁷² Inscricção: "*Mille Dolis victis dumus/Est haeC Conditã quando/X indiCat et major/Iltera queneq tibi!*", Tradução: "*Vencidas mil dificuldades/esta casa foi construída quando/indica a incógnita X e as letras maiores também te indicam*" (1792) segundo Carlos Pinto Basto in *Jornal de Belmonte*, cit. por Manuel Marques, "*Concelho de Belmonte - Memória e História*", CMB, Belmonte, 2001, Anexo n.º 2



Casa das Caras

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Civil e Residencial

Datação: XIII/XIV e XX

Propriedade: Privada

Figura 82: Casa das Caras

12.1.25. Casa da Câmara

A Casa da Câmara é um pequeno edifício composto por um piso que apresenta na fachada principal duas janelas de molduras decoradas, uma manuelina e outra gótica. Convém lembrar que Caria teve, desde cedo, regalias idênticas às de um concelho e que esta zona da vila correspondia à zona antiga de Caria onde existiria mais comércio e perto da qual se situaria a judiaria. A ideia de ter janelas ornamentadas poderá relacionar-se com o facto das janelas serem utilizadas para apresentação pública dos novos eleitos ou de serem locais de maior evidência em cerimónias oficiais.

Segundo as *Inquirições Paroquiais de Caria* (1758) esta vila regia o seu concelho com dois juizes ordinários, um procurador, um escrivão, três homens a que chamam regedores, e um porteiro. Segundo a mesma fonte documental, Caria teria casa de câmara com respectivo sino para convocar o povo para os actos de concelhia e para as audiências. Infelizmente as *Inquirições* não referem expressamente a localização da casa da câmara mas foi este edifício que acabou por ser designado e identificado como tal.



Casa da Câmara

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Civil e Residencial

Datação: Século XIV - XV

Autor: Alberto de Breé

Propriedade: Privada

Figura 83: Casa da Câmara

12.1.26. Palacete dos Viscondes de Tinalhas

O palacete dos Viscondes de Tinalhas é um edifício barroco, de dois pisos, com fachada principal dividida à direita por uma pilastra. No piso inferior, apresenta três portas e algumas janelas olho-de-boi. No piso superior, destaca-se a presença de seis janelas com moldura recta encimadas por friso saliente. O portal é de lintel recto com um frontão interrompido cujas volutas emolduram um pedestal que ostenta uma pinha. Este frontão é encimado por um óculo circular.



Palacete dos Viscondes de Tinalhas

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura civil e residencial

Datação: Século XVIII ou XIX

Propriedade: Privada

Figura 84: Palacete dos Viscondes de Tinalhas

12.1.27. Solar dos Condes de Caria

O Solar dos Condes de Caria é um edifício de estilo neoclássico datável dos finais do século XIX e inícios do século XX. O frontispício apresenta friso superior saliente que se eleva

de forma curvilínea com o objectivo de enobrecer a entrada do edifício e realçar as armas dos condes que encimam a porta principal.



Solar dos Condes de Caria

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Civil e Residencial

Datação: Século XIX

Propriedade: Privada

Figura 85: Solar dos Condes de Caria

Integrada na fachada direita deste Solar existe uma Capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição que, no interior, apresenta retábulo do século XIX. Este retábulo é marcado por marmoreados tendo duas colunas em cada extremidade, ladeando o nicho central onde figura a representação pictórica de Nossa Senhora da Conceição. O coroamento do retábulo apresenta resplendor dourado sendo marcado por frontões curvos com concheados. A banquetta é decorada com elementos vegetalistas.

12.1.28. Capela de Santa Constança e o Casão

A Capela de Santa Constança, pertencente ao chamado Casão e terá sido construída no século XVII ou inícios do século XVIII pois é referenciada nas *Inquirições Paroquiais de 1758*. Apresenta frontispício delimitado por pilastras, com frontão triangular cujo tímpano acolhe cartela encimada por elemento concheado. Apresenta ainda pináculos gomeados e cruz no vértice. A entrada é enobrecida por lintel decorado com gotais e motivos vegetalistas, frontão curvo e interrompido que parece emoldurar um pseudo plinto decorado com um laço e encimado por elemento concheado. A sineira, em volta perfeita, ostenta a data de 1740 e encontra-se sobre o telhado da casa, à direita da capela. O embasamento rusticado apresenta escadaria que aparentemente terá sofrido alterações.



Capela de Santa Constança e o Casão

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Religiosa e Civil

Datação: Século XVII ou XVIII

Propriedade: Privada

Figura 86: Capela de Santa Constança e o Casão

No interior, esta capela apresenta cúpula com frescos do século XVII marcados por decoração vegetalista, concheados e florais delimitadas por representação de balaustrada. As paredes estão repletas de representações escultóricas de santos devidamente identificados através de legendas.

O retábulo, executado no século XVIII ou inícios do século XIX, é policromado e apresenta nicho central ladeado com pilastras adossadas e encimado por representação de pavilhão vermelho no qual surgem dois *puttis* ostentando cartela com o nome do orago desta capela. O retábulo é ainda enobrecido por cinco esculturas de porte considerável e coroamento composto por profusão de volutas. Esta capela encontra-se adossada a um edifício a que tradicionalmente se chama Casão cuja data de construção remontará ao século XVII ou XVIII, muito embora tenha sofrido alterações ao longo dos tempos. Este edifício apresenta paredes rebocadas e pintadas de branco com janelas com moldura de granito recortada.

A fachada do Casão que se encontra voltada para o Largo do Poço apresenta no piso inferior uma pequena porta, no piso intermédio dois pequenos varandins e no piso superior duas janelas. Adossada à esquerda encontra-se uma escadaria que acede a um primeiro andar onde se encontra um alpendre fechado com janelas. Por cima deste alpendre encontra-se uma varanda coberta com guarda de ferro trabalhado. No telhado destacam-se várias mansardas.

Este edifício, de propriedade privada, que ocupa todo o espaço entre as duas ruas que dão acesso ao largo terá pertencido também aos Viscondes de Tinalhas.

12.1.29. Palacete Quevedo Pessanha

O Palacete Quevedo Pessanha é um edifício oitocentista, barroco com planta em L de dois pisos, capela adossada perpendicularmente e casa dos caseiros. Como se observou em capítulo anterior a família Quevedo Pessanha era composta por ilustres fidalgos que tinham propriedades na Beira Alta.

As fachadas deste palacete são ritmadas por ordem de pilastras toscanas e as janelas apresentam, na sua maioria, arco abatido e frontão curvo interrompido por um pequeno plinto que sustenta concheado central. A fachada principal apresenta portal descentrado com acesso por meio de escadaria com guardas de granito e pequeno patamar com bancos laterais. À frente existe um aparente pátio com jardim. No cunhal da fachada principal com a lateral, que acompanha a rua, destaca-se uma enorme pedra de armas em cartela profusamente decorada com volutas vegetatistas e concheados.

Palacete Quevedo Pessanha

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Civil Residencial

Datação: Século XVIII - XIX

Classificação: Imóvel de Interesse Público

Propriedade: Privada

Nº de IPA: 0501020032



Figura 87: Palacete Quevedo Pessanha

A Capela do palacete, cujo orago é Nossa Senhora do Carmo, apresenta fachada principal voltada para o dito pátio/jardim, rasgada por portal em arco abatido com moldura, encimado por frontão curvo interrompido por cartela formada por acantos, com cruz ao centro, sobrepujada por coroa. Sobre este surge um óculo quadrilobado. A fachada desta capela apresenta ainda empena com duplo friso, superior convexo e cornija encimada por cruz latina sobre plinto volutado no vértice sendo flanqueada por cunhais apilastrados, firmados por pináculos gomeados, assentes em altos plintos. A sineira, que se encontra sobre o pano de muro com portal de verga recta que surge adossado à capela, apresenta a data de 1752 sendo em arco de volta perfeito e assentando em impostas salientes com remate em cornija encurvada e cruz latina. Junto ao portal que se rasga nesse pano de muro e que separa o jardim das terras de cultivo encontra-se um cadeiral de granito com azulejos de padrão.

No interior da Capela, o altar é formado por arco de volta perfeita com fecho e pilastras ressaltadas completamente preenchido por estrutura pictórica, elemento que parece servir de cenário para a representação escultórica da Nossa Senhora do Carmo. De realçar ainda a banquetea decorada com graciosos ornatos rococó.

12.1.30. Casa da Roda

A Casa da Roda terá sido criada por Pina Manique no reinado de D. Maria I e segundo a inscrição que se conserva na janela, data de 1874. Esta casa era destinada a recolher os enjeitados ou filhos ilegítimos. As crianças ainda bebés eram depositadas pela calada da noite, na parte anterior da roda (cilindro giratório, aberto de um lado, que se situaria onde actualmente se encontra uma janela) e após o toque de uma sineta eram recolhidas no interior por uma ama. Estas crianças abandonadas eram depois amamentadas por amas pagas para essa função. Este sistema, que anteriormente funcionava nos conventos, evitava o infanticídio mantendo o sigilo sobre a identidade de quem entregava as crianças uma vez que a roda não permitia o contacto directo entre quem colocava a criança e quem depois a recebia.

Por vezes as crianças eram entregues com sinais, cartas, objectos ou quantias de dinheiro. Esses indícios permitiam a recuperação ou identificação posterior da criança, o que quase nunca acontecia. Com estas casas pretendia-se também evitar o comércio de enjeitados feitos em larga escala pelos espanhóis na zona da raia.



Casa da Roda

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Civil e Residencial

Datação: Século XIX

Propriedade: Privada

Figura 88: Casa da Roda

No interior da Casa da Roda existiriam, até há pouco tempo, dois berços de pedra: um pintado de azul e outro de cor-de-rosa. Na sessão da Câmara do dia 17 de Agosto de 1873, a junta de freguesia pede à câmara autorização para vender este imóvel em hasta pública. O

que acaba por acontecer. Em 1984, foi parcialmente destruído por um incêndio originado por uma fuga de gás. Que se tenha conhecimento na região, este é um dos poucos edifícios que funcionou como roda.

12.1.31. Capela de Santana

A Capela de Santana é um edifício barroco de planta longitudinal simples com fachada principal em empena com cruz latina ao centro, rasgada por uma porta em arco abatido, com cunhais simples firmados por pináculos piramidais. Na década de 70 terá sido recuada e truncada para a construção da estrada.



Capela de Santana

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XVIII

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501020030

Figura 89: Capela de Santana

12.1.32. Capela de S. Domingos

A Capela de S. Domingos situa-se num local ermo junto à estrada nova de Caria, pela qual se acede através de um caminho de terra batida. Foi reconstruída recentemente pois encontrava-se em ruínas. Trata-se de uma pequena capela de corpo único, cuja fachada é delimitada por cunhais apilastrados, rasgada por duas frestas que ladeiam o portal de lintel recto com moldura encimada por friso saliente. Sobre a porta apresenta espécie de cartela, rematada por cruz, com a data de 1580.



Figura 90: Capela de S. Domingos

Capela de S. Domingos

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XVI

Propriedade: Igreja Católica

12.1.33. Capela de Santo Antão em Caria

A Capela de Santo Antão foi construída em 1925 tendo sido alvo de intervenções ao longo dos tempos. Trata-se de um exemplar de arquitectura religiosa vernácula do qual se destaca o retábulo-mor de talha dourada em estilo nacional.



Figura 91: Capela de Santo Antão

Capela de Santo Antão

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XX (1925)

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501020063

12.1.34. Fonte de São Sebastião

A Fonte de São Sebastião é barroca e apresenta espaldar flanqueado por pilastras toscanas firmadas por pináculos piramidais, com remate em friso e cornija, ostentando nicho concheado com data correspondente a uma possível remodelação. Esta fonte apresenta bica circular que verte para tanque rectangular com bordos simples. Surge referida nas *Memórias Paroquiais de 1758* como estando localizada perto de uma Capela de São Sebastião.



Fonte de São Sebastião

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Civil de Equipamento

Datação: Século XVIII

Propriedade: Municipal

Nº de IPA: 0501020036

Figura 92: Fonte de São Sebastião

12.1.35. Fonte do Ruivo

A Fonte do Ruivo é uma fonte de mergulho, vernácula, datada do século XVIII com acesso à mãe-de-água por dois vãos rectilíneos dintelados abertos no muro de sustentação do caminho. A marcar o local da fonte existe um pilar de cantaria composto por um fuste octogonal com nove tambores encimado por capitel com o mesmo perfil e remate em pináculo piramidal, também octogonal, construído no século XX. No tambor superior do fuste ostenta cartela com moldura encurvada com a inscrição “CM/1908”.



Fonte do Ruivo

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Civil de Equipamento

Datação: Século XVIII - XX

Propriedade: Municipal

Nº de IPA: 0501020034

Figura 93: Fonte do Ruivo

12.1.36. Fonte do Prior

Situada na rua com o mesmo nome, esta pequena fonte cujo espaldar é composto por uma pedra com três cruces encontra-se integrada na parede de um edifício. O seu espaldar lembra uma cabeceira de sepultura medieval ou um centro de alminhas pelo que poderá tratar-se de uma adaptação posterior.



Fonte do Prior

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Civil de Equipamento

Datação: Época Medieval

Propriedade: Municipal

Nº de IPA: sem número

Figura 94: Fonte do Prior

12.1.37. Fonte do Carvalho

A Fonte do Carvalho é de construção quinhentista ou seiscentista tendo sido alterada no período barroco.



Fonte do Carvalho

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Civil de Equipamento

Datação: Século XVI - XVII

Propriedade: Municipal

Nº de IPA: 0501020033

Figura 95: Fonte do Carvalho

A fachada principal apresenta empena rematada por cornija com vestígios de ter possuído pináculos. Sobre a empena truncada, apresenta plinto que ostentava uma antiga cruz. É rasgada por pequenos vãos em arco abatido, protegido por grades de ferro tendo a marcação de um arco em volta perfeita bastante amplo. A data que ostenta na aduela (1784) corresponde a uma reestruturação e à colocação do escudo e coroa reais. A data de 1907 corresponde, por sua vez, ao entaipamento do vão de acesso ao interior cuja cobertura em abóbada de berço assenta em pequeno friso que percorre todo o espaço.

É referida nas *Memórias Paroquiais* como sendo de pedra e abobadada com colunas no pórtico e tendo água mais saudável da povoação.

12.1.38. Fonte de Santana

Trata-se de uma fonte maneirista com espaldar simples, circunscrito por pilastras toscanas, encimadas por pináculos e remates em friso e cornija, com bica simples a jorrar para tanque rectangular que verte para um pio situado no lado esquerdo. Surge referenciada nas *Memórias Paroquiais de 1758* e a data que ostenta no espaldar (1768) refere-se a alterações sofridas posteriormente. Outrora apresentava, por cima do espaldar um relógio de sol que foi roubado em 1995.



Fonte de Santana

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Civil de Equipamento

Datação: Século XVII - XVIII

Propriedade: Municipal

Nº de IPA: 0501020035

Figura 96: Fonte de Santana

12.1.39. Pontão da Laje do Freixo

Trata-se de uma pequena ponte que atravessa a ribeira de Caria cujo pavimento e acesso recordam as calçadas romanas.



Pontão da Laje do Freixo

Localização: Caria

Tipologia: Arquitectura Civil

Datação: Época Romana

Propriedade: Pública

Figura 97: Pontão da Laje do Freixo

12.1.40. Capela de Santa Luzia no Monte do Bispo

A Capela de Santa Luzia terá sido fundada por um Bispo da Guarda no século XVI.

No exterior, a fachada principal apresenta portal em arco de volta perfeita, encimado por uma janela rectangular. Apresenta sineira de granito ostentando a data de 1351 à esquerda; à direita existe um relógio de sol integrado na fachada. Na fachada lateral direita apresenta uma porta encimada pela seguinte inscrição: "F.F. 1851". A sacristia e a torre sineira encontram-se adossadas à esquerda.



Capela de Santa Luzia

Localização: Monte do Bispo

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XVII

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501020029

Figura 98: Capela de Santa Luzia

No interior da capela, a parede testeira da capela-mor apresenta ao centro a representação de Cristo Crucificado, ladeado por mísulas de madeira com decorações vegetalistas relevadas que ostentam as esculturas de Nossa Senhora da Conceição (direita) e Santa Luzia (esquerda). Nas paredes laterais, mísulas idênticas ostentam Nossa Senhora de Fátima e o Sagrado Coração de Jesus. Do lado esquerdo, um nicho em arco de volta perfeita, encerra a escultura de S. José e o Menino.

A capela-mor é antecedida por um arco de volta perfeita cujo granito se conserva à vista.

Na nave observam-se ainda duas mísulas que ostentam outras duas pequenas esculturas. O coro-alto tem acesso pelo exterior.

12.1.41. Capela de S. José em Carvalhal Formoso

A Capela de S. José apresenta planta longitudinal simples e sacristia adossada. Trata-se de uma capela de arquitectura vernácula cuja data de construção remonta ao século XVII.

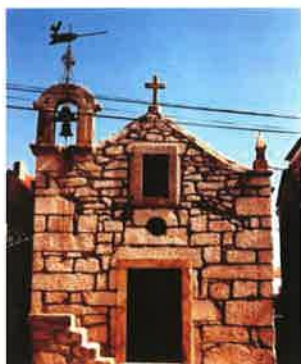


Figura 99: Capela de S. José

Capela de S. José

Localização: Carvalhal Formoso

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XVII

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501040025

A fachada principal com remate em empena coroada por cruz latina sobre plinto volutado embutido no vértice apresenta do lado esquerdo, pequena cornija com sineira de volta perfeita assente em impostas salientes e encimada por um catavento; no lado direito e sobre o cunhal existe um pináculo piramidal. No eixo central, esta fachada é rasgada por portal de verga recta e moldura simples, encimada por óculo circular e janela rectangular com moldura. Existe ainda um púlpito sem guarda e com três degraus. A fachada lateral esquerda é marcada por escadaria de acesso ao coro alto formando um patamar protegido por guarda vazada em ferro forjado.

No interior, destaca-se a cobertura em falsa abóbada de berço abatida, de madeira pintada de azul, com representação de uma cruz envolta em sudário, assente em cornija com marmoreados fingidos possuindo um tirante metálico. O altar-mor é paralelepípedo com frontal flanqueado por duas colunas galbadas com o terço inferior marcado por acantos, existindo ao centro, um medalhão com os símbolos do martírio de Cristo ladeado por registo de acantos. O retábulo-mor de talha dourada e policroma, em revivalismo tardo-barroco, apresenta eixo formado por nicho encurvado com moldura dourada, flanqueado por colunas de fuste liso marmoreadas, marcadas por drapeados e capitéis coríntias, e por orelhas recortadas; remata em frontão interrompido dando lugar a resplendor e glória de anjos encimado por elemento concheado.

12.1.42. Igreja Matriz das Inguias

A Igreja Matriz das Inguias, cujo orago é S. Silvestre, é um exemplar de arquitectura religiosa vernacular barroca e neoclássica cuja data de construção remonta ao século XVII. No exterior, apresenta fachadas circunscritas por cunhais apilastrados, firmados por pináculos. A fachada principal remata em empena, apresentando cruz florenciada sobre um

plinto no vértice. O portal é encimado por janela, ambos em arcos abatido, com moldura recortada. A fachada posterior da capela-mor, cuja empena remata igualmente com cruz florenciada, apresenta pedra com duas cartelas, uma delas com a data de 1836.



Igreja Matriz das Inguias

Localização: Inguias

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XVII

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501040038

Figura 100: Igreja Matriz das Inguias

No exterior da igreja e junto à porta principal existe uma pedra tumular de granito que os populares dizem tratar-se de uma sepultura de um Bispo. No adro da Igreja, junto à porta da fachada lateral esquerda existe uma guarda do púlpito com decoração eucarística e cristológica que actualmente serve de floreira. Existe ainda, no meio do adro, uma outra lápide sepulcral com inscrição.

A torre sineira encontra-se distanciada da Igreja Matriz e tem adossada uma capela funerária e um anexo. É uma torre de planta quadrada com dois registos, pilastras nos cunhais e embasamentos marcadas a granito que apresenta remate em cornija com pináculos nos ângulos e coroamento em domo campaniforme encimado por cruz sobre plinto no qual se encontra o relógio.

O cemitério situa-se em cota mais baixa, em frente à fachada principal da Igreja. Junto à sua porta existe a primitiva pia baptismal circular que actualmente serve de tanque. Em vários locais do muro que delimita o adro podem observar-se capitéis e fragmentos de colunas.

A igreja Matriz das Inguias é um edifício composto por nave e capela-mor ligeiramente mais estreita.

No interior, apresenta cobertura de madeira apainelada e policromada cujos painéis ostentam composição de motivos florais, concheados e volutas, enquadrando representação da Santíssima Trindade. Apresenta ainda junto ao arco triunfal pleno que marca a capela-mor, retábulos colaterais em ângulo de talha neoclássica.

A capela-mor apresenta cobertura em falsa abóbada de berço abatida com decoração apainelada semelhante à da nave, tendo representação de S. Silvestre no painel central.

O retábulo-mor de talha dourada em estilo nacional, proveniente do Convento de Nossa Senhora da Esperança, apresenta decorações em arabescos, parras, uvas, querubins, volutas, motivos zoomórficos e florais. Na tribuna ostenta o orago S. Silvestre e nos ninchos dos eixos laterais observam-se as imagens do Sagrado Coração de Jesus e de Nossa Senhora do Rosário. Os retábulos colaterais, em ângulo, são de talha neoclássica e ostentam Cristo Crucificado (à direita) e Nossa Senhora de Fátima (à esquerda).

Na nave, encontram-se as imagens de Nossa Senhora da Estrela, Nossa Senhora do Rosário, Santo António, S. José e Nossa Senhora de Lurdes.

12.1.43. Fonte da Mina

A Fonte da Mina é uma antiga fonte de mergulho de planta rectangular, com fachada principal em vão de volta perfeita moldurado por duas aduelas, parcialmente entaipado e com porta de verga recta. A fonte, datada do século XVII ou XVIII, terá sofrido alterações posteriores. Designa-se dessa forma porque teve origem numa mina forra de pedras (granito).



Fonte da Mina

Localização: Inguias

Tipologia: Arquitectura Civil e Residencial

Datação: Século XVI - XVIII

Propriedade: Municipal

Nº de IPA: 0501040052

Figura 101: Fonte da Mina

12.1.44. Capela de Nossa Senhora da Estrela

A Capela de Nossa Senhora da Estrela é de fundação medieval, e foi construída provavelmente, sobre uma estrutura romana numa zona que a população aponta como tendo sido o local onde existiu uma cidade romana a que chamam "Valongo".

Os testemunhos romanos são evidentes já que nesta capela a pedra do altar-mor estava assente sobre uma ara romana dedicada a Júpiter (com a inscrição voltada para a parede) facto que só foi descoberto após o Concílio de Vaticano II aquando das alterações

estruturais dos altares. Desde essa altura a inscrição passou a estar voltada para a Assembleia e a sustentar a imagem de Nossa Senhora da Estrela. Existiria aqui outra ara romana que foi levada para o antigo Museu Cava Juliana, na Covilhã.



Capela de Nossa Senhora da Estrela

Localização: Olas

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XVI

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501040039

Figura 102: Capela de Nossa Senhora da Estrela

Da época medieval resta o arco triunfal, que se observa no interior, e que seria o primitivo pórtico da Igreja bem como as sepulturas antropomórficas escavadas nas rochas que se situam nos terrenos que circundam a vedação do recinto da capela. Uma dessas sepulturas situa-se no meio do terreno de cultivo e as outras duas junto a uns carvalhos existentes perto da porta principal do recinto, do lado direito.

12.1.45. Igreja Matriz de Maçaínhas

A Igreja Matriz de Maçaínhas foi edificada no século XIX e é dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Apresenta planta longitudinal composta por nave e capela-mor mais estreita. A fachada principal é enquadrada por pilastras que se prolongam por plintos de face lisa sustentando pináculos e remate em empena com cruz no vértice. É rasgada no eixo por porta de verga e moldura recta antecedida por pequena escadaria, encimada por friso saliente e janela rectangular de arcos abatidos. A fachada lateral direita é rasgada por duas janelas idênticas, uma porta e apresenta um pequeno espaço ajardinado.



Igreja Matriz de Maçainhas

Localização: Maçainhas

Tipologia: Arquitectura Civil e Residencial

Datação: Século XIX

Propriedade: Igreja Católica

Figura 103: Igreja Matriz de Maçainhas

No interior da igreja, a nave é percorrida por silhar de azulejos padrão e a capela-mor é antecedida por um arco de volta perfeita. As coberturas são de madeira em falsas abóbadas de berço. O retábulo-mor e o colateral direito são neogóticos e o colateral esquerdo recorda a talha neoclássica. A nave é rasgada, à esquerda, por um arco de volta perfeita.

12.1.46. Campanário de Maçainhas

Próximo da Igreja Matriz de Maçainhas ergue-se um campanário de pedra que apresenta uma inscrição com a data de 1826. O campanário apresenta uma escadaria em granito pela qual se acede à sineira de volta perfeita que ostenta um único sino.



Campanário de Maçainhas

Localização: Maçainhas

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XIX, 1ª metade

Propriedade: Igreja Católica

Figura 104: Campanário de Maçainhas

12.1.47. Capela do Espírito Santo

A Capela do Espírito Santo é um exemplar de arquitectura religiosa vernácula que terá sido construída no século XIV e que se supõe corresponder à primitiva igreja paroquial de Santa Maria de Maçaínhas.

A capela apresenta planta longitudinal simples com cobertura homogénea a duas águas, fachada principal em empena com cruz latina no vértice, truncada no ângulo direito para receber sineira em arco de volta perfeita e remate angular comportando sino. É rasgada por uma porta de verga recta, encimado por lintel com inscrições ilegíveis que revelam um possível reaproveitamento de uma antiga lápide funerária.



Capela do Espírito Santo

Localização: Maçaínhas

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XIV

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501050012

Figura 105: Capela do Espírito Santo

No interior da capela, destaca-se na parede fundeira uma pintura mural em forma de tríptico, composta por figura de Santa Catarina, um santo não identificável e, no centro, uma Santíssima Trindade e um Pentecostes cuja execução remonta ao século XVI. Esta pintura mural foi descoberta na década de oitenta do século XX.

12.1.48. Igreja Matriz do Colmeal da Torre

A Igreja Matriz do Colmeal da Torre, dedicada a Nossa Senhora de Fátima, foi construída em 1941 e é um exemplar de arquitectura revivalista. Trata-se de uma igreja de planta longitudinal composta por nave com coro-alto, capela-mor à mesma altura, dupla sacristia, transepto interno e torre sineira quadrangular adossada à fachada lateral direita.

As fachadas são todas circunscritas por cunhais apilastrados, sendo as laterais rasgadas por portas travessas e janelas sendo todos os vãos lanceolados de perfil goticizante.

A fachada principal em frontão triangular é rasgada por portal de verga recta, janelas laterais e rosácea.



Igreja Matriz do Colmeal da Torre

Localização: Colmeal da Torre

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XX, 1ª metade

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501030026

Figura 106: Igreja Matriz do Colmeal da Torre

No interior da igreja apresenta cobertura em falsa abóbada de berço de madeira, iluminação abundante proveniente das diversas janelas existentes. Destacam-se os retábulos em talha dourada e policromada sendo os colaterais neogóticos e o retábulo-mor neomanuelino. Este ostenta ao centro uma escultura de Nossa Senhora de Fátima.

12.1.49. Capela de S. Bartolomeu no Colmeal da Torre

A Capela de S. Bartolomeu é um exemplar de arquitectura religiosa vernácula e neoclássica que foi construída na primeira metade do século XIX. Apresenta planta longitudinal com nave e coro-alto, capela-mor mais baixa e estreita, sacristia e campanário adossados.



Capela de S. Bartolomeu

Localização: Colmeal da Torre

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XIX

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501030027

Figura 107: Capela de S. Bartolomeu

A fachada principal da capela apresenta empena truncada por cruz latina com hastes estriadas e cunhais simples firmados por pináculos esferóides. É rasgada por porta de verga

recta encimada por óculo circular com data inscrita de 1849. Apresenta campanário de dois registos divididos por cornija sendo o primeiro cego e o segundo com sineira em arco abatido encimado por cruz latina ao centro e pináculos esféricos. O sino ostenta a data de 1860.

No interior destaca-se, do lado do Evangelho, o púlpito em cantaria de granito. O retábulo-mor é de talha policromada e dourada, tardo-barroca, com decorações híbridas e elementos decorativos rococó tendo no nicho central a imagem do orago S. Bartolomeu.

12.1.50. Capela de Santo Antão do Colmeal da Torre

A Capela de Santo Antão é uma capela novecentista que substituiu uma outra, mais antiga, dedicada ao Sagrado Coração de Maria. Essa capela teria sido construída no século XVIII por ordem do Padre Correia Nave. Dela restam os púlpitos – um de madeira e outro de pedra e a imagem do orago.



Capela de Santo Antão

Localização: Colmeal da Torre

Tipologia: Arquitectura religiosa

Datação: Século XX

Propriedade: Igreja Católica

Nº de IPA: 0501030028

Figura 108: Capela de Santo Antão

12.1.51. Capela de Nossa Senhora da Graça

A Capela de Nossa Senhora da Graça foi construída no século XVIII. A fachada principal apresenta portal de lintel recto encimado por óculo com vitral e remate em empena firmada por cruz de granito. A sacristia e a torre sineira encontram-se adossadas à esquerda, assim como a escadaria que dá acesso exterior ao coro alto.

No interior da capela, no altar-mor figura Nossa Senhora da Graça, uma *escultura de roque* que encima o sacrário. Nos nichos laterais do retábulo-mor figuram Nossa Senhora de Fátima e o Sagrado Coração de Jesus.



Capela de Nossa Senhora da Graça

Localização: Gaia

Tipologia: Arquitectura Religiosa

Datação: Século XVIII

Figura 109: Capela de Nossa Senhora da Graça

12.2. Património Documental

O Arquivo Municipal de Belmonte procedeu recentemente à organização do seu património documental. A Tabela 8 contém a listagem da documentação existente tendo associada a referência para a secção, uma breve descrição e a data a que se refere o documento.

Secção	Descrição	Data
1.1	Actas das sessões da Câmara	1842-1989
1.1.2	Actas da Comissão executiva da Câmara	1914-1926
1.1.3	Actas do Concelho Municipal	1937-1974
1.2	Copiador da Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Belmonte	1858-1932
1.2.1	Copiador da correspondência recebida pela Câmara Municipal de Belmonte	1845-1958
1.3	Correspondência da Câmara Municipal de Belmonte	1829-1928
	Requerimentos	1898-1949
1.4	Folhas de Vencimento da Câmara Municipal de Belmonte	1852-1958
1.5	Livros de Ponto da Câmara Municipal de Belmonte	1933-1978
1.6	Livros dos Termos de identidade e Justificação de nomes	1953-1977
1.7	Registo dos processos executivos	1923-1966
1.8	Registo de emolumentos da Câmara Municipal de Belmonte	1928-1957

Secção	Descrição	Data
1.9	<p>Conta corrente da Câmara Municipal de Belmonte com o tesoureiro</p> <p>Escrituração da receita e despesa em conta corrente da Câmara municipal de Belmonte com o tesoureiro</p> <p>Livro para demonstração e proveniência das verbas Municipais recebidas e pagas</p> <p>Livro de lançamento de todas as dividas activas e passivas</p> <p>Livro de Caixa</p> <p>Livro de contas correntes de todos os rendimentos virtuais</p> <p>Conta de fundos do Município</p> <p>Registo da Despesa efectuada por conta do fundo permanente</p>	1871-1977
1.10	Livro para os termos de venda de terrenos no cemitério no concelho de Belmonte	1892-1901
1.11	Registo de licenças concedidas pela Câmara Municipal de Belmonte	1864-1935
	Registo de licenças para canídeos (Guarda e Caça)	1922-1979
	Registo de Licença de Caça da Câmara Municipal de Belmonte	1913-1964
	Registo de matrículas de carros de Bois	1907-1936
	Registo de Carros e Veículos	1912-1926
	Caderneta de licença de carros	1820
	Registo de veículos	1927
	Registo de transportes	1945-1955
	Registo de receitas cobradas por Senhores em terras, mercados, praças e sentinas	1940-1968
	Livro das guias da contribuição industrial	1909-1917
	Registo das licenças de comércio e indústria	1938-1941
		1945-1950
	Registo dos agricultores, fabricantes e comerciantes	1866
	Registo das leis alvarás, ordens	1814-1817
	Livro de Registo de todos os diplomas, alvarás e leis	1814-1817
	Registo de alvarás	1937-1939

Secção	Descrição	Data
		1949-1974
	Registo de autos de vistoria	1951-1963
	Registo de vistoria a Habitação por mudança de ocupantes	1956-1974
	Registo de depósitos	1946-1954
	Registo dos termos de responsabilidade do técnico de obras	1962-1966
	Recenseamento geral dos gados	1870
	Registo de animais abatidos	1900-1919
	Registo diário rezes abatidas no matadouro	1961-1972
	Livros de estiva do preço dos géneros, cereais e líquidos	1812-1814 1820-1833 1837-1867
	Livros da estiva camarária	1861-1976
	Livro do Mercado Central de produtos agrícolas	1905
	Livro de registo de Orçamentos Municipais	1933-1944
	Livro de movimento de entradas e saídas de cadernetas	1950-1969
1.12	Livro dos termos de Posse e Juramento da administração do concelho	1877-1937
	Livro dos termos de posse e juramento dos membros do Concelho Municipal	1937-1971
	Livro de registo dos termos de posse de regedores e cabos de Ordem deste Concelho	1937-1961
	Livro dos termos de juramento dos empregados	1856-1866
	Livro dos termos de posse dos professores da Instrução Primária	1914-1930
1.13	Livro para registar as visitas feitas pelo governador Civil	1865-1938
2.1	Copiador da correspondência expedida pela Administração do Concelho	1865-1938
	Copiador da correspondência expedida para registarem as cartas, portarias e mais títulos de nomeação de empregados dependentes da administração do Concelho	1861-1906
	Copiador da correspondência expedida para o Governador	1891-1928

Secção	Descrição	Data
	Civil	
	Copiador da correspondência expedida pela administração deste concelho para as diferentes autoridades	1886-1948
	Copiador dos editais e circulares da administração do concelho	1903-1937
2.2	Registo de emolumentos da administração do concelho	1914-1925
	Registo de licenças concedidas pela Administração do concelho	1933-1945
	Registo de Licenças de uso e porte de armas da Administração do Concelho	1909-1925
	Registo de Licenças de armas para defesa pessoal da Administração do Concelho	1927-1929
	Registo de licença para uso de porte de armas de caça da administração do concelho	1937-1955
	Requerimento pedindo autorização para a venda de armas de caça na administração do concelho	1928
	Registo de matrícula dos carros de bois da administração do Concelho	1892-1905
	Termo da Fiança da Administração do Concelho	1928
	Salvo-condutor da Administração do Concelho	1928
	Circulares da Administração do concelho	1928
	Guias da Administração do Concelho	1942
2.3	Copiador da correspondência expedida pelo delegado especial do Governo	1938-1940
3.1	Actas da Comissão de abastecimento	1917-1922
	Copiador da correspondência da Comissão de Abastecimento	1922
	Acta da comissão da Assistência do concelho de Belmonte	1927-1929
	Copiador da correspondência expedida pela Comissão Municipal da Assistência Pública do Concelho de Belmonte	1928
	Impressos da Comissão de Assistência Requerimentos de Subsídios de Novembro a Junho da	1927-1928

Secção	Descrição	Data
	Comissão de Assistência	
	Despesas da Comissão de Assistência Ordens de pagamento da Comissão de Assistência	1927-1928
	Correspondência da Comissão de Assistência	1928-1929
	Orçamento da receita e da despesa da Comissão de Assistência	1929-1930
	Ordens de pagamento da Comissão de Assistência	1929-1930
	Livro da Razão da Comissão de Assistência	1929-1930
	Actas da Comissão de Auxilio aos Desempregados do concelho de Belmonte	1932
	Actas das sessões da Comissão de Higiene	1927-1936
	Copiador da Correspondência expedida da Junta de Higiene	1927-1935
	Actas da Comissão de trabalhadores da Câmara Municipal de Belmonte	1975-1978
	Actas da Comissão Venatória	1913-1975
	Copiador da Correspondência expedida do registo de officios da Comissão Venatória do Concelho de Belmonte	1913-1955
	Receita e despesa da Comissão Venatória	1949-1975
	Correspondência da Comissão Venatória	1949-1975
	Guias da Comissão Venatória	1935 e 1936
	Ordens de pagamento da Comissão Venatória	1938
	Orçamento Ordinário da Comissão Venatória	1936-1937
	Livro da Contabilidade da Sociedade Columbófila	1960-1964
4.1	Livro de Registo de Testamentos	1816 1842-1940
5.1	Auto do cumprimento de legados Pios	1853-1925
6.1	Actas da Comissão recenseadora	1867-1918
	Actas da Comissão de recenseamento	1880-1892
	Actas da comissão de recenseamento Eleitoral	1900-1901
	Copiador da Correspondência expedida do Recenseamento Eleitoral	1913-1929

Secção	Descrição	Data
	Atestados do recenseamento Eleitoral	1931
	Requerimentos pedindo a inscrição do Recenseamento Eleitoral	1878-1931
	Correspondência, circulares e outros documentos do Recenseamento Eleitoral	-
	Actas de Eleição dos procuradores - recenseamento eleitoral	1919
	Documentos do Recenseamento Eleitoral	1930-1947
	Documentos do recenseamento Eleitoral da Freguesia de Belmonte	1948
	Documentos do Recenseamento Eleitoral da Freguesia de Caria	1948
	Documentos do Recenseamento Eleitoral da Freguesia de Inguias	1948
	Documentos de Recenseamento Eleitoral da Freguesia de Maçainhas	1948
	Documento do Recenseamento Eleitoral	1949
	Quinto Recenseamento Geral da População	1911
7.1	Actas da Comissão de Recenseamento Militar	1933
	Actas da Comissão do Recrutamento Militar	1820-1923
	Copiador da Correspondência expedida da Comissão de Recenseamento Militar	1888-1937
	Livro para os termos de Lesão dos Mancebos Sujeitos a Serviço Militar	1888
	Livro do Registo dos Recenseamentos dos mancebos para o Recrutamento do exercício	1856-1888
	Livro de registo dos reservistas da 2ª Reserva do Concelho de Belmonte	1887-1898
	Caderno do Recenseamento Militar	1878-1923
8.1	Copiador do visto de Identificação e Registo Policial	1930-1944
	Livro de Registo de Presos	1945-1950
	Livro de Registo de Licenças Policiais	1946-1954

Secção	Descrição	Data
	Livro de Folhas da despesa com o sustento de presos e policiais da cadeia - Administração do Concelho	1900 1907 1915
	Registo de Autos de Transgressões	1934-1985
	Registo de Multas	1921-1945
	Boletins do Registo Policial - Letra A a V	1929
9.1	Registo de Guias para os Hospitais	1932-1968
	Instituto de Assistência Nacional dos Tuberculosos	1959-1962
10.1	Livro de Registo do Visto em documentos de Estrangeiros	1935-1937 1949-1963
	Emigração	1964-1967
11.1	Folhas de Renda de casas, de Escolas e Habitação de Professores	1927
	Duplicados das folhas de despesa com a instituição primária	1903-1908
12.1	Livro de Actas de Assembleia Geral da Casa do Povo de Belmonte	1937-1992
	Livro de Posse dos Membros da Assembleia Geral da Casa do povo	1938-1983
	Livro de Inventário da Casa do povo de Belmonte	1938-1985
	Descrição dos Bens do Concelho	1856
	Cartas dos Bens pertencentes ao Concelho	1835-1837
	Registo da Câmara	1797-1802
	Acórdãos da Câmara	1825-1847
	Capítulos da Correição	1803-1833
	Livro das condenações	1819 1825 1835
	Registo de Aferimentos	1820, 1834
	Autos de Arrematação	1803-1819
	Autos de arrematação em Belmonte	1819-1928
Autos de Arrematação em Caria	1819-1876	

Secção	Descrição	Data
	Autos de Arrematação em Maçainhas	1803-1847
	Autos de Arrematação em Inguias	1816-1881
	Autos de Arrematação	1891-1920
	Lançamento do imposto de Janelas na Vila de Belmonte	1832
	Livro de Posturas	1803-1880
	Livro de Sessões para o Recenseamento dos Cidadãos do Concelho	1842-1844
	Manifesto Real das águas	1814-1831
	Imposto de Selo	1813-1833
	Registo de Expostos	1812 1820-1842
	Lançamento dos Termos da matrícula dos expostos	1859-1880
	Livro de matrícula dos expostos	1880-1919
	Conta dos expostos	1829-1844
	Termos de entradas dos expostos	1842-1859
	Livro para lançarem as contas que a tesouraria dos expostos recebe e depende das juntas para as mesmas	1852-1866
	Folhas dos expostos	1844-1860
	Livro de registo da receita e despesa dos expostos pertencentes à casa da roda da Vila de Belmonte	1802-1812
	Décima de Juras	1801-1834
	Décima do Quinto	1800-1842
	Décima dos Prédios Rústicos	1777-1834
	Décima das Agências	1781-1934
	Décima dos Prédios Urbanos	1783-1933
	Lançamento da Décima e Impostos da Vila de Caria	1837-1839
	Lançamento da Coima	1816-1819
	Lançamento da Coima em Belmonte	1823-1830
	Lançamento da Coima em Maçainhas	1823-1835
	Lançamento da Coima em Inguias	1820-1828

Secção	Descrição	Data
	Registo de Minas de Águas Minerais	1907-1957
	Livro de registo dos Manifestos de Jazigos ou Depósitos Minerais	1941-1968
	Livro da Eleição dos Oficiais que hão-de servir a Irmandade das Almas	1846-1862
	Livro para as pagas de cada um dos Oficiais	1829
	Livro de Registo das escrituras de mútuo, fores e mais objectos que constituem o fundo da Irmandade das Almas.	1852 1886 1910
	Livro para lançarem as contas da receita e despesa da Irmandade das Almas	1846 1848 1856 1876-1907
	Actas das Sessões da Junta da paróquia de Belmonte.	1836-1885
	Livro dos Termos de responsabilidade das Párocos e Regedores	1895-1923
	Livro de Registo de dividas activas e passivas da Junta da Paróquia de Belmonte	1910-1926
	Livro de Registo de receita e despesa da Junta da Paróquia de Belmonte	1926-1928
	Livro de recenseamento das crianças do sexo feminino pertencentes à Freguesia de Belmonte	1888-1905
	Livro para a Matrícula e despesa com filhas de pessoas emigrantes que por morte ou Impossibilidade de seus pais são acolhidas pela Câmara Municipal de Belmonte	
	Livro de Recenseamento das crianças do sexo feminino pertencentes à Freguesia de Belmonte	1882-1884
	Livro para a Matrícula e Despesa com filhas de pessoas emigrantes que por morte ou impossibilidade de seus pais são acolhidas pela Câmara Municipal de Belmonte	1888-1905
	Livro dos Termos de gravidez	1875-1939
	Livro de Registo das contas de Guia de criação de amas	1876-1888

Secção	Descrição	Data
	Livro da despesa com as Amas	1825-1836
	Livro de Registo de diplomas da função pública	1914-1921
	Registo de Passaportes	1843-1866
	Livro de Recenseamento dos eleitores e elegíveis	1858-1859
	Livro para o vencimento dos eleitores e elegíveis	1852
	Actas de Eleição do Juiz Ordinário de Belmonte	1869
	Auto de Eleição dos juizes do Lugar das Inseguras	1817-1833
	Auto de Eleição de Juizes ordinários	1837-1868
	Registo da correspondência de entrada dos juizes	1937-1953
	Livro de Actas de verificação dos poderes e posse dos membros das Juntas de freguesia do Concelho de Belmonte	1950-1974
	Foro da Junta de freguesia de Belmonte	1937-1946
	Livro da receita e despesa dos rendimentos da Vila de Belmonte	1813-1826
	Livro da Receita e da despesa dos rendimentos da Vila de Belmonte	1827-1834
	Livro da receita e despesa dos rendimentos da freguesia de Maçainhas	1814-1835
	Instituto nacional de estatística em colaboração com as juntas de freguesia do Concelho de Belmonte	1943-1958
	Livro de registo da receita e da despesa de Maçainhas	1798-1820
	Livro de Actas da Nomeação de Belmonte	1803-1808
	Livro de Transcrição de documentos recebidos pela Câmara Municipal de Belmonte	-
	Livro de registo da receita e despesa da Câmara Municipal de Belmonte	1813-1819
	Lançamento do Quinto Secular (Rendimento da Coroa)	1811-1826
	Cópia do lançamento das Contribuições dos Bens da Coroa	1811
	Nomeação (cargos, juramento e posse)	1830-1833
	Auto de Eleição dos postos vagos de Sargento – Mor de ordenanças desta Vila de Sortelha e Capitão das mesmas da 3ª	1828

Secção	Descrição	Data
	e 4ª Companhia	
	Despesa do Procurador do Concelho do Lugar das Inseguras	1812
	Lançamento de novos Impostos	1811-1830
	Livro de lançamentos de Impostos	1808
	Lançamento da Contribuição extraordinária da despesa	1802
	Cópia do caderno para o lançamento da contribuição extraordinária às companhias	1811
	Cópia da contribuição extraordinária da despesa lançada nos empregos e lojas	1809
	Livro de imposto por herança	1812-1817
	Correspondência recebida pela Câmara Municipal de Belmonte	Vários Anos
	Correspondência do distrito de recrutamento e reserva número 21	1906
	Correspondência da Secretaria da policia Civil da Covilhã	1906
	Correspondência da 5ª companhia de reformados	1906
	Correspondência recebida pela Câmara Municipal de Belmonte proveniente da Comarca da Covilhã e do Juiz de instrução Criminal de Lisboa	1906
	Correspondência (Carta da Real Casa Pia - Lisboa)	
	Carta da Sub-inspecção Escolar da Covilhã	
	Carta da Administração do Concelho da Guarda	
	Telegramas	
	Cópia autenticada do cadastro dos cidadãos recenseados pela Freguesia	
	Mapas dos funcionários da Câmara Municipal de Belmonte	
	Recenseamento	1852
	Termos de venda de terrenos nos cemitérios do Concelho	1920
	Autos de Encontro de crianças	1895-1918
	Inventário de bens	1903-1934

Secção	Descrição	Data
	Livro de todas as actas e contratos da Câmara Municipal de Belmonte	1902-1905
	Legislação	1801-1811
	Ofícios e Circulares	1835-1849

Tabela 8: Património documental do Concelho de Belmonte

13. PERSONALIDADES DO CONCELHO

O presente capítulo aborda aspectos biográficos das personalidades que maior relevância tiveram na história do Concelho de Belmonte.

13.1. Frei Nicolau de Melo

Descendente das famílias dos Cabrais e dos Melos de Belmonte, nasceu nesta vila em 1550. Em 1576 ingressou na Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Castela. Posteriormente embarcou como missionário para o México e daí foi para as Filipinas onde aprendeu a língua dos gentios e ganhou fama pelo número de baptizados celebrados (sete mil). Daí dirigiu-se para a Índia Oriental, esteve no convento de Malaca de onde foi para Nossa Senhora da Graça em Goa onde permaneceu algum tempo no exercício do seu magistério.

Da Índia dirigiu-se para a Pérsia e, finalmente para a Rússia, onde não foram toleradas as suas doutrinas e onde acabou por sofrer quinze anos de cativo e de suplícios. Sofreu o martírio na cidade da Astracã onde foi queimado vivo no dia 2 de Janeiro de 1615.

Deixou manuscritos os seguintes trabalhos: *Cartas em que relata os trabalhos que padeceu pela conversão da gentilidade; Relação do Martírio do Venerável Frei Nicolau de Santo Agostinho, seu companheiro, que foi degolado aos 30 de Novembro de 1611.*

13.2. Frei Manuel dos Anjos

Terá nascido em Manteigas onde foi baptizado no dia 11 de Fevereiro de 1595. Ingressou no Convento da Ordem Terceira em S. João da Pesqueira no dia 3 de Junho de 1615, tendo frequentado estudos no Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, onde ensinou mais tarde Teologia Moral. Em 1645 foi eleito Ministro do Convento de Nossa Senhora da Esperança em Belmonte, onde terá redigido parte da sua principal obra: *História Universal do Mundo* (Coimbra, 1615, 1735). Escreveu ainda as seguintes obras: *Política Predicável, Doutrina Moral do bom Governo do Mundo* (edição póstuma, Lisboa, 1693, 1702) e *Triunfo da Gloriosa Virgem Maria Concebida sem Pecado Original* (Lisboa, 1638). Faleceu em Coimbra a 19 de Novembro de 1653.

13.3. Frei Sebastião da Encarnação

Nasceu em Celorico da Beira no dia 20 de Janeiro de 1660 e ingressou no Convento da Ordem Terceira em S. João da Pesqueira no dia 8 de Novembro de 1679, depois de estudar no

seminário de Miranda. Em 1697 foi eleito Ministro do Convento de Nossa Senhora da Esperança em Belmonte, de onde saiu mais tarde para exercer as funções de Prior do Colégio da Ordem Terceira em Coimbra. Foi confessor no Mosteiro de Nossa Senhora do Loreto de Almeida. Publicou cinco dos sermões que proferiu em diversas cerimónias nas igrejas de Lisboa entre 1704 e 1715. Faleceu em Santarém no dia 16 de Novembro de 1735.

13.4. Conselheiro Francisco Pires Soares

Nasceu em Caria no dia 15 de Julho de 1868. Fez os primeiros estudos no Colégio de São Fiel e os exames até ao 7º ano em Coimbra obtendo a classificação de Bom. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra.



Figura 110: Conselheiro Francisco Pires Soares

Trabalhou no Sabugal como advogado, em Portimão como Administrador, no Pico como Delegado, regressando mais tarde para o Sabugal como Delegado. Seguiu posteriormente para Santarém onde exerceu as funções de Juiz de 3ª Classe, categoria que viria a desempenhar igualmente na Golegã, Aviz e Lourinhã.

Mais tarde, em Pombal, desempenhou as funções de Juiz de 2ª Classe e em Coimbra como Juiz de 1ª Classe. Na cidade de Coimbra foi também Desembargador deslocando-se frequentemente até ao Porto para prestar serviço assim como a Lisboa como Juiz Conselheiro, para onde foi desempenhar mais tarde o lugar de Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, ficando a seguir Vice-Presidente do mesmo, onde permaneceu até se aposentar com 70 anos de idade.

Faleceu em Coimbra a 23 de Fevereiro de 1941. Daqui foi trasladado para a sua terra natal.

13.5. Dr. Juiz Joaquim Borrego Cameira

Nasceu em Caria no dia 22 de Dezembro de 1898. Era filho de José António Borrego e D. Maria da Piedade Cameira. Aos 11 anos foi para Coimbra estudar no Liceu D. João III e a 12 de Julho de 1920, com 22 anos, concluiu a formatura em Direito na Universidade de Coimbra.



Figura 111: Juiz Joaquim Borrego Cameira

Aos 30 anos de idade já exercia as funções de Juiz tendo sido, naquela época, o mais novo da Magistratura Portuguesa. Nesta condição exerceu a profissão na Ilha das Flores, em Arouca e Esposende. Casou em Mourisca do Vouga onde acabou por falecer com 38 anos de idade, a 7 de Setembro de 1936.

13.6. Coronel José Martins Cameira

Nasceu em Caria a 6 de Outubro de 1878 sendo filho do Comendador Vicente Martins Ribeiro e de Piedade Pires Cameira Ribeiro. Foi oficial da arma de infantaria e em 1902 foi nomeado alferes. Em 1935, altura em que já era Coronel, foi nomeado Comandante Geral da Polícia de Segurança Pública. Leccionou em escolas regimentais.



Figura 47: Coronel José Martins Cameira

Durante a Grande Guerra fez parte do Corpo Expedicionário Português em França onde obteve promoções rápidas e comandos de responsabilidade. Em 1919 combateu os revoltosos monárquicos do Norte como comandante das tropas de cobertura junto do Mondego e a coluna de operações de Lamego e Régua. Em 1920 foi comandante da Escola de Metralhadoras Pesadas e depois instrutor de 1º e 2º grau na ECO. Fez curso de metralhadoras pesadas em França na *Machine Gun School*.

Como tenente - coronel fez parte das forças que combateram, em 1931, os revoltosos das ilhas adjacentes tomando parte no combate do Machico. Participou nas operações de Angola em 1935, no destacamento de Cuanhama como comandante da bateria, combatendo na Môngua, Chana da Môngua, Cacimbas, etc. assim como no combate de N'giva onde entrou com o seu destacamento.

Desempenhou muitas comissões técnicas importantes e as condecorações demonstram os louvores que recebeu nestes serviços e nos de campanha. Foi condecorado com o grau de cavaleiro da Legião de Honra de França e da Torre e Espada com palma dourada, recebeu a Medalha da Vitória e Medalhas de Comportamento Exemplar (cobre, prata e ouro), medalhas de prata das Campanhas do Exército de 1915 (Cuanhama) de 1914-1915 e de 1917-1918 (França), de Valor Militar, Cruz de Guerra e "fourragères". Foi ainda nomeado Comendador de Cristo e de Aviz onde depois passou a grande oficial.

Faleceu na sua residência em Lisboa a 14 de Setembro de 1958. Os restos mortais foram transportados para o jazigo de família em Caria.

13.7. Dr. Mário Galvão Videira

Nasceu em 27 de Fevereiro de 1907 em Caria. Iniciou o seu curso liceal na Guarda, completando-o em Castelo Branco no ano de 1929. Posteriormente foi para a Universidade de Coimbra onde fez o terceiro ano do curso de Direito que concluiu em Lisboa no ano de 1937.



Figura 113: Dr. Mário Galvão Videira

Casou em 26 de Outubro de 1936 e teve três filhos. Em 1936 filiou-se na União Nacional e em 1937 criou o Núcleo da Legião Portuguesa em Caria do qual foi Comandante. Em 1939 foi iniciador da criação da Casa do Povo de Caria tendo sido Presidente da Assembleia-Geral. Nesse mesmo ano foi eleito vereador da Câmara Municipal de Belmonte, função que exerceu até 1958. Em 1946 foi nomeado vogal da Junta de Província e do Conselho Provincial da Beira Baixa.

Foi Presidente da Câmara Municipal de Belmonte de 1947 a 1958. Deixou a vila de Caria e a presidência do concelho em 31 de Dezembro de 1958.

13.8. D. Gil Cabral

Filho de Ayres Gil Cabral, alcaide-mor de Portalegre, foi físico, Deão e Bispo da Guarda (1360 - 1362). Seria amigo pessoal de D. Pedro I tendo assistido ao casamento secreto daquele com D. Inês de Castro, no dia 1 de Janeiro de 1354, em Bragança. Confirmaria, mais tarde, esse facto quando em 1360 jurou em Coimbra, ao tabelião geral Gonçalo Pires, na presença do Conde de Barcelos D. João Afonso, do chanceler-mor Vasco Martins, e de mestre Afonso que oficiara ao dito casamento.

Pensa-se que D. Gil Cabral teria tido dois filhos, D. Álvaro Gil Cabral e D. Maria Gil Cabral, embora não os assuma como filhos no seu testamento datado de 30 de Maio de 1362. No seu testamento, D. Gil Cabral deixa todos os seus bens a D. Maria Gil com a obrigação de esta mandar construir uma capela a Nossa Senhora da Piedade na Igreja de S. Tiago em Belmonte e instituir um morgadio vinculado à mesma capela. Alguns dos bens que o Bispo teria na região de Belmonte e Covilhã teriam sido doados por D. Pedro I como reconhecimento pela sua fidelidade.

13.9 D. Luís Álvares Cabral - 1º Alcaide de Belmonte

Nacido em 1365, foi o primeiro Morgado de Belmonte, sobrinho de D. Maria Gil, era filho de Álvaro Gil Cabral, alcaide-mor da Guarda e primeiro Senhor de Azurara, e de Catarina Anes Loureiro. Era já escudeiro de El-Rei em 6 de Outubro de 1385. Terá sido nomeado alcaide de Belmonte por D. João I entre Maio de 1397 e Março de 1398, assim que o rei confiscou as terras a Martim Vasques da Cunha, embora alguns autores admitam que D. Luís Álvares Cabral já teria sido alcaide-menor dos bispos de Coimbra.

Em Julho de 1399, o rei concedeu-lhe o juro e herdade das terras de Azurara e Manteigas. Em 1408 foi fundada a Casa do Infante e D. Luís Álvares Cabral para desempenhar as funções de vedor. Em 1411 é-lhe concedido o senhorio das vilas da Beira.

No Porto, aquando da partida para a expedição a Ceuta, é feito capitão de uma galé mas em Lisboa passa a capitão de uma nau grande.

Casou em primeiras núpcias com D. Constança Eanes de Loureiro e em segundas núpcias com D. Leonor Domingues. Do primeiro casamento teve três filhos: Fernando Álvares Cabral, Isabel Alvares Cabral e Beatriz Alvares Cabral. Faleceu em 1433.

13.10 D. Fernando Álvares Cabral – 2º Alcaide de Belmonte

Filho primogénito do casamento de D. Luís Álvares Cabral com D. Constança Eanes de Loureiro, nasceu em 1394 e foi o segundo alcaide de Belmonte. Foi cavaleiro e criado do Infante D. Henrique. E, no Porto, quando, em 1415, embarcou na expedição a Ceuta já era referenciado, tal como seu pai, entre os notáveis. Em Lisboa, toma o cargo de vedor do Infante, substituindo o pai, mas, segundo o relato da Crónica de Zurara, por ter sido acometido por doença acabou por não tomar parte no cerco. Depois de curado permaneceu na praça e colaborou de forma notável na defesa da mesma nos cercos de 1418 e 1419. Foi em Ceuta que o Infante o armou cavaleiro.

Durante o cerco de Tânger, D. Fernando Álvares Cabral, surpreendeu um mouro que tentava atacar pelas costas o Infante, interpôs-se para aparar o golpe e morreu. Era Outubro de 1437 e este é um dos episódios que se encontra retratado nos capitéis historiados da Capela de Nossa Senhora da Piedade na Igreja de S. Tiago em Belmonte.

Em 14 de Janeiro de 1438, o infante seu senhor, manda dar uma tença de 350.000 libras à mulher daquele que lhe salvara a vida. Em 3 de Junho de 1445, D. Afonso V manda que se guardem todos os privilégios, honras e liberdades, que Fernando Álvares Cabral tinha, a D. Teresa de Andrade, sua viúva.

13.11 D. Fernão Cabral I – 1º Alcaide-mor de Belmonte

Nasceu em 1427 e era filho de D. Fernão Álvares Cabral e D. Teresa de Andrade. Foi terceiro alcaide de Belmonte e primeiro alcaide-mor de “juro e herdade” do Castelo de Belmonte, cargo que lhe foi concedido por D. Afonso V em 20 de Setembro de 1466. Nesse mesmo ano e a 24 de Setembro, recebeu do mesmo monarca, a título hereditário, as rendas, direitos e foros que a Coroa possuía no dito castelo.

Foi corregedor das Comarcas das Beiras e Ribas Côa e couteiro dos Montes Crestados quando estes foram coutados por El-Rei. Quando o rei restringiu os coutéis, obteve

permissão para pasto de vinte éguas nos termos de qualquer cidade ou vila, e depois nomeou-o coudel geral.

Acompanhou D. Afonso V nas conquistas em África e bateu-se na Batalha de Toro (1476) a propósito da questão sucessória do trono de Castela.

No seu testamento, datado de 25 de Outubro de 1492, instituiu um morgadio com propriedades de Belmonte, Covilhã, Valhelhas e seus termos, assim como dos termos de Penamacor, Meimoa e Pedrógão, e a Quinta da Outã no termo de Castelo Novo. Seus filhos, dos quais se destaca Pedro Álvares Cabral, acabaram depois por juntar a este morgadio as casas grandes de Viseu e de Mangualde, o casal de Alcafache e a propriedade de Moimenta da Serra. Este morgadio ficou ligado ao serviço da capela que D. Fernão Cabral e Dona Isabel Gouveia mandaram construir junto à Capela de S. Tiago (Panteão dos Cabrais) e à Capela de Nossa Senhora da Piedade.

D. Fernão Cabral I encontra-se sepultado, juntamente com sua esposa num túmulo gótico do Panteão dos Cabrais. No lado oposto, num outro túmulo gótico, encontram-se os pais (João Gouveia, Alcaide-Mor de Castelo Rodrigo e Leonor Gonçalves) e o irmão (Vasco Fernandes Gouveia) de sua mulher Isabel de Gouveia.

13.12 D. João Fernandes Cabral – 2º Alcaide-mor de Belmonte

Nasceu em 1467 e foi o segundo alcaide-mor de Belmonte sendo também senhor de Azurara (1490). Era filho de D. Fernão Cabral I e de D. Isabel Gouveia. Casou no dia 15 de Abril de 1515 com D. Joana de Castro Coutinho, neta de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa. Diz-se que à sua iniciativa se deve a Janela Manuelina do Castelo. Teve três filhos: Fernão Cabral III, Rui Cabral e Jorge Cabral. Terá falecido em 1507 ou 1508.

13.13 D. Fernão Cabral II – 3º Alcaide-mor de Belmonte

Filho primogénito de D. João Fernandes Cabral e de D. Joana Coutinho, nasceu por volta de 1494 e por morte de seu pai, sucedeu na alcaidaria, senhorios e casas da família por carta de D. Manuel dada em Évora a 12 de Fevereiro de 1509. Foi, por isso, o terceiro alcaide-mor de Belmonte.

Combateu em Safim onde, atendendo aos seus merecimentos, foi armado cavaleiro pelo capitão da praça, Nuno Fernandes de Ataíde. Em 2 de Maio de 1516 recebeu o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo e em 23 de Abril de 1517 viu confirmado o seu ingresso na ordem da cavalaria em carta dada por D. Manuel feita em Lisboa.

No ano de 1516 casou com D. Maria Castelo Branco, filha e herdeira de D. João de Castelo Branco, alcaide-mor de Castelo Branco, da qual deixou geração. Faleceu entre 1534 e 1535.

13.14 D. João Rodrigues Cabral I - 4º Alcaide-mor de Belmonte

Nasceu em 1517 e era filho de D. Fernão Cabral II e de D. Maria de Castelo Branco. Foi alcaide-mor de Belmonte e senhor de Azurara. Obteve o grau de cavaleiro apesar de ter falecido cedo (1536 ou 1538). Era sobrinho de D. Jorge Cabral, Governador da Índia.

13.15 D. Nuno Fernandes Cabral I - 5º Alcaide-mor de Belmonte

Nasceu em 1519 e era filho de D. Fernão Cabral II e de D. Maria de Castelo Branco, sendo por isso, irmão de D. João Rodrigues Cabral. Foi escudeiro-fidalgo com a pensão de 2027 reais, sucedendo na alcaidaria-mor de Belmonte quando seu irmão faleceu. Por esse motivo foi senhor de Azurara. Casou com D. Maria de Noronha e teve um filho, Fernão Cabral III. Faleceu em 1564.

13.16 D. Fernão Cabral III - 6º Alcaide-mor de Belmonte

Nasceu em 1540 e era filho de D. Nuno Fernandes Cabral e D. Maria de Noronha. Foi o sexto alcaide-mor do castelo de Belmonte e senhor de Azurara. Casou com D. Joana de Castro de quem teve dois filhos: Nuno Fernandes Cabral e Jorge Cabral. Foi herói na defesa de Mazagão onde combateu com cem homens de Belmonte. Aí, segundo Gavy Mendonça, terá arvorado a bandeira de seda amarela e branca da tradição belmontina. Esse feito valeu-lhe o hábito de Cristo e, mais tarde, em 16 de Outubro de 1572 a promoção na comenda de S. Pedro das Comendeiras na Aldeia dos Trinta, Concelho da Guarda.

Em 1578 participou na batalha de Alcácer-Quibir onde ficou prisioneiro tendo gasto avultados bens nessa jornada e no seu resgate. Faleceu em 1586 já no reinado de D. Filipe II que lhe havia concedido algumas mercês. Os seus restos mortais encontram-se no Panteão dos Cabrais desde 1630 conforme se pode ler no epitáfio mandado gravar por D. Francisco Cabral.

13.17 D. Nuno Fernandes Cabral II - 7º Alcaide-mor de Belmonte

Nuno Fernandes Cabral II nasceu em 1565 e era filho de D. Fernão Cabral III e D. Joana de Castro. Foi fidalgo da Casa Real tendo-lhe sido confirmada a alcaidaria-mor de Belmonte em 23 de Julho de 1594, por D. Filipe I. Casou com D. Margarida Meneses e teve

quatro filhos: Fernão Cabral IV, Francisco Cabral, Pedro Álvares Cabral I e Jorge Cabral. Faleceu em 1613 e os seus restos mortais encontram-se no Panteão dos Cabrais em Belmonte.

13.18 D. Fernão Cabral IV – 8º Alcaide-mor de Belmonte

Nasceu em Belmonte por volta de 1595 e era filho primogénito de D. Nuno Fernandes Cabral e de D. Margarida de Meneses. Tinha a alcunha de Gigante das Beiras por ser um homem de estatura elevada. Sucedeu ao pai na alcaidaria-mor de Belmonte e senhorio das terras da Coroa pelas cartas régias feitas em Lisboa a 10 de Julho de 1613, a 20 de Fevereiro de 1614 e a 12 de Setembro de 1616.

Foi perseguido pela justiça por ter cortado as orelhas, em Estremoz, ao fidalgo Francisco de Mello mas D. Filipe II acabou por lhe conceder perdão através da carta dada a 23 de Fevereiro de 1624 em Lisboa.

Não se casou e veio a falecer sem geração no termo de Coimbra, em 1630. Faleceu em 1653 ou 1654. Sucedeu-lhe na casa e na alcaidaria e mais bens o seu irmão imediato, D. Francisco Cabral.

13.19 D. Francisco Cabral – 9º Alcaide-mor de Belmonte

Francisco Cabral sucedeu a seu irmão, D. Fernão Cabral IV, na casa e na alcaidaria e mais bens. Casou com D. Maria Josefa da Silva mas não teve descendência.

Foi bacharel em cânones e primeiro alcaide de Belmonte após a Restauração da Independência. Em 8 de Fevereiro de 1641 foi dispensado pelo rei D. João IV de prestar menagem. Faleceu em 1653-1654 sucedendo-lhe Pedro Álvares Cabral II, seu irmão.

13.20 D. Pedro Álvares Cabral I – 10º Alcaide-mor de Belmonte

Filho de D. Nuno Fernandes Cabral e de D. Margarida de Meneses, sucedeu na alcaidaria e senhorios da casa dos Cabrais por morte sem descendência dos seus irmãos mais velhos, Fernão Cabral IV (1630) e Francisco Cabral (1653-1654). Casou com D. Leonor de Meneses, filha e herdeira de D. João de Meneses, comendador da vila de Penamacor, onde viveu e nasceram os primeiros filhos (1630 – 1641). Depois de esgotada a hipótese de haver geração por parte do seu irmão Francisco e sua cunhada D. Maria Josefa da Silva, mudou-se para Belmonte onde nasceram os restantes filhos (1647-1651).

Durante as lutas de Restauração defendeu as fronteiras da Beira, como capitão-mor de Penamacor, factos que resultaram na mercê do hábito de Cristo e da renda efectiva de 100.000 reis feita por D. João IV. Em carta de 19 de Setembro de 1653, o mesmo rei, concedeu-lhe uma

viagem à China na qual seria capitão-mor de um navio, mas essa viagem acabaria por ser substituída, em 14 de Janeiro de 1655, por duas viagens de Goa para Moçambique.

13.21 D. João Rodrigues Cabral II - 11º Alcaide-mor de Belmonte

Filho primogénito de D. Pedro Álvares Cabral I e de D. Leonor Meneses. Foi alcaide-mor de Belmonte e senhor de Azurara. Em 1652, esteve preso em Espanha quando combatia nas colunas do comando de João de Fialho.

Fez testamento em Belmonte e faleceu solteiro em 1667. Foi sepultado no Panteão dos Cabrais em Belmonte.

13.22 D. Fernão Cabral V - 12º Alcaide-mor de Belmonte

Filho segundo de D. Pedro Álvares Cabral I e de D. Leonor Meneses, sucedeu na casa paterna por morte sem geração de seu irmão mais velho D. Rodrigues Cabral, em 1667. Participou nas lutas da Restauração durante 26 anos (1655 a 1681), como soldado, capitão de infantaria e cavalaria até alcançar o lugar de Mestre de Campo. Durante esse tempo esteve nas campanhas da Beira e do Alentejo participou no recontro de Degebe, batalha do Ameixial e cerco de Badajoz assistiu também na praça de Salvaterra. Combateu ainda contra os Espanhóis em Aldeia do Bispo e nas vilas de Zarza la Mayor e Ferreira.

A 26 de Abril de 1664, recebeu de D. Afonso VI o hábito de Cristo com 200.000 réis de pensão efectiva. Em 10 de Janeiro de 1680 D. Pedro II, designou-o donatário e alcaide-mor de Belmonte e fez-lhe mercê do cargo de Governador em Pernambuco durante três anos.

Casou com D. Maria Antónia de Brito Freire da qual teve dois filhos: Pedro Álvares Cabral e Caetano Francisco Cabral. Morreu em 1688 vítima de uma epidemia. Terá sido o primeiro alcaide a exercer cargos fora de Belmonte, ou seja, no Brasil.

13.23 D. Pedro Álvares Cabral II - 13º Alcaide-mor de Belmonte

Filho primogénito de Fernão Cabral V e de D. Maria António de Brito Freire, sucedeu a seu pai na Casa e alcaidaria de Belmonte. Combateu contra Espanha e na armada contra os turcos (Batalha de Mazagão) 1716, aí se distinguiu acabando por atingir o posto de Brigadeiro.

Foi nomeado Governador de São Paulo em 1721 mas não chegou a tomar posse pois segundo a tradição recusou prestar menagem.

Foi embaixador de D. João V na corte de Madrid. Casou com D. Catarina de Borbon mas não deixou descendência. Faleceu em 1744.

13.24 D. Caetano Francisco Cabral - 14º Alcaide-mor de Belmonte

Filho de D. Fernão Cabral V e de D. Maria de Brito Freire, sucedeu o irmão mais velho, Pedro Álvares Cabral II, tendo sido o décimo sexto alcaide de Belmonte. Segundo consta do *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular* da autoria de Américo Costa, terá casado com D. Ana de Mello, filha de D. Martim Afonso de Mello e sua mulher D. Jerónima Joaquina de Sousa Sotto Mayor. Não houve filhos deste casamento mas Caetano Francisco Cabral terá deixado os seus bens em testamento a Catarina Avertana de Meneses Cabral, que é mencionada nesse documento como filha legítima. Faleceu em 1762.

13.25 D. Jorge Cabral

Natural de Belmonte, era filho segundo do alcaide-mor D. João Fernandes Cabral o irmão mais velho do Descobridor do Brasil de D. Joana de Castro, camareira-mor da rainha D. Leonor e filha do alcaide-mor da Covilhã, D. Rodrigo de Castro.

Foi para a Índia ainda jovem e aí cresceu. A partir de 1525 distinguiu-se nas guerras no Oriente acompanhando o governador D. Henrique Meneses em Calecut e Diu. Por morte deste em Janeiro de 1526, foi nomeado capitão de Malaca mas o vice-rei Lopo Vaz Sampaio retirou-o do cargo e mandou-o prender.

Regressou ao reino em 1535 e partiu de novo para a Índia em 1536 como capitão-mor de cinco naus. Com D. Nuno da Cunha vai no comando de uma galeota sobre Diu e alcança grande vitória. Volta de novo ao reino e de novo regressa à Índia, provido na capitania de Baçaim, com o governador D. João de Castro. Em 1549 foi nomeado governador da Índia. Terá sido numa das suas viagens à Índia que levou a Imagem de Nossa Senhora da Esperança que no regresso depositou na ermida de Santa Maria da Esperança, nos Montes Crestados, conhecida hoje por Serra da Esperança, onde fundou o convento de Nossa Senhora da Esperança, por escritura de 1563, que doou à Ordem Terceira de São Francisco, conhecida por ordem da Penitência.

Jorge Cabral jaz numa arca tumular ostentada por dois leões e encimada por uma estátua jacente de guerreiro numa capela gótica mandada edificar por sua mãe, D. Joana de Castro, na zona sul da nave transversal da Igreja do Convento de S. Francisco, actual Igreja de Nossa Senhora da Conceição na Covilhã.

13.26 Engenheiro Samuel Schwarz

Nasceu a 12 de Fevereiro de 1880 em Zgierz, na Polónia e faleceu em Lisboa no dia 11 de Junho de 1953. Engenheiro de Minas e judeu veio para Portugal no início do século XX. Em 1915 já trabalhava para a *The Portuguese American Tin Company* que explorava o couro

mineiro da Gaia no Concelho de Belmonte. Durante a sua estadia deparou-se com a existência de uma comunidade criptojudáica em Belmonte, o que motiva o envio de um artigo à Agência Telegráfica Hebraica.



Figura 114: Engenheiro Samuel Schwarz (retrato)

Foi encarregado pelo Governo da nova República Portuguesa de estudar os recursos mineiros da faixa fronteiriça do nordeste do país e assim a partir de 1917, e durante quarenta anos percorreu o país desenvolvendo um trabalho fecundo e original neste domínio. Paralelamente, dedicou-se a uma outra investigação, a pesquisa da presença de Cristãos-Novos em Portugal. Em 1925 edita um livro intitulado “*Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*” onde relata os estudos que levou a cabo nesta área. Essa obra, traduzida em várias línguas, permitiu uma *desocultação* da comunidade criptojudáica de Belmonte e, a partir dela, de outras antigas comunidades judaicas portuguesas, dos seus saberes e fazeres, gerando um verdadeiro renascimento das raízes do judaísmo em Portugal. Descodificou algumas inscrições hebraicas, e teve um papel activo na recuperação da Sinagoga de Tomar e na organização do Museu Luso-Hebraico “Abraão Zacutt”.

Publicou ainda as seguintes obras e artigos:

- *História Moderna da Comunidade Israelita de Lisboa*, 1952;
- *Inscrições Hebraicas em Portugal*, Lisboa, 1923
- *A Tomada de Lisboa num Códice Hebraico Iluminado*, Lisboa, 1935
- *A Sinagoga de Alfama*, Revista Municipal n.º 56, 1963
- *Museu Luso-Hebraico em Tomar*, Lisboa, 1939

- *Cântico dos Cânticos, atribuído ao Rei Salomão - Prefácio e tradução do original hebraico*, Lisboa, 1942
- *Anti-semitismo, Conferências*, Lisboa, 1944

13.27 Irmão Cristóvão Abreu

Natural de Belmonte, entrou para a Companhia de Jesus no ano de 1591 e em finais de 1594 encontrava-se já na Companhia de S. Paulo em Goa, onde estudou Latim. Teria então 20 anos, era robusto e considerado um religioso prudente e de bom juízo.

13.28 D. Belchior Rebelo

Nasceu em Caria em 1514 e era filho de Gonçalo Rebelo e de Mécia Rodrigues. Em 1538 rumou à Índia na nau Garça, como homem de armas de D. Francisco Mendonça e com foro de escudeiro-fidalgo da Casa-Real, voltando ao reino pouco tempo depois. Em 1553 voltava para a Índia na nau Galega, com os cargos de feitor, alcaide-mor, provedor dos defuntos e vedor das obras da fortaleza de Chaúl, concedidos por carta régia de 11 de Abril de 1552. Foi provido nos mesmos cargos da fortaleza de Coulão por mercê dada em Lisboa no dia 2 de Novembro de 1556.

Regressou ao reino e fixou residência em Castelo Branco, onde terá sido meirinho, promotor da justiça e procurador e solicitador dos cativos na mesma comarca.

13.29 Zeca Afonso

O autor e intérprete José Manuel Cerqueira dos Santos Afonso, nasceu em Aveiro a 2 de Agosto de 1929. Esteve em Angola (1933-36), Moçambique (1937) e Belmonte (1938-39). Fixou-se em Coimbra por volta de 1940.



Figura 115: José Afonso

No final da década de 30 do século passado, seu pai era juiz em Dili mas após a invasão de Timor na II Guerra Mundial foi, juntamente com a sua esposa, enclausurado num campo de concentração japonês.

Nessa altura Zeca Afonso estava entregue aos cuidados da Avó paterna, Dona Lucrécia, que, por sua vez, havia acompanhado o filho mais novo, Dr. João Filomeno Afonso Santos, quando este foi colocado na Conservatória de Belmonte. Viviam no antigo Largo de S. Pedro em Belmonte, local onde actualmente se encontra uma lápide recordando essa presença.

Viveu com a avó e o tio em Belmonte e aqui terá terminado a instrução primária. Em Belmonte recorda-se de ter visto vários filmes da UFA²⁷³ desde o Grande Rei, que fazia a apologia do grande chefe político através do Filipe II da Prússia e justificava a militarização da Alemanha, até filmes com Marika Röck e Zarah Leander, uma cantora que era espiã nazi. Viu documentários sobre o avanço das tropas alemãs que elogiavam o belicismo alemão e a missão civilizadora anticomunista do infante alemão.²⁷⁴

Por influência do seu tio Dr. Filomeno, Chefe da Legião Portuguesa no Concelho de Belmonte e Presidente da Câmara de Belmonte, marchou fardado à Mocidade Portuguesa como porta bandeiras.

As relações que tinha com este tio eram pouco amistosas e isso devia-se sobretudo ao facto de ele ser um “germanófilo” que não escondia a sua paixão e adesão a Franco e a Salazar. Contudo, aprendeu com ele algumas cantigas populares da Beira e líricas de ópera, assim como ouviu falar dos fados de Coimbra e de Edmundo Bettencourt, com quem o seu pai havia privado.

Ainda em Belmonte viveu as suas primeiras paixões. Segundo o testemunho do próprio Zeca Afonso ao Jornalista José Salvador: “Foi pela Helena Cabeças que me desapareceu furtada por um indivíduo com muito mais experiência que eu”.²⁷⁵ Apesar de ter sido uma paixão nunca confessada recorda-se que, incentivado por umas amigas, as irmãs Martinho, tentou declarar-se mas narra essa tentativa da seguinte forma: “finalmente encontrei Helena numa quelha e resolvi interceptá-la para me confessar. Simplesmente a voz engrolou-se-me e em vez de dizer «quero falar-te» disse «quero falar-lhe» e depois desmaiei.”²⁷⁶

Em 1940 foi para Coimbra onde estudou no Liceu D. João III e começou a cantar, acompanhado por um amigo, Rui Pato. Inicialmente as suas férias eram passadas na casa da avó, em Belmonte. Mais tarde ingressou na Universidade de Coimbra onde teve um papel bastante importante na vida académica. Em Coimbra, viveu em casa de uma tia “num ambiente buíuelesco, respeitador de convenções um bocado serôdicas”.²⁷⁷

²⁷³ União Federal Alemã.

²⁷⁴ José A. Salvador, “José Afonso, O Rosto da Utopia”, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 50.

²⁷⁵ *Idem*, p. 49

²⁷⁶ José A. Salvador, “José Afonso, O Rosto da Utopia”, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 49.

²⁷⁷ *Idem*., p.52

No final da década de 50 editou o seu primeiro disco, *Balada do Outono*. As dificuldades económicas levaram José Afonso, quando termina a tropa em 1955, a abandonar Coimbra para se dedicar ao ensino, actividade que lhe permitiu travar conhecimento com aquela que viria a casar, Zélia Santos. Leccionou até 1961, nas localidades de Mangualde, Aljustrel, Lagos, Faro, Alcobaça. Depois fixa-se durante três anos em Faro. E mais tarde em Moçambique de onde fortaleceu a sua posição anti-colonialista e de onde regressa em 1967.

O facto de ter que sair de Coimbra possibilitou o contacto com outras realidades que o influenciaram no seu percurso mas essa “separação” era sempre temporária pois continuou ligado a Coimbra onde ia regularmente, participando por vezes, na vida académica e em espectáculos.

No regresso a Portugal foi confrontado com a expulsão do liceu onde leccionava o que acabou por tornar a música uma opção de sobrevivência. Tornou-se a voz de uma geração que via nele uma espécie de símbolo de valores como a liberdade. Esse factor acabou por influenciar a escolha da canção *Grândola Vila Morena* para senha da revolução do 25 de Abril de 1974 ou revolução dos Cravos.

Entre 1964 e 1985 gravou quinze álbuns nos quais valorizou as suas raízes poético-musicais emprestando-lhe um sabor rítmico e melódico ausente nos primeiros trabalhos, que eram inspirados na balada de Coimbra. Nos seus trabalhos imprimia a identidade portuguesa e uma potencial utilidade na defesa de grandes e pequenas causas.

Destacam-se, na sua obra, os seguintes trabalhos: *Baladas e Canções* (1964), *Cantigas de Maio* (1971), *Venham mais Cinco* (1973) e *Como se Fora seu Filho* (1983).

Faleceu em Setúbal a 23 de Fevereiro de 1987, com 57 anos. Em sua memória foram criados a Associação José Afonso, o Prémio José Afonso (da Câmara Municipal da Amadora) e discos de homenagem de vários artistas portugueses reunidos para cantar as suas canções: *Filhos da Madrugada* (1994) e *Maio, Maduro Maio* (1995).

13.30 Dr. João Filomeno Afonso dos Santos

Tio de Zeca Afonso, foi colocado na Conservatória de Belmonte onde fixou residência juntamente com a sua mãe, dona Lucrecia. Foi Chefe da Legião Portuguesa no Concelho e surge como Presidente da Câmara de Belmonte em 1936, cargo que manteve pelo menos até 1947.

Zeca Afonso considerava-o um germanófilo cuja adesão a Franco e a Salazar não ocultava. Segundo o cantor, no livro de José A. Salvador²⁷⁸, o seu tio acompanhava pela rádio

²⁷⁸ José A. Salvador, “José Afonso, O Rosto da Utopia”, Edições Afrontamento, Porto, 1999

as peripécias da avançada final de Franco sobre Bilbao ou ouvia a Rádio Paris colaboracionista cujo locutor declarava no final das emissões – “*Londres será destruída como Cartago*”. Comprava o *Diário da Manhã*, o seu jornal preferido e recebia a *Inglaterra de Hoje*, uma revista que fazia propaganda pró-britânica e anti-nazi.

Na qualidade de Presidente da Câmara chegou a pedir actuação da polícia no Concelho, supostamente depois de um episódio relacionado com a afixação, na Rua do Inverno, de um papel que relatava o facto de a Câmara obrigar os exploradores de minério a pagar um cartão cuja quantia não era registada nos livros da Câmara. Terá considerado esse facto como uma afronta pessoal e política, o que acabou por originar várias detenções.²⁷⁹ Este episódio terá gerado um clima desagradável ao ponto do Dr. Filomeno ir trabalhar para a Conservatória de Palmela (cerca de finais da década de quarenta ou inícios da década de cinquenta).

13.31 Mário Campos dos Santos

Conhecido como o Mário Desterrado, era filho de uma taberneira e escrevia no jornal da Covilhã “*O Raio*” onde sustentou acesa polémica com o pároco de Caria, Padre Tomás da Conceição Ramalho, que o chamava sempre *Mário Taberneiro*. A sua cultura e voz de jornalista terá incomodado o regime ditatorial e o jornal “*O Raio*” acabou por ser suspenso e só reaparecer após o 25 de Abril de 1974. Seria um caso de resistência à Ditadura e por isso um exemplo de repressão? Diz-se que Mário Campos dos Santos foi desterrado e a sua memória perdurou numa série de fados e melodias cantadas por mulheres de Caria e das Inguias.

13.32 D. Martim Vasquez Cunha

Fidalgo que trocou o seu senhorio de Arganil pelo senhorio de Belmonte e couto de S. Romão com o Bispo de Coimbra em 1392. Em 1394 foi nomeado alcaide de Linhares. Por defender os direitos dos filhos de D. Pedro I e D. Inês de Castro ao trono português, foram-lhe confiscados os seus bens, tendo que se refugiar em Espanha de onde mais tarde invadiu as terras de Belmonte. Era conhecido por *Roncador*.

²⁷⁹ Segundo informações recolhidas por Manuel Marques, presentes na sua obra “*Concelho de Belmonte, Memória e História*”

13.33 Capitão José Manuel Costa Martins

Foi capitão de cavalaria, era natural de Belmonte e filho de Judite Soares Costa Martins e do Engenheiro Manuel Martins.

Após ter regressado de Angola, onde cumprira a sua primeira Comissão de Serviço como Alferes Miliciano, o Capitão Costa Martins, prestou serviço na Metrópole, como Tenente da GNR em Coimbra e Porto. Em Janeiro de 1969 regressou ao Exército e a Mafra, onde frequentou o curso de comandante de Companhia.

Em Janeiro de 1970 regressou à Província de Angola onde faleceu em combate no dia 28 de Fevereiro do mesmo ano.

13.34 D. Egas Fafes

Bispo de Coimbra desde 1246 a 1267. Foi uma personagem de destaque entre o Clero, perante o rei e o Papa. No concelho de Belmonte o seu papel foi fundamental e relaciona-se não só com a tarefa de repovoamento levada a cabo através da dinamização de infra-estruturas religiosas como pela aquisição e aforamento de propriedades.



Figura 116: Túmulo com estátua jacente de D. Egas Fafes (Sé Velha de Coimbra)

O que mais marcou a sua ligação a Belmonte foi o facto de este bispo ter obtido autorização para construir a torre de menagem do Castelo de Belmonte por carta de D. Afonso III de 3 de Abril de 1266.

13.35 D. Rodrigo Fernandes

Foi cónego regente de Santa Cruz de Coimbra e prior do Convento de São Vicente de Fora em Lisboa. Foi também Bispo da Guarda.

13.36 D. Tibúrcio

D. Tibúrcio foi Bispo de Coimbra entre 1234 e 1246. Fez várias aquisições no concelho de Belmonte e concedeu várias cartas de aforamento e emprazamento.



Figura 117: Pormenor da estátua jacente do túmulo de D. Tibúrcio (Sé Velha de Coimbra)

Em 1262, após o Concílio Nacional de Braga foi a Roma com o bispo de Lisboa. Para em nome do episcopado, das autoridades eclesíásticas e civis, e do povo, pedir a Urbano IV dispensa para o casamento canónico de D. Afonso III com D. Beatriz, e legitimação dos filhos destes e o levantamento do interdito lançado a Portugal. O que acabou por acontecer por meio da Bula *In Nostra* de 4 de Julho de 1263.

Jaz na Sé de Coimbra em túmulo com estátua jacente, na Capela de Santa Clara.

13.37 D. Vasco Manuel Figueiredo de Cabral da Camara 1º Conde de Belmonte

Filho de D. Pedro de Figueiredo Cabral da Camara²⁸⁰, vedor da Rainha D. Maria I e de D. Mariana de Meneses, primeira filha de D. José de Meneses da Silveira Castro e Távora²⁸¹ e de sua mulher, a condessa D. Luíza Gonzaga de Rappach, dama da Rainha D. Maria Ana de Áustria.

²⁸⁰ D. Pedro da Camara Figueiredo Cabral para além de vedor da rainha D. Maria I foi gentil-homem da câmara do príncipe D. João, do conselho da referida soberana, moço fidalgo com exercício no paço e depois fidalgo escudeiro. Foi também alcaide-mor das vilas de Sertã e Pedrógão Pequeno, segundo senhor dos Maninhos da Covilhã, décimo quinto senhor do Morgado de Belmonte e Santo André de Azurara, por sucessão a seu parente Caetano Francisco Cabral. Foi nono senhor do Morgado da Ota, Comendador de S. João Baptista de Cinfães e de S. Pedro de Merlim, de S. Salvador de Castelões e de Santiago de Besteiros por sucessão a sua avó D. Madalena Luísa de Lencastre, em virtude de mais uma vida da mercê de mais uma vida nos bens da coroa e ordens, que possuía D. Rodrigo António de Figueiredo Alarcão, seu irmão e gentil homem da câmara do infante D. Manuel conforme portaria de 14 de Julho de 1752.

²⁸¹ D. José de Meneses da Silveira Castro e Távora foi gentil-homem da câmara de D. José I e de D. Maria I, Comendador de Santa Maria de Valada na Ordem de Cristo, Governador de Torre Velha e de S. Sebastião de Caparica.

Nasceu a 29 de Março de 1797 e sucedeu na casa de seu pai em 1794. Casou em 17 de Janeiro de 1795 com D. Jerónima Margarida de Noronha, dama da Rainha D. Maria I, dama da Ordem de Santa Isabel, filha de D. José de Noronha²⁸² e de D. Maria Isabel das Montanhas Mascaranhas Ribeiro Soares. Deste matrimónio nasceram, em 1800, D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara e, em 1805, D. Maria de Figueiredo Cabral da Câmara que acabou por falecer no mesmo ano.

Recebeu do príncipe regente D. João, em nome de sua mãe, a Rainha D. Maria I, o título de Primeiro Conde de Belmonte por Decreto de 13 e Portaria de 18 de Maio de 1805.

Por carta régia de 30 de Abril de 1826 foi feito fidalgo da casa real, título de que prestou juramento e tomou posse na respectiva câmara na sessão de 31 de Outubro do mesmo ano. Foi porteiro-mor da casa-real, gentil-homem da câmara de El-rei D. João VI, décimo sexto senhor do morgado de Belmonte e do Santo André de Azurara, décimo senhor do morgado da Ota e terceiro senhor dos Maninhos da vila da Covilhã. Foi Comendador das comendas acima referidas na Ordem de Cristo, o qual em sua vida desfrutou de duas tenças anuais de quinhentos mil reis cada uma imposta na alfândega do Porto; uma tença de cem mil reis no almoxarifado da casa das carnes; duas tenças, uma de trezentos mil reis e outra de quinhentos mil reis, ambas anuais e impostas no Almoxarifado dos Vinhos. Foi grã-cruz das Ordens de Nossa Senhora da Conceição e da Ordem Torre e Espada, Presidente da Junta da Administração do Tabaco e tenente-coronel de Cavalaria. Faleceu a 10 de Novembro de 1830.

Usava brasão de armas de prata, com duas cabras de púrpura passantes, armadas de negro, Coroa de Conde e Timbre com uma cabra do escudo.

13.38 D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara 2º Conde de Belmonte

Filho de D. Vasco Manuel Figueiredo Cabral da Camara e D. Jerónima Margarida de Noronha, nasceu a 15 de Dezembro de 1800. Foi-lhe concedido o título de Conde de Belmonte ainda em vida de seu pai a 4 de Julho de 1806, embora somente após a morte deste em 10 de Novembro de 1830 lhe sucedeu nos senhorios, casas e cargos honoríficos.

²⁸² D. José de Noronha foi do Conselho da rainha D. Maria I, moço fidalgo com exercício na casa real sendo filho dos quintos Condes de Arcos de Valdevez, deputado da Junta dos Três Estados e tenente-coronel de cavalaria.



Figura 118: D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara (2º Conde de Belmonte)

A 24 de Novembro de 1820 contraiu matrimónio com D. Maria Domingas de Castelo Branco, filha dos segundos Marquesses de Belas e sétimos Condes de Pombeiro, que era dama de D. Maria I e dama de honor das rainhas D. Carlota Joaquina, D. Maria II, D. Estefânia e D. Maria Pia. Deste casamento nasceram, em 1827, D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara que faleceu em 1830, D. Constança Maria de Figueiredo Cabral da Camara²⁸³, D. Vasco António de Figueiredo Cabral da Camara que nasceu em 1829 e veio a ser o terceiro Conde de Belmonte, D. Jerónima Maria de Figueiredo Cabral da Camara²⁸⁴, D. Maria da Madre Deus de Figueiredo Cabral da Camara²⁸⁵ e D. Maria do Patrocínio de Figueiredo Cabral da Camara.

Foi fidalgo da casa real, porteiro-mor, gentil-homem da câmara D. João VI, Comendador de S. Pedro de Merlim em Guimarães no arcebispado de Braga, de S. João Batista de Cinfães no bispado de Lamego, de S. Pedro de Baba no de Bragança e de Miranda, de S. Salvador de Castelões e de S. Tiago de Besteiros de Viseu sendo todas estas comendas da ordem de Cristo. Foi décimo sétimo senhor do Morgado de Belmonte e Santo André no termo de Azurara da Beira, décimo-primeiro senhor do Morgado de Ota e Capitão de Cavalaria. Faleceu a 5 de Abril de 1834. A viúva, D. Maria Domingas de Castelo Branco, casou em segundas núpcias no dia 1 de Abril de 1837 com D. Francisco de Paula de Portugal e Castro, décimo terceiro Conde de Vimioso, senhor da Casa de Valença e Par do Reino.

²⁸³ D. Constança Maria de Figueiredo Cabral da Camara foi dama de honor das rainhas D. Estefânia e D. Maria Pia, casou com D. José Agostinho de Mendonça Rolim de Moura Barreto, segundo Duque de Loulé e primeiro Conde de Vale dos Reis.

²⁸⁴ D. Jerónima Maria de Figueiredo Cabral da Camara casou com João Bernardo Viana Berquó, moço fidalgo com exercício na Casa Imperial do Brasil, Comendador da Ordem de Cristo e Cavaleiro de Nossa Senhora da Conceição.

²⁸⁵ D. Maria da Madre Deus de Figueiredo Cabral da Camara casou com Francisco Figueira Freire, bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, Director Clínico do Hospital S. José.

13.39 D. Vasco António de Figueiredo Cabral da Camara 3º Conde de Belmonte

Filho de D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara e de D. Maria Domingas Manoel de Castelo Branco, nasceu a 4 de Maio de 1829. Por decreto de 25 de Junho de 1847 da rainha D. Maria II viu o título paterno de conde renovado.

Foi fidalgo da casa real, décimo oitavo senhor do Morgado de Belmonte e Santo André no termo de Azurara, décimo segundo senhor do Morgado da Ota, porteiro-mor honorário da casa real e Comendador da Ordem de Cristo.



Figura 119: D. Vasco António de Figueiredo Cabral da Camara (3º Conde de Belmonte)

Casou em 1847 com D. Maria do Carmo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, dama das rainhas D. Maria II, D. Estefânia e D. Maria Pia, que era filha da Duquesa Infanta D. Ana de Jesus Maria e do primeiro Duque e segundo Marquês de Loulé e nono Conde do Vale dos Reis, D. Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto. Teve os seguintes filhos: D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara²⁸⁶, D. Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Camara²⁸⁷, D. Ana de Jesus Maria de Figueiredo Cabral da Camara, D. Maria Domingas de Figueiredo Cabral da Camara, D. Carlota Isabel de Figueiredo Cabral da Camara, D. Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Camara²⁸⁸ e D. Constança do Carmo Figueiredo Cabral da Camara.

²⁸⁶ D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara nasceu a 20 de Julho de 1848, foi habilitado agrónomo pelo Instituto Agrícola, casou a 30 de Janeiro de 1882 com D. Maria das Necessidades de Siqueira Freire, filha de Ascenso de Siqueira Freire e D. Maria da Graça Lobo da Silveira, filha dos terceiros Marqueses de Alvito, D. José António Plácido Lobo Silveira Quaresma e de D. Isabel Vicência Inês da Cunha e Lourena.

²⁸⁷ D. Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Camara nasceu a 19 de Fevereiro de 1850 e foi coronel de cavalaria. Casou a 17 de Abril de 1877 com D. Ana Maria Lobo d'Almeida Mello e Castro, filha dos terceiros Condes das Calveias, D. Francisco Xavier Lobo d'Almeida Mello e Castro e D. Catarina de Sousa Holstein.

²⁸⁸ D. Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Camara nasceu a 25 de Janeiro de 1866, tirou o curso de engenharia civil da Escola do Exército. Casou com D. Eugénia Braamcamp Freire, filha dos terceiros Condes do

Foi grande amator de touros e bandarilheiro de grande mérito nas corridas fidalgas do seu tempo. Faleceu a 8 de Setembro de 1870.

13.40 D. Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Camara 4º Conde de Belmonte

Filho de D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara e de D. Maria das Necessidades de Siqueira Freire, nasceu em 1885. Foi engenheiro agrónomo e contraiu matrimónio com sua prima D. Ana Jesus Maria de Siqueira em 1916 com quem teve os seguintes filhos: D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara (1917-1921), D. Augusto Maria de Figueiredo Cabral da Camara (1919-1920), D. Vasco António Maria de Figueiredo Cabral da Camara que viria a ser o quinto Conde de Belmonte, D. Ascenço Maria de Figueiredo Cabral da Camara²⁸⁹, D. Maria Teresa de Figueiredo Cabral da Camara²⁹⁰, D. Pedro de Figueiredo Cabral da Câmara (1922-1925), D. Rui de Figueiredo Cabral da Camara, D. Maria de Aldegundes de Figueiredo Cabral da Camara²⁹¹, D. Maria Amália de Figueiredo Cabral da Câmara²⁹², D. Rodrigo de Figueiredo Cabral da Camara²⁹³, D. Pedro Álvares Cabral de Figueiredo da Camara²⁹⁴, D. Gonçalo de Figueiredo Cabral da Camara²⁹⁵ e D. Maria da Assunção de Figueiredo Cabral Camara²⁹⁶.



Figura 120: D. Vasco António Maria de Figueiredo Cabral da Camara (4º Conde de Belmonte)

Sobral, Hermano Braamcamp Sobral de Mello Breyner e D. Francisca d'Almeida e Vasconcelos, filha dos Condes da Lapa.

²⁸⁹ Nasceu em 1920 e casou com Maria do Carmo Josefa das Dores de Siqueira.

²⁹⁰ Nascida em 1921, casou com Luís Paulo de Menezes e Melo Vaz de São Paio.

²⁹¹ Nasceu em 1926 e contraiu matrimónio com Fernando Luís LeCoq da Costa e Silva Guerreiro de Sousa.

²⁹² Faleceu ainda bebé.

²⁹³ Faleceu ainda bebé.

²⁹⁴ Nascido em 1930, casou com Maria Gabriela Tovar Leite da Cunha.

²⁹⁵ Nasceu em 1931 e casou com D. Ana Maria Maria José de Melo (Cartaxo).

²⁹⁶ Nascida em 1934, contraiu matrimónio com Alberto Weemans Lisboa e Lima.

Falecido em 1949, sucedeu-lhe seu filho D. Vasco António Maria de Figueiredo Cabral e Camara.

13.41 D. Vasco António Maria de Figueiredo Cabral da Câmara 5º Conde de Belmonte

Filho de D. Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Camara e de D. Ana de Jesus de Siqueira, nasceu em 1919 e contraiu matrimónio com D. Maria João de Albuquerque d' Orey em 1955. Deste casamento nasceram os seguintes filhos: D. Ana Maria d'Orey de Figueiredo Cabral da Camara²⁹⁷, D. Mafalda d'Orey de Figueiredo Cabral da Camara²⁹⁸, D. Maria da Graça d'Orey de Figueiredo Cabral da Camara²⁹⁹, D. Vasco Maria d'Orey de Figueiredo Cabral da Camara³⁰⁰, D. Maria d'Orey Figueiredo Cabral da Camara³⁰¹, D. Pedro d'Orey de Figueiredo Cabral da Camara³⁰², D. Maria João d'Orey de Figueiredo Cabral da Camara³⁰³, D. Gonçalo de Figueiredo Cabral da Camara³⁰⁴, D. Maria Carmo d'Orey de Figueiredo Cabral da Camara³⁰⁵.

13.42 José Coutinho Barriga da Silveira Castro e Camara 1º Visconde de Tinalhas

Filho de Tomás António Coutinho Barriga da Silveira Castro e Camara e de Joana Meireles Guedes Cabral, nasceu em 19 de Julho de 1802 na Soalheira, Fundão. Era neto paterno de António Luís Coutinho Barriga da Silveira Castro Câmara e de Maria do Carmo Boino e Mello, Marquesa de Calabina. E neto materno de António Meireles e de Isabel Meireles Cabral. Em 1843 casou com D. Guilhermina Ribeiro Leitão, filha de Fabião Francisco Leitão Guedelha e de Ana Máxima Ribeiro.

O título foi-lhe concedido por D. Luís I, por Decreto de 10 de Outubro de 1870. Foi fidalgo da Casa Real, Senhor dos Morgados dos Olhos de Água e Alviela. Foi também fundador da Sociedade Filarmónica de Tinalhas. Faleceu a 3 de Julho de 1886.

²⁹⁷ Nasceu em 1956 e casou com Michael Joseph Stilwell.

²⁹⁸ Nasceu em 1957 e casou com Rui Eduardo de Oliveira Soares.

²⁹⁹ Nascida em 1958, casou com José Diogo Bleck de Siqueira.

³⁰⁰ Nasceu em 1960 e casou com Ana Isabel Pinto Basto de Novaes e Ataíde.

³⁰¹ Nasceu em 1961 e contraiu matrimónio com António Maria Sarsfield de Pinto Ribeiro.

³⁰² Nasceu em 1962 e casou com Maria Alexandra Pereira Xavier do Amaral.

³⁰³ Nasceu em 1964 e casou com Francisco Xavier Pinto Coelho de Andrade e Sousa.

³⁰⁴ Nascido em 1967, casou com Mariana de Macedo Santos Cardoso Salgado.

³⁰⁵ Nascida em 1970, casou com Simão Nascimento da Cunha.

13.43 Tomás de Aquino Coutinho Barriga da Silveira Castro e Camara - 2º Visconde de Tinalhas

Nasceu a 10 de Janeiro de 1848 e era filho de José Coutinho Barriga da Silveira Castro e Camara e de sua esposa Maria Guilhermina Ribeiro Leitão. Foi moço-fidalgo com exercício, par do Reino, deputado da nação e grande proprietário no concelho de Castelo Branco. Na política, começou como vereador e depois como presidente da Câmara Municipal de São Vicente da Beira. Seguiu a dissidência de João Franco de quem era devotado amigo, ingressando no partido regenerador-liberal. Foi deputado em várias legislaturas e foi elevado ao pariato em 19 de Maio de 1906. Exerceu ainda as funções de Procurador-Geral do Distrito de Castelo Branco.

Em 1868 casou com a sua prima Maria José de Meireles Guedes Cabral, filha do Dr. Teodoro Meireles Cardoso Gramacho e de D. Luísa de Meireles Taborda com quem teve um filho e várias filhas.

O título de Visconde foi-lhe renovado por decreto de 9 de Dezembro de 1887. Faleceu em 4 de Janeiro de 1916.

13.44 José de Meireles Coutinho Barriga da Silveira Castro e Camara - 3º Visconde de Tinalhas

Filho de Tomás de Aquino Coutinho Barriga da Silveira Castro e Camara e Maria José de Meireles Guedes Cabral, nasceu em 9 de Agosto de 1880. Foi um grande proprietário em Tinalhas, nos concelhos de Ferreira do Zêzere, Fundão e Idanha-a-Nova. Dedicou-se aos progressos na lavoura. Foi vereador da Câmara Municipal de Castelo Branco e vogal da Junta Geral do Distrito. O título foi-lhe confirmado por alvará do Conselho da Nobreza, em nome de D. Duarte, Duque de Bragança, de 1 de Maio de 1952. Faleceu solteiro e sem descendência em 26 de Outubro de 1973.

13.45 José Homem Machado de Figueiredo Leitão - 1º Conde, Visconde e Barão de Caria

Nasceu em Gouveia no dia 22 de Março de 1832 e era filho de José Homem de Figueiredo Leitão, Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Bacharel em Cânones e primeiro administrador de um vínculo instituído por seu pai, (José

Homem de Figueiredo) que era, por sua vez, fidalgo-cavaleiro da casa real, e de Josefa Emília Pinto de Sá Machado.



Figura 121: José Homem Machado de Figueiredo Leitão (1º Conde, Visconde e Barão de Caria)

Recebeu os títulos de Barão, Visconde e Conde de Caria em 1864, 1869 e 1879 respectivamente, por doação de D. Luís I.

Foi bacharel em leis e um grande proprietário agrícola na Beira Alta. Dedicou-se, igualmente à indústria criando uma fábrica de lanifícios em Gouveia que ele próprio administrava. Na política fez parte do partido progressista.

Casou em primeiras núpcias com D. Maria Matilde do Amaral Abreu Castelo Branco, filha de Bernardino do Amaral de Sousa e Meneses que era fidalgo da casa real e capitão-mor de ordenanças de Linhares, e de sua mulher D. Maria do Carmo de Abreu Castelo Branco. Após o falecimento da primeira esposa, contraiu matrimónio em segundas núpcias com a cunhada, D. Emília de Meneses de Abreu Castelo Branco, natural de Vila Mendo.

Do primeiro casamento nasceu Bernardo Homem Machado de Figueiredo de Abreu Castelo Branco. Do segundo casamento nasceu António Homem Machado Figueiredo Abreu Castelo Branco.

José Homem Machado de Figueiredo Leitão faleceu a 5 de Abril de 1905, sucedendo-lhe seu filho Bernardo.

13.46 Bernardo de Abreu Castelo Branco Homem Machado de Figueiredo Leitão - 2º Conde de Caria

Filho de José Homem Machado de Figueiredo Leitão e de Maria Matilde do Amaral Abreu Castelo Branco, nasceu em 1856 e faleceu em 1929. Foi segundo Conde de Caria por concessão de segunda vida do título em 1870. Foi também fidalgo da casa real, bacharel em

direito pela Universidade de Coimbra, vice-governador do Banco Nacional Ultramarino e primeiro presidente da União Velocipédica Portuguesa.



Figura 122: Bernardo de Abreu Castelo Branco Homem Machado de Figueiredo Leitão (2º Conde de Caria)

Do seu casamento com D. Eugénia da Silveira Viena nasceram D. Maria Emília Viena Mendes Machado de Almeida e D. Maria Conceição de Abreu Castelo Branco Homem Machado. A primeira casou com Boaventura Mendes de Almeida, oficial de Marinha de Guerra, e a segunda com o Dr. Fernando Cortez Pizarro de Sampaio e Melo.

13.47 Bernardo Viena Machado Mendes de Almeida – 3º Conde de Caria

Era filho varão da filha primogénita do 2º Conde de Caria, Maria Emília Viena Mendes Machado de Almeida e de seu marido Boaventura Freire Corte Real Mendes de Almeida, nasceu no dia 6 de Agosto de 1912. Foi Conde de Caria, por autorização da Comissão dos Títulos do Partido Monárquico em nome do Senhor D. Duarte de Bragança.



Figura 123: Bernardo Viena Machado Mendes de Almeida (3º Conde de Caria)

Estudou durante algum tempo na Suíça, depois no Liceu Pedro Nunes e na Faculdade de Direito em Lisboa. Em 1934, após o falecimento do seu pai, passou a representar a família na Gerência de C. Santos Lda. e em 1936 seria administrador da Empresa Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas. Esteve ligado a diversas Companhias de Seguros, entre as quais a Atlas, a Companhia Europeia de Seguros e a Companhias de Papel como a do Prado e a Sonefe. Foi vice-presidente e presidente do Grémio dos Importadores, Agentes e Vendedores de Automóveis e Acessórios do Sul desde 1944. Foi membro do Conselho Superior de Transportes Terrestres, vice-presidente da Associação Comercial de Lisboa, director da Associação Industrial Portuguesa, sócio, presidente e governador de todo o distrito português do Rotary Clube de Lisboa. Na política, destaca-se o cargo de Procurador da Câmara Corporative durante o Estado Novo.

Destacou-se em desportos como a vela de competição e o ski. Foi cinco vezes campeão de Portugal em barcos da Classe Internacional *Dragão* tendo ganho também em regatas Arcachon e Holanda. Em 1955, ganhou a Taça *Virginie Hériot*. Exerceu os seguintes cargos na área desportiva: director do Clube Náutico Português e do Clube Naval de Cascais, presidente da direcção do Ski Clube de Portugal, director e membro do Conselho Técnico da Federação Portuguesa de Vela. Foi ainda delegado da Federação Portuguesa de Vela nos Jogos Olímpicos de 1948, em Londres; chefe de equipa nos Jogos Olímpicos de 1952, em Helsínquia; concorrente e chefe de missão aos Jogos Olímpicos de 1956, em Melbourne onde foi igualmente porta-bandeiras no desfile inicial. O cargo mais importante foi o de Director da Federação Internacional de Vela.

Casou em 1936 com D. Maria Carlota de Sousa e Faro de Lancastre, filha do Dr. Fernando de Lancastre e neta do Dr. António de Lancastre, ambos médicos ilustres. Deste matrimónio nasceram três filhos: Bernardo José de Lancastre Mendes de Almeida, formado em Ciências Económicas pela Universidade de Notre Dame, que casou com Margaret Ann Baldinger; João Filipe de Lancastre Mendes de Almeida formado em direito e que casou com Maria Emilia de Lancastre Ferreira Pinto; Isabel Maria de Lancastre Mendes de Almeida que casou com Luís Bruno Ferreira da Cunha Pignatelli.

14 LENDAS E CONTOS

As lendas e contos constituem testemunhos orais essenciais e preciosos para o conhecimento de uma sociedade e de uma região. São pontos de partida para estudos em diversas áreas, nomeadamente Histórica e Etnográfica, e por vezes por terem um fundamento real embora se diga que *“quem conta um conto aumenta-lhe um ponto”*.

Neste capítulo apresentam-se algumas dessas histórias e tradições que a oralidade transportou até aos nossos dias. Procurou-se interpretá-las do ponto de vista psicossocial e histórico de forma a desvendar os factos que as originaram e a mensagem que transmitem.

14.1 A Cabra e o Cabrito de Ouro

Conta-se que em tempos existia um pastor nestas terras que sonhou três vezes seguidas com a seguinte frase:

- *Vai a Belém que lá encontrarás o teu bem!*

O pastor cansado de ouvir essa voz que insistentemente se repetia, pôs-se a caminho.

Já em Belém, procurou incessantemente algo que explicasse o seu sonho mas nada encontrou.

Desanimado e quase a desistir da sua procura, encontrou um outro pastor que lhe perguntou a razão de tamanha tristeza.

O Pastor de Belmonte resolveu contar o sucedido e o outro pastor respondeu-lhe:

- *Então vós ainda acreditais em sonhos?! Eu também costumo sonhar que numa terra chamada Belmonte, há uma laje onde, todos os dias, se deita uma cabra amarela, e que debaixo dela existe um tesouro, mas eu não acredito em sonhos!*

O Pastor ao ouvir isto deu um salto e pôs-se a caminho de casa. Ele sabia bem qual era a laje e a cabra a que o outro pastor se referia.

Quando chegou à sua terra não tardou a dirigir-se à laje. Levantou-a e escavou até encontrar o tesouro: uma Cabra e um Cabrito de ouro.

Decidiu então dividir o seu tesouro com o Rei mas os conselheiros não o queriam deixar entrar e responderam-lhe:

- *Deixai-nos o presente que nós mesmo entregaremos ao Rei.*

O Pastor não arredou pé enquanto não o levaram à presença do Rei.

Perante a insistência do Pastor o rei acabou por o receber. Quando o pastor entrou na sala onde o Rei estava perguntou:

- *Onde está sua Majestade, o Rei?*

O Rei respondeu:

- *Aqui, o que queres?*

O pastor explicou:

- *Senhor trouxe-vos um presente. Trago aqui uma cabra e um cabrito, qual quereis?*

O rei respondeu:

- *Quero o cabrito, sempre será mais tenro que a cabra.*

O pastor entregou-lhe o cabrito mas o Rei ao ver que era de ouro exclamou:

- *Agradeço o presente mas tenho pena que o cabrito fique órfão!*

A isto o pastor retorquiu:

- *Mas não tenhais senhor pois também vos deixo a mãe do cabrito.*

Perante tamanho acto de generosidade e lealdade o Rei decidiu recompensar o pastor. Mandou-o ir à sua cavalaria e escolher o melhor cavalo dizendo-lhe que todas as terras que percorresse em redor de Belmonte, desde o nascer do sol até ao pôr-do-sol passariam a ser suas.

Esta lenda salienta a fidelidade do pastor que seria um Cabral e explica a vastidão de bens e cargos de que os Cabrais eram detentores.

As cabras serão símbolos heráldicos dos Cabrais e encontram-se representadas através da cabra e do cabrito de ouro que o pastor da lenda descobriu.

14.2 A Prensa

A fidelidade dos Cabrais foi sempre elogiada e para a provar diz-se que há muito tempo, tanto que já nem se sabe precisar, o Castelo de Belmonte fora cercado pelo inimigo e o alcaide, um Cabral, resistiu com todo o povo assegurando a defesa do castelo.

As gentes de Belmonte cansadas da resistência afrouxaram um pouco a vigília e a filha do alcaide que, habituada à ternura de todos, brincava alheada da situação, foi raptada.

O rapto serviria para moeda de troca. Os inimigos ameaçaram o alcaide - *a vida da tua filha ou o Castelo!*

O alcaide, longe de imaginar que alguém seria mesmo capaz de fazer mal a uma criança, não cedeu, preferiu ser fiel e tentou dissuadir o inimigo do seu propósito apelando-lhe que lutasse com valentia, de forma honrada e sem covardia.

Mas perante a recusa determinante do alcaide os inimigos sacrificaram a menina esmagando-a atrozmente numa prensa idêntica à que hoje se observa esculpida no Pelourinho ou na Igreja de Santiago.

A Prensa, segundo a tradição popular, passou a ser o Brasão do Concelho e é considerado o símbolo do sofrimento e de resistência do Castelo, encontrando-se noutros tempos nas portas da vila ou em fontes.

As interpretações dos historiadores dizem que este símbolo teria sido adoptado pelo alcaide-mor, Fernão Cabral I, e que poderá não estar relacionado com qualquer sacrifício ou cerco relatados mas com o rigor e fidelidade com que este aplicava a justiça nos cargos de Corregedor da Justiça nas terras da Beira e Riba-Côa e ainda nas comarcas de Viseu e Covilhã. Seja como for é conhecida a fidelidade dos Cabrais ao Rei e os cargos e bens que receberam os seus membros como recompensa pelos serviços prestados. Prova do reconhecimento dessa fidelidade é o facto de alcaidaria de Belmonte acabar por ser dispensada de menagem ao rei.

14.3 Nossa Senhora da Esperança – Tradições, Lendas e Milagres

A Nossa Senhora da Esperança é a Santa mais venerada de Belmonte e a sua procissão realiza-se nesta vila no dia 26 de Abril.



Figura 124: Escultura da Nossa Senhora da Esperança (em dia de procissão)

Segundo a tradição, esta escultura terá acompanhado Pedro Álvares Cabral na viagem em que descobriu o Brasil. A devoção por Nossa Senhora da Esperança era já antiga na família Cabral, o que se explica pelo facto de ter sido patrona da ermida construída na Serra de Montes Crestados, em Belmonte, por Álvaro Gil Cabral e sua mulher D. Maria Eanes

de Loureiro e de mais tarde acabar por dar o nome ao convento fundado por D. Jorge Cabral e à serra.

Depois de extintas as ordens religiosas e de o Convento de Belmonte ter sido abandonado pelos frades, esta escultura foi para a Capela de São Francisco de onde foi, posteriormente, para a Igreja de S. Tiago. Actualmente esta escultura encontra-se na Igreja Matriz de Belmonte.

Trata-se de uma imagem em pedra de Ançã cuja execução poderá remontar ao século XV e a autoria é atribuída por alguns estudiosos à escola de João de Ruão ou à do Mestre Afonso.

Esta invocação da Virgem - a Esperança - é simbolizada do ponto de vista iconográfico pelo Menino Jesus, que a Virgem deu à luz para ser que fosse o Redentor do Mundo, e pelo cacho de uvas com que o Menino alimenta a ave, ou seja a Humanidade.

As pessoas de Belmonte têm para com Nossa Senhora da Esperança uma grande devoção e fé, fortalecida, em parte, por dois fenómenos sociais e políticos - A Emigração e a Guerra Colonial.

Terá sido Nossa Senhora da Esperança que, segundo a tradição, valeu a D. Maria Antónia de Brito, viúva de Fernão Cabral, Senhor de Belmonte, quando em 1694 houve um incêndio numa das casas do Castelo e aquela senhora pediu a esta que lhe valesse, pois, feito o pedido o vento aplacou e o incêndio foi facilmente dominado.

Também a Nossa Senhora da Esperança é atribuído o dom da cura dos doentes, por isso, em caso de doença, os populares vão buscar um dos Mantos de Nossa Senhora para o colocar sobre o enfermo que logo recupera do mal. É por essa razão que são famosas as ofertas de novos mantos ou de jóias a Nossa Senhora da Esperança como forma de recompensa e gratidão pelas graças recebidas.

Foi por causa desta Devoção e do Orgulho que as pessoas de Belmonte têm pela Nossa Senhora da Esperança que por duas vezes impediram a sua saída da vila. No primeiro episódio o povo retirou a imagem da Igreja e escondeu-a na cama de duas senhoras/raparigas solteiras para evitar a sua saída da vila para a inauguração de Brasília (no tempo do Cardeal Cerejeira). O segundo episódio deu-se por ocasião da Feira Internacional de Sevilha e de novo impediu a saída da imagem de Nossa Senhora de Belmonte da Vila.

14.4 Santa Bebiana e São Martinho

Em Caria e nas Inguias são célebres os festejos da Santa Bebiana e de São Martinho que se realizam no dia 2 de Dezembro. Nessa data, em Caria assiste-se a uma festa muito particular que inclui uma procissão em honra de Santa Bebiana à qual se junta uma procissão dedicada à São Martinho vinda das Inguias. Os andores transportados ostentam santos improvisados feitos de palha, enfeitados com cabaças de vinho ou garrafões. O ponto de encontro é no Cruzeiro de Caria situado no largo da Casa do Povo. Aí são recitadas orações dedicadas ao vinho e ao álcool ao qual estes santos são associados. Unidas as procissões, cuja indumentária inclui um “padre” ou pregador sobre um palio, a folia é geral e domina as ruas da vila onde pela madrugada dentro se bebem barris de vinho, e se come muita carne assada. Por vezes tocam-se tambores e música.

Conta-se que outrora os festejos tradicionais começavam no dia anterior quando os mordomos que tinham sido nomeados no ano anterior iam de porta em porta tocando chocalhos para avisar da proximidade da grande festa e assim intimar todos para participarem nela.



Figura 125: Andor de Santa Bebiana



Figura 126: Festejos de Santa Bebiana

Não se sabe a origem e início destes festejos contudo, ao assumirem um carácter pagão fazem lembrar as festas báquicas em honra do Deus Baco ou Dionísio.

Jorge Horácio Brás na sua obra *Tinhalhas, o meu berço a minha raiz* descreve como a festa de Santa Bebiana era celebrada nessa localidade pertencente ao distrito de Castelo Branco. As

semelhanças são bastantes e, sabendo que os Viscondes de Tinalhas tiveram casas em Caria, pode levantar-se a hipótese de esta festa ter sido trazida de lá por intermédio destes. Para fundamentar esta hipótese salienta-se o facto de o próprio topónimo de Tinalhas estar relacionado com a vinicultura uma vez que, uma tinalha é uma tina ou dorna pequena para o vinho e que segundo Viterbo servia para recolher, conduzir, pisar as uvas e guardar o mesmo vinho. Este facto poderá denunciar que nessa localidade existiria bastante produção vinícola. A devoção por Santa Bebiana ou por S. Martinho parecem naturais neste contexto.

Mas qual a verdadeira história de Santa Bebiana, a padroeira dos bêbados?

Santa Bebiana era uma virgem romana cristã que viveu no século IV. Era filha de Flaviano, antigo perfeito de Roma e de Dafrosa. Ela e a sua família foram vítimas do imperador Juliano Apóstata que tentou aniquilar o Cristianismo e impor novamente o paganismo. Torturou diversos cristãos. O pai de Santa Bebiana foi marcado na testa com um ferrete de escravo e lançado às Águas Taurinas, na Toscana, onde faleceu devido às privações que sofreu. Dafrosa foi decapitada.



Figura 127: Escultura de Santa Bebiana

Bebiana foi entregue a uma alcoviteira a quem incumbiram de a corromper. Deverá ter convivido com todo o tipo de orgias, onde o consumo de vinho seria habitual. Mas a jovem cristã não se deixou corromper e por isso, em 363 d. C. o pretor Aproniano mandou que a amarrassem a uma coluna e encarregou os carrascos de a azorragarem até à morte.

Seguem-se algumas das orações proferidas durante esta festa em Caria:

O Credo dos Ébrios

“Creio no álcool a 360 graus, todo-poderoso e criador de formidáveis carraspanas. Creio na aguardente sua filha, e minha esposa predilecta a qual foi concebida por obra e graça do alambique, nasceu da puríssima cana e padeceu sob pisão dos moinhos. Foi derramada e sepultada num casco, ao terceiro dia, surgiu da garrafa e subiu graciosa e triunfante à caixa dos pirolitos. Escoou o fundo da caldeira e está no tonel bem rolhada, estando à mão direita das barbas do bagaço, de onde há-de vir alegrar uma grande pândega sem fim; dar vistas aos grandes e pequenos, ricos e pobres, doutores e burgueses, santos e diabos. Portanto creio na repetição da pinga, na santa vindima anual, na comunicação dos irmãos do esgota, na renovação das pipas vazias, na bebedeira eterna. Amen!”

O Pai-Nosso do Vinho

“Santa uva que estais na parreira, purificada sejais sem enxofre e sem sulfato. Venha a nós o vosso líquido para ser bebido à nossa vontade tanto na taverna como na nossa casa, livrai-nos de quebrar a cabeça. Amen!”

14.5 A Nossa Senhora da Estrela – Lendas e Histórias

Andava um rei a caçar por estas terras, quando a noite sobreveio sem que antes pudesse acoitar-se. Perdido e acossado por um urso, pediu auxílio a Nossa Senhora. De repente apareceu uma estrela que lhe serviu de guia para se por a salvo. Agradecido com o que considerou ser um milagre, mandou fazer ali uma capela com invocação a Nossa Senhora da Estrela.

Conta-se que D. Pedro andava por estas bandas quando lhe vieram anunciar a morte de D. Inês de Castro. Há quem diga que nesse momento estava acompanhado pelo seu médico e grande amigo, o cónego D. Gil Cabral, Deão da Sé da Guarda, a quem este rei, por mercês e amizade, terá doado grande quantidade de terras em Belmonte e em seu redor. Esta doação terá resultado do facto de este prelado ter assistido ao casamento clandestino de D. Pedro e D. Inês em Bragança (1 de Janeiro de 1354) segundo confirmaria mais tarde, quando já era Bispo.

14.6 O Cativo de Belmonte

Manuel era escudeiro de um cavaleiro de Belmonte. Um dia este partiu para a guerra para lutar contra os mouros e Manuel foi com ele.

Ganharam bastantes batalhas mas certo dia a sorte foi-lhes adversa e preferiu instalar-se no acampamento dos Mouros. Nessa altura, os Cristãos foram desbaratados e Manuel acabou por ficar só entre cimitarras agressivas e mortos impassíveis. Vendo-se só, Manuel decidiu fugir e correu sem parar até que se deparar com o mar, que acabou por se afigurar um obstáculo quase intransponível. Nesse momento apenas conseguiu imaginar os campos verdes e pacíficos da sua terra e por essa razão decidiu escolher as águas do mar e nadar até não poder mais, movido de uma força esperançosa de que conseguiria vencer esta que parecia ser a sua última batalha da sua vida.

Quando as forças lhe começaram a falhar e se ia entregar como um vencido às águas revoltas do mar sentiu que algo que o puxava para cima. De súbito estava estendido num convés de um barco de piratas e o que parecia ser o fim de um pesadelo tornou-se o início de outro. Foi levado para terras longínquas onde viu pessoas diferentes, acabando por ser vendido como escravo a um Mouro.

Como escravo lavrou campos a par de camelos, puxou água de noras juntamente com burros, comeu lado a lado com cães, dormiu contra o corpo de ovelhas e, no entanto, cantava de alegria e fé na Virgem Maria.

Quando à noite, Manuel arranjava a palha do seu leito, sonhava saudosamente com os campos verdes da sua terra natal, cantando hinos de esperança e rezando.

De manhã pouco lhe interessava qual o trabalho que lhe estava destinado, sabia que era doloroso mas no seu íntimo continuava contente por saber que era mais um dia que iniciava e que cada vez estava mais próximo do seu dia ... tinha Esperança.

O seu guardião não conseguia perceber a esperança e alegria estampada no rosto do seu cativo e por isso questiona-o sobre o que murmurava. Manuel respondeu que eram segredos da sua alma e o senhor exigiu que este lhe desse aquela magia. Manuel respondeu-lhe que não era magia mas esperança. O senhor mouro não resistiu à gargalhada e acabou por sobrecarregar Manuel com mais trabalho. À noite mandou fechar Manuel numa arca para se proteger a si mesmo da esperança do seu cativo. O senhor estava crente que assim a Esperança não visitaria mais o seu cativo Manuel mas enganou-se pois numa véspera de Páscoa, quando este dormia dentro da arca ouviu uma voz que o chamava:

- *Acorda Manuel ...*

- *Quem me chama?*

- *Sou eu, a Senhora da Esperança que tanto chamaste! Venho levar-te para Belmonte, chegou o dia da tua partida!*

Era Sábado de Aleluia em Belmonte e para os Cristãos era véspera do dia da Senhora da Esperança. Ninguém esperava Manuel mas um som agudo cortou o céu de onde inesperadamente caiu uma arca. Nessa arca onde viajava a esperança logo surgiu Manuel que sorridente regressava assim à sua terra. Posto isto, logo se ouviram tocar os sinos e as longas histórias que Manuel tinha para contar sobre as suas peripécias e a presença da sua constante companheira, Senhora da Esperança, em honra da qual se decidiu construir uma Capela.

Esta lenda deixa transparecer o costume de os senhores, acompanhados por um grupo de homens, irem combater os mouros no Norte de África. Manuel pertenceria a um desses grupos. É igualmente notória a devoção por Nossa Senhora da Esperança, razão do alento e alegria constante de Manuel, um cristão escravizado por um Mouro.

Apesar de contar com acontecimentos fantásticos e irreais, esta lenda pretende demonstrar o poder da fé na Nossa Senhora da Esperança, ao mesmo tempo que explica a devoção e o motivo da construção de uma capela dedicada a ela. É provável que a capela a que se refere a lenda seja a ermida que existiria nos Montes Crestados antes da Fundação do Convento³⁰⁶.

³⁰⁶ In *Jornal de Belmonte* de Junho de 1984.

14.7 A Cabra Esquartejada em Sacrifício

Em tempo de guerra o castelo de Belmonte foi cercado. Passaram-se dias e dias e o cerco continuava. No interior do castelo começava a faltar água e alimentos por isso, não tardava que se tivessem que render.

Mas quando estavam prestes a entregar-se uma velhinha disse:

- Há aí uma cabra, não há?

- Há. É a que resta.

- Para nós já tanto adianta uma como nenhuma.

E dirigindo-se ao alcaide disse:

- Matai vós mesmo essa cabra. Nós comeremos o sangue. Esquartejai-a e lança a carne ao inimigo.

E assim se fez. O inimigo devorou a carne e debandou, pensando que os sitiados ainda teriam alimento suficiente para resistir até receber ajuda.

14.8 O Gigante das Beiras

Fernão Cabral IV³⁰⁷ era conhecido por Gigante das Beiras por ser um homem robusto e de estatura alta.

Conta-se que um dia enquanto assistia ao teatro, em Estremoz, o fidalgo Francisco de Melo lhe tirou a espada da cinta. Não sabia com quem se havia metido.

No final do teatro, Fernão Cabral, esperou Francisco Melo. Quando o avistou sai-lhe ao caminho e cortou-lhe as orelhas. De seguida foi dependurá-las na Praça de Estremoz.

O povo achou graça, e cantava: "*Quem quiser comprar orelhas/Que vão duas ao real/Vá a casa do Cabral!*"

Fernão Cabral foi condenado pela Justiça Real. Quando o quiseram prender já ele não estava em casa. Degolaram-no, mas só em efígie, porque fugiu a tempo.

Andou por França e Flandres, e, talvez já por se sentir doente, foi para Coimbra onde seu irmão Francisco Cabral estudava direito, continuando a ser um gigante fugitivo e oculto.

³⁰⁷ Vide capítulo "13. Personalidades do Concelho".

Parece que fez tudo para obter o perdão de el-rei. Em 1624, por exemplo, apressou-se com cem homens de Belmonte, armados à sua custa, para servir D. Filipe II em África e em terras de fronteira com os Mouros.

Terá obtido o perdão de D. Filipe II que atendeu ao facto de só ter 20 anos quando prevaricou e do reino ter recebido de seus antepassados muitos serviços e esperar ainda receber outros serviços do próprio Fernão Cabral IV.

Morreu com um fluxo de sangue pelo nariz, que outros dizem que foi pelas orelhas, mais de acordo com a vingança ou castigo divino.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Municipal da Covilhã

- A.M.C., *Pergaminhos* n.º 10, n.º 14 n.º 19 n.º 23 n.º 27 n.º 32 n.º 33 e n.º 34

Arquivo Histórico Militar - Lisboa

- A.H.M./DIV/3/1/43/52; A.H.M./DIV/3/1/43/53; A.H.M./DIV/3/1/43/54 *Mapas estatísticos da Divisão Militar sobre fogos, população e recursos do Concelho de Belmonte distrito administrativo de Castelo Branco.*
- A.H.M./S.E.E.C. - 1ª Divisão - Secção 1270 - B - *Registo Numérico e Nominal dos processos existentes relativos aos militares falecidos na frente da Europa e respectivas placas numéricas.*
- A.H.M., S.E.E.C., 1ª Divisão, Secção 1270 B, fl. 12 - *Registo dos Militares falecidos no C. E. P. na França (por Concelho).*

Arquivo da Fábrica da Igreja Paroquial de Caria

- *Relação de Moradores da Freguesia de Caria com declaração de seus proprietários e rendimentos dos mesmos décimas e maneiço que por ellas pagão, no ano de 1838*
- *Obituário de Caria - ano 1836*

Arquivo Municipal de Belmonte

- *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Belmonte - Secção 1.1*
- *Registo de Minas de Águas Minerais - Secção 12.1*
- *Actas da Comissão de abastecimento -- Secção 3.1*

IMPRESA PERIÓDICA

Biblioteca Nacional

- B.N./J.3786//6M - *Jornal O Agricultor* - Órgão do Sindicato Agrícola de Caria

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

- B.G.U.C., G.N. 3-18, *Jornal a Serra*

Biblioteca Municipal de Coimbra

- B.M.C., Mç. 196, jornal *A Defesa*
- B.M.C., Mç.182, jornal *O Cruzeiro de Caria*
- B.M.C., A-2131, jornal *Concelho de Belmonte*

Associação Cultural e Recreativa de Caria

- *Jornal de Belmonte*

BIBLIOGRAFIA

- *Aguas Radium - Caria, Beira Baixa, Portugal*, Madrid, 1926
- **ALARCÃO**, Jorge, *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 2ª edição, 1988
- **ALLAN**, John C., "A Mineração em Portugal na Antiguidade" in *Boletim de Minas*, Lisboa, 2 (3) 1965
- **ALMEIDA**, João, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Edição do Autor, Lisboa, 1945
- **ALVES**, Alexandre, "A imagem de Nossa Senhora da Esperança de Belmonte e o Descobrimento do Brasil" in *Separata da Revista Beira Alta*, Viseu, 1969
- **BELO**, Aurélio Ricardo, "Dois marcos miliários, inéditos, do troço *Centum Cellae*-Valhelhas, da via militar romana Mérida-Viseu-Braga", in *Separata do volume XI da Revista Arqueologia e História*, 8ª Série, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1964
- **BELO**, Aurélio Ricardo, "O Problema da Torre *Centum Cellae* de Belmonte" in *Separata de Arqueologia e História*, 8ª Série, v. 12, Associação das Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1966
- **CALAIS**, Manuel João, *A Geometria de Centum Cellas*, Edições Floriana Calais, Covilhã, 1974
- **CANELO**, David Augusto, *Criptojudáismo em Belmonte, Orações Inéditas depois de Schwarz*, Belmonte, 1995
- **CANELO**, David Augusto, *O Resgate dos Marranos Portugueses*, Edição do Autor, Belmonte, 1996
- **CANELO**, David Augusto, *Os Últimos Criptojudeus em Portugal*, CMB, Belmonte, 2001
- **CANELO**, David Augusto, *Senhores, Cabrais e Camponeses em Belmonte*, Câmara Municipal de Belmonte, Belmonte, 2000
- *Catálogo do Ecomuseu do Zêzere*, Câmara Municipal de Belmonte, Belmonte, 2000

- **CORREIA**, Vergílio, “O Domínio Romano” in Damião Peres, (dir.) *História de Portugal I*, Barcelos, 1928
- **COSTA**, Américo, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, 1934
- **ESPÍRITO SANTO**, Moisés, *O Brasonário Português e a Cultura Hebraica*, Instituto de Sociologia e Etnologia das Regiões, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997
- **FERREIRA**, Maria do Céu; Perestrelo, Manuel Sabino; Osório, Marcos e Marques, António Augusto (Eds.), *Beira Interior, História e Património, Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior, 1-3- de Outubro de 1998*, Guarda, 2000
- **FRADE**, Maria Helena Simões, “A Torre Centum Cellas: uma Vila Romana” in *Separata da Revista Conimbriga*, XXXII-XXXIII, 1995
- **FRADE**, Maria Helena Simões, *Centum Celas uma Villa Romana na Cova da Beira*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2002
- **GARCIA**, Maria Antonieta, *Judaísmo no Feminino, Tradição Popular e Ortodoxia em Belmonte*, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1999
- **GARCIA**, Maria Antonieta, *Os Judeus de Belmonte – Os Caminhos da Memória*, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993
- **GOMES**, J. Pinharanda, “Memória Histórica do Convento de Nossa Senhora da Esperança de Belmonte” in *Separata da Revista Independência*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 1983
- **GOMES**, J. Pinharanda, *História da Diocese da Guarda*, Ed. Pax, Braga, 1981
- **LEITE**, Teixeira, *Como nasceu a portuguesa?* Terra Livre, Lisboa, 1978
- **LOPES**, Victor Silva, *Iniciação ao Jornalismo*, Quid Juris, 1992
- **MARGARIDO**, Manuel, *Pedro Álvares Cabral*, Col. Grandes Protagonistas da História de Portugal, Planeta de Agostini, Lisboa, 2003
- **MARQUES**, António Augusto da Cunha, “Escavações Arqueológicas no Castelo de Belmonte (1992-1995)” in *Beira Interior – História e Património*, Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior, Guarda, 2000
- **MARQUES**, António Augusto da Cunha, “Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Belmonte” in *Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 2000
- **MARQUES**, Manuel, *Concelho de Belmonte – Memória e História*, CMB, Belmonte, 2001
- **MARQUES**, Manuel, *Concelho de Belmonte, Estudo Monográfico do Concelho de Belmonte*, Câmara Municipal de Belmonte, 2001

- **MARQUES**, Manuel (texto) e **DIAS**, Francisco de Almeida (fotografia), *Belmonte – Terras de Cabral*, CMB, Belmonte, 2001
- **MEDINA**, João (dir.), *História de Portugal*, Clube Internacional do Livro, Lisboa, 15 vols., 1997
- **PERLMAN**, Izhar, *O Sentinela do Vale, Ensaio Fotográfico*, Edição de Azula Lda., 2000
- **PINTASSILGO**, Joaquim, *República e Formação de Cidadãos, A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*, Edições Colibri, 1998
- **QUINTELA**, Artur de Moura, *Subsídios para a Monografia da Covilhã*, Tipografia “O Rebate”, Covilhã, 1899
- **RAU**, Virgínia, *Estudos da História Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1986
- **RODRIGUES**, Adriano Vasco, “A Torre Centum Celas” in *Primeiro de Janeiro*, 18-10-1960
- **RODRIGUES**, Américo, “O Barco do Diabo” in *Jornal Terras da Beira*, Edição de 14 de Janeiro de 1999
- **SALVADOR**, José A., *José Afonso, O Rosto da Utopia*, Edições Afrontamento, Porto, 1999
- **SCHWARZ**, Samuel, *Os Cristãos-Novos em Portugal*, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões da Universidade Nova de Lisboa, 1993
- **SILVA**, Joaquim Cadeias da, *Belmonte, Cabral e o Descobrimento do Brasil*, CMB, Belmonte, 2000
- **SILVA**, Joaquim Candeias e Castelo Branco, Manuel da Silva, *A Beira Baixa na Expansão Ultramarina*, CMB, 1999
- **SOUSA**, Catarina Valença Gonçalves Vilaça, *As Pinturas Murais Tardo-Medievais do Concelho de Belmonte*, CMB, Belmonte, 2003
- **SOUSA**, Manuel, *As Origens dos Apelidos das Famílias Portuguesas*, Sporpress, 2001
- *Subsídios para a História Regional da Beira-Baixa*, Vol. I, Edição da Junta de Província da Beira-Baixa, Depositário – Livraria Portela Feijão, Castelo Branco, 1944
- **TAVARES**, Joaquim Cardoso e Marques, Manuel, *Subsídios para uma Monografia da Vila de Belmonte*, CMB, Belmonte, 1974
- **VARGAS**, José Manuel, *Forais de Belmonte, 1199-1510, Estudo, Transcrição paleográfica e notas*, Câmara Municipal de Belmonte, 2001

ANEXOS

ANEXO 1	FORAL DE BELMONTE (1199)
ANEXO 2	FORAL DE BELMONTE (1510)
ANEXO 3	AUTO DE ENTREGA E PUBLICAÇÃO DO FORAL DE BELMONTE (1515)
ANEXO 4	GENEALOGIAS
ANEXO 5	RELAÇÃO DE MORADORES DA FREGUESIA DE CARIA (1838)
ANEXO 6	OBITUÁRIO - ARQUIVO DA FÁBRICA PAROQUIAL DE CARIA (1836)
ANEXO 7	MAPAS ESTATÍSTICOS DA DIVISÃO MILITAR SOBRE FOGOS, POPULAÇÃO E RECURSOS DO CONCELHO DE BELMONTE (1861)

Anexo 1: Foral de Belmonte (1199)

Foral de Belmonte (transcrição de José Manuel Vargas)

(1199)

“Em nome da Santa e indivisa Trindade, do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Eu, o Rei Dom Sancho, filho de Dom Afonso, mui nobre rei de Portugal, e da Rainha Dona Mafalda, juntamente com os meus filhos e filhas, os infantes Dom Afonso e Dom Pedro e Dom Fernando, e as infantas Dona Teresa e Dona Sancha, juntamente com Dom Pedro, Bispo de Coimbra, e com o consenso dos seus cônegos, queremos restaurar e povoar Belmonte.

Damos e concedemos o foro e costume da Covilhã a todos, tanto presentes como futuros, que nela quiserem habitar. Mandamos que duas partes dos cavaleiros vão ao fossado³⁰⁸ do Rei e que a terceira parte fique na vila com os peões, e façam o fossado uma vez no ano. E o que não for fossado pague por foro 5 soldos³⁰⁹ de fossadeira³¹⁰.

E por homicídio, de Belmonte ou dos seus termos pague 100 soldos ao Bispo e a 50ª parte aos parentes do morto.

E por casa arrombada com armas, escudos e espadas, pague 300 soldos e a 7ª parte ao Bispo.

E o que furtar pague nove por um e tenha o queixoso dois quinhões e sete partes para o Bispo.

E o que forçar mulher, e ela clamando disser que foi forçada por ele, e ele negar, que ela dê em outorgamento³¹¹ três homens da sua igualha, e o próprio jure com doze que não fez. E se a mulher não tiver outorgamento, jure só ele, e se não puder jurar pague-lhe 300 soldos e a 7ª ao Bispo.

E a testemunha mentirosa e o declarante mentiroso paguem 60 soldos e a 7ª ao Bispo, e dobre o haver.

E que o que em assembleia³¹², ou no mercado, ou na igreja espancar alguém, pague 60 soldos, metade para o Bispo e metade para o concelho. E da metade do concelho a 7ª será para o Bispo.

E o homem que for gentil³¹³ ou herdador³¹⁴, não seja mordomo.

³⁰⁸ Fossado – Incursão em terra de mouros, com o objectivo de saque.

³⁰⁹ Soldo – Moeda antiga. No séc. XII, um soldo valia 12 dinheiros e era equivalente ao preço de um alqueire de pão.

³¹⁰ Fossadeira – Tributo imposto aos que não cumpriam o serviço de fossado, uma vez por ano.

³¹¹ Outorgamento – Testemunho abonatório, juramento.

³¹² Assembleia – Reunião dos vizinhos do concelho.

E o que encontrar na vila penhor ou fiador e for penhorar ao monte, dobre a penhora e pague 60 soldos e a 7ª ao Bispo.

E o que não for a chamamento do juiz³¹⁵ e tiver recebido penhor da mão do saião pague um soldo ao juiz.

E o que não for ao apelido³¹⁶, quer seja cavaleiro ou peão, excepto os que estiverem em serviço alheio, pague os cavaleiros 10 soldos aos vizinhos³¹⁷, e o peão 5 soldos.

E o que tiver uma aldeia e uma junta de bois e 40 ovelhas, um burro e dois leitões, compre cavalo.

E o que quebrar o laço matrimonial³¹⁸ com sua mulher, pague um soldo ao juiz.

E a mulher casada à face da igreja que abandonar o seu marido, pague 300 soldos e a 7ª ao Bispo.

E o que abandonar a sua mulher, pague um dinheiro³¹⁹ ao juiz.

E o que montar um cavalo de outrem, por um dia pague um carneiro. E se mais, pague 6 dinheiros por cada dia e um soldo por cada noite.

E o que ferir com lança ou espada, pague 10 soldos pela entrada [da ferida]. E se trespassar, pague 20 soldos ao ferido.

E o que vasar um olho ou partir um braço ou um dente, por cada membro, pague ao lesado 100 soldos e dê a 7ª ao Bispo.

O que espancar a mulher alheia diante do seu marido, pague 300 soldos e a 7ª ao Bispo.

Aquele que mudar um marco alheio para a sua herdade, pague 5 soldos e a 7ª ao Bispo.

Aquele que quebrar o linde³²⁰ alheio, pague 5 soldos e a 7ª ao Bispo.

³¹³ Gentil – Nobre por nascimento. Neste caso, com o sentido de inteiramente livre.

³¹⁴ Herdador – Neste caso, com a acepção de cavaleiro-vilão.

³¹⁵ Chamamento do juiz – Mandado do juiz, assinado por ele.

³¹⁶ Apelido – Chamamento geral às armas, contra inimigos.

³¹⁷ Vizinhos – Moradores da povoação, chefes de família ou cabeças de casal.

³¹⁸ Laço matrimonial – Contrato ou pacto nupcial, também chamado compra do corpo e carta de arras.

³¹⁹ Dinheiro – Moeda de cobre. Doze dinheiros faziam um soldo.

³²⁰ Linde – Marco ou padrão nos limites de uma propriedade.

O que matar um cozinheiro³²¹ de outrem pague [a pena de] homicídio ao seu amo e dê a 7ª ao Bispo. De igual modo, do seu hortelão, e do quarteiro³²², e do moleiro e do seu solarengo³²³.

O que tiver vassallos no seu solar³²⁴ ou na sua herdade, onde quer que ele tiver propriedades, por todo o Reino de Portugal, que eles não sirvam de toda a sua fazenda a outro senhor; a não ser aos donos das herdades.

Os moradores de Belmonte não paguem nenhuma coima³²⁵ em todo o meu Reino, a não ser por foro de Belmonte.

As tendas³²⁶ e moinhos e os fornos dos homens de Belmonte sejam livres de foro.

Os cavaleiros de Belmonte estejam em juízo considerados como potestades³²⁷ e infanções³²⁸ de Portugal.

Os clérigos tenham foro de cavaleiros.

Os peões estejam em juízo considerados como cavaleiros vilãos de outra terra.

O que vier como vozeiro³²⁹ do seu vizinho por homem de fora da vila, pague 10 soldos e a 7ª ao Bispo.

Homem de Belmonte não responda sem vozeiro.

O gado de Belmonte não pague montádigo³³⁰ em nenhuma terra.

E o cavaleiro que perder o seu cavalo, ainda que tenha outro, seja escusado do serviço por um ano.

O mancebo que matar um homem de fora da vila e fugir, o seu amo pague por aquele o homicídio.

Em todas as querelas do palácio, o juiz seja o vozeiro.

³²¹ Cozinheiro – Conductorio foi traduzido por cozinheiro, como propôs Ruy de Azevedo (Foral de Benavente, 1926, p.201), mas poderá ter o sentido genérico de servo.

³²² Quarteiro – Colono que pagava ao senhorio um quarto da produção.

³²³ Solarengo – Assalariado que residia e trabalhava no solar.

³²⁴ Solar – Quinta, casal, fazenda. Os vassallos do solar são, neste caso, os servidores.

³²⁵ Coima – Multa pecuniária.

³²⁶ Tendas – Oficinas ou lojas de negócio.

³²⁷ Potestades – Pessoas com poder; o mesmo que ricos-homens.

³²⁸ Infanções – Grau de nobreza, abaixo dos ricos-homens e acima dos cavaleiros.

³²⁹ Vozeiro – Procurador.

³³⁰ Montádigo – Tributo por apascentar gados nos montes de outras terras.

Aquele que penhorar na vila com o saião³³¹ e lhe tirarem os penhores, jure o saião, e tome concelho de três colações³³² e faça o penhor por 60 soldos, metade para o concelho e metade para o rancoroso³³³.

Os homens de Belmonte não sejam dados em préstamo³³⁴.

E se os homens de Belmonte tiverem demanda com homens de outra terra, não corra entre eles por juramento, mas corra por inquirição³³⁵ ou repto³³⁶.

E os homens que quiseres apascentar seu gado nos termos de Belmonte, tomem deles montádigo: de rebanho de ovelhas, 4 carneiros, e de busto³³⁷ de vacas, uma vaca. Este montádigo é do concelho.

De todos os cavaleiros que forem ao fossado ou à guarda³³⁸, os cavalos que se perderem na algara³³⁹ ou na lide³⁴⁰ primeiramente levantai-os sem a quinta³⁴¹, e depois nos dareis a quinta directa.

E todo o homem de Belmonte que encontrar alguém doutra vila nos seus termos cortando ou levando madeira dos montes apreenda toda a que lhe encontrar sem coima.

De azarias³⁴² e guardas dareis a 5ª parte sem qualquer ofreção³⁴³.

Qualquer um que penhorar ou mandar roubar gado doméstico, pague ao Bispo 60 soldos e dê em dobro o gado ao seu dono.

Atestamos verdadeiramente e para sempre confirmamos que todo aquele que penhorar mercadores ou viandantes³⁴⁴ cristãos, judeus ou mouros, a não ser que seja fiador ou devedor, esse que tal fizer pague ao Bispo 60 soldos e dê em dobro o gado que tiver tomado ao seu dono.

³³¹ Saião – Oficial executor de justiça.

³³² Colações – Freguesias.

³³³ Rancoroso – Queixoso.

³³⁴ Préstamo – Neste caso, préstamo não é a pensão assim chamada, mas um serviço militar extraordinário.

³³⁵ Inquirição – Averiguação de testemunhas.

³³⁶ Repto – Desafio para duelo.

³³⁷ Busto – Manada.

³³⁸ Guarda – Patrulha ou vanguarda do fossado.

³³⁹ Algara – Correria repentina contra o inimigo. Pequena peleja.

³⁴⁰ Lide – Batalha, combate principal.

³⁴¹ Quinta – A quinta parte da presa feita ao inimigo, que por direito pertencia ao Rei.

³⁴² Azarias – Corte de lenha, com protecção armada. Aqui parece ter um sentido mais vasto, de expedição para obter produtos da terra.

³⁴³ Ofreção – Oferta de coisas, presentes ou serviços, ao senhor da terra.

³⁴⁴ Viandantes – Traduzimos viatores por viandantes, devendo entender-se que seriam almocreves.

E além disso pague 100 morabitanos³⁴⁵ por o couto³⁴⁶ que quebrou, e o Bispo tenha metade e o concelho a outra metade.

Se alguém vier à vossa vila tomar por força alimentos ou outra coisa e aí por morto ou espancado, não pague multa por ele nem os seus parentes tenham [multa de] homicídio.

E se vier com queixa disto ao Rei ou ao senhor da terra, pague 100 morabitanos, metade para o Bispo e metade para o concelho.

Mandamos e concedemos que se alguém foi ladrão e se já por um ano ou dois tiver deixado de roubar, e se depois por qualquer motivo for requerido de tudo o que cometeu, salve-se como ladrão.

E se é ladrão, e ladrão foi, morra e sofra a pena de ladrão.

E se alguém for requerido por furto e não é ladrão nem foi, responda pelo seu foro.

Se algum homem retiver pela força a filha de outrem, entregue-a aos seus pais e pague-lhes 300 morabitanos e a 7^a ao Bispo, além disso seja [considerado como] homicida.

De portagem³⁴⁷: foro de trouxel³⁴⁸ de cavalo, de panos de lã ou linho, um soldo.

De trouxel de lã, um soldo.

De trouxel de fustães³⁴⁹, 5 soldos.

De carga de pescado, um soldo.

De carga de burro, 5 soldos.

De carga de peles de coelho, trazidas por cristãos, 5 soldos.

De cargas de coelhos, trazidas por mouros, um morabitano.

Portagem dum cavalo que se vender no mercado, um soldo.

De mulo, um soldo.

De burro, 6 dinheiros.

³⁴⁵ Morabitanos – Ou maravedis. Podiam ser de ouro, ou de prata. Os de prata, mais correntes, valiam 15 soldos.

³⁴⁶ Couto – Imunidade.

³⁴⁷ Portagem – Ou portádigo, era o imposto pago à entrada das vilas e de outros lugares com jurisdição sobre si, por aqueles que traziam mercadorias ou coisas para vender.

³⁴⁸ Trouxel – Fardo ou carga.

³⁴⁹ Fustães – Panos de pouco valor, encordoados.

De boi, 6 dinheiros.

De carneiro, 3 mealhas³⁵⁰.

De porco, 2 dinheiros.

De furão, dois dinheiros.

De carga de pão ou vinho, 3 mealhas.

De carga de peão, um dinheiro.

De mouro que se vender no mercado, um soldo.

De mouro que se resgatar, a décima.

De mouro que talhar avença³⁵¹ com o seu dono, a décima.

De coiro de vaca ou de zebro³⁵², 2 dinheiros.

De coiro de veado ou de gamo, 3 mealhas.

De carga de cera, 5 soldos.

De carga de azeite, 5 soldos.

Esta portagem é dos homens de fora da vila; a 3ª parte desta portagem dê-se a quem lhes der hospedagem e duas partes ao Bispo.

Os moradores de Belmonte não paguem portagem.

Damos-lhe por termos: de Teixeira indo por Ozezare e depois vão até ao porto de Monte Santo depois pelo caminho velho que leva a Monte Santo passa a Lavacolhos vai pelo cabeço de Castrodinos ao rio de Nocer divide com Saguarzais.

Eu o rei Dom Sancho, filho de Dom Afonso, mui nobre Rei de Portugal, e da Rainha Dona Mafalda, juntamente com meus filhos e filhas, os infantes Dom Afonso e Dom Pedro e Dom Fernando, e as infantas Dona Teresa e Dona Sancha, juntamente com Dom Pedro, Bispo de Coimbra, e com o consentimento dos seus cônegos, confirmamos e roboramos esta carta pelas nossas próprias mãos.

³⁵⁰ Mealhas – Metades de dinheiros. Eram partidas ou cortadas.

³⁵¹ Talhar avença (taliar merce) – Não é talhar mercadoria como noutros forais tem sido traduzido. Tem o sentido de fazer acordo mediante o pagamento de certa quantia (mercê), como aliás se deduz de capítulo idêntico no foral de 1510, onde se afirma: fazer concerto com o seu dono.

³⁵² Zebro – Espécie de cavalo selvagem, há muito extinto, mas referido com frequência na documentação medieval.

Todo o que quiser infringir os termos assinalados, pague ao concelho mil soldos de moeda corrente.

Feito no mês de Julho era de 1237.

Se alguém quiser rasgar este nosso contrato seja amaldiçoado de Deus.

Concedemos que todo o cristão, ainda que seja servo, que habitar em Belmonte durante um ano, seja livre e ingênuo³⁵³, ele e a sua descendência.

Os homens de Belmonte tenham assembleia de concelho cerca dos termos de Belmonte³⁵⁴.”

³⁵³ Ingênuo – Trabalhador livre, pequeno proprietário alodial.

³⁵⁴ Testemunhas e confirmantes, no foral de Centum Cellas:

Todo o concelho (assembleia) da Covilhã, test. – Martinho Soares, irmão do bispo, test. – Diogo Pires, test. – João Martins, test. – eu, Gonçalo, deão de Coimbra, conf. – eu, João, arqui-diácono da Covilhã, conf. – eu, Pedro, mestre-escola, conf. – eu, Pedro, capelão da Sé de Coimbra, conf. – eu, Pedro, cantor de Coimbra, conf. – eu, Martinho, arqui-diácono de Coimbra, conf. – eu João, tesoureiro, conf. – Soeiro Guterres, presbítero, presenciou – Gonçalo, presbítero, presenciou – Mendo, presbítero, presenciou – Egas, test. – Domingos, test. – Álvaro, test.

Anexo 2: Foral de Belmonte (1510)



Figura 130: Foral de Belmonte (1510)

Foral de Belmonte
(1510)

Tabuada³⁵⁵

<i>Maninhos</i>	I
<i>Pena de arma</i>	
<i>Gado do vento</i>	II
<i>Tabeliães. Reguengos</i>	
<i>Montados</i>	
<i>Dízima das sentenças</i>	
<i>Determinações gerais</i>	
<i>para a portagem</i>	III
<i>Pão, vinho, sal, cal, linhaça</i>	
<i>Coisas de que se não</i>	
<i>paga portagem</i>	IV
<i>Casa movida</i>	
<i>Passagem</i>	V
<i>Novidade dos bens para fora</i>	
<i>Panos finos</i>	
<i>Cargas em arrobas</i>	
<i>Linho, lã, gados</i>	VI
<i>Carne, caça, coirama</i>	
<i>Calcadura, pelitaria</i>	
<i>Azeite mel e semelhantes</i>	VII
<i>Mercearia e semelhantes</i>	
<i>Metais</i>	

³⁵⁵ Tabuada - Sumário, índice.

Armas, ferramenta

Ferro grosso

Pescado, marisco

Fruta seca

Casca, sumagre

Fruta verde

Hortaliça, bestas

Escravos

Barro, pedra, louça, Málaga VIII

Mais cousas de pau

Sacada, carga por carga IX

Entrada por terra

Descaminhado

Saída por terra X

Privilegiados

Pena do foral XI

“DOM MANUEL por graça de deus Rei de Portugal e dos Algarves de Aquém e de Além-Mar em África, Senhor de Guiné, e da conquista e navegação e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia. A quantos esta nossa carta de foral, dado à vila de Belmonte, virem, fazemos saber que por bem das diligências e exames e inquirições que em nossos reinos e senhorios mandámos geralmente fazer para justificação e declaração dos forais deles, e por algumas sentenças e determinações que com os do nosso Conselho e letrados fizemos, acordamos, visto o foral da dita vila dado por El Rei Dom Sancho, o primeiro, que nossas rendas e direitos se devem aí de arrecadar na forma seguinte:

Colheita *Havemos de haver da dita vila e concelho, em cada um ano, quinhentos e quatro reais de colheita e jantar³⁵⁶, como até aqui se pagou. (1v)*

Maninhos *Os maninhos³⁵⁷ são nossos, arrecadados pelo alcaide-mor da dita vila àquelas terras que se novamente rompem e lavram, contando que não tenham herdeiros, nem sejam de igrejas. E pagarão de nove, um do pão que lavrarem e não das outras sementes.*

Pena de arma *A pena das armas³⁵⁸ é direito de alcaidaria, e levarão por ela somente duzentos reais, sem mais levarem [de] sangue sobre olhos, nem outra pena como se até aqui fazia. E mais levará as armas. Porém se os juizes chegarem ao arruído poderão tomar as armas e a pena será sempre do alcaide. E as ditas penas se não levarão quando algumas pessoas apunharem espada ou qualquer outra arma sem a tirar. Nem pagarão a dita pena aquelas pessoas que sem propósito e em rixa nova tomarem pau ou pedra, posto que com ela façam mal. E posto que de propósito tomem o dito pau ou pedra, se não fizerem mal com ele, não pagarão a dita pena. Nem a pagará moço de doze anos para baixo, nem mulher de qualquer idade que seja. Nem pagarão a dita pena aquelas pessoas que castigando sua mulher e filhos e escravos e criados tirarem sangue. Nem pagará a dita pena quem, jogando punhadas sem armas, tirar sangue com bofetada ou punhada. E as dias (2) penas e cada uma delas não pagarão isso mesmo quaisquer pessoas que em defendimento de seu corpo ou por apartar e estremar outras pessoas em arruído tirarem armas, posto que com elas tirem sangue.*

³⁵⁶ Colheita e jantar - Contribuição paga pelo concelho e que consistia no fornecimento de víveres para a mesa do rei e do seu séquito, depois convertida numa quantia em dinheiro a pagar anualmente. Belmonte já pagava a colheita em dinheiro, pelo menos desde 1314 (14 libras, segundo Inquirições).

³⁵⁷ Maninhos - terrenos baldios.

³⁵⁸ Pena de arma - Pena por trazer ou usar armas não autorizadas.

Gado do vento O gado do vento³⁵⁹ é direito real e arrecadar-se-á para Nós, segundo nossa ordenação, com declaração que a pessoa a cujo poder for ter o dito gado perdido o vá escrever à vila com a pessoa que para isso será ordenada a dez dias, sob pena de lhe ser demandado de furto.

Tabeliães É nossa a pensão³⁶⁰ de dois tabeliães que há na dita vila. E paga cada um trezentos e vinte reais.

Reguengos E além das ditas coisas e direitos são também nossos os reguengos³⁶¹ e terras foreiras que são de arredor da dita vila e no termo. As quais estão particularmente escritas e demarcadas no Livro dos Próprios³⁶² que está nos Contos³⁶³ da nossa cidade da Guarda, segundo o qual pagarão segundo se no dito tomo contém.

Montado O montado³⁶⁴ é do concelho. E levarão de cabeça de gado vacum, se vierem ao dito termo sem licença, por cabeça (2v) de gado vacum a dez reais por cabeça, até vinte cabeças. E daí para cima em qualquer número a vinte reais por cabeça. E do gado miúdo de trinta cabeças para baixo não pagarão nada. E daí para cima pagarão a real por cabeça. E isto andando todo o gado dentro do termo, e sendo o malhão³⁶⁵ todo descoberto, porque doutra maneira não pagarão nenhuma pena nem coima.

Dízima das sentenças A dízima da execução das sentenças se levará na dita vila por direito real, daquela parte somente da sentença que se fizer a execução, e mais não. E a dita dízima se levará se já da tal sentença se não levou em nossa Corte pela dada dela. E as sentenças que se houverem de dar à execução na dita vila serão entregues ao mordomo da vara³⁶⁶ que será eleito pela câmara e aprovado pelo senhorio, e se não for contente de um, apresentar-lhe.ão dois, até três, e mais não, dos quais poderá escolher um, sem lhe mais darem outros.

Determinações gerais para a portagem Primeiramente declaramos e pomos por lei geral em todos os forais de nossos reinos que aquelas pessoas hão somente de pagar portagem em alguma vila ou

³⁵⁹ Gado do vento – Gado que era encontrado nos montes, sem dono.

³⁶⁰ Pensão dos tabeliães – Pensão que os tabeliães pagavam anualmente ao rei pelo desempenho do seu cargo. O imposto de tabeliado variava consoante o número de tabeliães e a importância da povoação.

³⁶¹ Reguengos – Domínios pertencentes ao rei. Em Belmonte, segundo o Tombo da Comarca da Beira (1395), havia duas herdades reguengas: a das Naves e outra acima das Cento Celas.

³⁶² Livro dos próprios – Livro de registo dos bens e rendimentos da Coroa.

³⁶³ Contos – Repartição da Fazenda, que funcionava junto ao Almoarifado, para arrecadação e fiscalização das receitas, além de efectuar pagamentos.

³⁶⁴ Montado – Encargo a que estavam sujeitos os donos de gado, por os seus animais pastarem em terrenos comunitários.

³⁶⁵ Malhão – Terreno no limite.

³⁶⁶ Mordomo da vara – Oficial de justiça, que citava as partes fazia as execuções. Tinha uma vara, como insígnia, tal como os juízes.

lugar [de] que não forem moradores e vizinhos dele. E de fora do tal lugar e termo dele hajam de trazer as coisas para aí vender de que a dita portagem houverem de pagar: Ou se os ditos homens de fora comprarem coisas nos lugares onde assim não são vizinhos e moradores e as levarem para fora do dito termo.

E porque as ditas condições se não ponham tantas vezes em cada um capítulo do dito foral, mandamos que todos os capítulos e coisas seguintes da portagem deste foral se entendam e cumpram com as ditas condições e declarações, a saber: que a pessoa que houver de pagar a dita portagem seja de fora da vila e termo, e traga aí de fora do dito termo coisas para vender ou as compre no tal lugar donde assim não for vezinho e morador e as tire para fora do dito termo.

E assim declaramos que todas as cargas que adiante vão postas e nomeadas em carga maior se entendam que são de besta muar ou cavalgar. E por carga menor se entenda carga de asno. E por costal³⁶⁷ a metade da dita carga menor, que é o quarto da carga de besta maior.

E assim acordamos por escusar prolixidade que todas as cargas e coisas neste foral postas e declaradas se entendam [e] declarem e julguem na repartição e conta delas, (3v) assim como nos títulos seguintes do pão e dos panos é limitado, em mais se fazer nos outros capítulos a dita repartição de carga maior, nem menor, nem costal, nem arrobas, somente pelo título da carga maior de cada coisa se entenderá o que por esse respeito e preço se deve de pagar das outras cargas e peso, a saber, pelo preço da carga maior se entenda logo sem mais declarar que a carga menor seja da metade do preço dela. E o costal será a metade da menor. E assim dos outros pesos e quantidade, segundo nos ditos capítulos seguintes é declarado. E assim queremos que das cousas que adiante no fim de cada um capítulo mandamos que se não pague portagem. Declaramos que das tais cousas se não haja mais de fazer saber na portagem, posto que particularmente nos ditos capítulos não seja mais declarado.

E assim declaramos e mandamos que quando algumas mercadorias ou coisas se perderem por descaminhadas³⁶⁸, segundo as leis e condições deste foral, que aquelas somente sejam perdidas para a portagem que forem escondidas e sonegado o direito delas e não as bestas, nem outras coisas em que as tais se levarem ou esconderem.

Título da portagem

³⁶⁷ Costal – Carga que um homem podia transportar às costas. No foral de Lisboa (1500) declara-se que o costal eram 3 arrobas (cerca de 33Kg), mas noutras tabelas o costal podia ir até 5 e 6 arrobas (55 e 66 Kg).

³⁶⁸ Descaminhadas – Coisas ou mercadorias que não pagaram direitos, que foram sonegadas ao fisco.

Pão, vinho, sal, cal, linhaça De todo o trigo, cevada, centeio, milho painço, aveia e de farinha, de cada um (4) deles, ou de linhaça e de vinho, vinagre, ou de sal, e de cal que à dita vila e termo trouxeram homens de fora para vender, ou os ditos homens de fora as comprarem e tirarem para fora do termo, pagarão por carga de besta maior, isto é, cavalari ou muar, um real. E por carga de asno que se chama menor, meio real. E por costal que é a metade de besta menor, dois ceitis³⁶⁹, e daí para baixo, em qualquer quantidade quando vier para vender, um ceitil. E quem tirar para fora de quatro alqueires³⁷⁰ para baixo, não pagará nada, nem [o] farão saber à portagem. E se as ditas coisas ou outras quaisquer vierem ou forem em carros ou carretas contar-se-á cada um por duas cargas maiores, se das tais coisas se houver de pagar portagem.

Coisas de que se não paga portagem A qual portagem se não pagará de todo pão cozido, queijadas, biscoito, farelos, ovos, leite, nem de coisa dele que seja sem sal, nem de prata lavrada, nem de pão que trouxeram ou levarem ao moinho. Nem de canas, vides, carqueja, tojo, palha, vassoiras, nem de pedra, nem de barro, nem de lenha, nem erva, nem de carne vendida a peso ou a olho. Nem se fará saber de nenhuma das ditas coi(4v)sãs. Nem se pagará portagem de quaisquer coisas que se comprarem e tirarem da vila para o termo, nem do dito termo para a vila, posto que sejam para vender, assim vizinhos como não vizinhos. Nem se pagará das coisas nossas, nem das que quaisquer pessoas trouxeram para alguma armada nossa ou feita por nosso mandado ou autoridade, nem do pano e fiado que se mandar fora a tecer, curar ou tingir. Nem dos mantimentos que os caminhantes na dita vila e termo comprarem e levarem [para] seus mantimentos e de suas bestas. Nem dos gados que vierem pastar a alguns lugares, passando nem estando, salvo daqueles que aí somente venderem.

Casa movida De casa movida³⁷¹ se não há-de levar nem pagar nenhum direito de portagem, de nenhuma condição e nome que seja, assim por água como por terra, assim indo como vindo, salvo se com a casa movida trouxeram ou levarem coisas para vender de que se haja de pagar portagem, porque das tais se pagará onde somente as venderem, e doutra maneira não, a qual pagarão segundo a qualidade de que forem como em seus ca(5)pítulos adiante se contém.

Passagem E de quaisquer mercadorias que ã dita vila ou termo vierem, assim por água como por terra, que forem de passagem para fora do termo da dita vila para quaisquer partes não se pagará direito nenhum de portagem, nem serão obrigados de o fazerem saber, posto que aí descarreguem e

³⁶⁹ Ceitil – Moeda com valor de 1/6 de real corrente.

³⁷⁰ Alqueire – Equivalia a 4 quartas (14 a 18Kg no sistema decimal)

³⁷¹ Casa movida – Mudança de casa.

pousem a qualquer tempo e hora e lugar. E se aí mais houverem de estar que todo o outro dia, por alguma causa, então o farão saber. E esta liberdade de passagem se não entenderá quando forem ou vierem para fora do reino, porque então farão saber de todas. Posto que de todas não hajam de pagar direito. E isto no derradeiro lugar que passarem.

Novidades dos bens para fora Nem pagarão portagem os que na dita vila e termo herdarem alguns bens móveis ou novidades doutros de raiz que aí herdassem, ou os que aí tiverem bens de raiz próprios ou arrendados e levarem as novidades e frutos deles para fora, nem pagarão portagem quaisquer pessoas que ouverem pagamentos de seus casamentos, tenças, mercês ou mantimentos, em quaisquer coisas e mercadorias, (5v) posto que as levem para fora e sejam para vender.

Panos finos De todos os panos de seda, ou de lã, ou de algodão, ou de linho, se pagará por carga maior nove reais. E por menor quatro reais e meio. E por costal dois reais e dois ceitis. E por arroba um real e daí para baixo soldo à libra³⁷² quando vierem para vender. Porque quem levar dos ditos panos ou de cada um deles retalhos e pedaços para seu uso, não pagarão portagem nem o farão saber. Nem das roupas que comprarem feitas dos ditos panos. Porém os que as venderem pagarão como dos ditos panos, na maneira que acima neste capítulo é declarado.

Cargas em arrobas E a carga maior se entende de dez arrobas e a menor de cinco arrobas. E o costal de duas arrobas e meia. E vêem assim por esta conta e respeito cada arroba em cinco ceitis e um preto³⁷³, pelos quais se pagará um real³⁷⁴. E pela dita conta e repartição se pagarão as coisas deste foral quando forem menos de costal, que fica já posto em certo preço. E assim como se aqui faz esta declaração e repartição para exemplo nas cargas (6) de nove reais, se fará nas outras soldo à libra, segundo o preço de que forem.

Linho, lã E do linho em cabelo, fiado ou por fiar, que não seja tecido, e assim de lã. E de feltros, burel, mantas da terra, e dos outros semelhantes panos baixos e grossos, por carga maior quatro reais. E por menos dois reais, e por costal um real e daí para baixo até um ceitil, quando vier para vender. Porque quem das ditas coisas e de cada uma delas levar para seu uso de costal para baixo que é um real, não pagará portagem nem o fará saber. Nem das roupas feitas dos ditos panos baixos e coisas [que] para seu uso comprar. E os que as venderem pagarão como dos panos baixos segundo a quantidade que venderem como acima é declarado.

³⁷² Soldo à libra – Expressão que significa: contas rigorosamente feitas.

³⁷³ Preto – O mesmo que real preto. Valia 1/10 do real branco.

³⁷⁴ Real – Ou real branco. Era o real corrente e valia 10 reais pretos, ou 6 ceitis.

Gados De todo o boi ou vaca que se vender ou comprar por homens de fora, por cabeça um real. E do carneiro, cabra, bode, ovelha, cervo, corço ou gamo, por cabeça dois ceitis. E de cordeiros, borregos, cabritos, ou leitões, não pagarão portagem, salvo se cada uma das ditas coisas se comprarem ou venderem juntamente de quatro cabeças para cima, das quais pagarão por cada uma um ceitel. E de cada porco ou porca dois ceitis (6v) por cabeça.

Carne E da carne que se comprar de talho ou enxerca³⁷⁵ não se pagará nenhum direito. E de toucinho ou marrã³⁷⁶ inteiros, por cada um, um ceitel. E dos encetados não se pagará nada.

Caça E de coelhos, lebres, perdizes, patos, adens³⁷⁷, pombos, galinhas. E de todas as outras aves e caça, não se pagará nenhuma portagem pelo comprador nem vendedor, nem o farão saber.

Coirama De todo coiro de boi ou vaca, ou de cada pele de cervo, corço, gamo, bode, cabras, carneiros ou ovelhas, curtidas ou por curtir, dois ceitis. E se vierem em bestas pagarão por carga maior nove reais. E das outras por esse respeito.

Calcadura E na dita maneira de nove reais por carga maior se pagará de sapatos, borzequins³⁷⁸, e de toda a outra calcadura de coiro, da qual não pagará o que a comprar para seu uso e dos seus, nem dos pedaços de peles ou coiros, que para seu uso comprarem não sendo pele inteira, nem ilhargada³⁷⁹, nem lombeiro³⁸⁰, dos quais pagarão como no capítulo de cima dos coiros se contém.

Pelitaria De cordeiras, raposos, martas, e de toda pelitaria ou forros, por carga maior nove reais. E de peליças e roupas feitas de peles, por peça meio real. E quem comprar (7) para seu uso cada uma das ditas coisas não pagará.

Azeite, mel e semelhantes De cera, mel, azeite, sebo, unto, queijos secos, manteiga salga[da], pez, resina, breu, sabão, alcatrão, por carga maior nove reais. E quem comprar para seu uso até um real, de portagem não pagará.

³⁷⁵ Enxerca – A carne de enxerca era a que se vendia fora do talho, e a olho.

³⁷⁶ Marrã – Leitoa grande que ainda não tinha parido, mas já não era de espeto.

³⁷⁷ Adem – Espécie de pato grande, também conhecida com os nomes de lavanco, mancão, pato-real, etc.

³⁷⁸ Borzequim – calçado antigo, até meio da perna, com atacadores com botões.

³⁷⁹ Ilhargada – pele do flanco, ou ilharga do animal.

³⁸⁰ Lombeiro – Parte do couro que cobre o lombo da rês maior.

Mercearia e semelhantes De grã³⁸¹, anil³⁸², brasil³⁸³, e por todas as coisas para tingir. E por papel e toucados de seda ou de algodão. E por pimenta e canela e por toda a especiaria. E por ruibarbo³⁸⁴ e todas as coisas de botica. E por açúcar e por todas as conservas dele ou de mel. E por vidro e coisas dele que não tenham barro. E por estoraque³⁸⁵ e por todos os perfumes ou cheiros ou agoas destilada[s], por carga maior de cada uma das ditas coisas e de todas as outras suas semelhantes se pagará nove reais. E quem das ditas coisas comprar para seu uso até meio real de portagem, e daí para baixo não pagará.

Metais Do aço, estanho, chumbo, latão, arame, cobre e por todo o couro metal, e assim das coisas feitas de cada um deles. E das coisas de ferro que forem moídas, estanhadas ou envernizadas, por carga maior nove reais. Das quais não pagará quem as levar para seu uso.

Armas e ferramenta E outro (7v) tanto se pagará das armas e ferramenta, das quais levarão para seu uso as que quiserem, sem pagar.

Ferro grosso E do ferro em barra ou em massuco³⁸⁶ e por todas as cousas lavradas dele que não sejam das acima conteúdas, limadas, moídas, nem envernizadas, por carga maior quatro reais e meio. E quem das ditas coisas levar para seu serviço e de suas quintãs ou vinhas em qualquer quantidade não pagará nada.

Pescado, marisco E de carga maior de pescado, ou marisco, um real e cinco ceitis. E quem levar de meia arroba para baixo não pagará. E do pescado de água doce até meia arroba não se pagará portagem, nem fará saber assim da venda como da compra, sendo somente trutas, bordalos ou bogas, e daí para baixo.

Fruta seca De castanhas verdes e secas, nozes, ameixas, figos passados e uvas, amêndons e pinhões por britar, avelãs, bolotas, favas secas, mostarda, lentilhas. E de todos os legumes secos, por carga maior três reais.

³⁸¹ Grã - Tinta vermelha obtida de umas excrescências que se desenvolvem nos carrascos, em resultado da picada de um insecto (a cochinhilha)

³⁸² Anil - Matéria corante, de cor azul.

³⁸³ Brasil - Ou pau-Brasil. A designação genérica de Brasil abrangia duas espécies de madeira vermelha, tanto a que vinha do Oriente, como aquela que veio a dar o nome à terra a que Pedro Álvares Cabral chamou primeiramente de Vera Cruz.

³⁸⁴ Ruibarbo - Rizoma de planta da família das Poligonáceas, proveniente da China, e que tinha aplicação medicinal.

³⁸⁵ Estoraque - Resina muito odorífera, produzida por uma planta da família das Estiracáceas.

³⁸⁶ Massuco - Ferro em barra, não trabalhado.

Sumagre e casca E outro tanto se pagará do sumagre³⁸⁷ e casca para curtir. E quem levar das ditas coisas meia arroba para seu uso, não pagará.

Fruta verde E de carga maior de laranjas, cidras³⁸⁸, peras, (8) cerejas, uvas verdes e figos. E por toda outra fruta verde, meio real por carga maior.

Hortaliça E outro tanto dos alhos secos, cebolas, e melões e hortaliça. E quando das ditas coisas se vender ou levar menos de meia arroba não se pagará portagem pelo vendedor nem comprador.

Bestas E do cavalo rocim³⁸⁹ ou égua e de um ou mula um real e cinco ceitis. E do asno ou asna um real. E se as éguas ou asnas se venderem com crianças³⁹⁰, nam pagarão portagem senão pelas mães. Nem se pagará direito se trocaram umas por outras. Porém quando se tornar dinheiro pagar-se-á como vendidas. E do dia que se vender ou comprar o farão saber as pessoas a isso obrigadas até dois dias seguintes. E este direito não pagarão os vassalos e escudeiros nossos e da rainha e de nossos filhos.

Escravos Do escravo ou escrava que se vender, um real e cinco ceitis. E se se forrar para qualquer concerto³⁹¹ que fizer com seu senhor pagará a dízima de tudo o que por si der para a dita portagem. E se se venderem com filhos de mama não pagarão senão pelas mães. E se se trocaram uns escravos por outros, sem se tornar dinheiro, não pagarão. E se se tornar dinheiro por cada uma das partes, (8v) pagarão a dita portagem. E a dois dias depois da venda feita irão arrecadar na portagem as pessoas a isso obrigadas.

Barro, pedra, louça, Málaga E da carga maior de telha ou tijolo, ou qualquer louça de barro que não seja vidrada, dois reais. E de menos de duas arrobas e meia não se pagará portagem pelo comprador. E da máлага³⁹² e de qualquer louça ou obra de barro vidrada do reino, ou de fora dele, por carga maior quatro reais. E de meio real de portagem para baixo não pagarão os que a comprarem para seu uso.

³⁸⁷ Sumagre – Casca da sumagreira, arbusto da família das Anacardiáceas. Era usado na tinturaria e no curtimento de peles.

³⁸⁸ Cidras – Frutos da cidreira, de que se fabricavam consercas e doces (casquinhas, diacidrão).

³⁸⁹ Rocim – Ou rocinante, isto é, reles, de pequena estatura.

³⁹⁰ Crianças [de éguas ou de asnas] – Crias.

³⁹¹ Concerto – Acordo, combinação.

³⁹² Málaga – Pratos em louça vidrada, provenientes da região de Valença e Málaga.

Mós E de mós de barbeiro³⁹³ dois reais. E das de moinhos ou atafona³⁹⁴ quatro reais, e de casca ou azeite seis reais. E por mós de mão para pão ou mostarda, um real. E quem trouxer ou levar as ditas coisas para seu uso não pagará nenhuma coisa de portagem. Nem se pagará isso mesmo de pedra, nem barro, que se leve nem traga, de compra nem venda, por nenhuma maneira.

Coisas de pau E de tonéis, arcas, gamelas, e por toda outra obra e louça de pau, por carga maior cinco reais. E do tabuado serrado ou por serrar. E por traves tirantes e por toda (9) outra madeira semelhante, grossa, lavrada ou por lavar, dois reais por carga maior. E quem das ditas coisas levar de costal para baixo, que são duas arrobas e meia, não pagará nada. De palma, esparto, junca, ou junco seco para fazer empreita dele, por carga maior dois reais. E quem levar para seu uso de meia arroba para baixo não pagará nada. E por todas as alcofas, esteiras, seirões, açafates, cordas, e das obras e coisas que se fizerem da dita palma, etc., por carga maior seis reais. E de meia arroba para baixo quem as tirar não pagará nada.

Sacada³⁹⁵, carga por carga As pessoas que algumas mercadorias trouxerem a vender à dita vila de que pagarem portagem poderão tirar outras tantas e tais sem delas mais portagem pagarem, posto que sejam doutra qualidade. Porém se as de que primeiro pagarem forem de maior paga ou tamanha como as que tirarem levá-las-hão livremente sem outras mais paga. E se forem de mor preço as que tirarem que as que trouxerem pagarão a maior delas e descontar-lhe-ão da paga que aí houverem de fazer para cumprimento da carga maior outro tanto quanto tiverem pago das primeiras que meteram. (9v) E porquanto pelo foral da dita vila lhe foi outorgado por privilégio de nunca ser dada em senhorio a nenhuma pessoa, portanto lho assim confirmamos e aprovamos pera sempre.

Como se arrecada a portagem

Entrada por terra As mercadorias que vierem de fora para vender não as descarregarão nem meterão em casa sem primeiro o notificarem aos rendeiros ou oficiais da portagem. E não os achando em casa tomarão um seu vizinho ou uma testemunha conhecida a cada um dos quais dirão as bestas e mercadorias que trazem e onde hão-de pousar, e então poderão descarregar e pousar onde quiserem, de noite e de dia, sem nenhuma pena. E assim poderão descarregar na praça ou açougue³⁹⁶ do lugar, sem a dita manifestação.

³⁹³ Mós de barbeiro – Pedras de amolar.

³⁹⁴ Atafona – Moinho movido à mão ou por força animal.

³⁹⁵ Sacada – Imposto que pagavam os que vendiam mercadorias para fora.

³⁹⁶ Açougue – Do árabe «as-soq», era lugar onde se vendiam, carnes, frutas, hortaliças, peixe, etc. Tinha o sentido geral de mercado, que depois se tornou restrito e idêntico a talho.

Descaminhado Dos quaes lugares não tirarão as mercadorias sem primeiro o notificarem aos rendeiros ou oficiais da portagem, sob pena de as perderem aquelas que somente tirarem e sonegarem e não as bestas nem as outras cousas. E se no termo do lugar quiserem vender farão outro tanto se aí houver rendeiros ou oficiais da portagem. E se os não houver, notifiquem-no ao juiz ou vintaneiro³⁹⁷ ou quadrilheiro³⁹⁸ do lugar onde quiser[em] vender se os aí achar[em], (10) ou a dois homens do dito lugar, quais achar, com os quais arrecadará ou pagará sem ser mais obrigado a buscar os oficiais, nem rendeiros, nem incorrerá por isso em alguma pena.

Saída per terra E os que houverem de tirar mercadorias para fora podê-las-hão comprar livremente, sem nenhuma obrigação nem cautela. E serão somente obrigados a as mostrar aos oficiais ou rendeiros, quando as quiserem tirar, e não em outro tempo, das quais manifestações de fazer saber à portagem não serão escusos os privilegiados, posto que a não hajam de pagar, segundo adiante no capítulo dos privilegiados vai declarado.

Privilegiados As pessoas eclesiásticas de todas as igrejas e mosteiros, assim de homens como de mulheres. E as províncias e mosteiros em que há frades e freiras, ermitães que fazem voto de profissão. E os clérigos de ordens sacras, e os beneficiados em ordens menores, posto que não sejam de ordens sacras vivem como clérigos e por tais são havidos. Todos os sobreditos são isentos e privilegiados de todo o direito de portagem, nem usagem, nem costumagem³⁹⁹, por qualquer nome que a possam chamar, assim das cousas que venderem de seus bens e benefícios, como das que comprarem, trouxerem, (10v) ou levarem para seus usos ou de seus benefícios e casa e familiares, assim por mar, como por terra.

E assim são libertados da dita portagem por privilégio que têm, as cidades, vilas e lugares de nosso reinos que se seguem: a cidade de Lisboa, e a Gaia do Porto, Póvoa de Varzim, Guimarães, Braga, Barcelos, Prado, Ponte de Lima, Viana de Lima⁴⁰⁰, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Castro Laboreiro, Miranda, Bragança, Freixo⁴⁰¹, o Azinhoso⁴⁰², Mogadouro, Anciaes⁴⁰³, Chaves, Monforte de Rio Livre⁴⁰⁴, Montalegre, Castro Vicente⁴⁰⁵, a cidade da Guarda, Jarmelo, Pinhel, Castelo

³⁹⁷ Vintaneiro – Juiz de vintena, ou pedâneo. Julgava pequenos delitos, nos lugares do termo.

³⁹⁸ Quadrilheiro – Homem com funções de policiamento, no concelho.

³⁹⁹ Usagem e costumagem – Direitos que tinham por fundamento o uso e o costume.

⁴⁰⁰ Viana de Lima – Ou Viana da Foz do Lima, nome antigo de Viana do Castelo.

⁴⁰¹ Freixo – Freixo de Espada à Cinta

⁴⁰² Azinhoso – Antigo concelho, actualmente lugar do concelho de Mogadouro.

⁴⁰³ Anciaes – Carrazeda de Anciaes

⁴⁰⁴ Monforte de Rio Livre – Antigo concelho, junto à raia, perto de Chaves e Valpaços.

⁴⁰⁵ Castro Vicente – Antigo concelho, na região de Alfândega da Fé e Mogadouro.

Rodrigo, Almeida, Castelo Mendo, Vilar Maior, Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Covilhã, Monsanto, Portalegre, Marvão, Arronches, Campo Maior, Fronteira, Monforte, Vila Viçosa, Elvas, a cidade de Évora, Montemor-o-Novo, Lavre, Monsaraz, Beja, Moura, Noudar, Almodôvar, Odemira, os moradores do castelo de Sesimbra, Olivença.

E assim serão libertados da dita portagem quaisquer pessoas ou lugares que nossos privilégios tiverem e mostrarem, ou o traslado em pública forma além dos acima conteúdos.

E as pessoas dos ditos lugares privilegiados não tirarão mais o traslado de seu (11) privilégio nem o trazerão somente trarão certidão feita pelo escrivão da câmara e com o selo do concelho como são vizinhos daquele lugar. E posto que haja dúvida nas ditas certidões se são verdadeiras ou daqueles que as apresentam, poder-lhes-hão sobre isso dar juramento, sem os mais deterem, posto que se diga que não são verdadeiras. E se depois se provar que eram falsas perderá o escrivão que a fez o officio e degredado dois anos para Ceuta. E a parte perderá em dobro as coisas de que assim enganou e sonogou à portagem a metade para a nossa câmara e a outra para a dita portagem. Dos quais privilégios usarão as pessoas neles conteúdos pelas ditas certidões, posto que não vão com suas mercadorias nem mandem suas procurações, contando que aquelas pessoas que as levarem, jurem que a dita certidão é verdadeira e que as tais mercadorias são daqueles cuja é a certidão que apresentaram.

***Pena do foral** E qualquer pessoa que for contra este nosso foral, levando mais direitos dos aqui nomeados, ou levando destes maiores quantias das aqui declaradas, o havemos por degredado um ano fora da vila e termo, e mais pague da cadeia trinta reais por um, de tudo o que assim mais levar para a parte a que os levou. E se a não quizer (11v) levar, seja a metade para quem o acusar, e a outra metade para os cativos⁴⁰⁶. E damos poder a qualquer justiça onde acontecer assim juizes como vintaneiros ou quadrilheiros que sem mais processo nem ordem de juízo sumariamente sabida a verdade condenem os culpados no dito caso de degredo e assim do dinheiro até quantia de dois mil reais, sem apelação nem agravo, e sem disso poder conhecer almoxarife⁴⁰⁷, nem contador⁴⁰⁸, nem outro official nosso, nem de nossa fazenda, em caso que o aí haja. E se o senhorio dos ditos direitos o dito foral quebrantar por si ou por outrem, seja logo suspenso deles e da juridição do dito lugar se a tiver enquanto nossa mercê for. E mais as pessoas que em seu nome ou por ele o fizerem incorrerão nas ditas penas. E os almoxarifes e escrivães e officiais dos ditos direitos que o assim não cumprirem, perderão logo os ditos officios e não haverão mais outros. E portanto mandamos que todas as coisas conteúdos*

⁴⁰⁶ Cativos – Isto é, para a remissão de cativos cristãos, em poder de mouros.

⁴⁰⁷ Almoxarife – Funcionário real, encarregado da cobrança e arrecadação dos direitos reais ou do seu arrendamento. Foi o almoxarife da Guarda quem entregou o foral à câmara de Belmonte, em 1515.

⁴⁰⁸ Contador – Oficial régio, encarregado das contas na respectiva comarca ou almoxarifado.

neste foral que nos pomos por lei se cumpram para sempre. Do teor do qual mandamos fazer três, um deles para a câmara da dita vila. E outro para o senhorio dos ditos direitos. E outro para a nossa Torre do Tombo, para em todo tempo se poder tirar qualquer (12) dúvida que sobre isso possa sobrevir. Dada na nossa nobre e sempre leal vila de Santarém, primeiro dia de Junho. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e dez. E vai escrito em XI folhas, e as quatro regras⁴⁰⁹ de cima, concertado por mim Fernão de Pina.

(ass.) El Rei

(rubrica) Rui Boto

Foral de Belmonte”

⁴⁰⁹ Regras – Linhas direitas.

Anexo 3: Auto de entrega e publicação do foral de Belmonte (1515)

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil e quinhentos e quinze anos, aos onze dias do mês de Maio, em a vila de Belmonte, na câmara da dita vila, estando aí o senhor Fernão Cabral, fidalgo da Casa de El-Rei, nosso senhor, e alcaide-mor da dita vila, etc.⁴¹¹, e estando aí outrossim João Gonçalves e Pêro Cotão, juízes ordinários em a dita vila, e Pêro Esteves e João Vasques, vereadores, e Álvaro Vasques, procurador do Concelho, e Gonçalo Anes Botelho e Diogo Rodrigues e Gonçalo Pires e António Lopes e Bento Álvares e João Gonçalves e Luís Gonçalves, todos homens-bons da dita câmara, e assim a maior parte dos moradores da dita vila, e estando assim todos juntos, por Diogo de Souro, cavaleiro da Casa de El-Rei, nosso senhor, e almoxarife na cidade da Guarda, e apresentou e entregou aos ditos homens-bons e oficiais este foral para o concelho da dita vila, e assim outro tal ao dito Fernão Cabral, alcaide-mor, e assim os fez ler e publicar na dita câmara, em presença de todos.

Testemunhas que em isto presentes foram: os sobreditos homens-bons da dita vila, e João Afonso, e [outros moradores da]⁴¹² dita vila e [eu] Diogo Gonçalves, tabelião público [e escrivão] da câmara, etc.⁴¹³, [da] dita [vila, que o] dito foral publiquei e aí isto escrevi. (subscrição do escrivão e assinaturas das testemunhas, algumas delas em cruz)

⁴¹⁰ Outorgado em 1 de Junho de 1510, o foral de Belmonte só em 11 de Maio de 1515 foi entregue ao concelho. Desconhecemos os motivos da demora na entrega e publicação do foral, mas supomos que estará relacionada com o facto de que João Fernandes Cabral, senhor da vila, falecera em 1508, e o seu filho primogénito Fernão Cabral (II), nascido em 1494, ser ainda muito jovem em 1510. Fernão Cabral (II) deve ter casado em 1515, ou pouco antes, porque em documento de 1512 ainda é designado por moço fidalgo (Liv. 7 de D. Manuel, fl.25v). O auto de entrega do foral de Belmonte é um documento de grande importância histórica, pois são raros os textos idênticos registados em forais (casos de Abrantes, Alvalade, Arouca, Coimbra, Ericeira, Mões, Monção, Penela do Minho, Sintra, Touro, Vila Real, Vimieiro) e vem provar que os forais, como leis particulares que eram, não entravam imediatamente em vigor após a sua concessão, mas só depois da sua publicação. Por outro lado, descreve com algum pormenor a cerimónia de entrega e publicação, e esclarece que a entrega era efectuada pelo almoxarife, o que de certa forma confirma a intenção fiscal que presidiu à reforma dos forais por D. Manuel.

⁴¹¹ Fernão Cabral (II) era também senhor de Azurara.

⁴¹² Foi restituído entre parêntesis rectos o texto provável, ilegível no original.

⁴¹³ Diogo Gonçalves era também escrivão dos órfãos (Liv. 23 de D. Manuel, fl. 16v) e possivelmente nos homiziados.

Anexo 4: Genealogias



Figura 131: Condes de Belmonte (Genealogia)

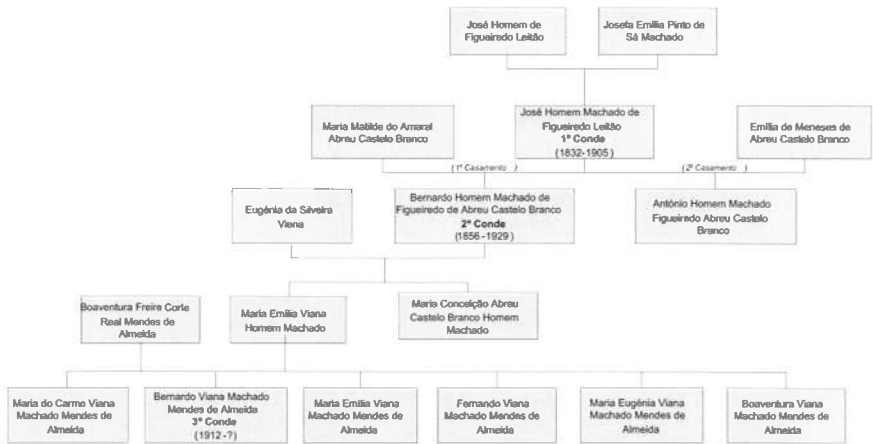


Figura 132: Condes de Caria (Genealogia)

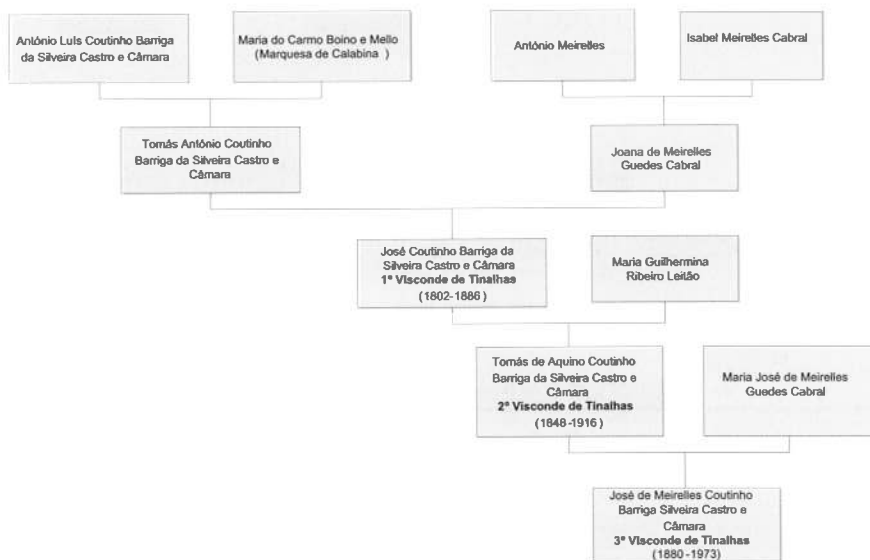


Figura 133: Viscondes de Tinalhas (Genealogia)

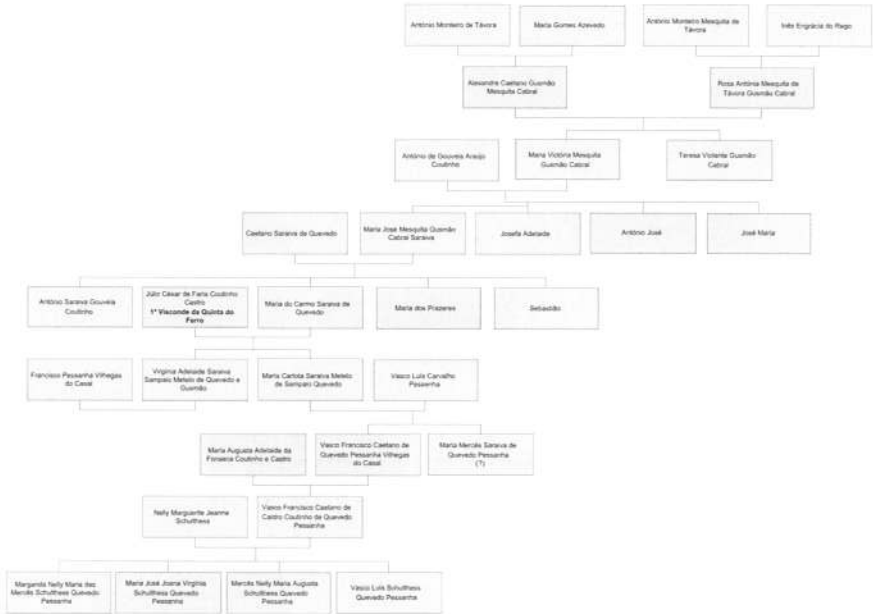


Figura 134: Solar Quevedo de Pessanha (Genealogia)

**Anexo 5: Relação de moradores da freguesia de
Caria (1838)**

Companhia de Casella	huma casa de habitação	8000	1200
huma casa no sítio de Matungo		500	500
Caramancha			1200
huma casa de habitação no sítio de Matungo		1000	1000
huma casa no sítio de Matungo		1800	1800
Tercos			7800
Domingos Jorge			
huma casa de habitação no sítio de Matungo		3000	3000
Dito no sítio de Matungo		2000	2000
huma casa de habitação no sítio de Matungo		8000	8000
Dito no sítio de Matungo		4000	4000
Dito no sítio de Matungo		2000	2000
huma casa de habitação no sítio de Matungo		3000	3000
huma casa de habitação no sítio de Matungo		2000	2000
Dito no sítio de Matungo		2000	2000
huma casa de habitação no sítio de Matungo		1200	1200
huma casa de habitação no sítio de Matungo		2000	2000
Dito no sítio de Matungo		1000	1000
Tercos			1200
Domingos Mendes			
huma casa de habitação no sítio de Matungo		1800	1800
huma casa de habitação no sítio de Matungo		2000	2000
Tercos			3800
Domingos Soares			
huma casa de habitação no sítio de Matungo		5000	5000
Dito no sítio de Matungo		1800	1800
Dito no sítio de Matungo		2000	2000
huma casa de habitação no sítio de Matungo		8000	8000
huma casa de habitação no sítio de Matungo		2000	2000
huma casa de habitação no sítio de Matungo		1800	1800
huma casa de habitação no sítio de Matungo		2000	2000
Dito no sítio de Matungo		1800	1800
huma casa de habitação no sítio de Matungo		2000	2000
Dito no sítio de Matungo		1800	1800
Tercos			11800

Figura 135: Relação de moradores da freguesia de Caria - 1838 (Folha 7)

Transcrição – Folha 7 e Folha 8

*Relação de Moradores da Freguesia de Caria com declaração de seus proprietários e rendimentos dos
mesmos décimas e maneió que por ellas pagão*

Ano de 1838

	<i>Rendim.to</i>	<i>Décima</i>
<i>Dona Maria José</i>		
<i>humã propriedade de Casas Nobres</i>	6000	600
<i>ditas na rua da Igreja</i>	1800	180
<i>ditas no mesmo sítio com soalheiras</i>	5600	560
<i>humã propriedade nobre chamada a Quintão, consta de olival vinha orta lameiros e varge</i>	60000	6000
<i>humã tapada e varge a ribeira da Igreja</i>	08000	0800
<i>humã chão sítio do ribeirinho</i>	6400	640
<i>Dito a Saraiva</i>	00800	0080
<i>humã varge ás varges e outra no mesmo sítio</i>	18000	1800
<i>Dois chões à cancelinha</i>	04400	440
<i>Soma</i>		11100

	<i>Rendim.to</i>	<i>Décima</i>
<i>hum chão ás Varguas</i>	3200	320
<i>hum tapada sítio dos lameiros do Perfeito</i>	3600	360
<i>hum chão no Monte do Bispo</i>	3300	330
<i>três terras no val do Teixozo</i>	720	72
<i>tapada ao Porto da Covilhã</i>	120	120
<i>humã tapada no sítio da Rapola</i>	4000	400
<i>hum chão no mesmo sítio</i>	1200	120
<i>humã chão a lage de entre as vinhas</i>	2400	240
<i>humã varge da ribeira de Sta Anna</i>	6000	600
<i>hum chão à Ponte de Sta Anna</i>	4800	480
<i>três chões pequenos no Monte do Bispo</i>	2280	228
<i>Dito no Monte do Bispo</i>	960	096
<i>Duas terras a Ponte de Castelhana</i>		
<i>Dita a camelinha</i>		
<i>Dita ao Entregadouro</i>		

<i>Huma vinha na Fonte do Carvalho</i>	1200	120
<i>Huma Lagar</i>		3726
		11100
<i>Décima</i>		14:826

Transcrição – Folha 15 e Folha 16

*Relação de Moradores da Freguesia de Caria com declaração de seus proprietários e rendimentos dos
mesmos décimas e maneió que por ellas pagão*

Ano de 1838

<i>José Homem de Figueiredo Leitão</i>	<i>Rendim.to</i>	<i>Décima</i>
<i>humas casas Nobres na rua de São Sebastião</i>	<i>6000</i>	<i>600</i>
<i>outras ditas no mesmo sítio</i>	<i>2000</i>	<i>200</i>
<i>humá vinha no mesmo porto</i>	<i>15000</i>	<i>1500</i>
<i>outra dita a ponte de S. Sebastião</i>	<i>12000</i>	<i>1200</i>
<i>várias olivæes e em diversos sítios</i>	<i>30000</i>	<i>3000</i>
<i>terrado de olival a S. Marcos</i>	<i>1440</i>	<i>144</i>
<i>dois chões no sítio do Val dos Homés</i>	<i>20000</i>	<i>2000</i>
<i>humá a ponte de Sta Anna</i>	<i>480</i>	<i>048</i>
<i>humá tapada ao moinho redondo</i>	<i>6000</i>	<i>600</i>
<i>outra dita no Monte do Bispo</i>	<i>3360</i>	<i>336</i>
<i>Dita no Mesmo sítio</i>	<i>4000</i>	<i>400</i>
<i>humá chão no mesmo sítio</i>	<i>2040</i>	<i>264</i>
<i>humá chão a S. Marcos</i>	<i>3600</i>	<i>360</i>
<i>humá terra no Sítio das Ferrarias</i>	<i>480</i>	<i>40</i>
<i>Duas terras ao Panavo</i>	<i>0900</i>	<i>090</i>
<i>hum chão à Ribeira de Valverde e com terra pegada</i>	<i>2880</i>	<i>280</i>
<i>humá terra aos lameiros do perfeio</i>	<i>1680</i>	<i>160</i>
<i>humá tapada ao ribeiro das Varges</i>	<i>1680</i>	<i>168</i>
<i>hum chão no Monte do Bispo</i>	<i>1920</i>	<i>192</i>
<i>humá terra no mesmo sítio</i>	<i>0960</i>	<i>096</i>
<i>hum chão a S. Marcos</i>	<i>2400</i>	<i>240</i>
<i>humá tapada a ponte de S. Sebastião</i>	<i>13200</i>	<i>1320</i>
<i>humá tapada no sítio da Saraiva</i>	<i>2880</i>	<i>288</i>
<i>humá tapada nos Lameiros do Perfeio</i>	<i>6480</i>	<i>648</i>
<i>humá terra no mesmo sítio</i>	<i>4800</i>	<i>480</i>
<i>humá tapada a Saraiva</i>	<i>6200</i>	<i>620</i>
<i>humá quinta a Cemeira que rendeo de centeio</i>	<i>6000</i>	<i>600</i>

<i>ao mesmo de milho</i>	18000	1800
<i>dita de feijão pequeno</i>	5000	500
<i>huma tapada no sítio das Varges</i>	7200	720
<i>a mesma sendo mais</i>	2000	200
<i>Soma</i>	17570	
<i>huma varge a Ponte de S. Sebastião</i>		17570
<i>rendeo de milho</i>	12800	128
<i>a mesma de milho e feijão</i>	6000	600
<i>décima mais 51 terras em diversos sítios por fazer num</i>		19450
<i>ano de 1836</i>		

**Anexo 6: Obituário - Arquivo da fábrica
paroquial de Caria (1836)**

Magal
1836

Ho trinta e quatro dias do mes de Dezembro de mil e trezentos e trinta e seis
anos, no dia de hoje, no termo de Caria, no termo de Caria, no termo de Caria, no termo de Caria,
dada de outro nome, esta sepultada no termo de Caria, no termo de Caria,
que foi este termo de Caria, no termo de Caria, no termo de Caria,
D. Antonio Antonio Antonio Antonio

Continuado

Ho vinte e tres dias do mes de Janeiro de mil e trezentos e trinta e seis
anos, no dia de hoje, no termo de Caria, no termo de Caria, no termo de Caria,
dada de outro nome, esta sepultada no termo de Caria, no termo de Caria,
que foi este termo de Caria, no termo de Caria, no termo de Caria,
D. Antonio Antonio Antonio Antonio

Ho vinte e tres dias

Ho vinte e tres dias do mes de Janeiro de mil e trezentos e trinta e seis
anos, no dia de hoje, no termo de Caria, no termo de Caria, no termo de Caria,
dada de outro nome, esta sepultada no termo de Caria, no termo de Caria,
que foi este termo de Caria, no termo de Caria, no termo de Caria,
D. Antonio Antonio Antonio Antonio

D. Antonio Antonio

Ho vinte e tres dias do mes de Janeiro de mil e trezentos e trinta e seis
anos, no dia de hoje, no termo de Caria, no termo de Caria, no termo de Caria,
dada de outro nome, esta sepultada no termo de Caria, no termo de Caria,
que foi este termo de Caria, no termo de Caria, no termo de Caria,
D. Antonio Antonio Antonio Antonio

Figura 139: Obituario de Caria (1836) - 1/2

**Anexo 7: Mapas Estatísticos da Divisão Militar
sobre fogos, população e recursos do Concelho de
Belmonte**

		Freguesias ou Povos					
		Belmonte	Caria	Inguias	Maçalnhas		
Número de fogos		440	423	182	115		
População	Homens	762	631	286	191		
	Mulheres	661	923	367	262		
Total		1643	1554	653	453		
Aquartelamento	Casas reunidas	Homens Cavalos	1000 60	1200 80	700 40	400 30	
	Casas espalhadas até a distância de 1 Km do centro da povoação	Homens	100			100	
		Cavalos	24			10	
	Hospedarias ou Estalagens	Homens					
		Cavalos		30			
	Quarteis	Homens					
		Cavalos					
	Conventos	Homens					
		Cavalos					
	Hospitais	Homens					
Cavalos							
Estabelecimentos quaisquer	Homens						
	Cavalos						
Total Ordinário	Homens	1100	1200	700	500		
	Cavalos	84	110	40	40		
Total Extraordinário	Homens	2000	2000	950	700		
	Cavalos	110	140	60	60		
Subsistências	Moios ou alqueires de	Trigo	1000	2000	250	200	
		Milho	2000	2500	400	250	
		Centeio	7000	10000	2500	2000	
		Cevada	180	800	80	50	
		Feljão	1800	2000	250	100	
		Batata	3000	3000	800	300	
		Fava					
	Carros de palha	Trigo	25	45	20	4	
		Cevada	15	20	2	2	
		Painça					
	Pipas ou Almudes de	Centeia	200	227	120	50	
		Vinho	1000	2200	350	100	
		Azeite	200	362	15	30	
	Cabeças de gado	Vacum	112	142	120	80	
		Lanigero	6000	6730	2000	1000	
		Cabrum	250	825	150	100	
	Águas	Suino	200	383	120	50	
		Fontes Públicas	5	4	2	2	
		Fontes Particulares	2	7			
	Número de rações que podem moer em 24 horas, os moinhos	Poços potáveis	14	20			
De água		240	900	240	180		
Número de rações que podem cozer em 24 horas, os fornos	De vento						
	Públicos			1150	216		
Transportes	Bestas de carga	Particulares	1150	1100		96	
		Maiores	15	32	25	8	
	Carros	Menores	22	44	12	18	
		De bois	50	60	40	20	
	De muars						
	Juntas de bois de trabalho		56	60	40	30	
	Cavalos de sela		2				
	Bestas de tiro						
		De passagem	Nº de Barcos				
			Nº de pessoas que podem conduzir				
		De transporte	Nº de Barcos				
	Nº de pessoas que podem conduzir						
	Renovação e restauração de fardamentos, calçado, armas, viaturas, ...	Número dos Oficiais	Alfaiates	9	6	4	2
			Sapateiros	7	7	4	
			Chapeleiros	2		2	
			Serralheiros		1		
			Armeiros				
			Carpinteiros	5	9	6	3
			Celeiros				
			Correiros				
Ferreiros	3	6	1	1			
Ferradores	1	3					

Figura 141: AHM_DIV_3_1_43_52 (Ano 1861)

